ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

CantuStore

[Ticker do Novo Mercado]

CANTU STORE S.A.
Em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME 41.096.674/0001-19 | NIRE 35.300.566.762
Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, Conj. 144, 14º andar
CEP 04547-001, São Paulo, SP
[•] Ações
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido na página 46 deste Prospecto).

A CANTU STORE **S.A.**("**Companhia**") e o acionista vendedor identificado na seção "Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 43 deste Prospecto ("**Acionista Vendedor**") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de[, inicialmente], [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de[, inicialmente,] {ou} [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor [no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais (conforme abaixo definido) e das Ações do Lote Suplementar (conforme abaixo definido), nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 43 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Ofício-Circular nº 1/2021-CVM/SRE, de 1º de março de 2021 ("**Ofício Circular**") e com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente vigente, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**" e "**Código ANBIMA**", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o J.P. Morgan, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc, pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Citigroup Global Markets, Inc. (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") em conformidade com o "*Placement Facilitation Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional ("**Contrato de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act* ("**Regulamento S**"), e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**"), e pela Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("**Resolução CVM 13**"), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia] [e] [do Acionista Vendedor], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas] ("**Ações Adicionais**").]

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 46 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual ocorrência de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos deste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][3]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[5]	[•]	[•]	[•]
Total Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 43 deste Prospecto.

A aprovação do protocolo de pedido de registro da Oferta e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, bem como seus termos e condições, e a submissão dos pedidos de listagem da Companhia perante a B3 e de admissão das Ações à negociação no Novo Mercado foram deliberadas, em conjunto com outras matérias, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de outubro de 2021, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•] e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "Valor Econômico" em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "[•]" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a sua participação na Oferta Secundária, por ser este uma pessoa física.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país que não o Brasil.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos em [•] de [•] de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 19 E 76, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Itaú BBA
Coordenador Líder

btg pactual
Agente Estabilizador

J.P.Morgan

citi

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
SUMÁRIO DA OFERTA **23**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **41**
Composição do Capital Social da Companhia 41
Acionistas e Administradores da Companhia 42
Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 43
Descrição da Oferta 44
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 45
Aprovações Societárias 45
Instituições Participantes da Oferta 46
Preço por Ação 46
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 47
Custos de Distribuição 47
Estabilização do Preço das Ações 51
Características das Ações 52
Público Alvo da Oferta 53
Procedimento da Oferta 53
Oferta Não Institucional 54
(I) Oferta Private 55
(II) Oferta de Varejo 59
Oferta Institucional 62
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 63
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 65
Prazo de Distribuição 65
Liquidação 65
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 66
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 67
Violações de Normas de Conduta 68
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 69
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 69
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta 70
Inadequação da Oferta 71
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 71
COMPANHIA 71
COORDENADORES DA OFERTA 72
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS 72
Informações Adicionais 72
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS 74
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **76**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **84**
Coordenador Líder 84
BTG Pactual 86
J.P. Morgan 87
Citi 88
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA **92**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 92
Relacionamento entre a Companhia e o Agente Estabilizador 93

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan 95
Relacionamento entre a Companhia e o Citi 96
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA 98
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder 98
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Agente Estabilizador 98
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan 99
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi 99
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 101
Declarações de Veracidade das Informações 102
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 103
CAPITALIZAÇÃO 105
DILUIÇÃO 106
ANEXOS 109
ANEXO A ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 113
ANEXO B ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021 131
ANEXO C MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL 161
ANEXO D DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 167
ANEXO E DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 171
ANEXO F DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 175
ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE 71 DIAS FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 181
ANEXO H DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 207
ANEXO I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 279
ANEXO J FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 341

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Cantu Store” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Cantu Store S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 23 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionista Controlador ou Acionista Vendedor	Sr. Humberto Gabriel Cantu.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditor Independente	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Cantu Store	Cantu Store S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente[, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado].
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.

Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
***Rule* 144A**	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 19 de novembro de 2021.
Resolução CVM 27	Resolução da CVM nº 27, de 09 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da CVM nº 30, de 12 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução da CVM nº 35, de 27 de maio de 2021.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Cantu Store S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.096.674/0001-19, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.566.762.
Registro na CVM	Em fase de registro de emissor de valores mobiliários da Companhia de categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, CEP 04547-001.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, CEP 04547-001. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Vitor das Neves Leme. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é + 55 (47) 3046-2550 – ramal: 9090 e o seu endereço eletrônico é ri@cantustore.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditor Independente	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "Valor Econômico".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	ri.cantustore.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, ao Acionista Vendedor, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 72 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 19 e 76, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- a capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- o ambiente econômico mundial e brasileiro em geral e os riscos associados à pandemia da COVID-19;
- alteração substancial no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;
- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas pelo novo governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconómica do País;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de nossos serviços;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária;

- eventos de força maior; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 76 e 19, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.]

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras "acreditamos", "podemos", "poderemos", "estimamos", "continuamos", "antecipamos", "pretendemos", "esperamos" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler, cuidadosa e atenciosamente, todo este Prospecto e seus anexos, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro", "Principais Fatores de Risco relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações", constantes nas páginas 5, 19, e 76 deste Prospecto, além do Formulário de Referência, a partir da página 341, enfatizando as seções "4. Fatores de Risco", "5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos" e "10. Comentários dos Diretores", bem como as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas a partir da página 181, para um entendimento detalhado dos nossos negócios e da Oferta propriamente dita. Salvo indicação em contrário, o termo "Companhia" refere-se a Cantu Store S.A. individulamente e os termos "Grupo" e "Grupo Cantu Store" referem-se a Companhia, a CP Comercial S.A., a CPX Distribuidora S.A., a ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., a N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A, consideradas em conjunto.

Imediatamente após a precificação da Oferta, concomitante com a divulgação do Anúncio de Início, a Companhia se tornará a holding controladora do Grupo Cantu Store, consequentemente, passando a consolidar suas atividades e seus resultados. Dessa forma, apresentamos a seguir um sumário da nossa operação, incluindo informações operacionais e financeiras, vantagens competitivas e estratégias de negócio do Grupo Cantu Store. Este sumário é apenas um resumo, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Para mais informações sobre a reorganização societária do Grupo Cantu Store, veja a seção "Eventos Subsequentes" na página 18 deste Prospecto.

Visão Geral

O Grupo Cantu Store é uma plataforma de tecnologia e logística que oferece soluções completas para pneus, guiando compradores e dando suporte a vendedores. Conforme informações do site Similar Web (ferramenta de análise de dados que monitora tráfego em mais de 80 milhões de sites), o Grupo Cantu Store está entre os principais *players* de *e-commerce* especializado em pneus do Brasil[2], e acredita ser um dos maiores distribuidores de pneus do país. Com uma plataforma *omnichannel*, que conta com *e-commerce* próprio, atuação em *Marketplaces* diversos, vendas diretas por representantes comerciais e vendedores externos e televendas, o Grupo Cantu Store atingiu mais de 300 mil clientes em todo o país entre os meses de março e setembro de 2021.[3] O Grupo Cantu Store está entre os maiores vendedores de pneus de todos os *marketplaces* nos quais está presente[4], e também está posicionado entre os maiores vendedores em geral de alguns *marketplaces*[5].

---

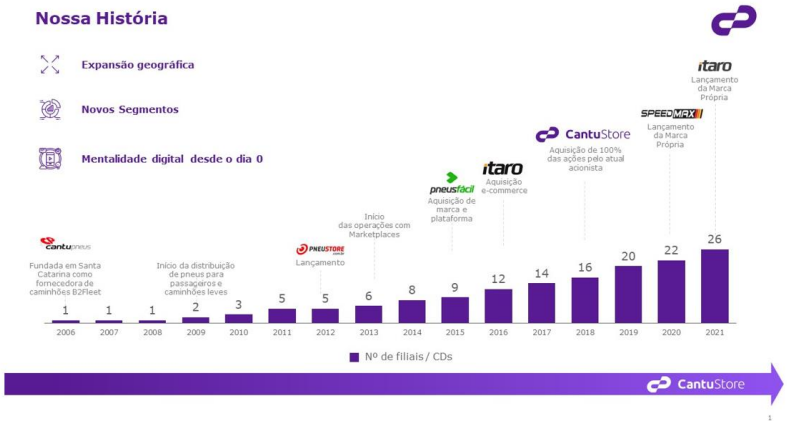
[2] Informações com base em julho de 2021 no site: https://www.similarweb.com/website/pneustore.com.br/, ranking com base em tráfego.

[3] Informações coletadas com base na plataforma Power BI (Power Business Inteligence) do Grupo no período de vendas de março de 2021 a setembro de 2021.

[4] Disposição dos marketplaces: B2W - o Grupo Cantu Store está em top 5 com crescimento acumulado de 249%; Carrefour - o Grupo Cantu Store está em top 3 de vendedores de pneus; Magazine Luiza - o Grupo Cantu Store está em top 10 do ramo automotivo; Via Varejo – o Grupo Cantu Store está em primeiro lugar do ramo automotivo. Data base utilizada: 30 de setembro de 2021.

[5] O Grupo é a maior vendedor de pneus no site Mercado Livre em 30 de setembro 2021. Além disso, o Grupo ganhou a premiação da Via Varejo de maior *seller* automotivo em 2019.

Ao longo de sua história, que começou em 2007 no estado do Paraná, com foco no fornecimento de pneus de caminhões comerciais para frotas ("B2Fleet"), O Grupo Cantu Store expandiu suas operações e conquistou uma posição relevante no segmento de pneus do país. Em 30 de setembro de 2021, o Grupo conta com 26 filiais em 17 unidades federativas, sendo 4 Centros de Distribuição, localizados em Itajaí/SC, Jaboatão dos Guararapes/PE, Barueri/SP e Serra/ES, que ajudam a consolidar sua posição no território nacional. O Grupo é um dos pioneiros da venda *online* de pneus, tendo iniciado suas operações junto aos *marketplaces* em 2013[6]. O Grupo está entre os principais distribuidores de algumas marcas internacionais no país, sendo estas: DRC, ATLAS, AEOLUS, CEAT, CHALLENGER, TORNEL, JK, KUMHO, APTANY, FARROAD, IRIS, KUMHO, AOSEN e CEAT. Já para compras nacionais, se caracterizam pelas marcas: Michelin, Pirelli, Goodyear, Bridgestone, Firestone e Continental, tendo recentemente sido lançada suas marcas próprias de pneus para os canais B2B e B2Fleet, SpeedMax e para o canal B2C, Itaro. Assim, o Grupo Cantu Store busca oferecer um portfólio cada vez mais completo para os seus clientes. Abaixo, apresenta-se alguns destaques sobre a história do Grupo Cantu Store:



Com mais de 3400 SKUs[7] vendidos de março a setembro de 2021 em todos os segmentos que atua, e mais de 34% das vendas através do varejo *online* B2C em 30 de setembro de 2021, o Grupo Cantu Store acredita estar entre os maiores players de venda de pneus *omnichannel* no Brasil, observando os concorrentes no mercado atual. Nos últimos 12 meses o Grupo vendeu mais de 2,4 milhões de pneus, o que o faz acreditar ser um dos mais importantes grupos no mercado de pneus brasileiro. Em 30 de setembro de 2021, seu portfólio de produtos atende aos nichos mais diversos de clientes, conforme a imagem abaixo:

6 Iniciada as operações com a Cnova, atualmente loja Extra dentro do *marketplace* da Via Varejo.
7 *Stock Keeping Unit*: código de identificação única de produto.

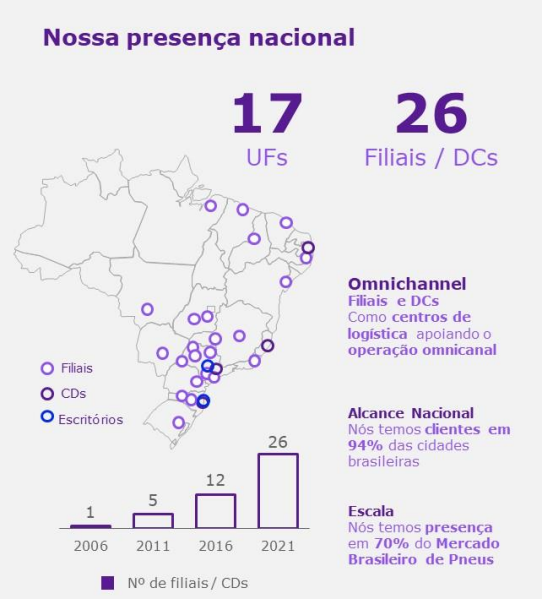
O Grupo atua em duas frentes de negócio por meio de duas marcas de oferta: a PneuStore, varejista online B2C (34% da receita total no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021), e a CantuPneus, marca de oferta com foco em distribuição B2Fleet (41% da receita total período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021) e B2B (24% da receita total período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021) através de uma estratégia *omnichannel*. Em 30 de setembro de 2021, o Grupo Cantu Store não tinha nenhum cliente que representasse mais de 1% da receita do Grupo. Algumas das principais características de cada segmento abaixo:

	PNEUSTORE .com.br	cantu pneus	
	Indivíduos (B2C)	**Frotas** (B2Fleet)	**Varejistas** (B2B)
Visão geral	Proprietários de veículos	Focar em **PMEs** (frota, revendedores e centros automotivos) Maior cliente representa ~**0,5 de nossas receitas**	
Fator Decisivo de Compra	Sortimento completo de produtos Preços competitivos	Opções especiais de pagamento Opções de inventário just-in-time	
% de vendas (9M2021)	34%	41%	24%
Clientes	**+ 570k**	**31k**	**13k**

O Grupo possui forte presença nacional, conquistada ao longo dos mais de 15 anos de história, com um total de 26 filiais, sendo 4 centros de distribuição. Presente em 17 unidades federativas, com capacidade de alcançar 100% das cidades do Brasil, tendo efetuado vendas em 5.181 municípios, totalizando 93% do total dos municípios brasileiros até 30 de setembro de 2021. Assim, por estar presente em mais de 50%[9] dos estados brasileiros, é capaz de efetuar a entrega ao cliente no prazo de até 24 horas após o faturamento do pedido, caso o produto adquirido esteja disponível no estoque de uma das filiais que esteja até 500km de distância do cliente.

O Grupo Cantu Store conta com uma força de venda especializada, representada por 300 pessoas (até 30 de setembro de 2021), incluindo representantes comerciais e vendedores internos e externos, que permitem que seus produtos sejam ofertados aos seus clientes. A equipe de representantes atual integralmente de forma externa, garantindo proximidade do Grupo junto a seus clientes, e flexibilidade na estratégias de venda. Os vendedores possuem jornada mista, atuando tanto de forma presencial com base nas filiais de todo o Brasil, como de forma remota. Toda a equipe tem acesso ao sistema CRM (*Customer Relationship Management*) de vendas, que é o Salesforce, atua em toda a jornada de venda, desde o lançamento do pedido, até a conclusão da venda, enviando as informações aos demais sistemas que a finalizam. O CRM funciona como uma plataforma para captura de *Leads* (futuros clientes). Nele é possível encontrar informações importantes sobre o perfil do cliente, ao qual a equipe comercial entrará em contato com o intuíto de converter a cliente efetivo da empresa. Na plataforma é possível armarzenar todo o histórico de pedidos dos clientes, tornando a oferta de produto objetiva e rápida. É permitido ao vendedor, gestor, diretoria e a quem possa interessar, a emissão de relatórios de vendas por produto, região, cliente e outros indicadores, verificando a desempenho próprio ou da equipe. Ainda é possível rastrear a visitação dos clientes. Neste caso o vendedor insere informações dos clientes visitados por dia e o que foi apresentado ao mesmo. O gestor, com essa informação, consegue analisar se toda a sua região de vendas está sendo atendida e o que está sendo apresentado. Por fim, o sistema integra com o ERP da Companhia (SAP) compartilhando todos os pedidos, separando estoque e encerrando o pedido de venda ao final de todo o processo.

A capilaridade e dimensão dos negócios do Grupo em todo o país é respaldada por um sistema logístico robusto e com base tecnológica, de modo que o transporte de produtos, feito por mais de 130 companhias 100% terceirizadas em todo o Brasil, possibilita que, havendo disponibilidade do produto na filial de referência, regiões localizadas em um raio de até 1.500km das filiais recebam seus produtos em 72 horas, regiões localizadas em um raio de 1.000km recebam em 48 horas e regiões localizadas em um raio de 500km recebam seus produtos em 24 horas.



Os 4 Centros de Distribuição abastecem as demais filiais, que por sua vez realizam as entregas para os clientes. Os produtos importados que chegam das fábricas no Brasil e nos portos de SC (Itajaí e Navegantes), ES (Vitória) e PE (Suape), são enviados diretamente para os Centros de Distribuição, que fracionam e separam a mercadoria recebida e distribuem constantemente para as filiais, direcionando para cada filial produtos que têm maior demanda na região em que se encontram. Dessa forma, maximiza-se a eficiência de distribuição e colabora para que as filiais estejam sempre abastecidas dos produtos de maior volume de vendas. Os 4 Centros de Distribuição somam mais de 45.000m², em 4 Estados diferentes, com capacidade de estocar cerca de 610 mil pneus. Os Centros de Distribuição abastecem frequentemente as filiais, que têm um estoque para atender a demanda estimada para entre 15 e 45 dias, atuando para que o cliente encontre o produto que busca em estoque próximo, resultando em entregas rápidas.

Abaixo, apresenta-se alguns destaques financeiros e operacionais consolidados do Grupo:

(Em milhões de reais, exceto se de outra forma indicado)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita líquida de vendas	**930,7**	**533,9**	**767,0**	**579,5**	**520,5**
Lucro Bruto	**316,3**	**138,7**	**211,8**	**165,6**	**125,4**
Margem Bruta (%)	34,0%	26,0%	27,6%	28,6%	24,1%
EBITDA Ajustado[1]	**118,4**	**45,9**	**86,8**	**70,0**	**11,1**
Margem EBITDA Ajustada (%)	12,7%	8,6%	11,3%	12,1%	2,1%
ROIC[2]	**N/A**	**N/A**	**30,1%**	**41,1%**	**11,1%**

(1) EBITDA Ajustado contempla também ajustes caracterizados por eventos não recorrentes, ou seja, pontuais que acontecem no resultado da Companhia – vide a reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA Ajustado no item 3.9 informações adicionais ao item 3.2(b) do Formulário de Referência da Companhia.

(2) O ROIC (Return on Invested Capital) é o lucro líquido operacional (Net Operating Profit Less Adjusted Taxes - NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do Capital de Giro e o Capital Fixo – vide a racional de cálculo no item 3.9 informações adicionais ao item 3.2(b) do Formulário de Referência da Companhia. O cálculo do ROIC não é feito para o período findos em 30 de setembro por não ser base comparável ao anual histórico.

Segmentos de atuação

As operações estão divididas nas seguintes marcas de oferta, por meio dos seguintes segmentos de negócios:

PneuStore (B2C):

É o braço de vendas para pessoas físicas, tendo a PneuStore teve suas operações iniciadas em 2012.

A PneuStore, marca de varejo *online* para proprietários de veículos, tem como diferenciais a disponibilidade de produtos, portfólio completo, entrega rápida, condições de pagamento facilitadas, usabilidade da plataforma e experiência do cliente e preços competitivos. Por meio da marca, atende mais de 810 mil clientes (jan/2018 a set/2021), tanto através do site próprio (www.pneustore.com.br) quanto através dos principais *marketplaces* do país. É possível, assim, capturar clientes com hábitos diferentes de compra, que buscam produtos de diversos posicionamentos de qualidade e preço, e que encontram, na PneuStore, os produtos desejados disponíveis a pronta entrega. A presença em diversos *marketplaces* proporciona ao cliente a liberdade de escolha, possibilitando que ele compre seu pneu na plataforma desejada.

CantuPneus (B2B e B2Fleet):

Pontos fortes

A CantuPneus é a marca de distribuição que tem como alvo os frotistas, que são clientes finais pessoa jurídica, que adquirem o pneu para utiliza-lo em suas operações, através do canal B2Fleet, bem como revendedores de pneus, como lojas, autocenters, borracharias e varejistas em geral, através do segmento B2B. A CantuPneus atua principalmente no segmento de PMEs (empresas de pequeno e médio porte), com mais de 17 mil clientes no segmento B2Fleet e mais de 6 mil no segmento B2B em 7 meses (clientes que compraram de março a setembro de 2021). O Grupo Cantu Store possibilita a redução da necessidade de estoque por parte de seus clientes, visto que possui os produtos que necessitam em estoque, a pronta-entrega, e com entrega rápida, e também apoia seus clientes através de formas de pagamento especiais. Nestes dois segmentos, nenhum cliente representa mais de 1% das vendas, sendo que a pulverização é uma das principais características da CantuPneus, reduzindo riscos inerentes à consolidação em poucos clientes.

O Grupo acredita que os seguintes pontos fortes a diferenciam dos seus concorrentes e contribuem para o seu crescimento e sucesso:

Liderança nacional alavancada por um modelo de negócios digital único

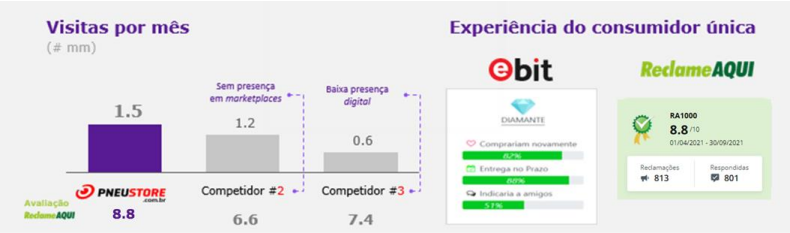
Com sua plataforma digital abrangente, acredita ser o maior *player* do *e-commerce* especializado em pneus do Brasil, bem como acredita ser e o maior importador e distribuidor de pneus do país. Seus canais de venda contam com *e-commerce,* via canal próprio e *marketplaces*, vendas diretas por vendedores, representantes e televendas, que atingem mais de 810 mil clientes em todo o Brasil em 30 de setembro de 2021.

Toda a sua história foi construída com um *mindset* digital, tendo sido um dos pioneiros nas vendas de pneus por canais digitais e sendo dos principais precursores do setor em tecnologia e digitalização dos seus processos internos. A plataforma própria da PneuStore foi desenvolvida *mobile first,* visando oferecer a melhor experiência aos consumidores pessoas físicasde qualquer lugar do Brasil. O intuito do desenvolvimento *mobile first* é que, os clientes, ao se depararem com a necessidade de troca de pneus ainda estando fora de suas casas, tenham a melhor usabilidade possível e se sintam motivados a concluir a compra pela PneuStore através do celular.

Ainda como forma de facilitar a experiência do cliente, a plataforma própria da PneuStore disponibiliza 3 formas de encontrar o pneu correto em sua plataforma: (i) pela medida do pneu, que pode ser encontrada no pneu que será substituído; (ii) pela marca, modelo e ano do veículo; e (iii) pela placa do veículo cujos pneus serão substituídos.

Assim, a PneuStore oferece maior praticidade, com uma tecnologia de fácil interface e acesso fácil aos clientes, o que proporciona uma experiência diferenciada aos consumidores e uma grande alavanca de crescimento para a plataforma

Devido a todos os investimentos que são feitos para uma melhor experiência do usuário, a PneuStore é o e-commerce de pneus mais bem avaliado do Brasil. No ReclameAqui possui nota 8.8, a maior nota de lojas online especializadas em pneus e além disso, possui os selos RA1000, do próprio ReclameAqui, e Diamante, do Ebit.



Baixa concentração de clientes e diferentes alternativas de fornecedores

Os negócios do Grupo são estruturados de forma que não existe concentração em nenhum cliente ou fornecedor, sendo a pulverização uma forte característica do Grupo Cantu Store.

Nos segmentos B2B e B2Fleet, o cliente mais significativo representa menos de 0,5% das vendas, o que significa uma baixíssima dependência de clientes específicos e um alto controle do risco de inadimplência nestes dois segmentos em que existe concessão de crédito (pagamento à prazo, em parcelas).

Quanto aos produtos que compõem seu estoque, também existe uma grande diversificação de fornecedores. Atualmente O Grupo conta com mais de 40 fabricantes, cerca de 25 internacionais e 15 nacionais. O Brasil é o país com a maior relevância para o fornecimento dos seus pneus, com 32% do custo de mercadorias vendidas no ano de 2020. Os outros 68% dos CMV foram adquiridos de mais de 10 países, de modo que consegue também minimizar sua exposição a riscos específicos de cada fornecedor de cada país. No Brasil, onde políticas protecionistas podem vir a ser implementadas, um *sourcing* diversificado representa proteção e capacidade de adaptação frente a essas eventuais políticas. Esta diversificação também se mostra importante em momentos como os atuais, em que a logística internacional apresenta desafios e restrições.

Atuação em grande parte do território nacional, com sistema logístico de qualidade respaldado por soluções omnichannel

O Grupo Cantu Store possui forte presença nacional, estando presentes em 17 unidades federativas. Por meio da sua robusta plataforma logística, é capaz de alcançar 100% das cidades do Brasil, com entrega em 24 horas em no locais que representam cerca de 70% da geração do PIB do país.

A capilaridade e dimensão dos seus negócios são respaldadas por um sistema logístico de qualidade, de modo que o transporte de produtos, feito em totalidade por mais de 130 companhias parceiras, possibilita que regiões em um raio de até 1.500km de suas filiais recebam seus produtos, na média, em 72 horas.

Os 4 Centros de Distribuição, com localização estratégica em Estados espalhados pelo Brasil funcionam como *hubs*, recebendo os produtos diretamente das fábricas nacionais ou dos portos por onde chegam os produtos importados, fazendo a separação e fracionamento das mercadorias e abastecendo constantemente as 22 filiais.

Em complemento aos Centros de Distribuição, conta com filiais com estrutura mais enxuta do que aquelas dos Centros de Distribuição, que, com um *smart mix* e estoque reduzidos, de 15 a 45 dias, funcionam como plataformas para entrega rápida para clientes locais. As filiais têm atuação regional, sendo a via pela qual muitos dos produtos são enviados. Existe também um volume considerável de clientes que buscam os pneus diretamente nas filiais, suprindo suas demandas mais urgentes por pneus.

O sistema logístico integrado, suportado por tecnologia e inteligência artificial, garante que os clientes tenham excelentes prazos na entrega, minimizando atrasos e problemas relacionados à logística e estoque. O Grupo Cantu Store possui a visão de que o cliente deve ser sempre o centro de todas as suas iniciativas e são sua prioridade, portanto, faz tudo pensando em como maximizar a experiência do cliente e a qualidade no seu processo de compra.

Governança sólida com equipe de gestão altamente qualificada e experiente, em um ambiente com cultura organizacional forte

O Grupo Cantu Store é gerenciado por um time e gestão qualificado e experiente, em um ambiente corporativo positivo, com cultura organizacional forte, sendo diferencial para sua posição de liderança no mercado de pneus no Brasil.

C-levels e *Heads* das áreas têm mais de 10 anos de experiência, com históricos diversificados, criando um ambiente rico e multidisciplinar, ideal para a manutenção de um ecossistema de negócios que incentiva a criação e a evolução constantes.

Além disso, o Grupo Cantu Store tem uma cultura organizacional extremamente forte, que preza pelo desenvolvimento constante e pelo aperfeiçoamento dosprodutos e serviços oferecidos. O Grupo busca criar o melhor ambiente de negócios possível para alavancar seu crescimento, e a cultura organizacional tem papel fundamental nisso. O Grupo resume sua cultura em um acrônimo: RODA. Realizadores, obcecados pelos seus clientes, Desafiados pelo futuro e Atentos uns aos outros.

A cultura organizacional reflete também no modo como os os clientes enxergam o Grupo. O *brand awareness* é relevante, alavancado por uma série de iniciativas e eventos organizados para aumentar a exposição para o cliente, como: *lives* para engajamento dos consumidores (envolvendo artistas como Fernando e Sorocaba e o time de *drif* patrocinado pela PneuStore); eventos nacionais do segmento; vídeos e campanhas (vídeo institucional para o ReclameAqui, por exemplo); e atividades constantes nas redes sociais, tanto das marcas de oferta, como da marca corporativa. O Grupo acredita realizar uma das maiores Black Friday do setor de pneus do Brasil, que reflete em um volume de vendas relevante em novembro. Além disso, uma série de convenções de vendas e feiras feitas pelo Grupo ajudam a expor e promover sua marca para o mercado.

Performance consistente ao longo dos diferentes ciclos econômicos

Desde a criação do Grupo Cantu Store em 2006, o Brasil apresentou cenários econômicos desafiadores que colocaram à prova a capacidade do Grupo de se reinventar para entregar resultados sólidos e consistentes. Os resultados do trabalho da gestão são percebidos na evolução da performance tanto comercial quanto financeira que o Grupo apurou nos últimos anos.

O modelo de negócio do Grupo Cantu Store é único e se prova resiliente ao longo dos mais de 15 anos de história. É o único do setor que atua simultaneamente de forma relevante em 3 segmentos distintos dentro do mercado de reposição de pneus: revendas, frotas e varejo *online*. Este tripé permite que o Grupo Cantu Store se adapte quando desafios ou oportunidades se apresentam, voltando seus recursos para um determinado segmento quando necessário. Adicionalmente ao tripé de segmentos, o Grupo Cantu Store atua no mercado de reposição de pneus, um mercado extremamente resiliente, fragmentado, que apresenta crescimento constante nos últimos anos e uma clara oportunidade de consolidação e expansão de *marketshare*.

Além disso, é muito importante destacar a capacidade digital do Grupo em todos os segmentos. Mesmo quando suas vendas são feitas *off-line*, elas ainda percorrem um grande caminho digital. Isto porque o Grupo Cantu Store tem um ecossistema tecnológico robusto, se apoiando nas melhores ferramentas disponíveis no mercado para cada atividade, desde o pedido da venda, que é feito utilizando o Salesforce, até a entrega que é gerenciada pelo Lincros, plataforma de soluções logísticas de transporte, passando pela análise de crédito, pela conciliação de pagamento e de recebimento automatizadas.

O Grupo tem conseguido se consolidar tanto na frente de crescimento quanto de lucratividade perante os diferentes ciclos econômicos. Desde 2018, seus negócios cresceram a uma Taxa Composta de Crescimento Anual de 21,4% na Receita líquida de vendas e 179,3% no EBITDA Ajustado. Nesse período, a margem EBITDA Ajustada aumentou 10,6 pontos percentuais, de 2,1% em 2018 para 12,7% no período de nove meses findo em setembro de 2021. Os retornos apresentados sobre o capital investido também são consistentes e significativos, uma vez que foi registrado ROIC de 11,1%, 41,1% e 30,1% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 respectivamente.

A resiliência do modelo de negócio e capacidade de gestão do time tem se provado também na mitigação da crise gerada pelos impactos das medidas de isolamento adotadas ao redor do país para combater a pandemia de COVID-19 no consumo e no comércio. Diante de uma das piores crises da história do varejo, a gestão do Grupo tomou medidas ágeis e precisas para ajustar as operações da empresa à nova realidade. Dentre outras medidas, destacam-se aquelas para preservação da liquidez, reprogramação de compras e foco no *sourcing* nacional nos períodos de maior volatilidade cambial e de restrição de logística, acompanhamento e apoio aos clientes, principalmente aqueles que tiveram suas atividades interrompidas, como os do B2B, gestão ativa de recebíveis que permitiram a manutenção da alta liquidez e baixíssimo índice de perda, aceleração do desenvolvimento dos canais digitais e de ferramentas alternativas de vendas. Com isso, o Grupo garantiu a manutenção de sua saúde financeira e operacional durante o período mais agudo da crise, se posicionando de forma proeminente com ótimo posicionamento para aproveitar a rápida retomada de demanda do consumo e das vendas, ganhando *marketshare* em um ano que se apresentou desafiador.

Grupo com cultura alinhada nos princípios ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), com iniciativas voltadas para as três frentes

A preocupação com os princípios ESG está presente no dia-a-dia do Grupo, que busca trazer diferentes iniciativas e movimentos para agir em cada uma dessas frentes (ambiental, social e de governança).

Na frente Ambiental, possui grande atuação com iniciativas de reciclagem – cumprindo com as exigências do órgão regulamentadores[8]. Para cada pneu importado, outro é reciclado, de modo que é criado um ciclo de uso sustentável dos materiais e compensando o que é inserido no meio ambiente. Estas operações de reciclagem são apoiadas por 6 parceiros, com mais de 100 pontos de coleta de material reciclável ao redor do Brasil, em 30 de junho de 2021. Em 06 meses, o Grupo reciclou mais de 13 toneladas entre plástico e papelão, sendo 7.800kg de plástico e 5.300 kg de papelão. Cerca de um milhão de dólares são investidos em reciclagem todos os anos. Além das iniciativas de reciclagem, o Grupo Cantu Store busca focar em equipamentos elétricos e a gás nos Centros de Distribuição e filiais, para minimizar o impacto, e focar a distribuição em pneus ecológicos, sempre que possível.

No que diz respeito às iniciativas com cunho Social, o Grupo Cantu Store realizou uma série de programas e eventos voltados para a formação e educação de seus colaboradores.

O Grupo possui um programa de apoio à educação de seu time, auxiliando financeiramente na formação superior, executiva e especialização dos seus colaboradores, sendo que hoje 32 pessoas estão tendo sua formação financiada pelo Grupo. Ela também disponibiliza treinamentos para formação complementar do seu time, tendo oferecido mais de 4.200 horas-aula para colaboradores no ano, até julho de 2021. Além disso, oferece aulas de inglês *in-company* para todos os colaboradores, de todas as unidades e filiais, possuindo hoje aderência de um grupo de 65 funcionários. Além das iniciativas educacionais, existe uma forte preocupação com o bem-estar dos colaboradores e suas famílias, que contam com o programa "Fale Comigo", por meio do qual possuem suporte psicológico que já prestou assistência para 63 funcionários e familiares. Ao longo dos anos também são organizados eventos pontuais, que vão desde aulas e treinamentos até campanhas de doação de sangue, alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza.

Por fim, com foco nos princípios de Governança, O Grupo Cantu Store é auditado por companhias "Big 4" desde 2012, mostrando seu comprometimento com práticas éticas e transparente. Além disso, busca manter um ambiente diverso ao redor de toda a organização, contando atualmente com um time de 47% de mulheres. O Grupo criou grupos de discussão para tratar de temas como: Financeiro, de *Compliance*, de Governança, de Crédito e de Impostos, visando melhores práticas para cada segmento – para garantir que essas frentes sejam discutidas com frequência e com propriedade, mostrando comprometimento com a manutenção de um ambiente correto e ético. Todas as iniciativas na frente de Governança são refletidas nos resultados, com obrigações tributárias e trabalhistas mínimas, e tendo resolvido a maioria dos processos nos quais são envolvidos.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças aos negócios e condição financeira do Grupo Cantu Store estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações veja os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*4.2 Riscos de Mercado*" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir da página 341 deste Prospecto.

[8] Resolução nº 416, de 30 de setembro de 2009 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

Estratégia

Com o objetivo de continuar expandindo e consolidar a atuação no varejo de pneus, são prioritárias as seguintes iniciativas:

Expansão do número de filiais e Centros de Distribuição como meio de consolidar a presença nacional do Grupo Cantu Store, reduzir tempo de entrega e aumentar a satisfação do cliente

Atualmente, o Grupo Cantu Store está presente em 17 Estados brasileiros, mais o Distrito Federal, por meio de 26 filiais e centros de distribuição. Com esse posicionamento geográfico estratégico, alcança cerca de 70% do mercado brasileiro de pneus, com entrega em até 24 horas.

O Grupo Cantu Store enxerga a oportunidade de expandir sua presença, reduzir o tempo de entrega e aumentar a experiência do cliente por meio da abertura de novas filiais e centros de distribuição. O Grupo Cantu Store acredita que é possível dobrar o número de filiais ao longo dos próximos anos sem prejudicar resultados das filiais já existentes.

Ampliação do sortimento para novos produtos e categorias e desenvolvimento das marcas próprias

O Grupo Cantu Store tem como um dos fundamentos de negócio, estar presente em todo o ecossistema de pneus. Com isso, o Grupo acredita que ainda tem espaço para expandir a abrangência do portfólio para novas categorias e melhorar a penetração em outras. Nesse sentido, há oportunidades atrativas nos segmentos de motocicletas, bicicletas, ATV, aviação, golfe, jardinagem, pneus multiuso, e pneus florestais.

Um mercado relevante para o Brasil é a categoria de pneu de motos e bicicletas que o Grupo começou a atuar apenas em 2020, dado a falta de recursos para alocar em um portfólio completo de produtos. Em 2021, foi contratado um especialista que irá desenvolver essa categoria dentro da plataforma. Dado a facilidade de vender pneus de moto e bicicleta online vs. as demais categorias, o Grupo acredita que essa categoria possa representar uma parte significativa das vendas e aumentar ainda mais o mercado endereçável.

Desenvolvimento da plataforma omnichannel para maximizar a experiência do cliente

As plataformas de vendas foram estruturadas de modo a oferecer a melhor experiência de compra possível para o cliente, contando com um site de fácil acesso, com ferramenta de busca humanizada para atender a necessidade de cada consumidor, guiado pelo modelo e ano do carro, placa ou medida do pneu. De acordo com a preferência do consumidor, o grupo oferece seu portfólio completo através dos principais *Marketplaces* do país. Com o crescimento do Grupo, além do aumento da oferta de produtos e a expansão para outras linhas de negócios, o Grupo enxerga a oportunidade de investir e fomentar cada vez mais sua plataforma *omnichannel* e no diferencial de experiência do usuário durante o processo de compra.

A primeira iniciativa em relação a isso, é a PneuStore Móvel. Esse serviço se baseia no uso de vans que vão até a casa dos clientes para fazer a instalação, balanceamento e geometria dos pneus adquiridos.

Também já foi implementado o Marketplace de serviços dentro da própria plataforma. Atualmente já é possível adquirir um pneu na PneuStore e adicionar o serviço de montagem, balanceamento, alinhamento e geometria de um dos parceiros na mesma ordem de compra. Os pneus são enviados diretamente ao *autocenter* parceiro, o cliente é avisado sobre a entrega dos produtos, um horário é agendado para a troca do pneu e no final é cobrado um *take rate* sobre os serviços dos parceiros que foram adquiridos no site. Já são mais de 1.300 sellers cadastrados na plataforma e o Grupo acredita que já conseguiu escalar esse serviço, dado a base de clientes B2B.

Além disso, também está em desenvolvimento uma parceria com uma grande rede de postos de gasolina, para a criação de lojas-contêineres que servirão como ponto avançado de venda e de atendimento, e *hub* de coleta de mercadorias. O Grupo busca, assim, aumentar a proximidade com os clientes, e oferecer soluções além da venda de pneus.

Investimento em marcas próprias (private label)

A Companhia possui hoje 2 marcas próprias: Speedmax, dedicada aos canais de Revendas (B2B) e Frotas (B2Fleet), e Itaro, dedicada ao canal on-line B2C. Visando uma maior racionalização do porfolio, aumento da recorrência e posicionamento diferenciado de preço frente aos produtos atualmente disponíveis no mercado, a companhia seguirá investindo na ampliação do mix de cada uma das marcas, com fabricação de novas medidas, criando brand equity em segmentos budget em que as marcas presentes no mercado não costumam ter força.

Adicionalmente, o Grupo Cantu Store avalia o futuro lançamento de uma terceira marca, com posicionamento superior ao das marcas atuais.

Com esta ampliação, a companhia também conseguirá dirimir eventuais riscos de mudanças governamentasis que venham a modificar as tarifas e tratados de comércio internacional, visto que terá maior flexibilidade para transferir a produção das marcas próprias para diferentes fábricas, em diferentes origens, inclusive produção nacional.

Ampliação dos serviços oferecidos aos clientes

Recentemente a marca on-line do Grupo Cantu Store, a PneuStore, lançou duas soluções que oferecem serviços aos seus clientes: PneuStore Móvel e Market Place de Serviços.

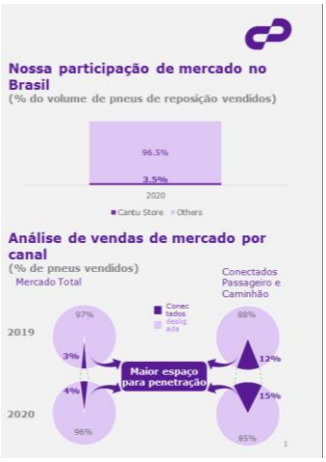
A PneuStore Móvel consiste em um mobile tire service, ou seja, uma van adaptada que pode ser contratada no momento da compra dos pneus, e que faz a entrega, montagem e demais seviços de adequação dos pneus, em domicílio. Este seviço posicionado como premium, atende o cliente conforme sua disponibilidade, com um tempo bastante interessante após a conclusão da compra. O modelo piloto foi validado com vans no estado de Santa Catarina e na cidade de São Paulo, e tem um potencial de grande expasão em todos os grandes centros urbanos do país.

O Market Place de Serviços aproveita a omnicanalidade que o modelo de negócio da companhia apresenta, e insere os clientes que são atendidos pelo segmento B2B, no universo B2C on-line da Companhia. As lojas de pneus que são clientes da CantuPneus, passam a ser prestadores de serviço de montagem para os clientes que fazem as compras na PneuStore. Quando o cliente faz a compra do pneu, é oferecida a montagem em um parceiro, para onde os pneus são enviados, e que irá prestar os serviços de montagem e demais contratados. A transação financeira referente aos serviços é feita no próprio site, sem que o cliente necessite transacionar na própria loja. Os parceiros lojistas ganham, com isso, fluxo de serviços em suas lojas, e a Companhia recebe um take rate por estar vendendo serviços destes parceiros em seu ¬e-commerce.

Estas frentes, hoje, são foco de user experience. Porém, poderão ser fontes consideráveis de receitas à medida que ganharem escala e relevância.

Oportunidades de expansão inorgânica em diferentes segmentos

O Grupo Cantu Store também considera a via inorgânica como opção para o crescimento em diferentes segmentos. O Grupo tem mapeado potenciais investimentos, que operam em indústrias diversas relacionadas a pneus. Atuando em um mercado altamente fragmentado, é um dos principais *players* com apenas 3,5% de *market share* no mercado nacional. Sendo assim, as oportunidades de crescimento e expansão inorgânicas são latentes para o Grupo se tornar o player consolidador do mercado. Atualmente, o Grupo Cantu Store têm empresas mapeadas dos setores de distribuição e importação de pneus, empresas de atuação em categorias específicas de pneus, plataformas de produção de conteúdo online, sistemas para revendedores de pneus (ERP), *marketplace* de autopeças e aplicativos para gestão de pneus, entre outros.



A estratégia de expansão inorgânica é complementar à visão de longo prazo, com aumento da gama de produtos e serviços oferecidos, e o Grupo Cantu Store enxerga, nesta rota, uma oportunidade de alavancar e acelerar seu crescimento.

EVENTOS RECENTES

Reorganização Societária

A Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo adquirida pelo Acionista Controlador em 22 de setembro de 2021, não possuindo operação até a data deste Prospecto Preliminar. Entretanto, a Companhia está realizando uma reorganização societária, em que a Companhia que já possui a totalidade do capital da CANSPE Participações S.A. ("CANSPE"), passará a deter a CPX Distribuidora S.A. ("CPX") e a N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("N.E.O.S.P.E"), diretamente, bem como a CP Comercial S.A. ("CP") e a ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. ("ITR") indiretamente, pois figurarão como subsidiárias da CANSPE e da N.E.O.S.P.E., respectivamente, sendo essas as sociedades integrantes do Grupo Cantu Store, todas controladas pelo Acionista Controlador ("Reorganização Societária").

A Reorganização Societária está sendo realizada por meio da celebração de 3 (três) Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contratos"), os quais tratam, resumidamente, de: (i) compra e venda das ações da CPX, pelo qual o Acionista Controlador e a N.H.A.S.P.E Participações S.A. vendem 49.950.000 e 50.000 ações de sua titularidade, respectivamente, que representam a totalidade das ações da CPX, para a Companhia pelo preço total de R$43.160.000,00; (ii) compra e venda das ações da CP, pelo qual o Acionista Controlador e o Sr. Andrey Silvino Leandro vendem 19.990.000 e 10.000 ações de sua titularidade, respectivamente, que representam a totalidade das ações da CP, para a CANSPE pelo preço total de R$13.200.000,00; e (iii) compra e venda das ações da N.E.O.S.P.E, pelo qual o Acionista Controlador e o Sr. Ramon Otto Schoeffel vendem 499 e 01 ações de sua titularidade, respectivamente, que representam a totalidade das ações da N.E.O.S.P.E, para a Companhia pelo preço total de R$19.000.000,00.

A eficácia e a validade das obrigações dos Contratos estão condicionadas (i) à divulgação do Anúncio de Início da Oferta; (ii) não deverá estar vigente na data de divulgação do Anúncio de Início (inclusive) qualquer lei que proíba a aquisição e/ou tenha o efeito de tornar os atos do fechamento ilegais ou por outra forma vedar sua consumação; e (iii) as declarações e garantias das partes deverão permanecer verdadeiras, válidas, precisas e corretas desde a data de assinatura dos Contratos até a data de divulgação do Anúncio de Início (inclusive), em todos os seus aspectos.

O fechamento, com a efetivação das transferências das respectivas ações para a Companhia, será realizado na data em que for divulgado o Anúncio de Início da Oferta, desde que as condições mencionadas acima tenham sido cumpridas, sendo que o pagamento será realizado pela Companhia com recursos provenientes da Oferta em até 3 dias úteis contados do fechamento. Para mais informações sobre a destinação dos recursos da Oferta veja a seção "*Destinação de Recursos*" na página 103 deste Prospecto.

Com a implementação da Reorganização Societária no dia da divulgação do Anúncio de Início da Oferta, antes mesmo do início de negociação das Ações, a Companhia se tornará a controladora do Grupo Cantu Store.

Para informações adicionais sobre a Reorganização Societária veja o item "*15.8 Outras Informações Relevantes*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 674 deste Prospecto.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Apresentamos abaixo a estrutura societária da Companhia na data deste Prospecto Preliminar e a estrutura societária da Companhia após a implementação da Reorganização Societára, na data do Anúncio de Início da Oferta, descrita no item acima.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCOS

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que afetam a Companhia e o Grupo Cantu Store, já considerando a implementação da Reorganização Societária descrita na seção de "Eventos Recentes" na página 18 deste Prospecto, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco a que estamos expostos, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", na página 76 deste Prospecto, e os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*4.2 Riscos de Mercado*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 367 deste Prospecto:

A Companhia poderá não ser capaz de implementar com sucesso sua estratégia de negócios, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia tem como estratégia a expansão de seus negócios por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas. A Companhia pode não conseguir implementar totalmente sua estratégia de crescimento e suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A capacidade da Companhia de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de sua estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais: (i) a gestão das marcas e a implementação de cultura corporativa da Companhia; (ii) a alavancagem de vendas e a manutenção da rentabilidade das operações da Companhia; e (iii) a identificação de potenciais alvos estratégicos para futuras aquisições.

A capacidade de a Companhia ampliar os negócios por meio de aquisições ou alianças depende de diversos fatores, inclusive da capacidade de identificar oportunidades de aquisição ou acessar mercados de capitais em termos aceitáveis.

Ainda, na qualidade de sucessora das companhias adquiridas, as aquisições também podem apresentar o risco de exposição da Companhia a responsabilidades relativas a processos pré-existentes envolvendo uma empresa adquirida ou demandas judiciais relativas a fatos ocorridos anteriormente à sua aquisição. Obrigações substanciais associadas a uma aquisição, inclusive relacionadas a assuntos trabalhistas ou ambientais, poderiam afetar de maneira adversa a reputação e o desempenho financeiro da Companhia, reduzindo os benefícios da aquisição.

A Companhia pode, também, enfrentar desafios na integração de empresas adquiridas, criação e implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes e eficazes, e pode incorrer em custos acrescidos para a integração de sistemas, incluindo ERPs e práticas contábeis, pessoas, métodos de distribuição ou procedimentos operacionais. Ainda, a Companhia pode não conseguir integrar funcionários, tecnologias de negócios adquiridos ou reter clientes, executivos e funcionários importantes dos negócios adquiridos.

As aquisições, ainda, podem estar sujeitas a aprovações regulatórias, incluindo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Brasil (CADE) ou de outras autoridades reguladoras, o que pode atrasar ou inviabilizar determinadas operações pretendidas pela Companhia e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou em suas interpretações, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão, cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais e/ou incentivos fiscais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia, uma vez que podem impactar a demanda do consumidor pelos produtos da Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária, o que pode aumentar os preços que a Companhia cobra por seus produtos, restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, a mesma poderá ser adversamente afetada, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, ou em eventual questionamento quanto à utilização de créditos já utilizados, acrescidos de encargos e penalidades.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia. Além disso, a pandemia causada pela COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Atualmente há no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança integral no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS bem como o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota única de 12%. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Mais recentemente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pelo Congresso Nacional, tais como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre o capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia, as quais passariam a ter vigência no ano seguinte ao da conversão de tais projetos em lei.

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Adicionalmente, a Companhia usufrui de tratamentos tributários diferenciados com base em decisões proferidas em ações judiciais, não apenas ajuizadas pela Companhia, mas por entidades de classe. Caso essas decisões venham a ser revistas pelos tribunais, seja em decorrência de mudança legislativa ou de posicionamento jurisprudencial, que resulte na reversão do posicionamento atual e/ou mesmo limitação da possibilidade de aplicação às operações da Companhia, a tributação aplicada pela Companhia poderá ser adversamente afetada. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia e/ou reversão de decisões judiciais pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

A CP Comercial S.A. e a CPX Distribuidora S.A., sociedades operacionais que passarão a ser controlada pela Companhia, atualmente possuem benefícios fiscais e regimes especiais vigentes nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina. Para maiores detalhes, vide item "7.9. - Outras informações relevantes – "Informações adicionais ao Item 7.3 - (c) Características dos mercados de atuação - Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia - Benefícios Fiscais, Incentivos Fiscais, Regimes Especiais ou Subsídios".

Não é possível afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos regimes fiscais relativos ao ICMS, no caso da legislação estadual que embasa sua concessão não tenha sido aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017 ("Convênio 190/2017"), que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

Eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

A Companhia opera por meio de canais distintos (vendas físicas, filiais, marketplaces e e-commerce) e a eventual falha na integração desses canais poderá impactar negativamente seus negócios.

As operações da Companhia são realizadas por meio de formato físico e virtual, e sua estratégia de longo prazo é focada no aprofundamento da atuação *omnichannel*, com integração entre estes canais. A Companhia não pode garantir que a estratégia de aprofundamento da multicanalidade será bem-sucedida. A falta de agilidade ou incapacidade em aumentar a integração da plataforma digital com as filiais poderá afetar adversa e negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional. Além disso, o crescimento das suas vendas também está baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce e marketplace*. Se a Companhia não for capaz de atender adequadamente aos novos padrões e práticas da indústria, a plataforma digital e a própria tecnologia podem ficar desatualizadas e a Companhia pode ser materialmente e adversamente afetado.

A Companhia é vulnerável a pressões competitivas das atividades de *e-commerce* no mercado, uma vez que seus competidores podem, por exemplo, se utilizar de canais de divulgações (mídias sociais) mais eficientes que aqueles utilizados pela Companhia, ou por seus clientes que atuam nos *marketplaces*. Adicionalmente, a expansão dos canais digitais de vendas por meio do e-commerce e dos *marketplaces* pode aumentar a sua dependência por evoluções no sistema de rede nacional (internet), podendo impactar adversamente o seu ritmo de crescimento de vendas e resultado financeiro.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas omnichannel podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma omnichannel no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Quaisquer dos fatores acima poderão afetar de forma relevante a sua estratégia de crescimento e resultado operacional.

A Companhia pode não ser capaz de aumentar sua participação de mercado.

O resultado da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de melhorar e expandir o seu portfólio, acrescentando novos produtos em categorias que ainda não atua. Além disso, os resultados futuros da Companhia também dependerão da sua capacidade de aumentar a participação de mercado nas categorias de produtos existentes. Caso a Companhia não consiga desenvolver novos fornecedores para categorias novas e existentes ou não consiga aumentar a participação de mercado nas categorias de produtos existentes, seu crescimento e rentabilidade poderão ser adversamente afetados.

Ainda, caso seus fornecedores não tenham disponibilidade suficiente de produtos, ou caso os produtos não atendam ao seu controle de qualidade, a Companhia pode não ser capaz de lançar novos produtos no tempo adequado, de modo que seu crescimento pode ser afetado adversamente. O lançamento de novos produtos pode ainda ser impactado caso a Companhia estime incorretamente a demanda de mercado ou, ainda, caso seus times de vendas não estejam devidamente treinados.

Ademais, a Companhia pode, eventualmente, buscar a aquisição e/ou desenvolvimento de novas marcas voltadas a nichos de mercado diferentes daqueles nos quais atua atualmente, cujo desenvolvimento e rentabilidade podem ser abaixo do esperado ou previsto, o que também pode vir a afetar seus resultados operacionais. Se qualquer dos fatores acima ocorrer, a Companhia pode ter seus negócios, resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

É possível também que os países de onde a Companhia importa parte dos produtos que vende tenham restrições de fornecimento, que podem variar desde gargalos ou restrições logísticas, passando por eventuais interrupções comerciais abruptas com o Brasil ou políticas protecionistas do país contra aqueles, até guerras, desastres naturais e outros fatores de força maior. Isto poderá acarretar direta ou indiretamente em restrição de compra e capacidade de estoque da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de manter e aprimorar suas marcas, não conseguir desenvolver novos produtos com sucesso ou pode receber reclamações desfavoráveis de clientes ou publicidade negativa, o que pode afetar adversamente suas marcas e suas vendas.

O resultado da Companhia depende, em grande parte, do valor de suas marcas. Os nomes "ITARO", "SPEEDMAX", marcas exclusivas de pneus da Companhia, e suas imagens são essenciais para os negócios e para a estratégia de crescimento da Companhia. Manter, promover e posicionar a marca depende significativamente do êxito dos esforços de *marketing* (incluindo sua presença nos canais digitais) e da capacidade de reconhecimento das marcas como marcas de alta qualidade entre os consumidores. As marcas da Companhia podem ser afetadas adversamente caso não consigam atingir esses objetivos, ou se a imagem da Companhia for prejudicada. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do volume de vendas e impactar adversamente os resultados operacionais e capacidade de crescimento futuro da Companhia. Adicionalmente, a introdução de novas linhas e o ingresso de novos segmentos de produtos, caso não sejam bem-sucedidos, pode afetar os resultados operacionais e, consequentemente, o valor da Companhia.

Reclamações de clientes ou publicidade negativa sobre as ofertas de produtos ou serviços podem prejudicar a reputação e diminuir a confiança do consumidor na Companhia, podendo afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nosso escritório administrativo está localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001. O telefone do nosso Departamento de Relações com Investidores é (47) 3046-2550. Nosso endereço na rede mundial de computadores (website) é ri.cantustore.com.br e e-mail para contato é ri@cantustore.com.br. As informações constantes em nosso website ou que podem ser acessadas por meio dele não integram esse Prospecto e não são a ele incorporadas por referência.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 19 e 76, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e as informações financeiras intermediárias para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionista Vendedor	Sr. Humberto Gabriel Cantu.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia] [e] [do Acionista Vendedor], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas].
Ações da Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, [11]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 41 deste Prospecto.
Agente Estabilizador ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc, o BTG Pactual US Capital LLC, o J.P. Morgan Securities LLC e o Citigroup Global Markets Inc.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 71 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Cantu Store S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 71 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 71 deste Prospecto.

Aprovações Societárias	A aprovação do protocolo de pedido de registro da Oferta e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, bem como seus termos e condições, e a submissão dos pedidos de listagem da Companhia perante a B3 e de admissão das Ações à negociação no Novo Mercado foram deliberadas, em conjunto com outras matérias, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de outubro de 2021, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2021, sob o nº [•] e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" em [•] de [•] de 2021. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no seu Estatuto Social da Companhia, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início.] Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor, por ser este uma pessoa física.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 71 deste Prospecto.
Características das Ações	Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 52 deste Prospecto.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.

Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A., a ser celebrado entre o Sr. Humberto Gabriel Cantu, na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Agente Estabilizador, J.P. Morgan e Citi, em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta”, na página 70 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Distribuição.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta da seguinte forma: (i) capital de giro; (ii) investimentos em *private label* (marcas próprias); (iii) projetos e novos negócios; e (iv) Reorganização Societária. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, ao Acionista Vendedor[, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.] Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 103 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 71 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados corridos da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular nº 01/2021 da CVM-SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco	Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 19 e 76, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	Consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição. Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, deferida a Aprovação de Registro da Companhia, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 51 deste Prospecto.

Grupo Cantu Store

A Companhia, a CP Comercial S.A., a CPX Distribuidora S.A., a ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., a N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A., em conjunto.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 72 deste Prospecto.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2021.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 72 deste Prospecto.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Com *Lock-Up*	Investidores de Varejo que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*	Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act* editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Resolução CVM 13, ou pela Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e os Investidores Private, considerados em conjunto.
Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private.
Investidores Private Com *Lock-Up*	Investidores Private que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Private Sem *Lock-Up*	Investidores Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM 30.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo com *Lock-up* não poderão, pelo Período de *Lock-up*, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
***Lock-up* da Oferta Private**	Investidores Private que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private não poderão, pelo Período de Lock-up, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private, cada Investidor Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

Oferta	Em conjunto, (i) a Oferta Primária e (ii) a Oferta Secundária.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* e Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [8]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-Up*.
Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [2]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*.
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Oferta Não Institucional	Oferta de Varejo e Oferta Private, consideradas em conjunto. Compreende a distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva.
Oferta Primária	A distribuição primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Private	Oferta Private Com *Lock-Up* e Oferta Private Sem *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta Private Com *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [0,8]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-Up*.

Oferta Private Sem *Lock-Up*	O montante de, no mínimo, [0,2]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-Up*.
Oferta Secundária	A distribuição secundária de[, inicialmente] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de *Lock-Up*	[Período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início em que [A Companhia, o Acionista Vendedor, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.]

Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores e/ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estrutura da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (vii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito na página 46 deste Prospecto.**

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva", na página 79 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 79 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20]% da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 79 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta. Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.", neste Prospecto Preliminar. **Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações.", neste Prospecto.**

Público Alvo da Oferta

Investidores de Varejo, Investidores Private e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

Rateio da Oferta de Varejo

Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.

Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*

Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*

Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio da Oferta do Private	Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta Private Com *Lock-Up*	Rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-Up* a que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta Private Sem *Lock-Up*	Rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Reorganização Societária	No âmbito da preparação para a Oferta, a Companhia está realizando uma reorganização societária, em que na data de divulgação do Anúncio de Início, a Companhia passará a controlar o Grupo Cantu Store. Para informações adicionais, veja o subitem "Eventos Recentes" na seção Sumário da Companhia, página 18 deste Prospecto.
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)	[A Companhia, o Acionista Vendedor, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (v) protocolar um pedido de registro de oferta pública relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iv), sem o consentimento dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional.]

	As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.] A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.
Termo de Aceitação	Documento de aceitação da Oferta aplicável aos Investidores Institucionais não contemplados pela dispensa prevista na Resolução CVM 27 no âmbito da Oferta Institucional.
Valor Total da Oferta	[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private	O valor de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por Investidor Private.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *lock-up*.
Veracidade das Informações	A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 167.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$100.500,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 150.750.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até 75.375.000, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da administração da Companhia, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em circulação	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre o Acionista Vendedor:

HUMBERTO GABRIEL CANTU, brasileiro, empresário, casado, portador da cédula de Identidade RG nº 67967852 SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 035.941.999-24, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Humberto Gabriel Cantu	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelo Acionista Vendedor] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, bem como da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulamento S* sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da *Rule* 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país que não o Brasil.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 a sua listagem perante a B3 e a admissão das Ações à negociação no segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 denominado "Novo Mercado" ("**Novo Mercado**"), que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, cujo deferimento estará condicionado à realização da Oferta.

As ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "**[•]**".

A Companhia celebrará o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência e o item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 76 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo de pedido de registro da Oferta e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, bem como seus termos e condições, e a submissão dos pedidos de listagem da Companhia perante a B3 e de admissão das Ações à negociação no Novo Mercado foram deliberadas, em conjunto com outras matérias, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de outubro de 2021, cuja ata será registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "Valor Econômico" em [•] de novembro de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não será necessária qualquer aprovação societária para a participação do Acionista Vendedor na Oferta Secundária, por ser este uma pessoa física.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e do Acionista Vendedor convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar seus esforços de colocação das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

Nesse sentido, o Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma parcela significativa da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia"], na página 82 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário"], na página 79 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 41 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*); ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações das sociedades se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos 12 doze meses.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão pagas [exclusivamente pela Companhia / exclusivamente pelo Acionista Vendedor / pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor]. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas [pela Companhia / pelo Acionista Vendedor / pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor]. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma", na página 82 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações a serem efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias corridos contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 72 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável, que a Companhia vier a declarar a partir da data de divulgação do Anúncio de Início;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM;

(e) no caso de liquidação da Companhia, terão direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção de sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (ii) Investidores do Private, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria "A", pela CVM,, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a listagem da Companhia na B3 e a admissão das Ações à negociação no Novo Mercado, divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais ("**Oferta Não Institucional**"); e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme descritas abaixo.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor elaborarão um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, as quais em nenhuma hipótese poderão ser consideradas no plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) para alocação junto a Investidores Não Institucionais, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido dos registros da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativos a títulos e valores mobiliários incidentes sobre o câmbio ("**IOF/Câmbio**") e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.", na página 79 deste Prospecto.**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve nem haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta Não Institucional

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [11]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva, de acordo com as condições e procedimentos descritos abaixo.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 27, o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

(I) Oferta Private

O montante de, no mínimo, [1]% da quantidade total das considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública junto aos Investidores Private, sendo certo que:

(i) montante de, no mínimo, [0.8]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-up* ("**Oferta do Private Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Com *Lock-up* (a) de até [0,8]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [0,8]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up,* observado que, caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta Private Com *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta Private Com *Lock-up* para a Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [0,2]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up* ("**Oferta Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta Private Com *Lock-up*, "**Oferta Private**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (a) de até [0,2]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [0,2]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Com *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up*.

A Oferta Private será realizada exclusivamente junto a Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, e o procedimento abaixo descrito.

Os Pedidos de Reserva serão realizados pelos Investidores Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 63, 65 e 68, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, sendo que tais Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private, sob pena de serem considerados Investidores Private Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta Private Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Private serão informados a cada Investidor Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta Private;

(e) cada Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação ou outro horário a ser especificado pela Instituição Participante da Oferta. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a integralização/liquidação por parte do Investidor Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 63, 65 e 68, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta Private prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Com *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio da Oferta Private Com *Lock-up***”);

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta Private Sem *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio Oferta Private Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta Private**"); e

(i) caso haja Rateio da Oferta Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta Private**. Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* da Oferta Private**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de* Lock-up *da Oferta Private e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta Private e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações"] na página 80 deste Prospecto.

(II) Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, [10]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública junto aos Investidores de Varejo, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, [8]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-up* (a) de até [8]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [8]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii)1.1.1(ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [2]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "**Oferta de Varejo**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até [2]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [2]% da quantidade total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada, a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, e o procedimento abaixo descrito.

Os Pedidos de Reserva serão realizados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 63, 65 e 68, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo);

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação ou outro horário a ser especificado pela Instituição Participante da Oferta. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a integralização/liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 63, 65 e 68, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, poderá, a exclusivo critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (poderá, a exclusivo critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta ser realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta de Varejo**"); e

(i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta de Varejo.* Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de* Lock-up *da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta Private e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações"], na página 80 deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta Não Institucional, as Ações remanescentes, inclusive as que não forem colocadas na Oferta Não Institucional serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas intenções de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e conforme a Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição das Ações por determinados Investidores Institucionais está dispensada da apresentação de documento de aceitação da Oferta. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição de Ações deverá ser formalizada mediante preenchimento e entrega, pelo Investidor Institucional ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, de Termo de Aceitação, o qual foi previamente submetido à CVM e contém, (i) as condições de subscrição/aquisição e de integralização/liquidação das Ações; (ii) esclarecimento que não será admitida a distribuição parcial da Oferta; (iii) esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta; e (iv) declaração de que obteve cópia dos Prospectos.

Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta será formalizada por meio do referido Termo de Aceitação da Oferta e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Lei 4.131, na Resolução CMN 4.373 ou na Resolução CVM 13.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido dos registros da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta e inerentes à própria Oferta.

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada, conforme aplicável, sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão da Oferta, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400 ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 e Anexo V da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da respectiva data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Açãonos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, deferida a Conversão de Registro da Companhia, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 51 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
Agente Estabilizador	[•]	[•]%
J.P. Morgan	[•]	[•]%
Citi	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia e do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e por determinados acionistas e Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são obrigados, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Colocação Internacional, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*", na página 80 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 72 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas (incluindo lucros cessantes) e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, seus Pedidos de Reserva cancelados] por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, o Acionista Vendedor, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***"), sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) estabelecer ou aumentar uma posição de venda ou liquidar ou diminuir uma posição de compra de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (v) protocolar um pedido de registro de oferta pública relacionada aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iv), sem o consentimento dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional.]

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do Período de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo Acionista Controlador, após a conclusão da Oferta e/*ou após *o Período de* Lock-up*, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 77 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Cronograma Tentativo Estimado da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[(1)]
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	[•] de [outubro] de 2021
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto	[•] de [•] de 2021
3	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2021
4	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
6	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
7	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
8	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Fechamento da Reorganização Societária	[•] de [•] de 2021
9	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2021
10	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
11	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
12	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2022
13	Término do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2022
14	Término do *Lock-up* da Oferta Private	[•] de [•] de 2022
15	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2022

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição, por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução da CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 71 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 66 deste Prospecto.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que o Acionista Vendedor não possuei página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

COMPANHIA

www.ri.cantustore.com.br (neste *website*, clicar em [•]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em [•] em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - *Download*", depois clicar em "2021" e, a seguir, "Distribuição Pública Primária [e Secundária] da Cantu Store S.A., escolher o *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco J.P. Morgan S.A.

https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/cantustore (neste *website*, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Cantu Store S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias e Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias e Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Cantu Store S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Cantu Store S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 19 e 76, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que o Acionista Vendedor não possui página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

COMPANHIA

Cantu Store S.A.
Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar
CEP 04547-001 São Paulo, SP
At.: Vitor das Neves Leme
Tel.: +55 (47) 3046-2550 – ramal: 9090
www.ri.cantustore.com.br (neste *website*, clicar em "Informações Financeiras", a seguir clicar em "Documentos CVM" e selecionar o documento correspondente).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em ["Cantu Store S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar"]).

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Secundária de Ações da Cantu Store S.A." clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco J.P. Morgan S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: + 55 (11) 4950-3700
https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/cantustore (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar").

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Cantu Store S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações – IPO" e, por fim, clicar no link do "Prospecto Preliminar").

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM
Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP
www.gov.br/cvm (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o *link* referente à "Cantu Store S.A.", no qual será disponibilizado o Prospecto Preliminar).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Cantu Store S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente disponibilizado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente disponibilizado em [•] de [•] de 2021, data do início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com o objetivo de apresentar uma relação completa das Instituições Consorciadas. A partir de tal divulgação, poderão ser obtidas informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act,* ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelo registro da Oferta na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, o Acionista Vendedor e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores que baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 19 E 76, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas, incorporados por referência a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual COVID-19 (causada pelo coronavírus), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Em 30 de setembro de 2020, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$[•] trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R$[•] bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, [•]% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$[•] trilhões em 31 de dezembro de 2019 e um volume diário médio de negociação de US$[•] bilhões durante o ano de 2019.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, o Acionista Vendedor, determinados acionistas e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Colocação Internacional, durante o período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 69 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva[e boletins de subscrição/contratos de compra e venda] que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 68 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20%] da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva[e boletins de subscrição/contratos de compra e venda] e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 65 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 103 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 106 deste Prospecto.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta Private e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de [•] e [•] dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo e/ou os Investidores Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* da Oferta Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Após a realização da Oferta, a Companhia continuará a ser controlada pelo Acionista Controlador, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

O Acionista Controlador tem o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o Acionista Controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*) em operações contratadas com terceiros (desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas), tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) além de outras operações permitidas pelo artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400. Tais operações não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

[A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.]

[Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto.]

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional", na página 67 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 72 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 71 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 65 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de investment banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de deposit receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires. Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados. O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters). Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings). Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor. 81 O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos follow-ons da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e follow-on das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação e da Positivo Tecnologia, assim como do IPO da Mitre Realty.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do follow-on do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida, Ecorodovias, Banco Inter, Rede D'or, DASA, Infracommerce, Lojas Renner, Meliuz, Soma e Magalu, assim como dos IPOs da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied, GPS, G2D, Dotz, GetNinjas, BR Partners, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Desktop, 3 Tentos, Livetech, Blau Farmacêutica, Traders Club, Armac, Brisanet, Raízen, Clearsale, e Unifique.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de *Investment Banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets*, *Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *Private Banking*; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de *Private Banking*; a área de *Equities* oferece produtos de *equities* em geral, tais como operações de derivativos; a área de *Treasury Services* oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "Best Equity House in Latin America". Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio "Best M&A House in Latin America" e, em 2009, o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Best Investment Bank in Latin America", concedido pela Latin Finance, e "Best M&A House in Mexico", "Best M&A House in Chile", "Best Debt House in Brazil" e "Best Investment Bank in Chile", concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como "Best Investment Bank in Latin America", assim como "Best M&A House", ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Equity House in Latin America" pela Euromoney e "Best Investment Bank in Latin America" pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Investment Bank in Latin America" e, em 2017, "Bond House of Year in Latin America" pela Latin Finance. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro ("Latin America Equity Issue" em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão ("IPO of the Year" em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova ("Follow-on of the Year" em 2017, segundo a Latin Finance), Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Bank of the Year" (2008, 2017 e 2018), "Equity House of the Year" (2008, 2009 e 2016), "Americas Equity House of the Year" (2016), "Bond House of the Year" (2008, 2019), "Derivatives House of the Year" (2008), "Loan House of the Year" (2012 e 2017), "Securitization House of the Year" (2008 e 2010), "Leveraged Loan House of the Year" (2008), "Leveraged Finance House of the Year" (2008), "High-Yield Bond House of the Year" (2012), "Financial Bond House of the Year" (2009), "Latin America Bond House of the Year" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "Best Investment Bank" da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "Best Equity Bank" em 2018 e 2019.

Citi

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, *project finance* e empréstimos sindicalizados. Com *know-how* internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, entre 2009 e 2012, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da (i) Redecard S.A., no montante de R$2,2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); (ii) EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); (iii) Hypermarcas S.A., no montante de R$1,2 bilhão (abril de 2010); (iv) Banco do Brasil S.A., no montante de R$9,8 bilhões (agosto de 2010); (v) HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2,4 bilhões (outubro de 2010); (vi) BTG Pactual S.A., no montante de R$3,2 bilhões (abril de 2012); (vii) Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); e (viii) SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1,5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2,0 bilhões (abril de 2017); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhão (setembro de 2017); (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017); e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5,1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,0 bilhões (dezembro de 2018); e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3,0 bilhões (abril de 2019); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1,1 bilhões (abril de 2019); (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2019); (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3,7 bilhões (junho de 2019); (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2,5 bilhões (julho de 2019); (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7,4 bilhões (julho de 2019); (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9,6 bilhões (julho de 2019); (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2,7 bilhões (outubro de 2019); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (outubro de 2019); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9,3 bilhões (dezembro de 2019); (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2019); e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R$22,0 bilhões (fevereiro de 2020); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$4,4 bilhões (julho de 2020); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R$8,2 bilhões (agosto de 2020); (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R$6,4 bilhões (agosto de 2020); (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R$3,4 bilhões (setembro de 2020); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R$2,2 bilhões (setembro de 2020); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R$5,6 bilhões (outubro de 2020); (viii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A., no montante de R$1,1 bilhão (novembro de 2020); (ix) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,8 bilhões (dezembro de 2020); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Rede D'Or Sao Luiz S.A., no montante de R$11,4 bilhões (dezembro de 2020); e (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid Software S.A., no montante de R$486 milhões (dezembro de 2020).

Em 2021, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Light S.A., no montante de R$2,7 bilhões (janeiro de 2021); (ii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Petro Rio S.A., no montante de R$2,0 bilhões (janeiro de 2021); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Intelbras S.A., no montante de R$1,3 bilhão (fevereiro de 2021); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Jalles Machado S.A., no montante de R$691 milhões (fevereiro de 2021); (v) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Focus Energia Holding Participações S.A., no montante de R$773 milhões (fevereiro de 2021); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Westwing Comércio Varejista S.A., no montante de R$1,0 bilhão (fevereiro de 2021); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CSN Mineração S.A., no montante de R$5,0 bilhões (fevereiro de 2021); (viii) coordenador na oferta de debêntures participativas da Vale S.A. detidas pelo BNDES, no montante de R$11,6 bilhões (fevereiro de 2021); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Blau Farmacêutica S.A., no montante de R$1,1 bilhão (abril de 2021); (x) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Hapvida Assistência Medica LTDA., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2021); (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da GPS – Predial Sistemas de Segurança Ltda., no montante de R$2,2 bilhões (abril de 2021); (xii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Vibra Energia S.A. (anteriormente Petrobras Distribuidora S.A.), no montante de R$11,4 bilhões (junho de 2021); (xiii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A, no montante de R$1,4 bilhão (julho de 2021); (xiv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Cia. Brasileira de Alumínio S.A, no montante de R$1,4 bilhão (julho de 2021); (xv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (WDC Networks), no montante de R$450 milhões (julho de 2021); (xvi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações preferenciais de emissão da Raízen S.A., no montante de R$6,9 bilhões (agosto de 2021); (xvii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Oncoclínicas S.A., no montante de R$2,7 bilhões (agosto de 2021).

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- Contratação, pela CPX Distribuidora S.A., de empréstimo de capital de giro, celebrado em 27 de dezembro de 2019, no valor total de R$3.500.000,00, com data de vencimento em 13 de dezembro de 2024 e taxa de juros de 4% ao ano adicionado à 100% do CDI. dessa operação está garantida por cessão fiduciária de duplicatas (35% sobre o saldo devedor) e aval prestado por Humberto Gabriel Cantu, Raquel Pastuchen Cantu e Robson Cantu.

- Contrato de prestação de serviços de recebimentos (cobrança), celebrado com a Companhia, por prazo indeterminado, com taxa de R$1,25 por liquidação. A operação não possui taxa de juros e nem garantias.

- Contrato de prestação de serviços de pagamentos de salários, fornecedores e tributos, celebrado com a Companhia, por prazo indeterminado, com taxa de R$2,35 por DOC/TED e R$12,00 por ordem de pagamento. A operação não possui taxa de juros e nem garantias.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem eventualmente deter títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Itaú BBA e/ou por sociedades de seu conglomerado financeiro, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 82 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Nos últimos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Agente Estabilizador

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial com o BTG Pactual e/ou demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- entre 16 de setembro de 2020 e 24 de fevereiro de 2021, a CP Comercial S.A., sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, contratou o BTG Pactual para a realização de operações de câmbio na modalidade importação, com moeda de origem em real e moeda de destino em dólar, nos valores de aproximadamente R$1,8 milhão e US$327,18 mil respectivamente.

- a CP Comercial S.A., sociedade integrante do grupo econômico da Companhia possui aplicações financeiras realizadas em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") de emissão do BTG Pactual, com remuneração equivalente a 102,5% do CDIE, com saldo bruto, na data deste Prospecto, correspondente a aproximadamente R$2,53 milhões, sendo que a emissão de tal CDB foi em 26 de julho de 2021 e com vencimento em 26 de julho de 2022. O saldo inicial de tal operação era de aproximadamente R$2,5 milhões. Tal operação não conta com nenhuma garantia por parte da Companhia e/ou sociedade do seu conglomerado econômico.

- em março de 2021, a CP Comercial S.A., sociedade integrante do grupo econômico da Companhia realizou operação de crédito com o BTG Pactual, por meio da emissão de Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R$50,0 milhões com vencimento final em 31 de março de 2023 e com remuneração equivalente a 100% do DI acrescida de taxa spread de 5,50% ao ano. Tal operação possui cessão fiduciária de direitos creditórios, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação de bens imóveis como garantias. A CPX Distribuidora S.A., a Level Importação, Exportação e Comércio S.A., a ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., o Sr. Humberto Gabriel Cantu, a Ágile Distribuidora Ltda, a Nhaspe Empreendimentos e Participações S.A. figuram como avalistas da referida operação e a Sra. Keila Alves de Camargo na qualidade de interveniente anuente ("Operação CCB"). Em 31 de setembro de 2021, o saldo da operação correspondia a aproximadamente R$50,0 milhões. O BTG Pactual não auferiu nenhum valor a título de taxa de remuneração pela estruturação da operação.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem eventualmente deter títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo BTG Pactual e/ou por sociedades de seu conglomerado financeiro, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 82 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Nos últimos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e sociedades controladas pela Companhia não possuem qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos e realizar operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive Ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro nele referenciado; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta, decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico podem adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia*", na página 82 deste Prospecto.

Ademais, nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu grupo econômico (i) não realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades; (ii) não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia; e (iii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, (inclusive Ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro nele referenciado; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 82 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento do Acionista Vendedor com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários para o Acionista Vendedor incluindo, entre outros, conta corrente, cartão de crédito, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Agente Estabilizador

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento descrito na Operação CCB em que o Sr. Humberto Gabriel Cantu figura como avalista da referida operação e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão o Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan e seu respectivo grupo econômico.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos e realizar operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, prestação de serviços de banco de investimento, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, vir a contratar o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, prestação de serviços de banco de investimento, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias relacionadas com o Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

Cantu Store S.A.
Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, Conj. 144, 14º Andar
CEP 04547-001 São Paulo, SP
At.: Vitor das Neves Leme
Tel.: +55 (47) 3046-2550 – ramal: 9090
www.ri.cantustore.com.br

Acionista Vendedor

Humberto Gabriel Cantu
Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, Conj. 144, 14º Andar
CEP 04547-001 São Paulo, SP
Tel.: +55 (47) 3046-2550 – ramal: 9090

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500,
1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
www.itau.com.br/itaubba-pt

Agente Estabilizador
Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477,
14º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
www.btgpactual.com

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729,
6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte),
13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
www.corporateportal.brazil.citibank.com

Consultores Legais Locais da Companhia e do Acionista Vendedor

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sra. Vanessa Fiusa
Tel.: +55 (11) 3147-2834
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, nº 1.277, nº 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sra. Jana Araujo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos da Companhia e do Acionista Vendedor	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Davis Polk & Wardwell LLP Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre E -, CJ 17ª CEP 04543-011, São Paulo, SP At.: Sr. Manuel Garciadiaz Tel.: +55 ([•]) [•] www.davispolk.com	**White & Case LLP** Avenida Brig. Faria Lima, 2.277, 4º andar CEP 01452-000, São Paulo, SP At.: Sr. John P. Guzman Tel.: + 55 (11) 3147-5601 www.whitecase.com/

Auditores Independentes

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Av. Francisco Matarazzo, nº 1.400, Torino Tower, 14º andar
CEP 0500-100, São Paulo, SP
At.: Sr. Geovani da Silveira Fagunde
Tel.: +55 (11) 3674-2000
E-mail geovani.fagunde@pwc.com

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 167.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, serão de aproximadamente R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Um aumento de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento de R$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta para (i) Capital de Giro; (ii) Investimentos em *private label* (marcas próprias); (iii) Projetos e Novos Negócios; e (iv) Reorganização Societária.

A tabela abaixo resume os percentuais e os valores estimados líquidos da Oferta Base, sem considerar a alocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos da Oferta Primária**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
	(em %)	*(em milhares de reais)*
Capital de Giro	[•]%	[•]
Investimentos em Private Label (marcas próprias)	[•]%	[•]
Projetos e Novos Negócios	[•]%	[•]
Reorganização Societária	[•]%	[•]
Total	**100%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta e presumindo que não haverá exercício de Ações Adicionais ou Ações Suplementares. Caso tenham o exercício de Ações Adicionais ou Ações Suplementares, tais recursos serão destinados na mesma proporção.

Em relação ao (i) Capital de Giro, a Companhia utilizará os recursos para investimento em expansão, sendo que tais recursos não serão destinados ao pagamento de dívidas financeiras; (ii) Investimentos em *Private Label* (marcas próprias), a Companhia utilizará os recursos para investir em oferta de novas marcas de pneus em diferentes segmentos agregando mais opções no portfólio atual; (iii) Projetos e Novos Negócios, a Companhia utilizará os recursos para o crescimento orgânico, incluindo a abertura de novas filiais e centros de distribuição que integrarão os canais físicos e digitais; estabelecimento de novos serviços e desenvolvimento *in-company* que consiste em desenvolvimento e capacitação de pessoas, *brading* em marketing e atualizações tecnológicas e em segurança; e (iv) Reorganização Societária, a Companhia irá liquidar suas obrigações perante o Acionista Vendedor, considerando a aquisição das sociedades operacionais do Grupo Cantu Store, operação na qual se tornou a respectiva controladora. Para mais informações sobre a Reorganização Societária, incluindo os preços de aquisição das sociedades operacionais, veja seção de Eventos Recentes na página 18 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia não utilizará outras fontes de recursos com destinação associada à destinação dos recursos decorrentes da Oferta Primária.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g., como resultado da pandemia COVID-19). Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional nas destinações acima descritas e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia. Caso necessário, a forma de obtenção desses recursos adicionais será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 105 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total do Grupo Cantu Store, composta [por seus empréstimos e financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante), e patrimônio líquido] indicando **(i)** a posição real em 30 de setembro de 2021; e **(ii)** a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) estimados em R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

	Real em 30 de setembro de 2021	**Ajustado Pós-Oferta[1]**
	(em milhares de R$)	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Circulante)	133.694	[•]
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (Não Circulante)	204.525	[•]
Patrimônio Líquido	**155.881**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**494.100**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, com base no ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, após a dedução de comissões e despesas estimadas, sendo que para qualquer necessidade adicional de caixa, a Companhia utilizará recursos próprios.

(2) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e patrimônio líquido.

As informações descritas acima na coluna denominada “Real em 30 de setembro de 2021” foram extraídas das demonstrações financeiras combinadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, considerando que após a conclusão da Reorganização Societária com a divulgação do Anúncio de Início, a Companhia passará a controlar o Grupo Cantu Store. Os investidores devem ler a tabela acima em conjunto com as seções “3.9 – Outras Informações Relevantes” e “10.9 – Outros fatores com influência relevante” do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 360 e 573 deste Prospecto, respectivamente, bem como as demonstrações financeiras individuais, consolidadas e combinadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as quais se encontram anexas a este Prospecto, a partir da página 181.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

[Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de setembro de 2021.]

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta. As informações abaixo já consideram a implementação da Reorganização Societária descrita na seção de "Eventos Recentes" na página 18 deste Prospecto Preliminar e foram extraídas das demonstrações financeiras combinadas da Companhia anexas a este Prospecto partir da página 207 deste Prospecto.

Em 30 de setembro de 2021, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$159.371 milhões e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$1,92. O referido valor patrimonial por ação ordinária representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2021.

Considerando a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•], representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 47 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2021, considerando os impactos da realização da Oferta Primária e com base nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 anexas a este Prospecto:

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2021	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2021 ajustado para refletir a Oferta	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de setembro de 2021 para os atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial por ação dos novos investidores[2]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores[3]	**[•]**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 41 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Plano de Outorga de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de outubro de 2021, a Companhia aprovou o Plano de Opção de Aquisições de Ações ("**Plano**"), que possui como objetivo possibilitar a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes ("**Opções**") para (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos participantes; e (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e participantes.

O Plano estabelece as condições gerais para que a Companhia outorgue opções de aquisição de ações ordinárias de sua emissão a seus administradores, colaboradores, empregados e prestadores de serviços na forma ora estabelecida. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia ao qual poderá criar programas de outorga de Opções ("**Programa**").

Quantidade: O volume global inicial das ações objeto do Plano será de ações representativas de até 2% (dois por cento) de ações de emissão da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a liquidação financeira da Oferta. Os limites das ações objeto do Plano, poderão ser alterados por deliberação da maioria das ações com direito a voto de emissão da Companhia em Assembleia Geral de Acionistas especialmente convocada para esse fim.

Participantes: Poderão participar do Plano os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre (a) administradores da Companhia ou de Controladas da Companhia; (b) executivos e colaboradores que exerçam função de gerência da Companhia ou de Controladas da Companhia; (c) colaboradores, incluindo empregados que ocupem cargos estratégicos para os negócios da Companhia ou de Controladas da Companhia; e (d) membros do Conselho Consultivo da Companhia, assim identificados pelo Conselho de Administração ou pelos Administradores ("**Participante**").

Preço de exercício: O Plano prevê que caberá ao Conselho de Administração, quando da elaboração de cada Programa ou da celebração de cada termo de adesão com o Participante, fixar o preço de exercício das respectivas Opções.

Prazo de exercício: O Plano prevê que o Conselho de Administração da Companhia decidirá, a seu exclusivo critério, para cada Programa, as datas em que as opções de aquisição de ações poderão ser exercidas, o prazo final para o exercício das opções de aquisição de ações, o preço de exercício e os demais termos e condições da outorga.

O Plano permanecerá em vigor por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão tomada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Até a data deste Prospecto Preliminar, não houve outorgas de opções no âmbito do Plano aos Participantes, nem um programa foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2021 com base nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 anexas a este Prospecto, considerando: (i) a emissão de ações no âmbito da Oferta [(considerando e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares)]; e (ii) o exercício de todas as opções passíveis de outorga na data deste Prospecto Preliminar no âmbito do Plano.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2021	[•]
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano	[•]
Quantidade total de ações após as emissões acima	**[•]**
Valor patrimonial contábil por ação 30 de setembro de 2021	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2021 ajustado considerando todos os eventos acima[2]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de stembro de 2021 para os atuais acionistas, considerando todos os eventos acima	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores, considerando todos os eventos acima[3]	[•]
Percentual de diluição imediata resultante dos eventos descritos acima[4]	[•]

(1) O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considera o preço de exercício de R$[•].

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação de R$[•] a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia, imediatamente após a realização dos eventos descritos acima.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do preço pago por administradores e acionistas controladores em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos:

Data	Natureza da operação	Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor (R$)	Valor por Ação (R$)
30/09/2021	Subscrição particular	Ordinária	100.000	R$100.000,00	R$1,00

ANEXOS

ANEXO A	**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**
ANEXO B	**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021**
ANEXO C	**MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**
ANEXO D	**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO E	**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO F	**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO G	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE 71 DIAS FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**
ANEXO H	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018**
ANEXO I	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**
ANEXO J	**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

CANTU STORE S.A.
CNPJ/ME nº 41.096.674/0001-19
NIRE 3530056576-2

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. A **CANTU Store S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades por ações.

Parágrafo Primeiro - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo – Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

Parágrafo Único - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá abrir e encerrar filiais, agências, escritórios, depósitos ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, inclusive, sob a forma de "*holding*".

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 150.750.000 (cento e cinquenta milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de

Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 75.375.000 (setenta e cinco milhões e trezentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias. O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Parágrafo Primeiro – O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 8º. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir.

Parágrafo Primeiro – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo Terceiro – As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo Quinto – As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Sexto – A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Parágrafo Sétimo – Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

Artigo 9º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pelos acionistas, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

Artigo 10. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

I. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 6° do presente Estatuto Social;

II. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

III. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver;

IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

VII. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

VIII. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

X. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

XI. aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

XII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado; e

XIII. deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 11. A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, respeitadas as competências e atribuições de cada um desses órgãos previstas na legislação, regulação, e neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 34 abaixo.

Seção I – Do Conselho de Administração

Artigo 12. O Conselho de Administração, é composto por, no mínimo 5 (cinco) membros e

no máximo 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração indicará o Presidente do Conselho.

Parágrafo Quarto - Em caso de ausência ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho de Administração nas reuniões do Conselho de Administração, será substituído, nas funções atribuídas a tal posição de Presidente por este Estatuto Social ou pelo Regimento Interno daquele órgão, por outro Conselheiro por ele indicado por escrito, sendo que caso não o feito, os demais conselheiros reunidos, por maioria simples de votos, indicarão um substituto dentre os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto – Em caso de vacância temporária de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, o conselheiro ausente indicará seu substituto dentre os membros do Conselho de Administração, ou procurador, desde que devidamente constituído, para que o represente na reunião em que não comparecerá, através de notificação escrita ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes de sua instalação.

Parágrafo Sexto - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, observado o disposto no Parágrafo Primeiro acima, que deverá ser referendado na primeira assembleia geral seguinte, ordinária ou extraordinária, e completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo Sétimo - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 13. Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias úteis, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de

Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Primeiro - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 14. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo Primeiro – Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião.

Parágrafo Segundo – Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 15. Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 16. O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

I. fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

II. eleger e destituir os diretores da Companhia;

III. indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas sociedades controladas, coligadas ou investidas, bem como deliberar sobre a sua destituição;

IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;

V. estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Art.

10 do presente Estatuto Social;

VI. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme art. 6º deste Estatuto Social;

VII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

VIII. convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

IX. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

X. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

XI. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

XII. aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 31, Parágrafo Terceiro, abaixo;

XIII. escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

XIV. autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

XV. convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

XVI. aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, dentro do limite do capital autorizado previsto no Artigo 6º acima, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

XVII. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, quando os seus valores superem R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, observado o Artigo 10 acima;

XVIII. aprovar a venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores

superem R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, estipulando prazos e demais condições;

XIX. contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato;

XX. manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, contendo opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da OPA, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

XXI. opinar sobre a realização de OPA a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

XXII. aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

XXIII. aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

XXIV. aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração poderá constituir, instalar e dissolver comitês técnicos, consultivos e de assessoramento não previstos neste Estatuto Social, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento, com objetivos e funções definidas, bem como poderá estabelecer normas aplicáveis aos respectivos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Seção II – Da Diretoria

Artigo 17. A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será constituída de 4 (quatro) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Tecnologia da Informação e um Diretor de Relações com Investidores (em conjunto, os

"Diretores"). Todos os diretores serão residentes no Brasil e terão mandato fixado em 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores, salvo caso de destituição, ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

Parágrafo Segundo - Qualquer Diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Quinto - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

Parágrafo Sexto - No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função, desde que observado o previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 18. A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo **(i)** Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou **(ii)** por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

Parágrafo Segundo - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, mutatis mutandis e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo Quarto - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 19. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital devidamente aprovados, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;

II. assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto Social;

III. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

IV. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, de valores entre R$10.000.000,00 (dez milhões) até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, observado o Artigo 10 e 16 acima.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, e terão sempre prazo determinado de vigência de, no máximo, 1 (um) ano, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual que poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas.

Artigo 20. Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura (i) do Diretor Presidente isoladamente para a prática de atos e para a assinatura de documentos cujo valor envolvido não ultrapasse R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou (ii) em qualquer situação, independentemente do valor envolvido, (a) por 02 (dois) Diretores; ou (b) por um Diretor, em conjunto com um procurador devidamente constituído e com poderes específicos; ou (c) por 02 (dois) procuradores devidamente constituídos e com poderes específicos para a prática de atos isoladamente.

Artigo 21. Não obstante o disposto no Artigo 20, a Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, nomeado por assinatura de qualquer Diretor, nas seguintes circunstâncias: (a) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (b) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (c) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (d) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (e) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (f) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como representação da

Companhia em juízo, sem poder de confessar ou renunciar a direitos, sendo certo que a representação para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, deverá ser feita por Diretor designado pela Diretoria para tal fim.

Artigo 22. Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. Coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

II. Zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

III. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV. Coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e

V. Definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social "*ad referendum*" do Conselho de Administração.

Artigo 23. Compete ao Diretor Financeiro:

I. Coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

II. Planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; e

III. Gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Artigo 24. Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação:

I. Analisar soluções de tecnologia da informação para controle e aperfeiçoamento dos negócios da Companhia;

II. Coordenar as atividades relacionada a sistemas, infraestrutura, suporte e telecomunicações; e

III. Dirigir as áreas de tecnologia da informação e de comércio eletrônico da Companhia.

Artigo 25. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

IV. Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

V. Prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

VI. Manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

CAPÍTULO VI- DO CONSELHO FISCAL

Artigo 26. A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição, em caso de reinstalação. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

CAPÍTULO VI – ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 27. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 28. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: **(i)** o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 29. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos

da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Quarto - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Quinto - A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Artigo 30. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo Primeiro - Após as deduções mencionadas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

(iv) uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente, após as destinações indicadas nos incisos (i) a (iii) acima, será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado às demais reservas de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia;

(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vii) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Parágrafo Terceiro - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **(i)** importância destinada à constituição de reserva legal; e **(ii)** importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo Quarto - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 31. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 32. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 33. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII – CLÁUSULA ARBITRAL

Artigo 34. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas,

administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme alteradas, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

Artigo 36. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, e observadas as regulamentações e orientações da CVM aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - Não são passíveis de indenização, entre outras a serem definidas pelo Conselho de Administração, as despesas decorrentes de atos dos administradores praticados: a) fora do exercício de suas atribuições; b) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou c) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; sendo que tais excludentes devem estar previstas nos respectivos contratos a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários e, caso o administrador solicite algum desembolso por parte da Companhia, a aferição sobre sua incidência no caso concreto deve ocorrer anteriormente a qualquer decisão sobre sua concessão.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo situação em que a Companhia delibere pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o ato praticado pelo administrador não é passível de indenização nos termos deste Estatuto e do respectivo contrato celebrado entre a Companhia e o Beneficiário.

Artigo 37. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, quando houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

Artigo 38. Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão

regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas emitidas pela CVM, e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 39. As disposições contidas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º, nos parágrafos 1º e 2º do artigo 11, no inciso XI do artigo 10, no inciso XXI do artigo 16, nos artigos 27 e 28 e no artigo 34 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

ANEXO B ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CANTU STORE S.A.
CNPJ/ME N° 41.096.674/0001-19
NIRE N° 3530056576-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 19 dias do mês de outubro de 2021, às 15:00 horas, na sede da Cantu Store S.A. na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente à Assembleia acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. MESA: Presidida pelo Sr. Humberto Gabriel Cantu e secretariada pelo Sr. Vitor das Neves Leme.

1. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para, dentre outras alterações, (a) adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, (b) criar o capital autorizado da Companhia, (c) criar o Conselho de Administração e (d) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração para o mandato e a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(vi)** autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta, fixar o preço de emissão das Ações, aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia ("Prospecto") e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior, e celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; **(vii)** aprovação do plano de outorga de opção de subscrição de ações da Companhia; **(viii)** a fixação da remuneração anual global da administração da Companhia prevista para o exercício social de 2021; e **(ix)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE E SEM QUAISQUER RESTRIÇÕES: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a autorização para que a administração da Companhia realize a abertura de capital da Companhia, com a consequente submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) a autorização para que a administração da Companhia realize o pedido de admissão à negociação e listagem da Companhia ao Novo Mercado, bem como celebre com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

(iii) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para, dentre outras alterações, (a) adaptá-lo às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, (b) criar o capital autorizado da Companhia, (c) criar o Conselho de Administração e (d) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores, o qual encontra-se anexo à presente ata, de forma consolidada, sob a forma de **Anexo I** e disponível na sede da Companhia.

(iv) a fixação do número de membros para o Conselho de Administração em 5 (cinco) membros para o próximo mandato, com a subsequente eleição, para mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2023, permitida a reeleição: **(a)** Sr. **GLAUCO GUIMARÃES FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 274.533.358-50 como membro e indicado ainda como **Presidente** do Conselho de Administração; **(b)** Sra. **CLAUDIA DA ROSA CORTES DE LARCERDA**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob nº 965075517-91 como membro do Conselho de Administração; **(c)** Sr. **HUMBERTO GABRIEL CANTU,** brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº035.941.999-24 como membro do Conselho de Administração; **(d) Sr. RONALDO DA CUNHA BUENO NETO**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 305.085.678-58, como membro do Conselho de Administração; **(e) Sr. EDUARDO ROGATTO LUQUE**, brasileiro, casado, auditor, inscrito no CPF/MF sob o nº 142.773.658-84 como membro do Conselho de Administração; todos com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

Os Conselheiros ora eleitos serão empossados imediatamente, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, tendo declarado, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, bem como que estarão sujeitos à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado.

Os acionistas aprovaram, ainda, a designação do Sr. Glauco Guimarães Ferreira, Sra. Claudia da Rosa Cortes de Lacerda, Sr. Ronaldo da Cunha Bueno Neto e Sr. Eduardo Rogatto Luque como **membros**

independentes do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista que, após a análise de suas declarações de independência, seus currículos e seus históricos profissionais, restou verificado o enquadramento nos critérios de independência estabelecidos no regulamento do Novo Mercado da B3.

(v) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S. *Securities Act* de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia", a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e, se for o caso, do acionista vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e, se for o caso, pelo acionista vendedor, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da colocação da parcela primária das Ações (incluindo eventuais Ações Adicionais e Ações Suplementares) na Oferta.

No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

(vi) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta, fixar o preço de emissão das Ações, aprovar o Prospecto e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior, e celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta.

(vii) a aprovação do plano de outorga de opção de subscrição de ações da Companhia, o qual encontra-se anexo à presente ata sob a forma de **Anexo II** e disponível na sede da Companhia.

(viii) a fixação da remuneração anual global do Conselho de Administração e Diretoria prevista para o exercício social de 2021 no montante máximo de R$ 2.610.000,00 (dois milhões e seiscentos e dez mil reais), devendo o Conselho de Administração da aprovar a distribuição entre seus membros e a Diretoria.

(ix) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Após tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma sumária, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Humberto Gabriel Cantu – Presidente; Vitor das Never Leme – Secretário. Acionista: Humberto Gabriel Cantu.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 19 de outubro de 2021.

Mesa:

HUMBERTO GABRIEL CANTU:03594199924
Assinado de forma digital por HUMBERTO GABRIEL CANTU:03594199924
Dados: 2021.10.20 10:39:15 -03'00'

Humberto Gabriel Cantu

Presidente

VITOR DAS NEVES LEME:06232085981
Assinado de forma digital por VITOR DAS NEVES LEME:06232085981
Dados: 2021.10.20 10:39:37 -03'00'

Vitor das Neves Leme

Secretário

Anexo I

ESTATUTO SOCIAL

CANTU STORE S.A.
CNPJ/ME nº 41.096.674/0001-19
NIRE 3530056576-2

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. A **CANTU Store S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades por ações.

Parágrafo Primeiro - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo – Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

Parágrafo Único - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá abrir e encerrar filiais, agências, escritórios, depósitos ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas em qualquer parte do território nacional ou do exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, inclusive, sob a forma de "*holding*".

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 150.750.000 (cento e cinquenta milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 75.375.000 (setenta e cinco milhões e trezentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias. O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Parágrafo Primeiro – O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 8º. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir.

Parágrafo Primeiro – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo Terceiro – As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo Quinto – As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Sexto – A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Parágrafo Sétimo – Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

Artigo 9º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pelos acionistas, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

Artigo 10. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

I. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 6° do presente Estatuto Social;

II. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

III. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver;

IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

VII. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

VIII. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

X. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

XI. aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

XII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado; e

XIII. deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 11. A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, respeitadas as competências e atribuições de cada um desses órgãos previstas na legislação, regulação, e neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 34 abaixo.

Seção I – Do Conselho de Administração

Artigo 12. O Conselho de Administração, é composto por, no mínimo 5 (cinco) membros e no máximo 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração indicará o Presidente do Conselho.

Parágrafo Quarto - Em caso de ausência ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho de Administração nas reuniões do Conselho de Administração, será substituído, nas funções atribuídas a tal posição de Presidente por este Estatuto Social ou pelo Regimento Interno daquele órgão, por outro Conselheiro por ele indicado por escrito, sendo que caso não o feito, os demais conselheiros reunidos, por maioria simples de votos, indicarão um substituto dentre os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto – Em caso de vacância temporária de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, o conselheiro ausente indicará seu substituto dentre os membros do Conselho de Administração, ou procurador, desde que devidamente constituído, para que o represente na reunião em que não comparecerá, através de notificação escrita ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes de sua instalação.

Parágrafo Sexto - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância

definitiva de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, observado o disposto no Parágrafo Primeiro acima, que deverá ser referendado na primeira assembleia geral seguinte, ordinária ou extraordinária, e completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo Sétimo - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 13. Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias úteis, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Primeiro - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 14. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo Primeiro – Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião.

Parágrafo Segundo – Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 15. Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar

as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 16. O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

(a) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

(b) eleger e destituir os diretores da Companhia;

(c) indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas sociedades controladas, coligadas ou investidas, bem como deliberar sobre a sua destituição;

(d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;

(e) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Art. 10 do presente Estatuto Social;

(f) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme art. 6º deste Estatuto Social;

(g) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(h) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(i) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(j) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(k) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(l) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 31, Parágrafo Terceiro, abaixo;

(m) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos

auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

(n) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

(o) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

(p) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, dentro do limite do capital autorizado previsto no Artigo 6º acima, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(q) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, quando os seus valores superem R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, observado o Artigo 10 acima;

(r) aprovar a venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, estipulando prazos e demais condições;

(s) contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato;

(t) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, contendo opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da OPA, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(u) opinar sobre a realização de OPA a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

(v) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(w) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

(x) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração poderá constituir, instalar e dissolver comitês técnicos, consultivos e de assessoramento não previstos neste Estatuto Social, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento, com objetivos e funções definidas, bem como poderá estabelecer normas aplicáveis aos respectivos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Seção II – Da Diretoria

Artigo 17. A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será constituída de 4 (quatro) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Tecnologia da Informação e um Diretor de Relações com Investidores (em conjunto, os "Diretores"). Todos os diretores serão residentes no Brasil e terão mandato fixado em 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores, salvo caso de destituição, ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

Parágrafo Segundo - Qualquer Diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Quinto - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de

Administração para que seja preenchido o cargo.

Parágrafo Sexto - No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função, desde que observado o previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 18. A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo (i) Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou (ii) por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

Parágrafo Segundo - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

Parágrafo Terceiro - Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, mutatis mutandis e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo Quarto - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 19. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital devidamente aprovados, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;

II. assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto Social;

III. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

IV. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, de

valores entre R$10.000.000,00 (dez milhões) até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, observado o Artigo 10 e 16 acima.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, e terão sempre prazo determinado de vigência de, no máximo, 1 (um) ano, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual que poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas.

Artigo 20. Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura (i) do Diretor Presidente isoladamente para a prática de atos e para a assinatura de documentos cujo valor envolvido não ultrapasse R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou (ii) em qualquer situação, independentemente do valor envolvido, (a) por 02 (dois) Diretores; ou (b) por um Diretor, em conjunto com um procurador devidamente constituído e com poderes específicos; ou (c) por 02 (dois) procuradores devidamente constituídos e com poderes específicos para a prática de atos isoladamente.

Artigo 21. Não obstante o disposto no Artigo 20, a Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, nomeado por assinatura de qualquer Diretor, nas seguintes circunstâncias: (a) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (b) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (c) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (d) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (e) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (f) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como representação da Companhia em juízo, sem poder de confessar ou renunciar a direitos, sendo certo que a representação para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, deverá ser feita por Diretor designado pela Diretoria para tal fim.

Artigo 22. Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

I. Coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

II. Zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

III. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV. Coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e

V. Definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social "*ad referendum*" do Conselho de Administração.

Artigo 23. Compete ao Diretor Financeiro:

I. Coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

II. Planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; e

III. Gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Artigo 24. Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação:

I. Analisar soluções de tecnologia da informação para controle e aperfeiçoamento dos negócios da Companhia;

II. Coordenar as atividades relacionada a sistemas, infraestrutura, suporte e telecomunicações; e

III. Dirigir as áreas de tecnologia da informação e de comércio eletrônico da Companhia.

Artigo 25. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

IV. Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

V. Prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

VI. Manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

CAPÍTULO VI- DO CONSELHO FISCAL

Artigo 26. A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição, em caso de reinstalação. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

CAPÍTULO VI – ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 27. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 28. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: **(i)** o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 29. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao

lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Quarto - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Quinto - A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Artigo 30. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo Primeiro - Após as deduções mencionadas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

(iv) uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente, após as destinações indicadas nos incisos (i) a (iii) acima, será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado às demais reservas

de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia;

(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vii) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Parágrafo Terceiro - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **(i)** importância destinada à constituição de reserva legal; e **(ii)** importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo Quarto - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 31. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 32. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 33. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII – CLÁUSULA ARBITRAL

Artigo 34. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme alteradas, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

Artigo 36. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, e observadas as regulamentações e orientações da CVM aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - Não são passíveis de indenização, entre outras a serem definidas pelo Conselho de Administração, as despesas decorrentes de atos dos administradores praticados: a) fora do exercício de suas atribuições; b) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou c) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; sendo que tais excludentes devem estar previstas nos respectivos contratos a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários e, caso o administrador solicite algum desembolso por parte da Companhia, a aferição sobre sua incidência no caso concreto deve ocorrer anteriormente a qualquer decisão sobre sua concessão.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo situação em que a Companhia delibere pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o ato praticado pelo administrador não é passível de indenização nos termos deste Estatuto e do respectivo contrato celebrado

entre a Companhia e o Beneficiário.

Artigo 37. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, quando houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

Artigo 38. Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas emitidas pela CVM, e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 39. As disposições contidas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º, nos parágrafos 1º e 2º do artigo 11, no inciso XI do artigo 10, no inciso XXI do artigo 16, nos artigos 27 e 28 e no artigo 34 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Anexo III

CANTU STORE S.A.

CNPJ/ME nº 41.096.674/0001-19

NIRE 3530056576-2

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

O presente Plano de Outorga de Opção de Aquisição de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da CANTU STORE S.A. ("Companhia"), realizada em 19 de outubro de 2021, estabelece os termos e condições de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 168 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Estatuto Social vigente da Companhia.

1. DOS OBJETIVOS

1.1. Os objetivos do Plano de Outorga de Opção de Aquisição de Ações da Companhia ("Plano"), são os seguintes:

(a) Possibilitar que os Participantes do Plano se tornem parceiros estratégicos de negócio, a quem será oferecida a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e forma previstos neste Plano; e

(b) Alinhar os interesses dos Participantes do Plano com os interesses dos acionistas da Companhia.

1.2. O presente Plano estabelece as condições gerais para que a Companhia outorgue opções de aquisição de ações ordinárias de sua emissão ("Ações") a seus administradores, colaboradores, empregados e prestadores de serviços na forma ora estabelecida.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

2.1. O presente Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

2.2. O Conselho de Administração da Companhia, na capacidade de administrador do Plano, terá autonomia e todos os poderes necessários para:

(a) tomar todas e quaisquer providências relativas à administração e implementação do Plano, incluída sua liquidação em instrumentos patrimoniais ou em caixa, em situação específica, detalhamento e aplicação das normas gerais ora estabelecidas;

(b) decidir quanto às datas em que serão outorgadas opções de aquisição de Ações ("Opções" ou, individualmente, "Opção"), bem como quanto à oportunidade de outorga das referidas opções em relação aos interesses da Companhia;

(c) selecionar, dentre as pessoas elegíveis para participar do presente Plano, aqueles que participarão efetivamente do Plano;

(d) decidir sobre questões relacionadas ao período aquisitivo e preço de exercício das Opções;

(e) analisar casos excepcionais, incluída uma eventual liquidação em caixa, tudo para fins de preservar os objetivos almejados com o presente Plano;

(f) modificar unilateralmente os termos e condições das opções outorgadas com o objetivo de adaptá-las a eventuais exigências que vierem a ser feitas por alteração legislativa pertinente, desde que tais alterações não prejudiquem os direitos dos Participantes (conforme abaixo definido); e

(g) revogar quaisquer Opções outorgadas caso os Participantes não sigam os termos definidos neste Plano e/ou do Termo de Adesão.

2.2.1. Caberá ao Conselho de Administração dirimir dúvidas acerca da interpretação e/ou implementação das normas gerais estabelecidas neste Plano, sendo que no caso de conflito entre as disposições do Plano e as Opções, e/ou quaisquer outros instrumentos, prevalecerão as disposições deste Plano.

2.3. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites impostos por lei, pelo estatuto social da Companhia, pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia e por este Plano.

2.4. Observado o disposto na presente Cláusula 2, as decisões do Conselho de Administração da Companhia terão caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, delas não cabendo qualquer recurso, desde que referidas decisões não conflitem com o estabelecido neste Plano, no estatuto social ou na legislação pertinente.

2.5. Caberá ao Conselho de Administração da Companhia aprovar a outorga das Opções aos Participantes.

3. DAS AÇÕES OBJETO DO PLANO

3.1. O volume global inicial das Ações objeto do Plano será de ações representativas de até 2% (dois por cento) de ações de emissão da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a liquidação financeira da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

3.1.1. Os limites das Ações objeto do Plano, acima previstos, poderão ser alterados por deliberação da maioria das ações com direito a voto de emissão da Companhia em Assembleia Geral de Acionistas especialmente convocada para esse fim.

3.2. Os atuais acionistas da Companhia não terão direito de preferência na aquisição de Ações decorrentes do exercício das Opções outorgadas, nos termos do parágrafo 3º do artigo 171 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

3.3. Obedecidos os limites estabelecidos neste Plano e pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, o Conselho de Administração estabelecerá o número de Ações objeto da Opção outorgada a cada Participante.

4. DOS PARTICIPANTES

4.1. Poderão participar do Plano os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre (a) administradores da Companhia ou de Controladas da Companhia; (b) executivos e colaboradores que exerçam função de gerência da Companhia ou de Controladas da Companhia; (c) colaboradores, incluindo empregados que ocupem cargos estratégicos para os negócios da Companhia ou de Controladas da Companhia; e (d) membros do Conselho Consultivo da Companhia, assim identificados pelo Conselho de Administração ou pelos Administradores ("Participante").

4.1.1. Para fins deste Plano, "Controlada" significa todas e quaisquer sociedades nas quais a Companhia detenha ou venha a deter, direta ou indiretamente, direitos de sócia que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e/ou o poder de eleger a maioria dos administradores das referidas sociedades.

4.2. As Opções, bem como o seu exercício pelos Participantes, não têm qualquer relação ou vinculação com sua remuneração.

4.3. O Conselho de Administração selecionará, dentre as pessoas definidas como elegíveis na Cláusula 4.1 acima, aquelas que participarão do Plano e que farão jus à outorga das Opções.

4.4. Nenhuma disposição do Plano (a) conferirá direitos a qualquer Participante relativos à sua permanência como empregado, administrador colaborador ou prestador de serviços da Companhia ou Controlada da Companhia; ou (b) interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou Controlada da Companhia, conforme a legislação aplicável, de rescindir a qualquer tempo o contrato de trabalho ou de prestação de serviços com o Participante; ou (c) assegurará aos Participantes, conforme seja o caso, o direito à sua respectiva reeleição para o cargo ou renovação de seu vínculo jurídico, manutenção de sua condição de empregado ou de prestador de serviços, com a Companhia ou Controlada da Companhia; tampouco interferirá no direito da Companhia de rescindir os respectivos contratos, conforme lhe aprouver.

4.5. Cada Participante do Plano aderirá a ele expressamente, mediante assinatura de termo de adesão ao Programa sem qualquer ressalva, o qual conterá todas as especificações de suas Opções, obrigando-se ao cumprimento de todos os dispositivos aqui acordados ("Termo de Adesão").

5. DA OUTORGA

5.1. Após prévia aprovação em sede de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, este outorgará Opções mediante assinatura do competente Termo de Adesão ao Programa. Para cada Programa, o Conselho de Administração determinará as respectivas condições que o regerão, conforme são listadas a seguir. Estas características estarão sujeitas à discricionariedade do Conselho de Administração, desde que sempre sejam respeitadas as regras deste Plano e os limites estabelecidos em Assembleia Geral de Acionistas.

5.1.1. As seguintes características do Termo de Adesão ao Programa deverão ser estabelecidas pelo Conselho de Administração:

(i) A lista dos Participantes elegíveis, que serão determinadas pelo Conselho de Administração, a seu único e exclusivo critério, bem como o número de Opções outorgadas para cada um deles;

(ii) O preço de exercício das opções, incluindo regras de atualização deste valor após a outorga das opções, bem como sua forma de pagamento pelo Participante;

(iii) Condições de aquisição de direito ao exercício das opções, incluindo prazos de carência (v*esting*) e outras possíveis condições de aquisição de direito que o Conselho de Administração entender relevantes;

(iv) Prazo de vencimento das opções;

(v) Regras de *lockup* (impossibilidade de alienação ou transferência) das ações recebidas mediante o exercício das opções, se aplicável;

(vi) Caso o valor das ações não possa ser consultado diretamente na Bolsa de Valores, determinação dos critérios de avaliação do valor das ações; para fins de liquidação do Plano;

(vii) hipóteses de desligamento do Participante e seus efeitos no contrato de opções;

(viii) estabelecer a(s) forma(s) de liquidação do Plano;

(ix) Eventuais penalidades.

5.2. Cada outorga realizada pelo Conselho de Administração será específica e destinada única e exclusivamente ao Participante destinatário. Sendo assim, a Companhia ou Controlada da Companhia não se obriga pelo Plano a qualquer regra de isonomia ou analogia, nem a estender a outros Participantes qualquer condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinados Participantes. Poderá, ainda, o Conselho de Administração estabelecer um tratamento especial para casos excepcionais, durante a eficácia de cada Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

5.3. A adesão ao Plano implicará na aceitação irrevogável e irretratável, pelo Participante, de todas as condições do presente Plano e do respectivo Termo de Adesão ao Programa, bem como o compromisso irrevogável e irretratável de, ao exercer a Opção, aderir aos documentos societários e a acordo de acionistas da Companhia, conforme aplicável, na data de exercício da Opção.

6. DO EXERCÍCIO DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

6.1. As Opções outorgadas no âmbito deste Plano somente poderão ser exercidas após o cumprimento das condições de aquisição de direito estabelecidas no Termo de Adesão ao Programa, e respeitando a data limite para os respectivos exercícios (data de vencimento das opções).

6.2. Sob pena de renúncia tácita sem qualquer direito à indenização, os Participantes deverão exercer suas Opções, desde que exercíveis nos moldes da Cláusula 6.1 acima, durante a Janela de Exercício por meio do envio de notificação formal de exercício ("Comunicado de Exercício"), por escrito, endereçada à Companhia, que, então, deverá tomar todas as providências necessárias para formalizar tal exercício.

6.3. O Termo de Adesão estabelecerá o preço de exercício e a forma de seu pagamento, em parcelas antecipadas ou à vista, com recursos do próprio Participante.

6.4. Caberá à Companhia informar se as Ações adquiridas serão as detidas em tesouraria ou se serão novas Ações a serem emitidas dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

6.5. Nenhuma Ação, ou valor a elas correspondente, será entregue ao Participante em decorrência do exercício de Opção(ões) a não ser que todas as exigências contratuais, legais, estatutárias e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Participante e devidamente verificadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

6.6. O Participante não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que as Opções sejam devidamente exercidas e as Ações objeto das Opções sejam de sua propriedade, por ter ocorrido o pagamento do respectivo preço de exercício, o que só ocorre no caso de liquidação do plano em Ações.

7. DA TRANSFERÊNCIA DAS OPÇÕES PELOS PARTICIPANTES

7.1. As Opções são outorgadas em caráter personalíssimo e não poderão ser alienadas ou exercidas por qualquer pessoa, jurídica ou física, que não seja o Participante.

7.1.1. Qualquer tentativa de negociação ou alienação a terceiro, a qualquer título, autorizará o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, a revogar as Opções detidas pelo Participante em questão, sem que seja devida qualquer indenização ou compensação.

8. DO TÉRMINO DA OPÇÃO

8.1. A Opção se extinguirá de pleno direito, sem que qualquer valor ou Ação sejam devidos ao Participante, nos seguintes casos:

(a) pelo exercício integral da Opção pelo Participante;

(b) pelo decurso do prazo de Exercício;

(c) por comum acordo entre o Conselho de Administração da Companhia e o Participante;

(d) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou haja pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou

(e) pelas hipóteses de desligamento e seus efeitos, conforme previsto no Termo de Adesão ao Programa.

9. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

9.1. O exercício da Opção estará condicionado à aceitação irrestrita, pelo Participante, dos documentos societários da Companhia, tais como seu estatuto social e acordo de acionistas vigente ou que venha a ser celebrado à época de exercício conforme cópia a ser fornecida ao Participante quando do exercício.

9.2. O exercício da Opção pelo Participante estará condicionado à manutenção da confidencialidade de todas as informações, dados, números, transações ou matérias que não estão disponíveis ao público, sejam elas em forma escrita, oral, visual ou através de meio digital, sob a forma de documento ou não, identificadas ou não como "confidenciais" pela Companhia e/ou Controlada da Companhia, incluindo, mas não se limitando, àquelas constantes do Termo de Adesão.

10. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO DO PLANO

10.1. O presente Plano entrará em vigor imediatamente após sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão tomada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação societária ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de aquisição poderá levar à revisão integral do Plano.

11.2. Qualquer Opção concedida de acordo com o Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estas que serão aplicáveis, no que couber, a qualquer programa ou contrato ou acordo mencionado neste documento.

11.3. A outorga de opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de

Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) decidir sobre a forma de liquidação do Plano.

11.4. Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, o Conselho de Administração da Companhia deverá realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano.

11.5. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e do Termo de Adesão ao Programa não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da Companhia.

11.6. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. Qualquer Opção concedida de acordo com o Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste Plano.

11.7. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano ou pelo Termo de Adesão ao Programa, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, que não impedirão que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

11.8. O presente Plano deve ser regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

* * * * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVA O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CANTU STORE S.A.
CNPJ/ME N° 41.096.674/0001-19
NIRE N° 3530056576-2

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia [•] de [•] de 2021, às [13:00] horas, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 14, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social da Cantu Store S.A. ("Companhia").

2. **PRESENÇA**: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Glauco Guimarães Ferreira; (ii) Claudia da Rosa Cortes de Lacerda; (iii) Humberto Gabriel Cantu; (iv) Ronaldo da Cunha Bueno Neto; (v) Eduardo Rogatto Luque.

3. **MESA**: Presidida pelo Sr. Glauco Guimarães Ferreira, e secretariada pelo Humberto Gabriel Cantu.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de novas Ações a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição/aquisição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no Artigo 6º do Estatuto Social; **(iii)** aprovação sobre os direitos relacionados às novas Ações; **(iv)** a aprovação "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A." ("Prospecto Definitivo") e do Final Offering Memorandum a serem utilizados na Oferta; **(v)** homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a aprovação, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do caput do Artigo 5º do Estatuto Social; **(vii)** autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(viii)** autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

5. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[•] ([•]) por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso I, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor

pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição/aquisição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) Aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●] ([●]), o qual passará de R$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), para R$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$ [●], que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 150.750.000 (cento e cinquenta milhões e setecentos e cinquenta mil) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do Artigo 6º, Parágrafo Segundo do Estatuto Social;

(iii) Aprovar que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) Aprovar o prospecto definitivo e o final offering memorandum a serem utilizados na Oferta;

(v) Homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(vi) Face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do caput do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$[●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."

(vii) Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando ao: (a) "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A."; (b) "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A."; (c) "Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A."; (d) Contrato de Colocação Internacional (Placement Facilitation Agreement); e (e) o "Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão", que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e

(viii) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

(ix) **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Presidente – Glauco Guimarães Ferreira; Secretário – Humberto Gabriel Cantu. Membros do Conselho de Administração: (i) Glauco Guimarães Ferreira; (ii) Claudia da Rosa Cortes de Lacerda; (iii) Humberto Gabriel Cantu; (iv) Ronaldo da Cunha Bueno Neto; (v) Eduardo Rogatto Luque.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

Mesa:

Glauco Guimarães Ferreira	**Humberto Gabriel Cantu**
Presidente	Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

CANTU STORE S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1108, Conj. 144, 14º andar,, CEP 04547-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 41.096.674/0001-19, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do acionista vendedor pessoa física identificado no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionista Vendedor**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), o Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" ou "**Agente Estabilizador**"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o J.P. Morgan, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre a Companhia e relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia, no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu StoreS.A." ("**Prospecto Preliminar**") e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários,

atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

CANTU STORE S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO E DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

HUMBERTO GABRIEL CANTU, brasileiro, empresário, casado, portador da cédula de Identidade RG nº 67967852 SESP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 035.941.999-24, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, Conj. 144, 14º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-001 ("**Humberto**" ou "**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **CANTU STORE S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1108, Conj. 144, 14º andar,, CEP 04547-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 41.096.674/000-19, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), o Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" ou "**Agente Estabilizador**"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com Coordenador Líder, o Agente Estabilizador e o J.P. Morgan, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Sr. Humberto, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre ele e/ou relacionados à Oferta;

(ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(iii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Cantu Store S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código

ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

HUMBERTO GABRIEL CANTU

ANEXO F DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da **CANTU STORE S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1108, Conj. 144, 14º andar, CEP 04547-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 41.096.674/0001-19, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do acionista vendedor pessoa física identificado no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionista Vendedor**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, e o J.P. Morgan, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou a Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras incluídas no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Cantu Store S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, com as demonstrações contábeis combinadas do Grupo Cantu Store (que compreende as seguintes entidades: a Companhia, a CP Comercial S.A., a CPX Distribuidora S.A., a ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., a N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A.), relativas ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2020 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de

dezembro de 2020, 2019 e 2018 e com as informações contábeis intermediárias da Companhia, referente ao período de setenta e um dias findo em 30 de setembro de 2021;;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO G DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE 71 DIAS FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CantuStore

RESULTADOS 3T21

© 2021 por Cantu Store
www.Cantustore.com.br | Rod. Antônio Heil, 800 | Itaipava | Itajaí | SC

Caro leitor,

A Cantu Store S.A. foi constituída em 21 de julho de 2021, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente.

No contexto da preparação da consolidação do Grupo Cantu Store para uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), em 19 de outubro de 2021 a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital da empresas CP Comercial S.A, CPX Distribuidora S.A, ITR Comércio de Pneus e Peças S.A, NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A., com o objetivo de consolidar suas atividades operacionais sob o controle de uma única entidade jurídica. Essa transação de compra de participação está condicionada, dentre outros fatores, à realização do IPO anteriormente citado.

Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. (“Grupo Cantu Store”), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

www.pwc.com

Cantu Store S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias e relatório dos auditores independentes em 30 de setembro de 2021

Relatório do auditor independente sobre a demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Cantu Store S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cantu Store S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 71 dias findo em findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cantu Store S.A. em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 71 dias findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cantu Store S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as entidades incluídas nas demonstrações financeiras não operaram como uma única entidade legal. Essas demonstrações financeiras não são, portanto, necessariamente indicativas dos resultados que seriam obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativas de resultados futuros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Avenida Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil 88015-215
T: (48) 3212-0200, www.pwc.com/br

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cantu Store S.A. e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras Cantu Store S.A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A administração da Cantu Store S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Cantu Store S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cantu Store S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cantu Store S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Cantu Store S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras .

Cantu Store S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cantu Store S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cantu Store S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cantu Store S.A. não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representa a correspondente transação e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Cantu Store S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 21 de outubro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Cantu Store S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de setembro de 2021
(Em Reais)

Ativo	Nota	30-set-21	Passivo	Nota	30-set-21
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	100.500	**Patrimônio líquido**	7	
			Capital social		100.500
Total do Ativo		100.500	**Total do Passivo**		100.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Cantu Store S.A.

Demonstração do resultado exercício
Período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021
(Em Reais)

	Nota	30-setembro-21
Receita líquida de vendas		-
Custo das vendas		-
Lucro bruto		-
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas de vendas		-
Despesas administrativas e gerais		-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		-
Receitas financeiras		-
Despesas financeiras		-
Variação cambial, líquida		-
Despesas financeiras, líquidas		-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-
Imposto de renda e contribuição social correntes		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-
Lucro (prejuízo) líquido do período		-
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Cantu Store S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021
(Em Reais)

	30-set-21
Lucro (prejuízo) líquido do período	-
Outros resultados abrangentes	
Resultado Abrangente Total do período	
Atribuído a:	
Acionistas da Companhia	0
Participação dos Não Controladores	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Cantu Store S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021
(Em Reais)

	Capital Social	Total
Saldo em 21 de julho de 2021	**-**	**-**
Transação de capital com sócios:		
Integralização de capital social	100.500	100.500
		-
Saldo em 30 de setembro de 2021	**100.500**	**100.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Cantu Store S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021
(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**30-set-21**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital social	100.500
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	100.500
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	100.500
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No fim do período	100.500
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa	100.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Cantu Store S.A.

Demonstração do valor adicionado
Período de 71 de dias findo em 30 de setembro de 2021
(Em Reais)

		30-set-21
Receitas		
Vendas brutas de produtos e serviços		-
Outras receitas		-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)		-
	-	
		-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		-
Outras despesas		-
		-
Valor adicionado bruto		-
Depreciação, amortização, exaustão e impairment		-
Valor adicionado líquido produzido		-
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos lucros de controladas		-
Receitas financeiras		-
Valor adicionado total a distribuir		-
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta		-
Pessoal - benefícios		-
Impostos, taxas e contribuições		
Federais		-
Estaduais		-
Juros, tarifas e variações cambiais		-
Aluguéis		-
Juros sobre capital próprio e dividendos		-
Lucros retidos/prejuízo do período		-
Valor adicionado distribuído		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1 Contexto operacional

A Cantu Store S.A. ("Companhia"), foi constituída em 21 de julho de 2021, possui sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objeto a participação societária em outras sociedades.

No contexto do processo de listagem da Companha na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com vistas à posterior emissão primária de ações – IPO, A Cantu Store S.A. foi constituída para ser a controladora do Grupo Cantu Store, que é representado pelas empresas CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A e CANSPE Participações S.A., todas domiciliadas no Brasil com sede administrativa na cidade de Itajaí/SC, e atuação no segmento de comércio varejista e atacadista de pneumáticos, câmaras e rodas em todo o território nacional. A Cantu Store S.A., bem como as empresas que fazem parte do Grupo Cantu Store no contexto anteriomente citado, são integralmente controladas pelo Sr. Humberto Cantu.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade - IFRS. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, referente ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021 compreendem as informações financeiras intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico "CPC 21 – Demonstração Intermediárias", aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 – *Interim Financial Reporting*", emitida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de outubro de 2021.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda

do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional") . Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

Não existem incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - *inputs,* para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo International *Accounting Standards Board* ("IASB") mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30-setembro-21
Caixa	500
Depósitos à vista	100.000
	100.500

7 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito foi integralizado em 29 de setembro de 2021, no montante de R$100.500 (cem mil e quinhentos reais).

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício.

8 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	30-setembro-21
Ativos financeiros	
Custo amortizado:	
Caixa e equivalentes de caixa	100.500
	100.500

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Gerenciamento de risco financeiro
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez e estrutura de capital

Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 pode ser assim sumarizado:

	30-setembro-21
Total financiamentos e empréstimos	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(100.500)
Dívida líquida	(100.500)
Patrimônio líquido	100.500

Capital total	100.500
Índice de alavancagem financeira	1.0

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

9 Eventos Subsequentes

No contexto da preparação da consolidação do Grupo Cantu Store para uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), em 19 de outubro de 2021 a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital da empresas CP Comercial S.A, CPX Distribuidora S.A, ITR Comércio de Pneus e Peças S.A e Nesope Empreendimentos e Participações S.A. com o objetivo de consolidar suas atividades operacionais sob o controle de uma única entidade jurídica. Essa transação de compra de participação está condicionada, dentre outros fatores, à realização do IPO anteriormente citado.

* * *

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Eu, **HUMBERTO GABRIEL CANTU**, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 67967852 - SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 035.941.999-24, na qualidade de Diretor Presidente da **CANTU STORE S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.096.674/0001-19 ("Companhia"), declaro, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordo com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

21 de outubro de 2021.

HUMBERTO GABRIEL CANTU:03594199924

Assinado de forma digital por HUMBERTO GABRIEL CANTU:03594199924
Dados: 2021.10.21 11:21:48 -03'00'

HUMBERTO GABRIEL CANTU

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Eu, **VITOR DAS NEVES LEME**, brasileiro, administrador, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4104277 SESP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 062.320.859-81, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **CANTU STORE S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.096.674/0001-19 ("Companhia"), declaro, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordo com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

21 de outubro de 2021.

VITOR DAS NEVES LEME:06232085981

Assinado de forma digital por VITOR DAS NEVES LEME:06232085981
Dados: 2021.10.21 11:22:08 -03'00'

VITOR DAS NEVES LEME

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO H **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CantuStore

RESULTADOS 2020

© 2021 por Cantu Store
www.Cantustore.com.br | Rod. Antônio Heil, 800 | Itaipava | Itajaí | SC

Mensagem da Administração

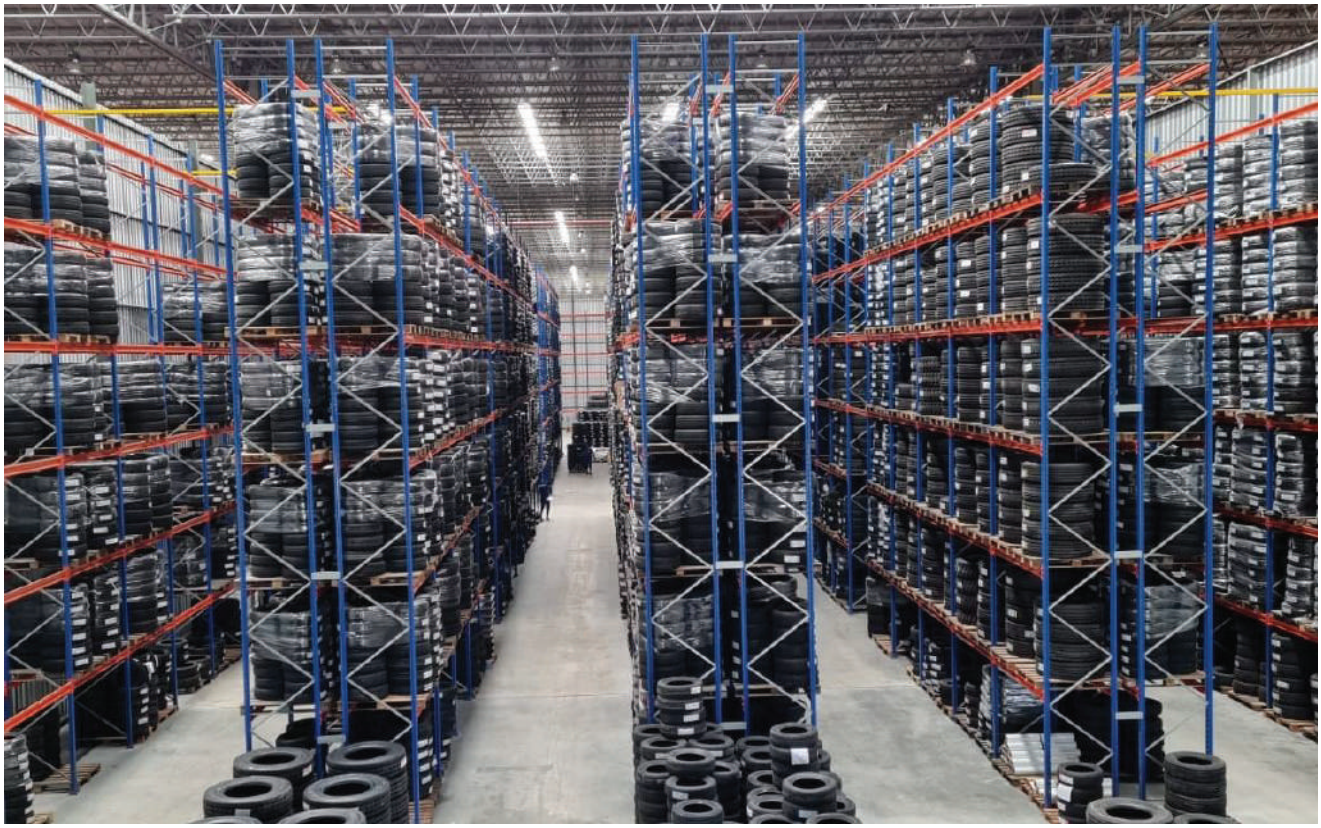
"A Cantu Store está pronta para ser a maior plataforma de venda de pneus do Brasil."

Caro leitor,

É óbvio, porém imperativo, afirmar que o ano de 2020 foi um ano atípico e desafiador. Apesar dos desafios que a pandemia do COVID-19 trouxe para o país, para o setor e para nossa empresa, 2020 foi um ano cujas restrições nos possibilitaram focar nos processos internos e preparação, resultando em grande crescimento.

Iniciamos o ano com crescimento de 37% em Janeiro e 20% em Fevereiro. Com o lockdown na segunda quinzena, concluímos Março com apenas 9% de crescimento frente ao ano de 2019. Tomamos a decisão de seguir operando, sem interrupções, o que foi possível devido à forte posição de estoque decorrente da preparação para o Ano Novo Chinês e para a Convenção Nacional de Passeio, que aconteceria em Maio. Montamos um Comitê de Crise, deslocando toda a Diretoria para a sede em Itajaí/SC e movimentando as equipes para home office.

O Comitê de Crise iniciou o segundo trimestre tomando ações imediatas diretas em CAPEX e OPEX: (i) a primeira série de ações se deu em linhas binárias (fazer ou não fazer), com cortes imediatos; (ii) a segunda série se deu dentro de cada área da companhia, com frentes de renegociação de todos os contratos possíveis, independentemente de sua relevância, sendo que algumas cobranças de alugueis foram isentados e contratos diversos tiveram carência de até 3 meses no seu pagamento. Houve também a migração de todos os eventos internos para o formato digital; e (iii) a terceira ação, reflexo do redimensionamento das áreas, foi a redução do headcount que se deu desde os níveis de base até a Diretoria, com redução estimada em 15% no custo de folha. As importações e fechamentos de câmbio foram suspensos, migrando a compra de pneus para a indústria nacional, cujo custo ainda não refletia as máximas do dólar e cujos prazos de pagamento permitiam maior previsibilidade de caixa. Esta ação também permitiu a evasão das restrições logísticas internacionais, principalmente na Ásia. A comunicação com o time foi feita através de lives diárias com as lideranças e semanais com todo o time. O mês de Maio marcou o início da retomada do crescimento.

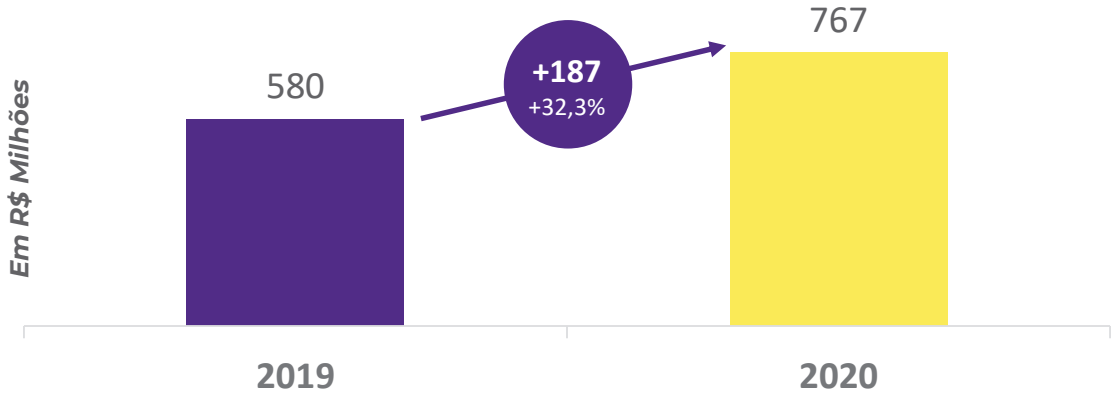


O crescimento foi restabelecido de vez no terceiro trimestre, no qual atingimos a média mensal de R$ 80 milhões de faturamento, um crescimento de 23% frente ao mesmo período de 2019. Retomamos, com isso, as importações, mantendo o excelente relacionamento desenvolvido com os fornecedores nacionais. Seguindo os movimentos do estado de Santa Catarina, retornamos gradualmente as equipes ao trabalho presencial mediante testes em massa. Eventos seguiram sendo realizados digitalmente, sendo a Convenção Nacional de Vendas e a Convenção Nacional dos Assistentes Comerciais 100% on-line. Como resultado do foco dado às melhorias de processo, iniciamos o projeto de implementação do SAP S4/HANA, ERP que substituiria o Totvs Protheus.

O último trimestre do ano foi de consecutivos recordes de faturamento, com média mensal de R$ 98 milhões. Abrimos as filiais de Belém/PA e Cuiabá/MT. Iniciamos a venda de câmaras de ar da marca própria Speedmax, produzidas nacionalmente, e também a operação pela PneuStore da loja própria da Continental no Mercado Livre. Os pneus nacionais cresceram sua participação no mix do Grupo, passando de 19% para 29%. Fizemos, mais uma vez, uma grande Black Friday de pneus, que contou com o evento FS Race, patrocinado pela PneuStore no qual a dupla Fernando e Sorocaba cantou ao vivo em meio aos pilotos de drift do PneuStore Team. Os últimos meses do ano também marcaram o forte movimento de alongamento dos passivos, aproveitando principalmente as linhas de FGI e isenção do IOF para operações de crédito. Foram captados mais de R$ 80 milhões.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2020, tivemos o crescimento do ROL em **32,3%**, atribuído substancialmente a abertura de duas novas filiais em Várzea Grande/MT e Ananindeua/PA, ampliação e diversificação do portifólio de produtos, e crescimento dos índices de visitação/acesso e conversão de vendas dos canais digitais tanto no portal próprio quanto nos portais dos *marketplaces* parceiros do Grupo Cantu Store Store.

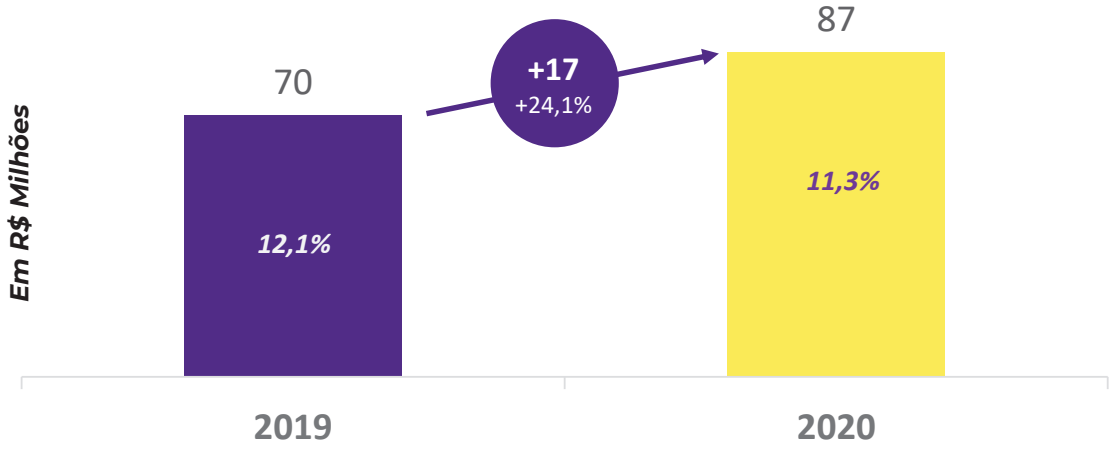


EBITDA Ajustado

(Em milhões de reais)	2019	2020	Var (R$)	Var (%)
Resultado líquido do exercício	56	42	(14)	(24,7%)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(21)	28	49	(229,4%)
(+) Resultado financeiro líquido	43	60	18	41,8%
(+) Depreciação e amortização	5	6	1	17,3%
EBITDA Contábil	**82**	**136**	**54**	**65,8%**
(-) Reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas	(17)	(47)	(30)	176,9%
(-) Ajuste de saldos de parcelamentos de impostos	5	(2)	(7)	(149,1%)
EBITDA Ajustado	**70**	**87**	**17**	**24,1%**
Receita operacional líquida	580	767	187	32,3%
Margem EBITDA	**14,2%**	**17,7%**		
Margem EBITDA Ajustado	**12,1%**	**11,3%**		

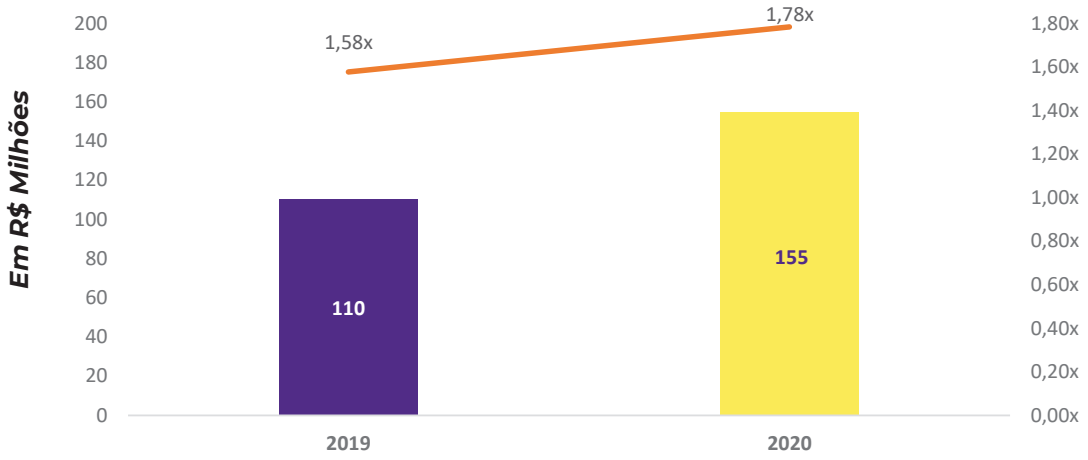
[1]Efeitos não recorrentes reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas e ajuste de saldos de parcelamentos de impostos nos períodos findos em 30 de dezembro de 2020

Em 2020, tivemos um crescimento de **24,1%** no EBITDA Ajustado da companhia, em que mesmo com os desafios impostos pela pandemia, foi possível manter um bom nível de margem.



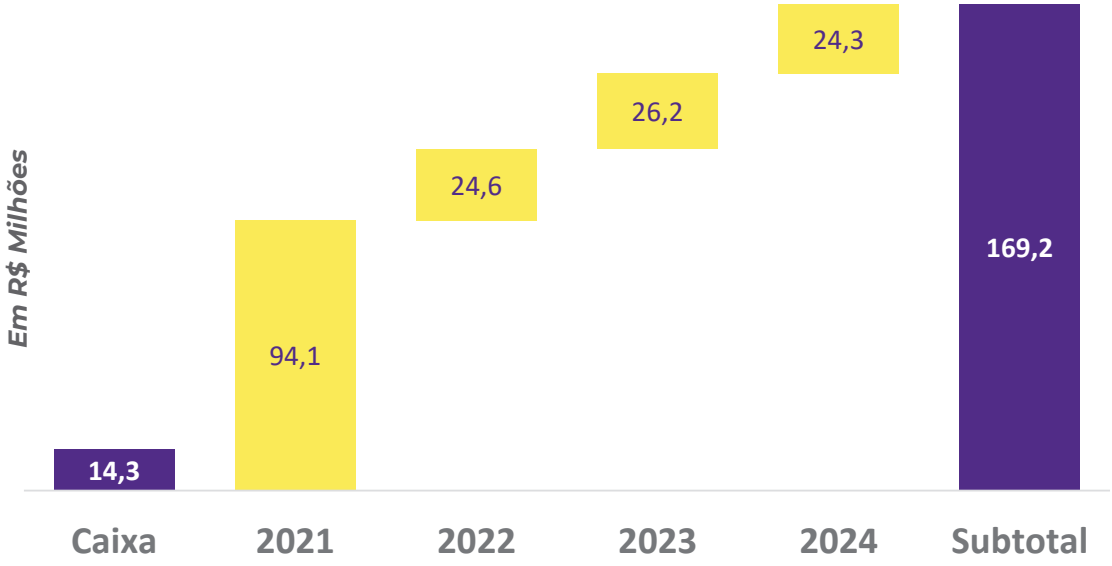
ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A Alavancagem Líquida ficou estável, com aumento de apenas 0,20x em comparação ao exercício de 2019, decorrente das excelentes oportunidades de captação de recursos aproveitadas no último trimestre do ano.



DÍVIDA

Em 2020 a Cantu Store deu grande foco na redução do custo das suas operações de dívida. Isto, somado ao forte desempenho operacional, permite ao Grupo avançar com as ações de alongamento do seu *duration*.



www.pwc.com

Grupo Cantu Store

Demonstrações financeiras combinadas e relatório dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2020

Relatório do auditor independente sobre a demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo Cantu Store

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas das entidades mencionadas na Nota 1 (no conjunto denominadas "Grupo Cantu Store"), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo Cantu Store em 31 de dezembro de 2020 desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo Cantu Store, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

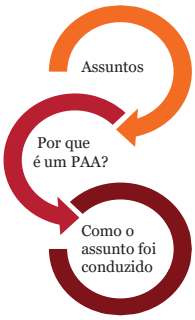
Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras combinadas, que descreve que as entidades incluídas nas demonstrações financeiras combinadas não operaram como uma única entidade legal. Essas demonstrações financeiras combinadas não são, portanto, necessariamente indicativas dos resultados que seriam obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativas de resultados futuros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Avenida Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil 88015-215
T: (48) 3212-0200, www.pwc.com/br

Grupo Cantu Store

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita	
Conforme nota explicativa 6 (l), o Grupo Cantu Store reconhece receita de vendas quando o controle da mercadoria é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação da mercadoria. A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da Administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto. Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria.	Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: (i) Entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com vendas e das respectivas contas a receber; (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência das vendas; (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de receitas com vendas, notas fiscais emitidas e a efetiva entrega da mercadoria, bem como verificamos a liquidação financeira da transação. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas de vendas atende o regime de competência, e que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Realização do impostos de renda diferido ativo	
Conforme descrito na Nota 12 das demonstrações financeiras combinadas, o Grupo Cantu Store apresenta em 31 de dezembro de 2020, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 5.330. A Administração elaborou análises para verificar a recuperabilidade desses ativos fiscais diferidos, conforme determina o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" e da Instrução CVM 371 que dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Tais análises indicam que o aproveitamento desses créditos, em sua grande maioria, a partir de 2021 e por um período de no máximo 5 anos. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) as estimativas utilizadas pela administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, (ii) o período distante da data base em que os referidos créditos tributários seriam realizados e (iii) indícios significativos de incertezas associadas a não ser provável que haverá lucros tributários futuros em montante suficiente para a recuperação integral dos ativos diferidos líquidos.	Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (i) Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. (ii) Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez do Grupo Cantu Store e do processo de elaboração e aprovação, da projeção do fluxo de caixa, bem como obtenção de explicações em relação aos volumes e preços utilizados na projeção e considerados como principais premissas. Análise da consistência das informações com os valores realizados de anos anteriores. (iii) Análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários de volumes e preços, entre outros. (iv) Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. (v) Discutimos o assunto com os nossos especialistas de impostos. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Grupo Cantu Store foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Cantu Store. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras combinadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse

Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas

A administração do Grupo Cantu Store é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração do Grupo Cantu Store é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras combinadas livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Cantu Store continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo Cantu Store ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Grupo Cantu Store são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base na referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Cantu Store.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Cantu Store. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Cantu Store não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras combinadas representa a correspondente transação e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo Cantu Store para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo Cantu Store e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras combinadas do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 20 de outubro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Grupo Cantu Store

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	2018
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	14.379	5.002	4.241
Contas a receber de clientes	9	65.003	58.370	43.638
Contas a receber de clientes partes relacionadas	9 e 20	15	62	3.102
Estoques	10	132.469	116.625	76.956
Impostos a recuperar	11	30.082	23.010	11.870
Adiantamento a fornecedores	14	17.383	15.958	3.773
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	14 e 20	-	56	15.744
Outras contas a receber		4.523	3.022	768
		263.854	222.105	160.092
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	5.330	25.573	-
Mútuos com partes relacionadas	13	14.594	12.290	2.696
Adiantamento a partes relacionadas	14 e 20	23.981	4.304	382
Outras contas a receber		394	3.568	35
Propriedades para investimento	27	7.973	1.657	1.657
Imobilizado	15	6.748	5.971	5.812
Intangível		701	1.268	1.894
Direito de uso de bens em arrendamento	30	13.905	16.295	-
		73.626	70.926	12.476
Total do ativo		**337.480**	**293.031**	**172.568**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2020	2019	2018
Circulante				
Fornecedores	16	25.165	45.957	23.679
Fornecedores partes relacionadas	16 e 20	30.103	56.891	56.417
Empréstimos e financiamentos	17	99.440	81.297	79.245
Impostos e contribuições a recolher	18	23.578	19.957	10.626
Salários e férias a pagar		1.695	1.545	1.601
Adiantamento de clientes	19	6.483	1.772	3.207
Adiantamento de clientes partes relacionadas	20	275	8.513	4.973
Arrendamentos a pagar	30	4.337	3.817	-
Mutuo com partes relacionadas	20	1.500	-	-
Outras contas a pagar		28	52	36
		192.604	219.801	179.784
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	17	69.840	34.153	26.964
Arrendamentos a pagar	30	10.453	12.477	-
Mutuo com partes relacionadas	20	3.503	-	-
Impostos e contribuições a recolher	18	13.440	18.373	13.286
Provisão para contingências	21	6.938	2.594	335
		104.174	67.597	40.585
Patrimônio líquido	22			
Capital social		81.676	81.676	31.676
Reservas de lucros		(40.974)	(76.043)	(79.477)
		40.702	5.633	(47.801)
Total do passivo		**337.480**	**293.031**	**172.568**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019	2018
Receita líquida de vendas	23	766.950	579.513	520.522
Custo das vendas	24	(555.117)	(413.915)	(395.150)
Lucro bruto		211.833	165.598	125.372
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas de vendas	24	(67.426)	(54.023)	(69.794)
Despesas administrativas e gerais	24	(66.619)	(44.352)	(46.749)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	52.044	9.514	2.703
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		129.832	76.737	11.532
Receitas financeiras	25	2.564	2.389	2.243
Despesas financeiras	25	(44.334)	(40.540)	(34.200)
Variação cambial, líquida	25	(18.567)	(4.393)	(7.226)
Despesas financeiras, líquidas		(60.337)	(42.544)	(39.183)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		69.495	34.193	(27.651)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(7.409)	(4.206)	(567)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(20.243)	25.573	(1.875)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**41.843**	**55.560**	**(30.093)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**41.843**	**55.560**	**(30.093)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	**41.843**	**55.560**	**(30.093)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucro				
	Capital Social	**Reserva para subvenções**	**Reserva legal**	**Reserva especial para dividendos mínimos obrigatórios**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**31.676**	**-**	**921**	**4.718**	**(54.438)**	**-**	**(17.123)**
Resultado do Exercício:							
Lucro Líquido do Exercício						(30.093)	(30.093)
Constituição de subvenção para subvenção		15.494				(15.494)	-
Constituição de reserva legal			495			(495)	-
Constituição de reserva especial para dividendo obrigatório				2.498		(2.498)	-
Transação de capital com sócios:							
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório						(585)	(585)
Retenção de lucros do exercício					(49.165)	49.165	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**31.676**	**15.494**	**1.416**	**7.216**	**(103.603)**	**-**	**(47.801)**
Resultado do Exercício:							
Lucro Líquido do Exercício						55.560	55.560
Constituição de subvenção para subvenção		12.946				(12.946)	-
Constituição de reserva legal			338			(338)	-
Transação de capital com sócios:							
Integralização de Capital	50.000	(23.013)			(16.986)		10.000
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório				(7.216)		(4.735)	(11.951)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício						(176)	(176)
Retenção de lucros do exercício					37.365	(37.365)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**81.676**	**5.427**	**1.754**	**-**	**(83.224)**	**-**	**5.633**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Resultado do Exercício:							
Lucro Líquido do Exercício						41.843	41.843
Constituição de subvenção para subvenção		20.666				(20.666)	-
Constituição de reserva legal			291			(291)	-
Transação de capital com sócios:							
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório						(5.725)	(5.725)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício						(1.049)	(1.049)
					14.112	(14.112)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**81.676**	**26.093**	**2.045**	**-**	**(69.112)**	**-**	**40.702**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2020**	**2019**	**2018**
Resultado do exercício	69.495	34.193	(27.651)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	1.911	1.797	2.073
Amortização arrendamento de bens	4.365	3.554	-
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)	(5.061)	2.526	(1.464)
Perdas efetivas com clientes		49	51
Resultado negativo na alienação de investimentos	-	3.708	-
Reversão de provisão de perdas com adiantamentos concedidos a partes relacionadas	46.879	4.980	
Custo residual do ativo imobilizado baixado	-	413	5
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17)	4.847	13.893	16.264
	122.436	65.113	(10.722)
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	(1.525)	(14.267)	27.239
Redução (aumento) em estoques	(15.844)	(39.669)	(7.994)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	(70.229)	(14.993)	(17.661)
Redução (aumento) em outras contas a receber	1.673	(9.495)	365
Redução (aumento) em depósitos judiciais	-	-	-
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(7.072)	(11.140)	2.548
(Redução) aumento em fornecedores	(47.580)	22.752	(3.449)
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	(8.721)	10.212	2.996
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias	150	(56)	(286)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(3.527)	2.105	2.388
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	(1.504)	(1)	-
(Redução) aumento em outras contas a pagar	9.323	2.275	(216)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(22.420)	12.836	(4.792)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível	(19)	(38)	(30)
Aquisição de direito de uso de bens arrendados	(1.975)	(3.554)	-
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 15)	(8.418)	(1.705)	(912)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(10.412)	(5.297)	(942)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos aos sócios	(6.774)	(12.127)	(585)
Integralização de capital social	-	10.001	-
Empréstimos tomados (Nota 17)	451.480	273.900	61.972
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(397.712)	(267.378)	(40.809)
Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 17)	(4.785)	(11.174)	(15.911)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	42.209	(6.778)	4.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	9.377	761	(1.067)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	5.002	4.241	5.308
No fim do exercício	14.379	5.002	4.241
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	9.377	761	(1.067)

As transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa estão apresentadas no Nota Explicativa 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Receitas			
Vendas brutas de produtos e serviços	920.629	727.535	648.885
Outras receitas	16.895	393	1.645
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(5.061)	2.575	(1.413)
	932.463	730.503	649.117
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(555.117)	(413.915)	(395.150)
Despesas de transporte	(28.758)	(26.443)	(22.057)
Comissões	(21.976)	(17.115)	(16.370)
Serviços de terceiros	(10.522)	(5.202)	(7.194)
Custos de publicidade	(6.016)	(2.920)	(4.643)
Despesas com informática	(4.628)	(3.466)	(3.691)
Seguros	(1.598)	(1.201)	(806)
Despesas com viagens	(1.736)	(985)	(1.585)
Despesas com importação	(1.903)	(1.485)	(1.874)
Outras despesas	(38.290)	(21.177)	(19.359)
	(670.544)	(493.909)	(472.729)
Valor adicionado bruto	261.919	236.594	176.388
Depreciação, amortização, exaustão e impairment	(6.276)	(5.351)	(2.073)
Valor adicionado líquido produzido	255.643	231.243	174.315
Valor adicionado recebido em transferência			
Participação nos lucros de controladas	-	-	-
Receitas financeiras	2.564	2.389	2.243
Valor adicionado total a distribuir	**258.207**	**233.632**	**176.558**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal - remuneração direta	(10.816)	(9.353)	(10.371)
Pessoal - benefícios	(3.107)	(2.428)	(3.375)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	(1.280)	(5.622)	(9.127)
Estaduais	(145.614)	(127.163)	(93.096)
Juros, tarifas e variações cambiais	(62.901)	(44.933)	(41.426)
Aluguéis	(1.125)	(4.287)	(3.693)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(6.774)	(12.127)	(585)
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(26.590)	(27.719)	(14.885)
Valor adicionado distribuído	**(258.207)**	**(233.632)**	**(176.558)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

1 Contexto operacional

O Grupo Cantu Store ("Grupo") é representado pelas empresas CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. e NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A., todas domiciliadas no Brasil com sede administrativa na cidade de Itajaí/SC, possuindo quatro centros de distribuição localizados nas cidades de Itajaí/SC, Serra/ES, Jaboatão dos Guararapes/PE e Barueri/SP, além de unidades comerciais nos Estados das Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste, com mais de 60 mil m2 de área de estocagem e detentora de um portifólio abrangente e diversificado de produtos. Essas empresas são integralmente controladas pelo acionista Humberto Gabriel Cantu.

As empresas que compõem o combinado do Grupo apresentadas neste relatório e suas respectivas atividades operacionais são as seguintes:

CP Comercial S.A.

A CP Comercial S.A., foi fundada em 8 de junho de 2007, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto o comércio atacadista e varejista de pneumáticos e câmaras de ar, protetores e autopeças em geral e o serviço de manutenção e reparação em veículos automotores.

CPX Distribuidora S.A.

A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.

A ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., foi fundada em 27 de março de 2012 e adquirida pelo Grupo em 18 de novembro de 2016, possui sede na Via de Acesso João de Goes, nº 1400, galpão 5 e 6, Mezanino, Bairro Jardim Itaquiti, CEP 06.422-150, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o comércio atacadista e distribuição de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A.

A NEOSPE Empreendimento e Participações S.A., foi fundada em 27 de março de 2017, possui sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, Conjunto 144, Bairro Vila Olimpia, CEP 04.547-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objeto social a participação societária em outras empresas.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo Cantu Store foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC")., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis combinadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na gestão do Grupo.

2.2 Base de preparação

No contexto do processo de registro do Grupo junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e abertura de capital no mercado brasileiro, essas demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas com o objetivo de apresentar as informações contábeis como se as empresas do Grupo Cantu Store fossem apenas uma única entidade, considerando os mesmos procedimentos utilizados quando da elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, no que for aplicável, e seguem, adicionalmente, o Pronunciamento Técnico CPC 44 – Demonstrações Combinadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 708, de 02 de maio de 2013. A diferença básica é que demonstrações consolidadas são elaboradas para a controladora e incluem as demonstrações de suas controladas e das entidades em que assume a maioria dos riscos e benefícios, enquanto nas demonstrações combinadas não há uma controladora, mas um grupo de entidades sob controle comum.

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo Cantu Store, que são de responsabilidade da administração do Grupo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. As demonstrações contábeis combinadas estão apresentadas para fornecimento de informações e análises adicionais sobre as operações do Grupo, e não representam as demonstrações contábeis individuais das empresas listadas acima na Nota 1, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, tributos ou para quaisquer outros fins societários ou análise de rentabilidade ou sobre performance. Portanto, os negócios incluídos nessas demonstrações contábeis combinadas não operaram como uma única entidade e, portanto, as demonstrações contábeis combinadas não necessariamente indicam os resultados que teriam sido apurados se eles tivessem operados por uma única entidade durante o exercício apresentado, ou ainda, que não são um indicativo de resultados futuros.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 6.

A preparação de demonstrações contábeis combinadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais, e não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas das empresas. As demonstrações contábeis combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos,

tributos ou quaisquer outros fins societários ou estatutários. Por isso, não estão sendo apresentas as informações sobre o lucro básico e diluído por quotas ou ações

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Grupo em 20 de outubro de 2021.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras combinadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional") . Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.5 Efeito do novo Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Financeiras Combinadas

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. O Grupo acompanhou a evolução de prováveis impactos da COVID-19 sobre suas operações, atividades e negócios. Assim, o Grupo instituiu um Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A Administração tomou todas as medidas emergenciais possíveis, para preservação dos empregos e de sua capacidade de geração de caixa, para isto, as principais medidas tomadas até foram:

i. Corte de gastos considerados não essenciais, como viagens, estadias, marketing, bonificações;
ii. Renegociação de valores e prazos para pagamento junto aos fornecedores e demais parceiros;

Cabe destacar ainda que, o Grupo sofreu uma queda de 10% no faturamento do mês de março de 2020 e 25% no mês de abril de2020, se comparados aos valores orçados originalmente para o ano, entretanto, no mês de maio de2020 já alcançou o faturamento previsto originalmente, e para os demais meses de junho a dezembro de 2020 foi possível cumprir as metas estabelecidas de faturamento.

3 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são o CEO e o Diretor Financeiro.

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informações financeiras individualizadas disponíveis.

Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, o Grupo possui três segmentos de negócio operacionais sujeitos à divulgação de informações por segmento:

E-commerce
Corresponde as operações de geração de receita através de canais digitais formados por site próprio ("www.pneustore.com.br") e plataformas terceirizadas administradas por *Marketplaces*. Possui abrangência nacional e conta com três centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES e Jaboatão dos Guararapes/PE. O foco de atuação é a venda de pneus para automóveis e caminhonetes diretamente ao consumidor final pessoa física.

Frota
Corresponde as operações de geração de receitas através de uma estrutura de força de vendas formada por vendedores internos e externos, e também, conta com representantes comerciais especializados. Possui abrangência nas regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste onde o foco de atuação é a venda de pneus de caminhão, ônibus, máquinas industriais, agrícolas e de mineração para consumo próprio.

Revenda
Corresponde as operações de geração de receita através de uma estrutura de força de vendas formada por vendedores internos e externos, e também, conta com representantes comerciais especializados. Possui abrangência nas regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste onde o foco de atuação é a venda de pneus de automóvel e caminhonetes para varejistas e autocenters.

As informações gerenciais do Grupo são avaliadas pelo tomador de decisão mensalmente com base nessa estrutura de segmentos.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração do Grupo utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** – Reconhecimento de receita de venda de produtos
- **Nota 9** - Contas a receber (mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- **Nota 12** - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- **Nota 21 -** Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências).
- **Nota 30 –** Arrendamentos (taxa de juros de leasing)

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados verificados do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 – instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3** - *inputs,* para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Mudança nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as suas demonstrações financeiras.

Devido ao método de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram representadas para refletir os requerimentos das novas normas.

a. CPC 47 Receita de contrato com o cliente

O CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes, substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 – Contratos de Construção e intepretações relacionadas. O CPC 47/ estabelece um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

a) Identificação do contrato com o cliente;
b) Identificação das obrigações de desempenho;
c) Determinação do preço da transação;
d) Alocação do preço da transação; e
e) Reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa do Grupo de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas.

Venda de mercadorias e serviços: operamos tanto em lojas físicas, como no e-commerce, a receita é reconhecida no resultado quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros e boletos.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

De forma prática a adoção do CPC 47/IFRS 15 não trouxe nenhum impacto significativo para o Grupo, considerando que o Grupo cumpre a sua obrigação de desempenho na entrega dos seus produtos aos clientes, transferindo naquele momento o controle dos bens. Ainda, para esta conclusão, o Grupo também avaliou outros aspectos, como o baixo nível de cancelamentos e, portanto, a alta probabilidade que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada, a inexistência de outros componentes vendidos em conjunto com os produtos, a inexistência de programas de fidelidade ou similares e, ainda, a inexistência de programas de abatimento ("rebate").

b. CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O Grupo não adotou a contabilidade de hedge *(hedge accounting)* em nenhum dos períodos apresentados.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS39	Novo valor contábil de acordo com o CPC48/IFRS9
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.197	5.197
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	111	111
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	86.286	86.286
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	83.545	83.545
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	84.693	84.693

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

Entretanto, a aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 9 em 1º de janeiro de 2018 não levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros do Grupo.

(iii) Transição

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial:

. A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido; e

. A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, então, o Grupo pressupõe que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

c. CPC 06 Arrendamentos

O Grupo adotou incialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão representadas, ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados na Nota 23.

As demais novas normas que também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

. Definição de material: alterações ao CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
. Definição de negócio: alterações ao CPC 15 “Combinação de Negócios”
. Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”
. Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
. Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) “Arrendamentos”

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

(a) Base de transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intragrupos, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(c) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras combinadas.

(d) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 9 - Contas a receber de clientes.

(e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

Os estoques são avaliados periodicamente pelo Grupo, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna.

(f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

(g) Intangível

(iv) Reconhecimento e mensuração

Softwares
Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(vi) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos.

(h) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

(i) Instrumentos financeiros

***(i)* Classificação e mensuração**

A Empresa classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

a)Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

(j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(vii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

. Contas a receber;

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

. Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

. Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

– É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

– O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

– O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

– As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

. Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

. Reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

. A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

. O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(viii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(l) Receita de vendas

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

(m) Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(n) Subvenções e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os

lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**
Em relação ao ICPC 22, o Grupo não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

(p) Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 20.

(q) Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019
No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo

subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de

informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.
Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019
Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determina se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo e um dos seguintes itens fosse cumprido: (i) o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que o obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; (ii) o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou (iii) fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

No período comparativo, quando aplicável, como arrendatária, o Grupo classifica os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

(r) Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento, representadas por terrenos, são mantidas para rendimentos de longo prazo e não são ocupadas pelo Grupo. Elas são reconhecidas pelo valor de custo e avaliadas tempestivamente por "*impairment*".

Para fins de divulgação, o Grupo contrata avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.

Os principais dados utilizados pelo Grupo na avaliação do valor justo para fins de divulgação considera transações comparáveis e dados do setor das respectivas regiões onde os terrenos estão localizados.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo International *Accounting Standards Board* ("IASB") mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e

custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

8 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
Caixa e depósitos à vista	13.448	3.617	3.937
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	931	1.385	304
	14.379	5.002	4.241

(i) Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2019 e 2018). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

9 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
Contas a receber no País	76.818	65.124	52.918
Partes relacionadas (Nota explicativa n° 20)	15	62	3.102

(-) Provisão para perdas esperadas	(11.815)	(6.754)	(9.280)
	65.018	58.432	46.740

O Grupo possuía bens recebíveis dados como garantia, vinculados a operações de empréstimos e financiamentos de Capital de Giro no valor de R$ 60.453 (R$ 57.941 em 31.12.19 e R$ 41.964 em 31.12.18).

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

No País	**2020**	**2019**	**2018**
A vencer	55.082	46.200	40.404
Vencidos até 30 dias	3.781	6.078	2.784
Vencidos de 31 a 90 dias	3.940	4.260	2.861
Vencidos de 91 a 180 dias	4.287	2.909	1.905
Vencidos de 181 a 360 dias	7.401	3.141	2.152
Acima de 360 dias	2.342	2.598	5.914
(-) Provisão para perdas esperadas	(11.815)	(6.754)	(9.280)
	65.018	58.432	46.740

As perdas estimadas sobre os títulos a vencer são constituídos com base na média histórica de perdas efetivas que ocorreram nos último doze meses do encerramento de cada demonstração financeira. Para os títulos vencidos, as perdas estimadas são constituídas com base no histórico de realização da carteira de clientes, e exceto para os casos onde temos a apresentação de garantia real de recebimento, todos os vencimentos acima de 180 dias são provisionados no resultado em contrapartida de perdas estimadas de crédito, sendo considerado em montante suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	2020	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	(6.754)	(9.280)	(7.816)
Provisão constituída	(7.865)	(3.029)	(1.644)
Provisão revertida	2.804	5.555	180
Saldo no final do exercício	(11.815)	(6.754)	(9.280)

10 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
Mercadoria para revenda	132.469	116.625	76.956
	132.469	116.625	76.956

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações.

Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. O Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

11 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
ICMS	18.941	14.598	6.234
COFINS	7.816	5.723	2.798
PIS	1.523	899	1.050
IRRF	13	15	15
IRPJ	1.302	1.302	1.302
CSLL	471	471	471
IPI	16	2	-
	30.082	23.010	11.870

12 Impostos diferidos e correntes

Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2020	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	69.495	34.193	(27.651)
Alíquota nominal - 34%	(23.628)	(11.626)	9.401

Adições permanentes			
(+) Despesa não dedutível decorrente de assunção de dívida bancária de partes relacionadas		(4.755)	
(+) Despesa não dedutível decorrente de cessão de recebíveis para partes relacionadas	(1.613)		
(+) Tributação de lucros distribuídos gerados a partir de incentivos fiscais	(6.415)		
(+) Outras adições/exclusões líquidas	3.469	3.109	1.829
(+) Constituição de imposto de renda de contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	(6.649)	(7.498)	
(+) Constituição de tributos diferidos não reconhecidos anteriormente		37.735	
(+) Baixa de créditos diferidos com baixa expectativa de realização			(14.273)
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa			(4.667)
Exclusões permanentes e temporárias			
(+) Subvenção - Lei nº 12.973/14	7.184	4.402	5.268
	(27.652)	21.367	(2.442)
Imposto de renda e contribuição social no resultado			
Corrente	(7.409)	(4.206)	(567)
Diferido	(20.243)	25.573	(1.875)
Alíquota efetiva	40%	62%	9%

(s) Impostos diferidos (i)

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos reconhecidos têm a seguinte composição:

	2020	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	19.477	33.071	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.815)	(6.754)	
Provisão para contingências	(29.796)	(15.302)	
	5.330	25.573	

(i) A Administração no ano de 2019 efetuou a avaliação de suas projeções de resultados tributáveis futuros e concluiu ser aplicável o registro contábil dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a base de prejuízo fiscal,base negativa de contribuição social apurados em 31 de dezembro de 2019 como também efetivou o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido passivo apurado sobre as diferenças temporárias.

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	2020	2019	2018
2020	-	4.426	-
2021	1.945	6.090	-
2022	1.511	5.887	-
2023	984	4.323	-
2024	890	4.847	-
	5.330	25.573	-

13 Mútuos com partes relacionadas

Referem-se a empréstimos concedidos ao acionista majoritário do Grupo, sem a aplicação de taxa de juros remuneratório e sem data de vencimento.

O valor será liquidado até dezembro de 2021 mediante o abatimento do montante em aberto dos dividendos futuros a serem propostos pelo Grupo.

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
Humberto Gabriel Cantu	14.594	12.290	2.696
	14.594	12.290	2.696

14 Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas

O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
Fornecedores nacionais	17.383	15.958	3.773
Partes relacionadas (Nota No. 20)	23.981	4.360	16.126
	41.364	20.318	19.899
Ativo circulante	17.383	16.014	19.517
Ativo não circulante	23.981	4.304	382

15 Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10%	10%	20%		
Custo	245	3.009	494	1.479	1556	1.347	1.073	682	807	10.692
Depreciação Acumulada		(1.303)	(319)	(706)	(1.080)	(429)	(254)	(332)	0	(4.423)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**245**	**1.706**	**175**	**773**	**476**	**918**	**819**	**350**	**807**	**6.269**
Adições		129	1	316	41	236	188		1	912
Baixas				(816)				(1)		(817)
Depreciação		(391)	(75)	(320)	(301)	(156)	(113)	(8)		(1.364)
Baixas da Depreciação		-	30	628				154		8.122
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**245**	**1.444**	**131**	**581**	**216**	**998**	**894**	**495**	**808**	**5.812**
Custo	245	3.138	493	979	1.597	1.583	1261	681	808	12.442
Depreciação Acumulada		(1.694)	(362)	(398)	(1.381)	(585)	(367)	(186)	-	(4.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**245**	**1.444**	**131**	**581**	**216**	**998**	**894**	**495**	**808**	**5.812**
Adições		213	249	295	476	400	72			1.705
Baixas				(51)	(24)		(13)		(400)	(488)
Depreciação		(354)	(67)	(144)	(271)	(148)	(105)	(44)		(1.133)
Baixas da Depreciação				44	18		13			75
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**245**	**1.303**	**313**	**725**	**415**	**1.250**	**861**	**451**	**408**	**5.971**
Custo	245	3.351	742	1.223	2.049	1.983	1320	681	408	13.659
Depreciação Acumulada	-	(2.048)	(429)	(498)	(1.634)	(733)	(459)	(230)	-	(6.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**245**	**1.303**	**313**	**725**	**415**	**1.250**	**861**	**451**	**408**	**5.971**
Adições (i)	-	1.184	10	383	226	190	102	-	7	8.418

Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	17	-	-	(6)	-	2	-	(13)	-
Depreciação	-	(477)	(63)	(223)	(231)	(166)	(113)	(52)	-	(1.325)
Baixas da Depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**245**	**2.027**	**260**	**885**	**404**	**1.274**	**852**	**399**	**402**	**6.748**
Custo	245	4.548	752	1.606	2.284	2.163	1422	681	402	22.076
Depreciação Acumulada	-	(2.521)	(492)	(721)	(1.880)	(889)	(570)	(282)	-	(7.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**245**	**2.027**	**260**	**885**	**404**	**1.274**	**852**	**399**	**402**	**6.748**

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

16 Fornecedores e partes relacionadas

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
Fornecedores nacionais	25.165	45.957	23.679
Partes relacionadas (Nota No. 20)	30.103	56.891	56.417
	55.268	102.848	80.096

17 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros médios incidentes (i)	Vencimento final	2020	2019	2018
Capital de giro (ii)	8,61%	Dez/2024	147.041	72.745	67.817
Fundos de recebíveis (iii)	15,06%	Jun/2021	22.239	42.705	38.366
Outros (ii)	17,6%	Out/2019	-	-	26
			169.280	115.450	106.209
Circulante			99.440	81.297	79.245
Não circulante			69.840	34.153	26.964

(i) A taxa informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 2020.

(ii) A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 pode ser assim demonstrada:

	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	72.746	67.844	71.618
Captação	219.160	38.985	27.479

Encargos financeiros	7.886	6.425	10.102
Amortização – principal	(151.024)	(34.227)	(32.679)
Amortização - juros e variações	(1.726)	(6.281)	(8.676)
Saldo no final do exercício	**147.042**	**72.746**	**67.844**

(iii) A movimentação das operações com fundo de recebíveis durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 pode ser assim representada

	2020	**2019**	**2018**
Saldo no início do exercício	42.705	38.366	13.075
Captação	232.320	234.915	34.493
Encargos financeiros	6.961	7.468	6.163
Amortização – principal	(246.688)	(233.151)	(8.130)
Amortização - juros e variações	(13.059)	(4.893)	(7.235)
Saldo no final do exercício	**22.239**	**42.705**	**38.366**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	**2020**	**2019**	**2018**
2020	-	-	17.888
2021	-	19.459	9.000
2022	38.598	7.620	76
2023	20.369	3.107	-
2024	10.873	3.967	-
	69.840	**34.153**	**26.964**

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, duplicatas e aval do acionista majoritário.

Cláusulas restritivas ("*Covenants*")

O Grupo, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em:

(a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,2 para o exercício social de 31 de dezembro de 2018 e maior ou igual a 1,1 para os exercícios sociais encerrados e à serem encerrado entre 31 de dezembro de 2019 à 31 de dezembro de 2024.

(b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,30 para o exercício social de 31 de dezembro de 2018; 2,80 para o exercício social de 31 de dezembro de 2019, 2,50 para o exercício social de 31 de

dezembro de 2020 e de 2,00 para os exercícios sociais a serem encerrados entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2024.

(c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a R$ 2.500 para o exercício social de 31 de dezembro de 2018 e R$ 2.000 para os exercícios sociais encerrados e à serem encerrados entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2024.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve a quebra dos limites estabelecidos nos itens (a) e (b). Entretanto, a Administração do Grupo obteve para 31 de dezembro de 2018 um consentimento junto às correspondentes instituições financeiras para não antecipação dos pagamentos (*waiver*). Consequentemente os empréstimos não tiveram seus prazos de vencimento antecipados, mantendo-se os vencimentos inicialmente pactuados em contrato.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Grupo atendeu os compromissos acima determinados.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve a quebra do limite estabelecido no item (c). A Administração em conjunto com as correspondentes instituições financeiras firmaram acordo para quitação total dos saldos da dívida, que foi efetivada em julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da dívida referente os contratos que possuíam as cláusulas restritivas foram reclassificados para o passivo circulante.

18 Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2020	2019	2018
IPI	601	684	669
ICMS	5.469	9.054	1.496
IRPJ	5.102	896	101
CSLL	1.920	332	39
Parcelamentos (i)	23.776	27.257	21.523
Outros	150	107	84
	37.018	38.330	23.912
Passivo circulante	23.578	19.957	10.626
Passivo não circulante	13.440	18.373	13.286

(i) Refere-se a débitos de ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária, declarados e não recolhidos nos seus respectivos vencimentos originais, e parcelados junto a Secretaria da Fazenda dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses e atualizadas monetariamente pela taxa Selic.

19 Adiantamento de clientes e partes relacionadas

	2020	2019	2018
Clientes nacionais	6.483	1.772	3.207
Partes relacionadas (Nota No 20)	275	8.513	4.973
	6.758	10.285	8.180

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 referem-se a transações comerciais, cujas operações foram realizadas de acordo com termos e condições celebrados entre as partes

Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.

Em 31 de dezembro de 2020	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Vendas	Compras
Ágile Comércio Ltda.				5.003	7.757	
Level Trade S.A.			28.167		2	168.288
RJU Trading S.A.		23.981				252.434
Plataforma Transportes S.A.	15					
NHASPE Holding S.A.			1.936			
	15	23.981	30.103	5.003	7.759	420.722

Em 31 de dezembro de 2019	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Ágile Comércio Ltda.		56		26		
RJU Trading S.A.	47	4.304	8.626	4.307	6.835	110.646
Level Trade S.A.			48.265	4.180		258.175
Plataforma	15				404	
	62	4.360	56.891	8.513	7.239	368.821

Em 31 de dezembro de 2018	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Ágile Comércio Ltda.	2			3.000	1.031	
Level Trade S.A.	2		55.323	1.973		247.327

RJU Trading S.A.	2.929	382				27.480
Plataforma Transp. S.A.	169	15.744	1.094		3	
NHASPE Holding S.A.					451	
	3.102	16.126	56.417	4.973	1.485	274.807

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2020	2019	2018
Salários e pró-labore	2.119	1.754	1681
Participação nos resultados	1.635	894	534
	3.754	2.648	2.215

21 Contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2020, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, a provisão é demonstrada como segue:

	2020	2019	2018
Ações de natureza tributária (a)	28.039	14.227	660
Ações de natureza cível e trabalhista	1.757	1.075	1.039
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	(22.858)	(12.708)	(1.364)
	6.938	2.594	335

(a) Ações de natureza tributária

Quanto aos processos de natureza tributária, o mais representativo para o Grupo refere-se ao DIFAL de ICMS onde a empresa CPX Distribuidora S.A. figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas ao consumidor final e realizadas através da internet. O saldo da provisão para estes processos totaliza R$ 27.927 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 13.735 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 436 em 31 de dezembro de 2018)

(b) Depósitos judiciais de natureza tributária

Em relação ao processo judicial, onde a empresa CPX Distribuidora S.A. figura no polo ativo, o grupo obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de depósito judicial, até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:
Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificados como possível, no montante de R$ 8.383 (em 2019 R$ 6.866 em 2018 R$ 1.373)

	2020	2019	2018
Ações de natureza tributária (i)	7.158	4.257	819
Ações de natureza cível e trabalhista	1.195	2.610	554
	8.383	6.866	1.373

(i) O Grupo está no polo passivo de processo de natureza tributária movido pelo Estado de São Paulo, o qual efetuou a glosa de créditos de ICMS apurados sobre a compra de mercadorias para revenda e também apurados sobre as despesas de frete. O valor deste processo em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 3.845 (em 31 de dezembro de 2019 R$ 3.845)

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito apresentado nessas demonstrações contábeis combinadas, é a soma do capital social subscrito das entidades integrantes do Grupo e totaliza R$ 81.676 (R$81.676 em 2019 e R$31.676 em 2018) conforme descrito abaixo. Até 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não havia nenhum valor pendente de integralização.

CPX Distribuidora S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2019 e 10.000.000 em 2018) com valor nominal de R$ 1,00. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2020 totaliza R$ 50.000 (R$ 50.000 em 2019 e R$ 10.000 em 2018).

Em 13 de dezembro de 2019 foi realizado o aumento de capital social com a subscrição e integralização mediante capitalização de lucros acumulados no valor de R$ 40.000 com a emissão de 40.000.000 (quarenta milhões) de novas ações ordinárias.

CP Comercial S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 20.000.000 (vinte milhões) de ações (20.000.000 em 2019 e 10.000.000 em 2018) com valor nominal de R$ 1,00. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 20.000 (R$ 20.000 em 2019 e R$ 10.000 em 2018).

Em 13 de dezembro de 2019 foi realizado o aumento do capital social com a subscrição e integralização em dinheiro de R$ 10.000 com a emissão de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações ordinárias.

ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 11.028.608 (onze milhões vinte e oito mil seiscentos e oito) ações sem valor nominal (11.028.608 em 2019 e 11.028.608 em 2018). O valor do capital social em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é de R$ 11.676.

NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 500 (quinhentas) ações sem valor nominal (500 em 2019 e 500 em 2018). O valor do capital social em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que o Grupo tem como acionista majoritário Humberto Gabriel Cantu com 99,98% de participação do seu capital social e os acionistas Ramon Otto Schoeffel com 0,01% e Vitor das Neves Leme 0,01% de participação do seu capital social.

(b) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira.

(c) Dividendos

No estatuto social do Grupo que compõem as demonstrações financeiras combinadas, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

(d) Reserva de subvenções

O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Espírito Santo, classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14. O Grupo passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual realizadas pelas empresas CPX Distribuidora S.A. pelas filiais de Serra/ES, Itajaí/SC e Jaboatão dos Guararapes e pela empresa CP Comercial S.A. nas filiais de Serra/ES e Jaboatão dos Guararapes/PE.

(e) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

23 Receita operacional líquida

A receita líquida possui a seguinte composição:

	2020	2019	2018
Vendas mercado interno (i)	920.629	727.535	648.885
Vendas mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa No. 20)	7.759	4	1.485
Serviços prestados	9.136	389	160
Receita operacional bruta	937.524	727.928	650.530
Impostos sobre vendas	(144.350)	(128.177)	(111.128)
Devoluções e abatimentos	(26.224)	(20.238)	(18.880)
Deduções da receita	(170.574)	(148.415)	(130.008)
	766.950	579.513	520.522

(ii) O crescimento das vendas é reflexo da abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste, a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, a ampliação e diversificação do portifólio de produtos e também pelo forte crescimento das vendas realizadas através dos canais digitais tanto pelo site próprio quanto pelos portais dos principais markeplaces.

24 Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais

	2020	2019	2018
Custo das mercadorias revendidas (i)	555.117	413.915	395.150
Despesas com importação	1.903	1.485	1.874
Material de uso e consumo	1.394	413	922
Despesas com pessoal e encargos	13.923	11.781	13.746
Serviços de terceiros (ii)	10.522	5.202	7.194
Despesas com aluguel	1.125	4.287	3.693
Viagens e estadias	1.736	985	1.585
Comissões sobre vendas	21.976	17.115	16.370

Depreciação e amortização	6.260	5.378	1.966
Provisão com perdas esperadas de clientes	7.865	3.029	1.644
Fretes	28.758	26.443	22.057
Despesas com publicidade	6.016	2.920	4.643
Despesas com informática	4.628	3.466	3.691
Seguros	1.598	1.201	806
Despesas com garantias	636	805	468
Outros custos e despesas	25.705	16.894	35.884
	689.162	512.290	511.693

i- O contínuo aumento desta rubrica é o reflexo do forte crescimento das vendas, que tiveram como fatores preponderantes, a abertura de novas filiais, em especial nas regiões Nordeste e Centro Oeste, além de aumentarmos os níveis de estoque disponível para pronta entrega e a ampliação e diversificação do mix de produtos ofertados.

ii- No ano de 2020 foram contratadas empresas especializadas para apoiarmos no mapeamento e estruturação de diversas rotinas sistêmicas e processos internos. Estes trabalhos fazem parte do plano de melhoria no nível de governança do Grupo.

(f) Reconciliação dos custos e despesas por função

	2020	2019	2018
Custo das vendas	555.117	413.915	395.150
Despesas com vendas	67.426	54.023	69.794
Despesas administrativas e gerais	66.619	44.352	46.749
	689.162	512.290	511.693

25 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019	2018
Despesas financeiras			
Encargos de dívida bancária	(17.056)	(18.892)	(19.139)
Juros pagos a terceiros	(4.231)	(2.314)	(9.636)
Tarifas bancárias (iii)	(4.793)	(1.694)	(879)
Taxa de adm. Cartão crédito	(4.611)	(2.518)	(2.492)
Cessão de crédito (i)	(4.743)	-	-
Assunção de dívida (ii)	(7.396)	(13.985)	-
Outros	(1.504)	(1.137)	(2.054)
	(44.334)	(40.540)	(34.200)
Receitas financeiras			
Juros ativos	1.490	1.296	1.265
Descontos obtidos	772	713	954
Outros	302	380	24
	2.564	2.389	2.243
Variação cambial líquida			
Variação cambial passiva	(21.944)	(5.960)	(11.990)

Variação cambial ativa	3.377	1.567	4.764
	(18.567)	(4.393)	(7.226)
	(60.337)	(42.544)	(39.183)

(i) Refere-se ao saldo a receber pela venda da Plataforma Transportes (controlada da empresa CPX Distribuidora S.A). O recebível foi cedido para a empresa Level Importação Exportação e Comércio S.A.

(ii) Trata-se de contratos de dívida bancárias onde o Grupo figurava como avalista. O devedor principal não cumpriu com as obrigações de pagar a referida dívida e o Grupo foi acionado para assumir o compromisso de quitação financeira.

(iii) Os gastos expressivos com tarifas bancárias é reflexo do aumento no número de contratações de empréstimos, onde as instituições financeiras vêm cobrando taxas de análise de crédito extremamente altas. Também houve um aumento significativo no custo com as taxas para emissão de boletos.

26 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

O Grupo concluiu em 2018 o processo de reestruturação societária, com os antigos acionistas, cujo processo estava sendo conduzido desde o ano de 2015 e que teve como principais movimentos, a permuta de cotas e ações, assunção de dívidas bancárias, eliminação de vasos comunicantes relacionados a garantia cruzada exigidas na contratação de operações de empréstimo, entre outros movimentos.

O Grupo manteve em seus registros contábeis adiantamentos concedidos a partes relacionadas cuja expectativa de realização foi considerada baixa, e por conta desta avaliação foram constituídas as provisões para perda com os referidos adiantamentos conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2020	2019	2018
Reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas	46.879	16.930	-
Resultado negativo na alienação de investimentos	-	(3.708)	-
Ajuste de saldos de parcelamentos de impostos	2.381	(4.849)	2.468
Outras receitas e (despesas) líquidas	2.784	1.141	235
	52.044	9.514	2.703

27 Propriedades para investimento

O Grupo mantém dois imóveis classificados como propriedade para investimento, uma vez que sua realização ocorrerá por meio de venda e não por seu uso nas suas operações regulares. Esses imóveis estão reconhecidos por seus valores de custo de aquisição. Suas respectivas características e valores justos estão descritos abaixo:

a) Terreno localizado na cidade de Balneário Piçarras/SC, adquirido em setembro de 2011, cujo valor registrado nos livros contábeis da empresa CP Comercial S.A., é de R$ 1.657. O valor justo desse terreno em 31 de dezembro de 2020 é de R$ R$ 7.000 (R$ 4.946 em 31 de dezembro de 2019 e 2018), com base em avalição efetuada por empresa especializada.

b) Terreno localizado na cidade de Vitorino/PR, adquirido em dezembro de 2020, pelo valor de R$ 6.316, o quel também representa o seu valor justo em 31 de dezembro de 2020.

28 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

	E-COMMERCE	FROTA	REVENDA	NÃO ALOCADOS	TOTAL
Receita Bruta	165.335	253.698	190.551	41.987	651.571
Impostos e devoluções	(33.656)	(43.540)	(15.269)	(38.584)	(131.049)
Custo	(109.232)	(156.921)	(138.767)	9.770	(395.150)
Despesas fixas e variáveis	(36.019)	(31.795)	(18.628)	(27.398)	(113.840)
Lucro Bruto	**(13.572)**	**21.442**	**17.887**	**(14.225)**	**(40.327)**
Despesas financeiras líquidas				(39.183)	(39.183)
IR e CS sobre lucro				(2.442)	(2.442)
Em 31 de dezembro de 2018	**(13.572)**	**21.442**	**17.887**	**(55.850)**	**(30.093)**

	E-COMMERCE	FROTA	REVENDA	NÃO ALOCADOS	TOTAL
Receita Bruta	212.335	305.270	221.396	(3.578)	735.423
Impostos e devoluções	(37.893)	(47.021)	(9.092)	(61.904)	(155.910)
Custo	(130.044)	(190.606)	(163.714)	70.449	(413.915)
Despesas fixas e variáveis	(35.122)	(36.783)	(17.997)	1.041	(88.861)
Lucro Bruto	**9.276**	**30.860**	**30.593**	**6.008**	**76.737**
Despesas financeiras líquidas				(42.544)	(42.544)
IR e CS sobre lucro				21.367	21.367
Em 31 de dezembro de 2019	**9.276**	**30.860**	**30.593**	**(27.110)**	**55.560**

	E-COMMERCE	FROTA	REVENDA	NÃO ALOCADOS	TOTAL
Receita Bruta	337.648	365.117	231.658	4.011	938.434
Impostos e devoluções	(69.988)	(55.730)	(7.889)	(37.877)	(171.484)
Custo	(216.346)	(233.425)	(170.769)	65.423	(555.117)
Despesas fixas e variáveis	(50.898)	(39.506)	(20.865)	29.268	(82.001)
Lucro Bruto	**416**	**36.456**	**32.135**	**60.825**	**129.832**
Despesas financeiras líquidas				(60.337)	(60.337)
IR e CS sobre lucro				(27.652)	(27.652)

Em 31 de dezembro de 2020	**416**	**36.456**	**32.135**	**(41.064)**	**41.843**

29 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	2020	2019	2018
Ativos financeiros			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	14.379	5.002	4.241
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	65.018	58.432	46.740
Mutuo com partes relacionadas	14.594	12.290	2.696
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	41.364	20.318	19.899
Outras contas a receber	4.917	6.590	803
	140.272	102.632	74.379
Passivos financeiros:			
Custo amortizado:			
Fornecedores e partes relacionadas	55.268	102.848	80.096
Empréstimos e Financiamentos	169.280	115.450	106.209
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	6.758	25.644	8.180
Outras contas a pagar e mútuo	5.031	52	36
Arrendamentos a pagar	14.790	16.294	-
	251.127	260.288	194.521

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Mútuos com partes relacionadas

São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

. Risco de crédito
. Risco de liquidez e estrutura de capital
. Risco de mercado
. Risco cambial

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 podem ser assim sumarizados:

	2020	**2019**	**2018**
Total financiamentos e empréstimos (Nota 19)	169.280	115.450	106.209
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(14.379)	(5.002)	(4.241)
Dívida líquida	154.901	110.448	101.968
Patrimônio líquido	40.702	5.633	(47.801)
Capital total	195.603	116.081	54.167
Índice de alavancagem financeira	0,79	0,95	1,88

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos	99.440	64.044	14.352
Passivos de arrendamentos	4.337	4.832	4.786
Fornecedores	55.268	-	-
Mutuo com partes relacionadas	1.500	3.503	-
Adiantamento de clientes	6.758	-	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos	81.297	29.410	9.337
Passivos de arrendamentos	3.817	4.635	4.932
Fornecedores	102.848	-	-
Adiantamento de clientes	10.285	-	-
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos	78.670	26.883	6.740
Fornecedores	80.096	-	-
Adiantamento de clientes	8.180	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo e dos demais insumos, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo está sujeito ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional do Grupo. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, o Grupo não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material.

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pelo Grupo. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com fornecedores no exterior

O Grupo mantém saldos considerados imateriais de operações em moeda estrangeira conforme segue:

	2020	2019	2018
Fornecedores a pagar no exterior	-	408	508
	-	408	508

Operações com aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	931	23	29	18

	Saldo em 31/12/2019	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	1.385	42	52	31

	Saldo em 31/12/2018	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	304	20	25	15

(*) Considera aumento da Selic em 25%.
(**) Considera redução da Selic em 25%.
A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2020 foi 2,0% (em 2019 4,5% em 2018 6,5%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,5% a.a. (em 2019 3,0% em 2018 6,5%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

Operações com financiamentos e empréstimos

	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	169.280	4.232	5.290	3.174
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2019	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	115.450	3.464	4.329	2.598
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2018	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	106.209	6.904	8.629	5.178
Impacto no resultado				

(*) Considera aumento da Selic em 25%.
(**) Considera redução da Selic em 25%.
A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2020 foi 2,0% (em 2019 4,5% em 2018 6,5%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,5% a.a. (em 2019 3,0% em 2018 6,5%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

30 Arrendamentos

O Grupo aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estocagem e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação.
Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1o de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	6,5%

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	16.295	-
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	1.975	19.849
Despesa de depreciação	(4.365)	(3.554)
Saldo em 31 de dezembro	13.905	16.295

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	16.294	-
Juros provisionados	1.075	1.037
Juros pagos	(775)	(450)
Adição por novos contratos	4.190	19.713
Pagamentos	(5.137)	(4.006)
Ajuste por redução de pagamento -	(857)	-
Ajuste de remensuração da inflação acumulada		
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias		
Ajuste de remensuração de garantias de valor residual		
Saldo em 31 de dezembro	14.790	16.294
Passivo circulante	4.337	3.817
Passivo não circulante	10.453	12.477

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, o Grupo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento				

Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	9.652	4.514	-	-
Fluxo com projeção de inflação	10.270	4.706	-	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	9.270	4.635	-	-
Fluxo com projeção de inflação	9.863	4.832	-	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	627	293	-	-
Fluxo com projeção de inflação	667	305	-	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	4.635	4.635	4.635	-
Fluxo com projeção de inflação	4.932	4.832	4.786	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%

31 Outras divulgações sobre fluxo de caixa

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

As transações provenientes das atividades operacionais que não impactaram caixa estão apresentadas a seguir:

	2020	2019	2018
Cessão de crédito (i)	(4.743)	-	-
Assunção de dívida bancária (ii)	(7.396)	(13.985)	-
	(12.139)	(13.985)	-

(i) O Grupo cedeu para a empresa parte relacionada Level Importação Exportação e Comércio S.A. o direito a receber os valores provenientes da venda da participação societária que o Grupo possuía na empresa Plataforma Transportes e Armazenagens S.A.

ii) O Grupo, na condição de avalista, assumiu junto a instituições financeiras o compromisso de quitar de forma parcelada dívidas bancárias contratadas pela empresa Frutas Cantu Nordeste Ltda, a qual em Fevereiro/2018 protocolou pedido de Recuperação Judicial.

Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento

Na demonstração de fluxo de caixa, o valor do terreno localizado em Vitorino/PR adquirido pelo Grupo foi quitado através de compensação com adiantamentos concedidos pelo Grupo a empresa RJU Trading S.A.

	2020	2019	2018
Aquisição de ativo imobilizado	(6.316)	-	-
	(6.316)	-	-

32 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Em 31 de dezembro de 2020

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura	Vigência
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	73.000	2020/2021
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400	2020/2021
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900	2020/2021
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600	2020/2021
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	750	2020/2021
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200	2020/2021
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500	2020/2021

Em 31 de dezembro de 2019

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura	Vigência
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	72.300	2019/2020
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400	2019/2020
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900	2019/2020
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	200	2019/2020
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	750	2019/2020
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200	2019/2020
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500	2019/2020

Em 31 de dezembro de 2018

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura	Vigência
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	42.000	2018/2019
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	200	2018/2019
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	1.000	2018/2019
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	100	2018/2019
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	750	2018/2019
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200	2018/2019
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500	2018/2019

33 Eventos subsequentes

(a) Difal ICMS sobre comércio eletrônico

Em 24 de fevereiro de 2021 o Supremo Tribunal Federal em decisão favorável aos contribuintes, decidiu, contra a possibilidade de os Estados cobrarem o Diferencial de Alíquota de ICMS sobre as vendas interestaduais realizadas no comércio eletrônico. A maioria dos ministros entendeu que há necessidade de lei complementar federal regulamentando essa cobrança, o que ainda não existe. Por seis votos a cinco a decisão foi favorável aos contribuintes.

A discussão sobre o DIFAL se deu em torno da Emenda Constitucional nº 87, de 2015, que permitiu aos Estados do destino da mercadoria cobrarem um diferencial de alíquota de ICMS nas operações destinadas a consumidores finais, contribuintes ou não do imposto.

A empresa CPX Distribuidora S.A. figura no polo ativo, desde agosto de 2018, em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação questionando a cobrança do referido tributo, e já possui decisões liminares vigentes que permitem a suspensão do recolhimento do tributo e permitem também que o tributo seja depositado judicialmente. Em 31 de dezembro 2020 a empresa CPX Distribuidora S.A. possui depositados judicialmente o valor de R$ 22.858 (em 2019 R$ 8.439) conforme demonstrado na nota explicativa 21.

(b) Crédito de PIS COFINS – Decisão judicial

Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da empresa CPX Distribuidora S.A. permitindo a apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição de produtos tributados pelo regime monofásico. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021 e apurou o montante de R$ 50.460 já reconhecidos ao resultado operacional do Grupo.

(c) Emissão de debênture

O Grupo efetivou em setembro de 2021 a escrituração da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública pela empresa ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. O montante envolvido nesta operação é de até R$ 120.000 e os recursos serão destinados ao reperfilamento do passivo do Grupo e para reforço de capital de giro. A entrada do recurso está prevista para acontecer durante o período de setembro até novembro de 2021.

(d) Captação de empréstimos

O Grupo contratou no primeiro semestre de 2021 empréstimos junto ao Banco BTG e o BNDES nos valores de R$ 50.000 e R$ 30.000 respectivamente que serão utilizados no plano de crescimento do Grupo que compreende a abertura de novas filiais, ampliação e diversificação do mix de produtos ofertados além de investimentos em sua plataforma própria de comércio eletrônico.

(e) Transferência de controle acionário para fins de IPO

No contexto da preparação da consolidação do Grupo Cantu Store para uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), em 19 de outubro de 2021, as empresas que fazem parte do Grupo Cantu Store assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a transferência de seu controle para a Cantu Store S.A., empresa criada com o objetivo de realizar a emissão pública de ações. Essa transação de venda de participação está condicionada, dentre outros fatores, à realização do IPO anteriormente citado.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CantuStore

RESULTADOS 3T21

© 2021 por Cantu Store
www.Cantustore.com.br | Rod. Antônio Heil, 800 | Itaipava | Itajaí | SC

Mensagem da Administração

"A Companhia atingiu R$ 931 milhões de receita operacional líquida, um crescimento na ordem de 74,3% frente ao mesmo período do ano anterior."

Caro leitor,

Os 3 primeiros trimestres de 2021 foram de notável crescimento para a CantuStore. Além de crescer sua operação e faturamento frente ao ano anterior, a Companhia reforçou sua ótima capacidade de execução com projetos e melhorias que dão sustentação ao crescimento apresentado.

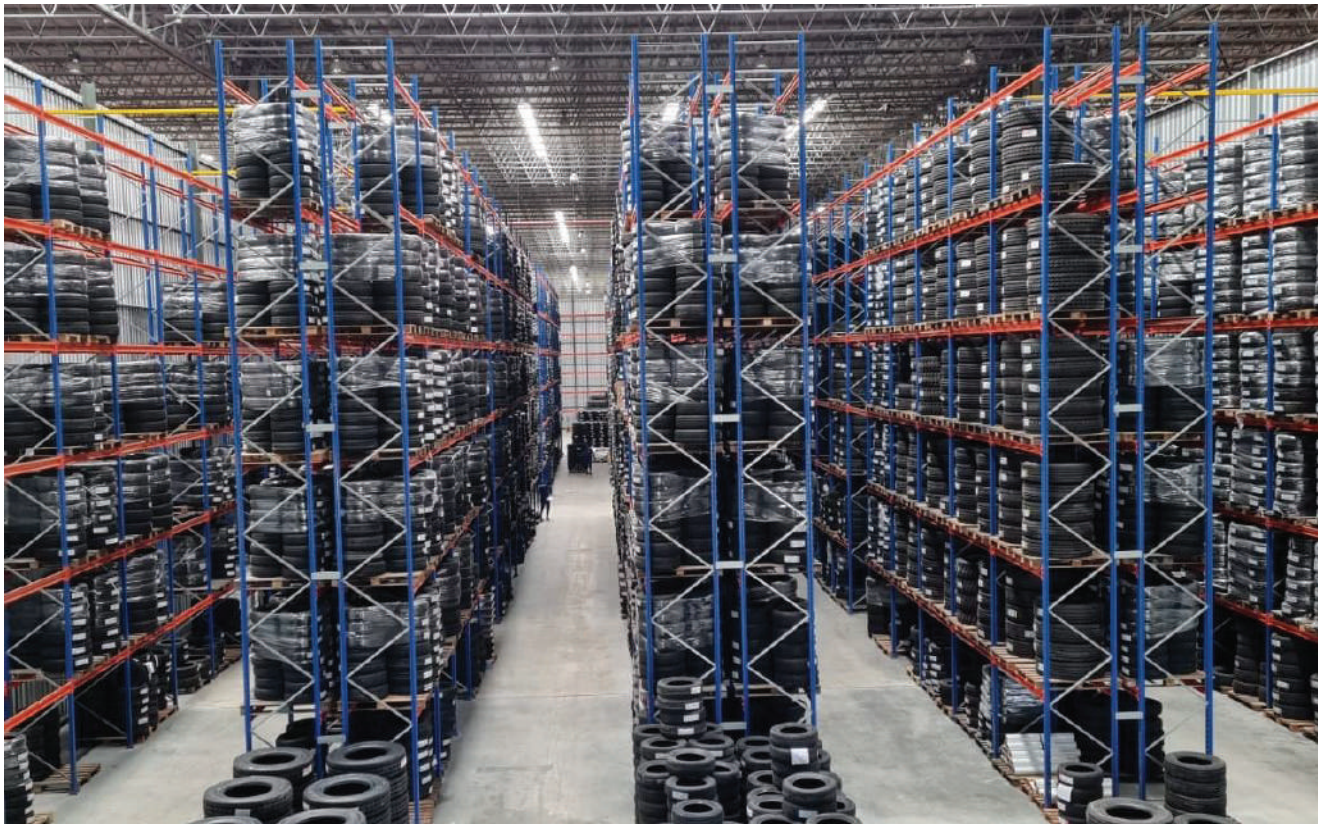
A Companhia atingiu, nestes 9 meses, um crescimento de sua receita líquida na ordem de 74,3% frente ao mesmo período do ano anterior. Sua rentabilidade, por outro lado, aumenta de forma superior ao crescimento de receita líquida, justificados, principalmente, pelo ganho de escala e de eficiência operacional, suportados de forma substancial pelos constantes investimentos em tecnologia feitos pela Companhia. Este impacto fez com que sua Margem EBITDA Ajustada (Margem EBITDA menos os ganhos tributários extemporâneos) passassem de 8,6% em 2020 para 12,7% em 2021.

Na frente de tecnologia, destaca-se durante o período, a implantação e go-live do SAP S4/HANA, sistema ERP cloud. O CTO da Companhia, Julierme Arrais, liderou sua equipe de forma a garantir uma implementação de sucesso, minimizando erros e garantindo que o sistema estivesse operacional já nas primeiras horas do primeiro dia do mês de Março, momento em que a virada foi feita.

A Diretoria Comercial criou a Gerência Comercial Agro, focada em criar um portfólio completo e um time dedicado a atender os clientes do Agronegócio brasileiro. Também realizou uma Rodada de Negócios on-line, que foi apresentada pelo piloto e apresentador do canal Acelerados (do YouTube), Cassio Cortes.

O foco no crescimento do footprint nacional seguiu ao longo dos 9 meses de 2021: foram inauguradas 3 novas filiais, em Brasília/DF, São Luís/MA e Fortaleza/CE. Além disso, as áreas e capacidades dos CDs (Centros de Distribuição) aumentaram: (i) Jaboatão dos Guararapes/PE, de 2.700 m² para 5.500 m²; (ii) Itajaí/SC, de 21.000 m² para 29.000 m²; (iii) Serra/ES, de 4.000 m² para 5.500 m²; e (iv) Barueri/SP, de 2.600 m² para 5.200 m². As adequações nos 4 CDs aumentaram a capacidade total de armazenagem de 470 mil para 690 mil pneus, quando comparados a soma das capacidades dos mesmos CDs em 2020 contra os nove primeiros meses de 2021.

A gestão logística teve grandes marcos, dentre os quais se destacam a implantação do sistema de gestão de armazéns EWM (Extended Warehouse Management) no CD principal de Itajaí/SC; o aumento dos turnos de expedição do CD de Itajaí/SC para 24 horas de segunda a sexta-feira e até as 14h de sábado; o início da entrega expressa aérea, em que a principal companhia aérea parceira já se encontra entre as 10 principais transportadoras do site da PneuStore. Estas frentes, somadas às ações já em andamento, garantiram o índice de 95% das entregas das vendas B2C (e-commerce) dentro do prazo.



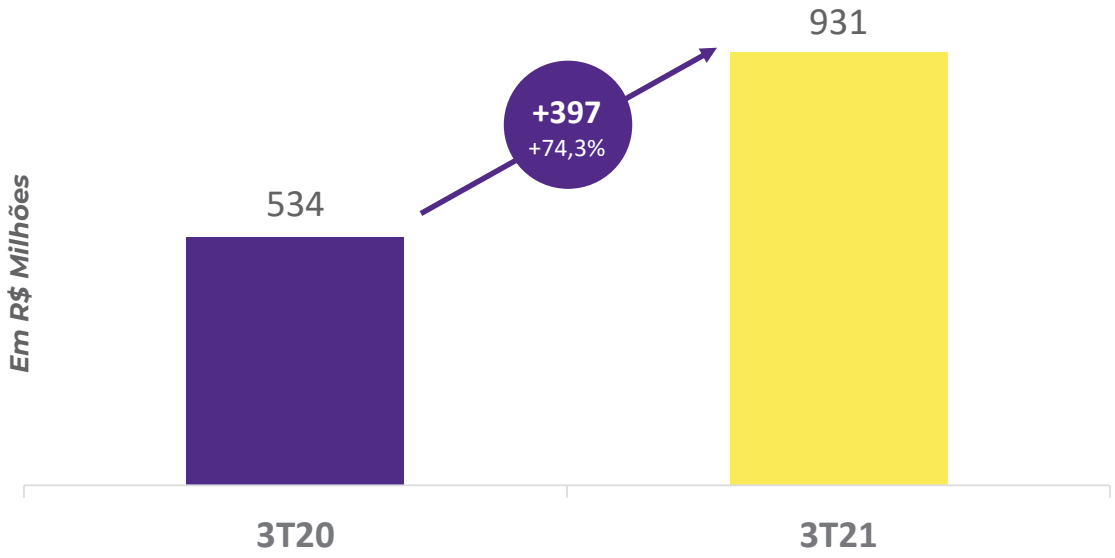
A CantuStore criou também, neste ano, a sua área de Novos Negócios, trazendo para sua condução um profissional com mais de 17 anos de atuação, principalmente no mercado de pneus e automotivo. A área de Novos Negócios foi responsável pela criação da área de SDR (Pré-vendas), que conta hoje com 5 pessoas dedicadas à prospecção de novos clientes e reativação de clientes inativos. Ela também fez o go-live do Market Place de Serviços, que traz os clientes lojistas atendidos pela CantuPneus (marca que atende o B2B e B2Fleet) para a PneuStore (e-commerce), tornando estes os prestadores de serviço de montagem para as compras feitas no site da Companhia, com foco em melhoria da experiência do usuário ao realizar suas compras.

Com o constante foco em gente como pilar indispensável para suporte do forte crescimento, a Companhia e sua área de Gente e Gestão contratou 329 pessoas para compor o time no período. Além disso, seguiu com dedicação à formação do time: (i) primeira turma do programa interno de formação de líderes, o DNA de Líderes, com participação de 20 talentos da Companhia; (ii) financiou, através do programa de auxílio educação, 32 pessoas em suas formações superiores e demais formações; (iii) viabilizou 6.938 horas de treinamentos ao time; e (iv) proporcionou aulas de inglês in-company para 117 pessoas, tanto em sua sede quanto em suas filiais. O apoio psicológico aos colaboradores também foi prestado de maneira significativa, com 69 pessoas participando de sessões do programa Fale Comigo, de apoio psicológico, conduzido por psicólogo disponibilizado pela CantuStore ao seu time.

A Governança da Companhia foi reforçada com a criação da Gerência Jurídica, capitaneada pelo Dr. João Ricardo Alves, que agrega à Companhia seu histórico de auditoria Big-Four e de Sócio e Advogado Tributarista em escritório de grande porte no estado de Santa Catarina.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No acumulado 3T21, comparado ao 3T20, tivemos o crescimento do ROL em **74,3%**, atribuído substancialmente a abertura de foram inauguradas três novas filiais, em Brasília/DF, São Luís/MA e Fortaleza/CE.

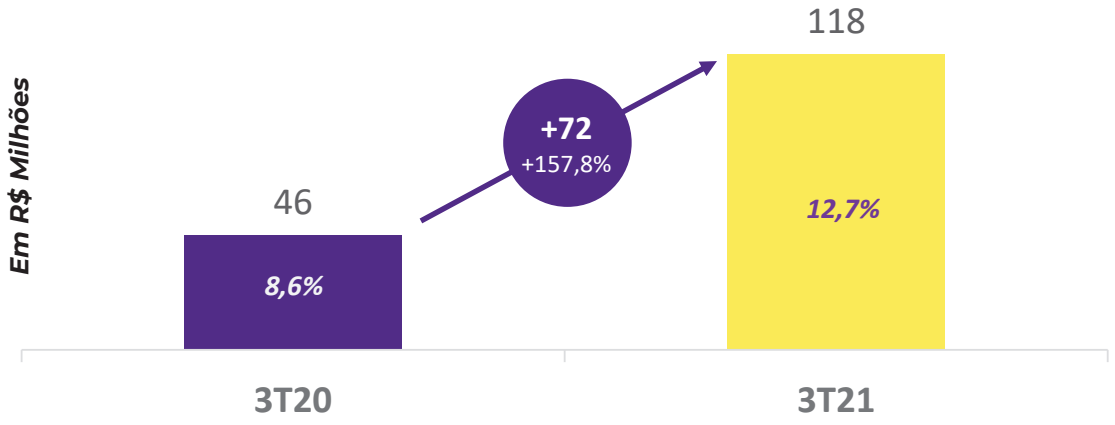


EBITDA Ajustado

(Em milhões de reais)	3T20	3T21	Var (R$)	Var (%)
Resultado líquido do exercício	6	118	112	1841,5%
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(1)	39	41	(2831,0%)
(+) Resultado financeiro líquido	35	24	(12)	(33,4%)
(+) Depreciação e amortização	6	6	0	0,4%
EBITDA Contábil	**46**	**187**	**141**	**306,4%**
(-) Créditos federais extemporâneos[1]	-	(68)	(68)	-
EBITDA Ajustado	**46**	**118**	**72**	**157,8%**
Receita operacional líquida	534	931	397	74,3%
Margem EBITDA	**8,6%**	**20,1%**		
Margem EBITDA Ajustado	**8,6%**	**12,7%**		

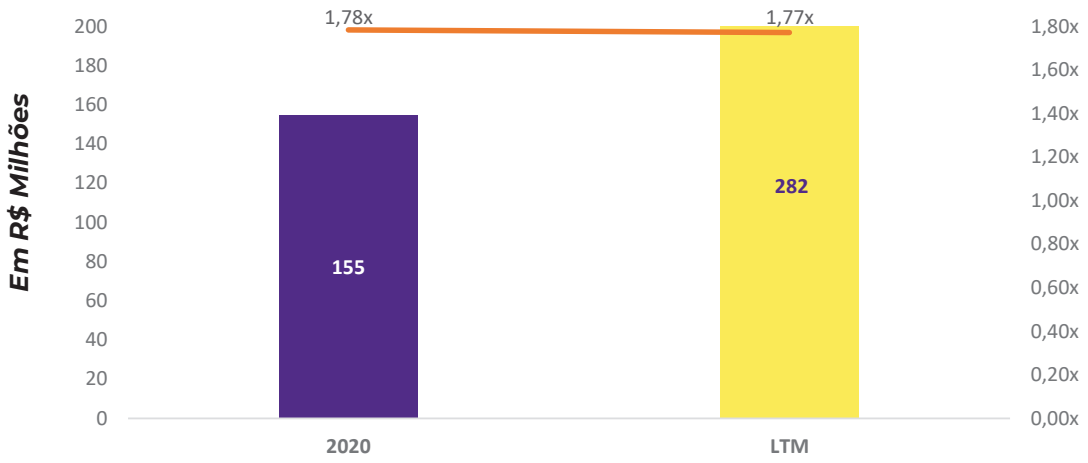
[1]Efeitos não recorrentes é referente à créditos federais extemporâneos

No acumulado 3T21, comparado ao 3T20, tivemos um crescimento de **157,8%** no EBITDA Ajustado, justificados, principalmente, pelo ganho de escala e de eficiência operacional, suportados de forma substancial pelos constantes investimentos em tecnologia feitos pela Companhia.



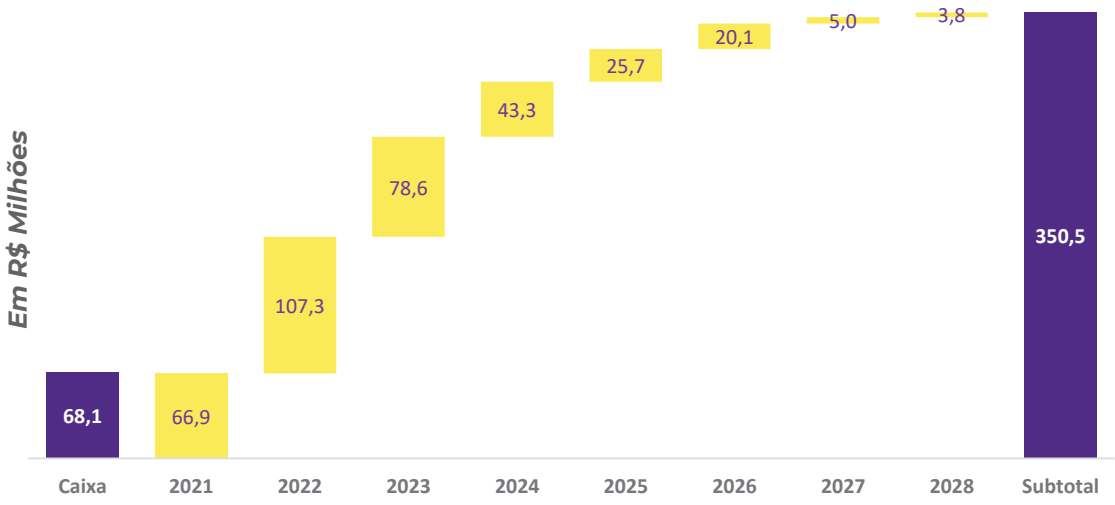
ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A Alavancagem Líquida dos últimos 12 meses (LTM) ficou estável, com aumento de apenas 0,01x em comparação ao exercício de 2020, decorrente das excelentes oportunidades de captação de recursos e grande resultado operacional da companhia.



DÍVIDA

Em 2021 a Cantu Store deu grande foco na redução do custo das suas operações de dívida. Isto, somado ao forte desempenho operacional, permite ao Grupo avançar com as ações de alongamento do seu *duration*.



Grupo Cantu Store

Demonstrações financeiras intermediárias combinadas em 30 de setembro 2021 e relatório de revisão

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias combinadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo Cantu Store

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário combinado do Grupo Cantu Store ("Grupo"), em 30 de setembro de 2021, e as respectivas demonstrações intermediárias combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração do Grupo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias combinadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias combinadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras intermediárias combinadas, que descreve que as entidades incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias combinadas não operaram como uma única entidade legal. Essas demonstrações financeiras intermediárias combinadas não são, portanto, necessariamente indicativas dos resultados que seriam obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativas de resultados futuros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

PricewaterhouseCoopers, Av. Rio Branco 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil, 88015-205,
T: +55 (48) 3212 0200, www.pwc.com.br

Grupo Cantu Store

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias combinadas acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), combinadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Grupo e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias combinadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias combinadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado combinado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias combinadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo em 30 de setembro de 2021, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Florianópolis, 20 de outubro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Grupo Cantu Store

Balanço patrimonial combinado em 30 de setembro 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30-09-21	31-12-20
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	68.142	14.379
Contas a receber de clientes	9	231.541	65.003
Contas a receber de clientes partes relacionadas	9 e 20	20	15
Estoques	10	225.211	132.469
Impostos a recuperar	11	81.293	30.082
Adiantamento a fornecedores	14	26.590	17.383
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	14 e 20	11.643	-
Outras contas a receber		4.886	4.523
		649.326	263.854
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	5.330
Mútuos com partes relacionadas	13	21.805	14.594
Adiantamento a partes relacionadas	14 e 20	-	23.981
Impostos a recuperar	11	39.316	-
Outras contas a receber		340	394
Propriedade para investimentos	27	7.973	7.973
Imobilizado	15	9.722	6.748
Intangível		180	701
Direito de uso de bens em arrendamento	30	16.761	13.905
		96.097	73.626
Total do ativo		**745.423**	**337.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Cantu Store

Balanço patrimonial combinado em 30 de setembro 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30-09-21	31-12-20
Circulante			
Fornecedores	16	93.423	25.165
Fornecedores partes relacionadas	16 e 20	27.903	30.103
Empréstimos e financiamentos	17	146.015	99.440
Impostos e contribuições a recolher	18	60.907	23.578
Salários e férias a pagar		7.727	1.695
Adiantamento de clientes	19	6.983	6.483
Adiantamento de clientes partes relacionadas	19	-	275
Arrendamentos a pagar	30	5.712	4.337
Mutuo com partes relacionadas	20	-	1.500
Outras contas a pagar		14.294	28
		362.964	192.604
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	204.525	69.840
Arrendamentos a pagar	30	11.912	10.453
Mutuo com partes relacionadas	20	-	3.503
Impostos e contribuições a recolher	18	10.812	13.440
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	9.587	-
Provisão para contingências	21	8.174	6.938
		245.010	104.174
Patrimônio líquido	22		
Capital social		81.676	81.676
Reservas de lucros		55.773	(40.974)
		137.449	40.702
Total do passivo		745.423	337.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do resultado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	30-09-21	30-09-20
Receita líquida de vendas	23	930.736	533.881
Custo das vendas	24	(614.412)	(395.205)
Lucro bruto		316.324	138.676
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	24	(100.363)	(52.219)
Despesas administrativas e gerais	24	(84.277)	(45.859)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	49.132	(466)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		180.816	40.132
Receitas financeiras	25	11.930	1.746
Despesas financeiras	25	(33.952)	(27.987)
Variação cambial, líquida	25	(1.591)	(9.238)
Despesas financeiras, líquidas		(23.613)	(35.479)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		157.203	4.653
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(24.163)	(1.036)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(14.917)	2.467
Lucro líquido do período		118.123	6.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do resultado abrangente
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
(Em milhares de Reais)

	30-09-21	31-12-20
Lucro líquido do período	**118.123**	**6.084**
Resultado abrangente total do período		
Atribuído a:		
Acionistas do Grupo	118.123	6.084
Participação dos Não Controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucro			
	Capital Social	**Reserva para subvenções**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**81.676**	**5.427**	**1.754**	**(83.224)**	**-**	**5.633**
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					6.085	6.085
Constituição de subvenção para subvenção		11.312			(11.312)	-
Constituição de reserva legal					-	-
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório						-
Transferência entre reservas				(5.227)	5.227	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	**81.676**	**16.739**	**1.754**	**(88.451)**	**-**	**11.718**
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					35.758	35.758
Constituição de subvenção para subvenção		9.354			(9.354)	-
Constituição de reserva legal			291		(291)	-
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(5.725)	(5.725)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício					(1.049)	(1.049)
Transferência entre reservas				19.339	(19.339)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**81.676**	**26.093**	**2.045**	**(69.112)**	**-**	**40.702**
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					118.123	118.123
Constituição de subvenção para subvenção		25.870			(25.870)	-
Constituição de reserva legal			5.643		(5.643)	-
Transação de capital com sócios:						
Pagamento de juros sobre capital próprio					(21.376)	(21.376)
Transferência entre reservas				65.234	(65.234)	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	**81.676**	**51.963**	**7.688**	**(3.878)**	**-**	**137.449**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada dos fluxos de caixa
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**30-09-21**	**30-09-20**
Resultado do período	157.203	4.653
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.603	1.427
Amortização arrendamento de bens	3.211	4.365
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	7.287
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)	2.842	3.274
Perdas efetivas com clientes	-	49
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17)	18.802	10.535
	184.661	31.590
Variações nos ativos e passivos		
Redução no contas a receber de clientes	(169.385)	(16.211)
Redução em estoques	(92.742)	(11.897)
Redução em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	(4.080)	(3.705)
Redução em outras contas a receber	(309)	(2.051)
Redução em impostos a recuperar	(90.527)	(17.282)
(Redução) aumento em fornecedores	66.058	(44.479)
Aumento em obrigações fiscais e tributárias	10.538	20.385
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.032	861
Aumento em adiantamento de clientes	225	12.074
Aumento em arrendamentos a pagar	2.834	16.294
Aumento em outras contas a pagar	10.499	6.520
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(76.196)	(7.901)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	-	-
Aquisição de direito de uso de bens arrendados	(6.067)	(4.365)
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 15)	(5.056)	(1.792)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(11.123)	(6.157)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos aos sócios		(4.650)
Juros sobre capital próprio (Nota 22)	(21.376)	-
Empréstimos tomados (Nota x17)	383.627	383.454
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(203.515)	(353.927)
Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 17)	(17.654)	(9.578)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	141.082	15.299
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	53.763	1.241
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	14.379	4.241
No fim do períodp	68.142	5.482
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa	53.763	1.241

O Grupo não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2021 no montante de R$ 6.067 conforme apresentado na Nota explicativa nº 30.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

Grupo Cantu Store

Demonstração combinada do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro
(Em milhares de Reais)

	30-09-21	30-09-20
Receitas		
Vendas brutas de produtos e serviços	1.172.590	649.088
Outras receitas	9.313	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(2.842)	(3.323)
	1.179.061	645.765
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(614.412)	(395.205)
Despesas de transporte	(33.454)	(26.815)
Comissões	(42.846)	(16.424)
Serviços de terceiros	(18.639)	(6.889)
Custos de publicidade	(4.877)	(4.268)
Despesas com informática	(10.792)	(1.802)
Seguros	(834)	(803)
Despesas com viagens	(2.250)	(1.201)
Despesas com importação	(813)	(1.608)
Outras despesas	(19.743)	(16.149)
	(748.660)	(471.164)
Valor adicionado bruto	430.401	174.601
Depreciação, amortização, exaustão e impairment	(5.814)	(5.792)
Valor adicionado líquido produzido	424.587	168.809
Valor adicionado recebido em transferência		
Participação nos lucros de controladas		
Receitas financeiras	11.930	1.746
Valor adicionado total a distribuir	**436.517**	**170.555**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	(13.872)	(4.357)
Pessoal - benefícios	(8.882)	(4.591)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(25.750)	(1.036)
Estaduais	(203.022)	(97.431)
Juros, tarifas e variações cambiais	(35.543)	(37.225)
Aluguéis	(1.968)	(4.522)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(21.376)	(4.650)
Lucros retidos/prejuízo do período	(126.104)	(16.743)
Valor adicionado distribuído	**(436.517)**	**(170.555)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias combinadas.

1 Contexto operacional

O Grupo Cantu Store ("Grupo") é representado pelas empresas CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., e NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A., todas domiciliadas no Brasil com sede administrativa na cidade de Itajaí/SC, possuindo quatro centros de distribuição localizados nas cidades de Itajaí/SC, Serra/ES, Jaboatão dos Guararapes/PE e Barueri/SP, além de unidades comerciais nos Estados das Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste, com mais de 60 mil m2 de área de estocagem e detentora de um portifólio abrangente e diversificado de produtos. Essas empresas são integralmente controladas pelo acionista Humberto Gabriel Cantu.

As empresas que compõem o combinado do "Grupo" apresentadas neste relatório e suas respectivas atividades operacionais são as seguintes:

CP Comercial S.A.

A CP Comercial S.A., foi fundada em 08 de junho de 2007, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto o comércio atacadista e varejista de pneumáticos e câmaras de ar, protetores e autopeças em geral e o serviço de manutenção e reparação em veículos automotores.

CPX Distribuidora S.A.

A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.

A ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., foi fundada em 27 de março de 2012 e adquirida pelo Grupo em 18 de novembro de 2016, possui sede na Via de Acesso João de Goes, nº 1400, galpão 5 e 6, Mezanino, Bairro Jardim Itaquiti, CEP 06.422-150, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o comércio atacadista e distribuição de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

NEOSPE Participações S.A.

A NEOSPE Participações S.A., foi fundada em 27 de março de 2017, possui sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1108, Conjunto 144, Bairro Vila Olimpia, CEP 04.547-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objeto social a participação societária em outras empresas "Holding".

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC")., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias combinadas do Grupo, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 compreendem as informações financeiras intermediárias das empresas citadas na Nota 1, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico "CPC 21 – Demonstração Intermediárias", aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. No contexto do processo de registro do Grupo junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e abertura de capital no mercado brasileiro, essas demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas com o objetivo de apresentar as informações contábeis como se as empresas do Grupo Cantu Store fossem apenas uma única entidade, considerando os mesmos procedimentos utilizados quando da elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, no que for aplicável, e seguem, adicionalmente, o Pronunciamento Técnico CPC 44 – Demonstrações Combinadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 708, de 02 de maio de 2013. A diferença básica é que demonstrações consolidadas são elaboradas para a controladora e incluem as demonstrações de suas controladas e das entidades em que assume a maioria dos riscos e benefícios, enquanto nas demonstrações combinadas não há uma controladora, mas um grupo de entidades sob controle comum.

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo Cantu Store, que são de responsabilidade da administração do Grupo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. As demonstrações contábeis combinadas estão apresentadas para fornecimento de informações e análises adicionais sobre as operações do Grupo, e não representam as demonstrações contábeis individuais das empresas listadas acima na Nota 1, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, tributos ou para quaisquer outros fins societários ou análise de rentabilidade ou sobre performance. Portanto, os negócios incluídos nessas demonstrações contábeis combinadas não operaram como uma única entidade e, portanto, as demonstrações contábeis combinadas não necessariamente indicam os resultados que teriam sido apurados se eles tivessem operados por uma única entidade durante o exercício apresentado, ou ainda, que não são um indicativo de resultados futuros.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 6.

A preparação de demonstrações contábeis combinadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais, e não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas das empresas. As demonstrações contábeis combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos, tributos ou quaisquer outros fins societários ou estatutários. Por isso, não estão sendo apresentas as informações sobre o lucro básico e diluído por ações.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Grupo em 20 de outubro de 2021.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras combinadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional") . Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

3 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são o CEO e o Diretor Financeiro.

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informações financeiras individualizadas disponíveis.

Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, o Grupo possui três segmentos de negócio operacionais sujeitos à divulgação de informações por segmento:

E-commerce
Corresponde as operações de geração de receita através de canais digitais formados por site próprio ("www.pneustore.com.br") e plataformas terceirizadas administradas por Marketplaces. Possui abrangência nacional e conta com três centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES e Jaboatão dos Guararapes/PE. O foco de atuação é a venda de pneus para automóveis e caminhonetes diretamente ao consumidor final pessoa física.

Frota
Corresponde as operações de geração de receita através de uma estrutura de força de vendas formada por vendedores internos e externos, e também, conta com representantes comerciais especializados. Possui abrangência nas regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste onde o foco de atuação é a venda de pneus de caminhão, ônibus, máquinas industriais, agrícolas e de mineração para consumo próprio.

Revenda

Corresponde as operações de geração de receita através de uma estrutura de força de vendas formada por vendedores internos e externos, e também, conta com representantes comerciais especializados. Possui abrangência nas regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste onde o foco de atuação é a venda de pneus de automóvel e caminhonetes para varejistas e autocenters.

As informações gerenciais do Grupo são avaliadas pela direção financeira mensalmente com base nessa estrutura de segmentos.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração do Grupo utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** – Reconhecimento de receita de venda de produtos
- **Nota 9** - Contas a receber (mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- **Nota 12** - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- **Nota 21 -** Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências).
- **Nota 30 –** Arrendamentos (taxa de juros de leasing)

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3** - *inputs,* para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Mudança nas principais políticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 "Combinação de Negócios"
- Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros"
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos"

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

(a) Base de transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intragrupos, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados

com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(c) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras combinadas.

(d) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 11 - Contas a receber de clientes.

(e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

Os estoques são avaliados periodicamente pelo Grupo, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna.

(f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

(g) Intangível

(iv) Reconhecimento e mensuração

Softwares
Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(vi) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos.

(h) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

(i) Instrumentos financeiros

***(i)* Classificação e mensuração**

A Empresa classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

(j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(vii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

. Contas a receber;

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

. Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

. Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

– É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

– O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

– O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

– As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(viii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(l) Receita de vendas

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

(m) Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(n) Subvenções e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os

lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**
Em relação ao ICPC 22, o Grupo não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

(p) Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 20.

(q) Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019
No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e

uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019
Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determina se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo e um dos seguintes itens fosse cumprido: (i) o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que o obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; (ii) o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou (iii) fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

No período comparativo, quando aplicável, como arrendatária, o Grupo classifica os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (“IASB”) mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

8 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30-09-21	31-12-20
Caixa e depósitos à vista	64.084	13.448
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	4.058	931
	68.142	14.379

(i) Em 30 de setembro de 2021, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2020). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

9 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30-09-21	31-12-20
Contas a receber no País	246.198	76.818
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 19)	20	15
(-) Provisão para perdas esperadas	(14.657)	(11.815)
	231.561	65.018

O Grupo possuía bens recebíveis dados como garantia, vinculados a operações de empréstimos e financiamentos de Capital de Giro no valor de R$ 168.523 (R$ 60.453 em 31.12.2020).

O aumento verificado no saldo de contas a receber decorre, principalmente, do aumento do volume de operações do Grupo Cantu Store durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, impulssionado pela elevada demanda de pneus em todos os segmentos de negócio do Grupo.

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

No País	**30-09-21**	**31-12-20**
A vencer	220.913	55.082
Vencidos até 30 dias	5.687	3.781
Vencidos de 31 a 90 dias	4.115	3.940
Vencidos de 91 a 180 dias	5.398	4.287
Vencidos de 181 a 360 dias	6.948	7.401
Acima de 360 dias	3.157	2.342
(-) Provisão para perdas esperadas	(14.657)	(11.815)
	231.561	65.018

As perdas estimadas sobre os títulos a vencer são constituídos com base na média histórica de perdas efetivas que ocorreram nos último doze meses do encerramento de cada demonstração financeira. Para os títulos vencidos, as perdas estimadas são constituídas com base no histórico de realização da carteira de clientes, e exceto para os casos onde temos a apresentação de garantia real de recebimento, todos os vencimentos acima de 180 dias são provisionados no resultado em contrapartida de perdas estimadas de crédito, sendo considerado em montante suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	30-09-21	**30-09-20**
Saldo em 1º de janeiro	(11.815)	(6.754)
Provisão constituída	(3.274)	(3.029)
Provisão revertida	432	-
Saldo em 30 de setembro	(14.657)	(9.783)

10 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30-09-21	**31-12-20**
Mercadoria para revenda	225.211	132.469
	225.211	132.469

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações.

Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. O Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

11 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30-09-21	31-12-20
ICMS (i)	43.157	18.941
COFINS (ii)	58.972	7.816
PIS (ii)	14.968	1.523
IRRF	13	13
IRPJ	1.302	1.302
CSLL	522	471
IPI	1.675	16
	120.609	30.082
Ativo circulante	81.293	30.082
Ativo não circulante	39.316	-

(i) A oscilação do saldo de ICMS a recuperar está diretamente relacionado ao nível de estoque de armazenagem. O Grupo apropria os créditos de ICMS calculados sobre o valor de compras dessas mercadorias.

(ii) Em maio de 2021 o Grupo reconheceu créditos extemporâneo de PIS e COFINS no montante de R$ 50.460. Este crédito teve origem a ação judicial transitada em julgado em favor da empresa CPX Distribuidora S.A. Estes créditos estão sendo monetizados mediante a compensação do mesmo com débitos de outros impostos federais, tais como o INSS, o IRPJ e a CSLL.

12 Impostos diferidos e correntes

(a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do período findo em 30 de setembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	30-09-21	30-09-20
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	135.827	4.653
Alíquota nominal 34%	(46.181)	(1.582)
Adições permanentes e temporárias		
(+) Constituição/Reversão de IR/CS diferido sobre diferenças temporárias	(8.007)	4.187
(+) Despesa não dedutível decorrente de cessão de recebíveis para partes relacionadas	-	(1.613)
(+) Tributação de lucros distribuídos gerados a partir de incentivos fiscais	-	(6.415)
(+) Rendimento Selic s/ créditos tributários	5.288	-
(-) Outras adições/exclusões líquidas	1.025	(330)
Exclusões permanentes e temporárias		
(+) Subvenção - Lei nº 12.973/14	8.795	7.184
	(39.080)	1.431
Imposto de renda e contribuição social no resultado		
Corrente	(24.163)	(1.036)
Diferido	(14.917)	2.467
Alíquota efetiva	29%	31%

(b) Impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	30-09-21	30-12-20
Prejuízo fiscal e base negativa	12.567	19.477
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.983)	(4.017)
Provisão para contingências	(17.170)	(10.130)
	(9.587)	5.330

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	30-09-21	31-12-20
2021	(548)	1.945
2022	(1.758)	1.511
2023	(2.112)	984
2024	(3.579)	890
2025	(1.590)	-
	(9.587)	5.330

13 Mútuos com partes relacionadas

Referem-se a empréstimos concedidos ao acionista majoritário do Grupo, sem a aplicação de taxa de juros remuneratório e sem data de vencimento.

O valor será liquidado mediante o abatimento do montante em aberto dos dividendos futuros a serem propostos pelo Grupo.

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30.09.2021	31.12.2020
Humberto Gabriel Cantu	21.805	14.594
	21.805	14.594

14 Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas

O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	30-09-21	31-12-20
Fornecedores nacionais	26.590	17.383
Partes relacionadas (Nota nº 20) (i)	11.643	23.981
	38.233	41.364
Ativo circulante	38.233	17.383
Ativo não circulante	-	23.981

(i) O Grupo vem reduzindo sua exposição com partes relacionadas realizando o fluxo de compras de mercadorias importadas junto à empresa RJU Trading S.A. Dessa forma, o valor equivalente a remuneração pelos serviços prestados de importação por encomenda que deveria ser pagos a empresa RJU, estão sendo abatidos do saldo a receber mantido pelo Grupo, , de tal forma que até final do ano de 2021, parte substancial do saldo de adiantamentos concedidos a partes relacionadas será liquidado.

15 Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10	10%	20%		
Custo	245	3.351	742	1223	2.049	1.983	1320	681	408	12.002
Depreciação Acumulada	-	-2048	-429	-498	-1.634	-733	-459	-230		-6.031
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**245**	**1.303**	**313**	**725**	**415**	**1.250**	**861**	**451**	**408**	**5.971**
Adições		710	14	392	34	199	48	194		1.591
Depreciação		-358	-47	-167	-173	-125	-85	-39	0	-994
Saldos em 30 de setembro de 2020	**245**	**1.655**	**280**	**950**	**276**	**1.324**	**824**	**606**	**408**	**6.568**
Custo	245	4.027	753	1.606	2.098	2.164	1.366	899	408	13.566
Depreciação Acumulada		-2372	-473	-656	-1822	-840	-542	-293		-6.998
Saldos em 30 de setembro de 2020	**245**	**1.655**	**280**	**950**	**276**	**1.324**	**824**	**606**	**408**	**6.568**
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**245**	**2.027**	**260**	**885**	**404**	**1.274**	**852**	**399**	**402**	**6.748**
Custo	245	4548	752	1.606	2.284	2.163	1422	681	402	14.103
Depreciação Acumulada		-2521	-492	-721	-1880	-889	-570	-282		-7.355

Saldos em 1º de janeiro de 2021	**245**	**2.027**	**260**	**885**	**404**	**1.274**	**852**	**399**	**402**	**6.748**
Adições	460	829	2.180	936	376	100	175	0		5.056
Transferências	-134	36					0	98		0
Depreciação		-223	-399	-280	-571	-141	-468			-2.082
Saldos em 30 de setembro de 2021	**571**	**2.669**	**2.041**	**1.541**	**209**	**1.233**	**559**	**497**	**402**	**9.722**
Custo	571	5.184	2.932	2.542	1.668	2.263	1.597	497	402	17.656
Depreciação Acumulada		-2515	-891	-1001	-1459	-1030	-1038			-7.934
Saldos em 30 de setembro de 2021	**571**	**2.669**	**2.041**	**1.541**	**209**	**1.233**	**559**	**497**	**402**	**9.722**

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 30 de setembro de 2021, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

16 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30-09-21	31-12-20
Fornecedores nacionais	93.423	25.165
Partes relacionadas (Nota nº 20)	27.903	30.103
	121.326	55.268

Por conta do forte crescimento nas vendas, o Grupo elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores.

17 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros (i)	Vencimento	30-09-21	31-12-20
Capital de giro	9,72% a 13,08%	Dez/2025	213.528	147.041
Capital de giro FGI	8,17% a 10,03%	Nov/2024	17.972	-
Finame	7,11%	Out/2028	25.000	-
Fundos de recebíveis	15,06%	Mar/2022	40.040	22.239
Debênture	7,61%	Set/2026	54.000	-
			350.540	169.280
Circulante			146.015	99.440
Não circulante			204.525	69.840

(i) A taxa informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 2021.

Capital de giro e capital de giro FGI

Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco Sofisa S.A., Banco BOCOM BBM S.A., Banco Luso Brasileiro S.A., Banco Paulista S.A., Banco Inter S.A., Banco Alfa S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Indusval S.A., Banco BMG S.A., Banco Guanabara S.A., Banco Daycoval S.A., Banco Fibra S.A, Banco da Amazonia S.A. e Banco C6 S.A. As

garantias apresentadas são compostas por, cessão fiduciária de recebíveis, aval cruzado das empresas do Grupo e do acionista majoritário.

Finame

Operações de financiamento por meio de linha de crédito FINAME do BNDES, com carência de dois anos.

Fundos de recebíveis

Operações atreladas à fundos de recebíveis com prazo médio de 180 dias. As garantias são compostas por avais cruzados das empresas do Grupo.

Debêntures

A empresa ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. em 21 de setembro de 2021, formalizou o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real", e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., com a CP Comercial S.A., a CPX Distribuidora S.A., a N.E.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. e a N.H.A.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. como fiadores. Foram emitidas 120.000.000 debêntures no valor de R$ 120.000. O prazo é de 1.913 dias, com vencimento em 17 de dezembro de 2026. Em 30 de setembro de 2021 havia sido desembolsado do valor de R$ 54.000 e o saldo resta de R$ 66.000 serão desembolsados até 30 de novembro de 2021.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período findo em 30 de setembro de 2021 e o exercício encerrado em 30 de setembro de 2021 pode ser assim demonstrada:

	30-09-21	**31-12-20**
Saldo no início do exercício	169.280	138.323
Captação	383.627	383.927
Encargos financeiros	18.802	10.535
Amortização – principal	(203.515)	(353.927)
Amortização - juros e variações	(17.654)	(9.578)
Saldo no final do exercício	**350.540**	**169.280**

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	**30-09-21**	**31-12-20**
2022	22.110	38.598
2023	78.593	20.369
2024	43.275	10.873
2025	25.677	-
2026	20.120	-
2027	5.000	-
2028	3.750	-
	204.525	**69.840**

Cláusulas restritivas ("*Covenants*")

O Grupo, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em:

(a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10 para o exercício social de 31 de dezembro de 2020 e seguintes.

(b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,50 para o exercício social de 31 de dezembro de 2020 e 2,30 para o exercício social de 31 de dezembro de 2021 e seguintes.

(c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a R$ 2.000 para o exercício social de 31 de dezembro de 2020 e distribuição de dividendos igual ou menor a 50% do lucro líquido para o exercício social de 31 de dezembro de 2021 e seguintes.

(d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R$ 20.000 para o exercício social de 31 de dezembro de 2021 e seguintes.

(e) Índice EBITDA / despesa financeira maior ou igual a 1,25 para o exercício social de 31 de dezembro de 2021, 1,50 para o exercício social de 31 de dezembro de 2022, 1,75 para o exercício social de 31 de dezembro de 2023, e 2,00 para o exercício social de 31 de dezembro de 2023 e seguintes.

(f) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido menor que 2,00 para o exercício social de 31 de dezembro de 2021 e seguintes.

(g) Redução do capital social em qualquer montante.

(h) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve a quebra do limite estabelecido no item (c). A Administração em conjunto com as correspondentes instituições financeiras impactadas firmaram acordo para quitação antecipada dos saldos da dívida, o que foi efetivada em julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da dívida, no montante de R$ 21.800 referente os contratos impactados pelas cláusulas restritivas foram reclassificados para o passivo circulante.

18 Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30-09-21	31-12-20
IPI	534	601
ICMS	16.487	5.469
IRPJ (ii)	11.649	5.102
CSLL (ii)	4.294	1.920
Parcelamentos (i)	38.738	23.776
Outros	17	150
	71.719	37.018

Passivo circulante	60.907	23.578
Passivo não circulante	10.812	13.440

(i) Refere-se a débitos de ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária, declarados e não recolhidos nos seus respectivos vencimentos originais, e parcelados junto a Secretaria da Fazenda dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses e atualizados monetariamente pela taxa Selic.

(ii) O Grupo está alcançando níveis de rentabilidade extremamente positivos no ano de 2021 e consequentemente vem gerando valores relevantes de IRPJ e CSLL a pagar sobre os lucros auferidos.

19 Adiantamento de clientes e partes relacionadas

	30-09-21	31-12-20
Clientes nacionais	6.983	6.483
Partes relacionadas (Nota nº 20)	-	275
	6.983	6.758

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referem-se a transações comerciais de compra e venda de mercadoria.

Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.

Em 30 de setembro de 2021	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Level Trade S.A.	20		27.903	-	-	155.562
RJU Trading S.A.		11.643		-	-	363.981
				-	-	-
	20	11.643	27.903	-	-	519.543

Em 31 de dezembro de 2020	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Vendas	Compras
Ágile Comércio Ltda.				5.003	7.757	
Level Trade S.A.			28.167		2	168.288
RJU Trading S.A.		23.981				252.434
Plataforma Transp S.A.	15					

NHASPE Holding S.A.			1.936			
	15	23.981	30.103	5.003	7.759	420.722

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	30-09-21	31-12-20
Salários e pró-labore	1.589	2.119
Participação nos resultados	1.226	1.635
	2.815	3.754

21 Contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Em 30 de setembro de 2021, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	30-09-21	31-12-20
Ações de natureza tributária (a)	48.734	28.039
Ações de natureza cível e trabalhista	1.767	1.757
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	(42.327)	(22.858)
	8.174	6.938

(a) Ações de natureza tributária

Quanto aos processos de natureza tributária, o mais representativo para o Grupo refere-se ao DIFAL de ICMS onde a empresa CPX Distribuidora figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet. O saldo da provisão para estes processos totaliza R$ 27.927 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 13.735 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 436 em 31 de dezembro de 2018)

(b) Depósito judicial de natureza tributária

Em relação ao processo judicial, onde a empresa CPX Distribuidora S.A. figura no polo ativo, o Grupo obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de

ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. , conforme composição e estimativa a seguir :

Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificado como possível, no montante de R$ 8.976 (R$ 8.383 em 2020).

	30-09-21	31-12-20
Ações de natureza tributária	7.398	7.158
Ações de natureza cível e trabalhista	1.578	1.156
	8.976	8.383

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito, apresentado nessas demonstrações financeiras combinadas, é a soma do capital social subscrito das entidades integrantes do Grupo e totaliza R$81.676 (R$81.676 em 2020) conforme descrito abaixo. Até 30 de setembro de 2021, não havia nenhum valor pendente de integralização.

CPX Distribuidora S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2020) com valor nominal de R$ 1,00. O valor do capital social em 30 de setembro de 2021 totaliza R$ 50.000 (R$ 50.000 em 2020).

CP Comercial S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 20.000.000 (vinte milhões) de ações (20.000.000 em 2020) com valor nominal de R$ 1,00. O valor do capital social em 30 de setembro de 2021 é de R$ 20.000 (R$ 20.000 em 2020).

ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 11.028.608 (onze milhões vinte e oito mil seiscentos e oito) ações sem valor nominal (11.028.608 em 2020). O valor do capital social em 30 de setembro de 2021 é de R$ 11.676.

NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A.
O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 500 (quinhentas) ações sem valor nominal (500 em 2019 e 500 em 2018). O valor do capital social em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que o Grupo tem como acionista majoritário Humberto Gabriel Cantu com 99,98% de participação do seu capital social e os acionistas Ramon Otto Schoeffel com 0,01% e Vitor das Neves Leme 0,01% de participação do seu capital social.

(b) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira.

(c) Dividendos

No estatuto social do Grupo que compõem as demonstrações financeiras combinadas, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

Os Juros sobre capital próprio pagos em 2021 foram de R$ 21.376.

(d) Reserva de subvenções

O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 o Grupo passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual realizadas pelas empresas CPX Distribuidora S.A. pelas filiais de Serra/ES, Itajaí/SC e Jaboatão dos Guararapes e pela empresa CP Comercial S.A. nas filiais de Serra/ES e Jaboatão dos Guararapes/PE.

(e) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

23 Receita operacional líquida

A receita líquida possui a seguinte composição:

	30-09-21	30-09-20
Vendas mercado interno (i)	1.172.590	649.088
Serviços prestados	9.313	-
Receita operacional bruta	1.181.903	649.088
Impostos sobre vendas	(203.022)	(97.431)
Devoluções e abatimentos	(48.145)	(17.776)

Deduções da receita	(251.167)	(115.207)
	930.736	533.881

(i) Dois fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 70% no faturamento do Grupo. 1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão e 2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portifólio de produtos onde o Grupo passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial.

24 Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais

	30-09-21	30-09-20
Custo das mercadorias revendidas (i)	614.412	395.205
Despesas com importação	813	1.608
Material de uso e consumo	490	233
Despesas com pessoal e encargos (iii)	22.754	8.948
Serviços de terceiros (ii)	18.639	6.889
Despesas com aluguel	1.968	4.522
Viagens e estadias	2.250	1.201
Comissões sobre vendas	42.846	16.424
Depreciação e amortização	5.814	5.792
Provisão com perdas esperadas de clientes	2.842	3.274
Perdas efetivas de clientes	6.352	49
Fretes e armazenagem	33.454	26.815
Despesas com publicidade	4.877	4.268
Despesas com informática (iv)	10.792	1.802
Serviços corporativos	7.406	13.246
Manutenção e reparos	1.929	460
Seguros	834	803
Despesas com garantias	1.538	498
Outros custos e despesas	19.042	1.246
	799.052	493.283

i- O contínuo aumento desta rubrica é o reflexo do forte crescimento das vendas, que tiveram como fatores preponderantes, a abertura de novas filiais, em especial nas regiões Nordeste e Centro Oeste, além de aumentarmos os níveis de estoque disponível para pronta entrega e a ampliação e diversificação do mix de produtos ofertados.

ii- No ano de 2021 foram contratadas empresas especializadas para apoiarmos no mapeamento e estruturação de diversas rotinas sistêmicas e processos internos. Estes trabalhos fazem parte do plano de melhoria no nível de governança do Grupo.

iii- A variação de deve pela ampliação do quadro de funcionários, dado que foram contratados aproximadamente 200 novos colaboradores ao longo do período de janeiro a setembro de 2021, principalmente nas áreas de vendas, tecnologia da informática e apoio comercial. Houve no período movimentos de aumento real da remuneração de vários cargos em especial da área de tecnologia de informática, onde há escassez de mão de obra qualificada, além de aumento nos gastos com benefícios ligados a auxílio educação e atendimento médico.

iv- Foram contratadas empresas de consultoria em informática para dar suporte as demandas de melhorias e criação de controles ou relatórios no novo sistema ERP.,

(iv) Reconciliação dos custos e despesas por função

	30-09-21	30-09-20
Custo das vendas	614.412	395.205
Despesas com vendas	100.363	52.219
Despesas administrativas e gerais	84.277	45.859
	799.052	493.283

25 Receitas e despesas financeiras

	30-09-21	30-09-20
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(19.060)	(10.535)
Juros pagos a terceiros	(6.677)	(6.195)
Tarifas bancárias	(3.293)	(3.909)
Taxa de adm. Cartão crédito	(3.746)	(4.020)
Assunção de dívida (i)	-	(3.196)
Descontos concedidos	(961)	-
Outros	(215)	(132)
	(33.952)	(27.987)
Receitas financeiras		
Juros ativos	3.056	1.135
Descontos obtidos	987	513
Rendimento Selic sobre crédito tributário (ii)	7.471	-
Outros	416	98
	11.930	1.746
Variação cambial líquida		
Variação cambial passiva	(4.893)	(11.192)
Variação cambial ativa	3.302	1.954
	(1.591)	(9.238)
	(23.613)	(35.479)

(i) Trata-se de contratos de dívida bancárias onde o Grupo figurava como avalista. O devedor principal não cumpriu com as obrigações de pagar a referida dívida e o Grupo foi acionado para assumir o compromisso de quitação financeira.

(ii) O Grupo efetuou o reconhecimento da atualização monetária de créditos tributários de PIS e COFINS Monofásico que foram corrigidos pela taxa Selic.

26 Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

Os valores estão assim representados:

	30-09-21	30-09-20
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	44.969	-
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	4.163	(466)
	49.132	(466)

(i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da empresa CPX Distribuidora S.A. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos

exercícios de 2012 a 2021 e apurou o montante de R$ 44.969, registrado como outas receitas operacionais

27 Propriedades para investimento

O Grupo mantém dois imóveis classificados como propriedade para investimento, uma vez que sua realização ocorrerá por meio de venda e não por seu uso nas suas operações regulares. Esses imóveis estão reconhecidos por seus valores de custo de aquisição. Suas respectivas características e valores justos estão descritos abaixo:

b) Terreno localizado na cidade de Balneário Piçarras/SC, adquirido em setembro de 2011, cujo valor registrado nos livros contábeis da empresa CP Comercial S.A., é de R$ 1.657. O valor justo desse terreno em 30 de setembro de 2021 é de R$ R$ 7.000 (R$ 7.000 em 31 de dezembro de 2020), com base em avalição efetuada por empresa especializada.

c) Terreno localizado na cidade de Vitorino/PR, adquirido em dezembro de 2020, pelo valor de R$ 6.316, o qual também representa o seu valor justo em 30 de setembro de 2021 (R$ 6.316 em 31 de dezembro de 2020).

28 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

	E-COMMERCE	FROTA	REVENDA	NÃO ALOCADOS	TOTAL
Receita Bruta	337.648	365.117	231.658	4.011	938.434
Impostos e devoluções	(69.988)	(55.730)	(7.889)	(37.877)	(171.484)
Custo	(216.346)	(233.425)	(170.769)	65.423	(555.117)
Despesas fixas e variáveis	(50.898)	(39.506)	(20.865)	29.268	(82.001)
Lucro Bruto	**416**	**36.456**	**32.315**	**60.645**	**129.832**
Despesas financeiras líquidas				(60.337)	(60.337)
IR e CS sobre lucro				(27.652)	(27.652)
Em 31 de dezembro de 2020	**416**	**36.456**	**32.315**	**(27.344)**	**41.843**

	E-COMMERCE	FROTA	REVENDA	NÃO ALOCADOS	TOTAL
Receita Bruta	400.613	495.078	254.170	32.042	1.181.903
Impostos e devoluções	(62.997)	(86.612)	(12.784)	(88.774)	(251.167)
Custo	(264.622)	(291.877)	(183.190)	125.277	(614.412)
Despesas fixas e variáveis	(44.925)	(28.437)	(12.204)	(49.942)	(135.508)
Lucro Bruto	**28.069**	**88.152**	**45.992**	**18.603**	**177.094**
Despesas financeiras líquidas				(44.989)	(44.989)
IR e CS sobre lucro				(39.080)	(39.080)
Em 30 de setembro de 2021	**28.069**	**88.152**	**45.992**	**(65.466)**	**96.747**

29 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	30-09-21	31-12-20
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	68.142	14.379
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	231.561	65.018
Mútuo com partes relacionadas	21.805	14.594
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	38.233	41.364
Outras contas a receber	5.226	4.917
	364.967	140.272
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	121.326	55.268
Empréstimos e Financiamentos	350.540	169.280
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	6.983	6.758
Outras contas a pagar e mútuo	14.294	5.031
Arrendamentos a pagar	17.624	14.790
	498.446	251.127

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando

aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Mútuos com partes relacionadas

São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento de risco financeiro
O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez e estrutura de capital
- Risco de mercado
- Risco cambial

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumarizados:

	30-09-21	**31-12-20**
Total financiamentos e empréstimos (Nota 17)	350.540	169.280
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(68.142)	(14.359)
Dívida líquida	282.398	154.921
Patrimônio líquido	137.449	40.702
Capital total	419.847	195.623
Índice de alavancagem financeira	0,67	0,79

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de setembro de 2021				
Empréstimos	60.810	176.035	172.044	
Passivos de arrendamentos	4.387	4.817	4.755	
Fornecedores	121.326			
Adiantamento de clientes	6.983			
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	99.440	64.044	14.352	
Passivos de arrendamentos	4.337	4.832	4.786	
Fornecedores	55.268			
Mútuo com partes relacionadas	1.500	3.503		
Adiantamento de clientes	6.758			

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo e dos demais insumos, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo está sujeito ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional do Grupo. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, o Grupo não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material.

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pelo Grupo. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com fornecedores no exterior

O Grupo mantém saldos considerados imateriais de operações em moeda estrangeira conforme segue:

	30-09-21	31-12-20
Fornecedores a pagar no exterior	1.563	-
	1.563	-

Operações com aplicações financeiras

	Saldo em 30/09/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	4.058	345	431	258

	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	931	23	29	18

(*) Considera aumento da Selic em 25%.
(**) Considera redução da Selic em 25%.
A taxa de fechamento da Selic em 30 de setembro de 2021 foi 6,25% (em 31 de dezembro de 2020 2,0%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2020 foi de 8,5% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 2.5%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

Operações com financiamentos e empréstimos

	Saldo em 30/09/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	350.540	29.796	37.245	22.347

	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	169.280	4.232	5.290	6.348
Impacto no resultado				

(*) Considera aumento da Selic em 25%.
(**) Considera redução da Selic em 25%.
A taxa de fechamento da Selic em 30 de setembro de 2021 foi 6,25% (em 31 de dezembro de 2020 2,0%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2020 foi de 8,5% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 2.5%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

30 Arrendamentos

O Grupo aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estocagem e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 10 de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	6,5%

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	30-09-21	31-12-20
Saldo em 1º de janeiro	13.905	16.295
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	6.067	1.975
Despesa de depreciação	(3.211)	(4.365)
Saldo em30 de setembro	16.761	13.905

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	30-09-21	31-12-20
Saldo em 1º de janeiro	14.790	16.295
Juros provisionados	551	1.075
Juros pagos	(487)	(775)
Adição por novos contratos	6.952	4.190
Pagamentos	(4.182)	(5.138)
Ajuste por redução de pagamento -	-	(857)
Ajuste de remensuração de garantias de valor residual		
Saldo em 30 de setembro	17.624	14.790
Passivo circulante	5.712	4.337
Passivo não circulante	11.912	10.453

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, o Grupo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	9.652	4.514	-	-
Fluxo com projeção de inflação	10.270	4.706	-	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	9.270	4.635	-	-
Fluxo com projeção de inflação	9.863	4.832	-	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	627	293	-	-
Fluxo com projeção de inflação	667	305	-	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	4.635	4.635	4.635	-
Fluxo com projeção de inflação	4.932	4.832	4.786	-
Variação	6,40%	4,25%	3,25%	3,06%

31 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2021, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Em 30 de setembro de 2021 **Bens segurados**	**Riscos cobertos**	**Cobertura**	**Vigência**
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	73.000	2020/2021
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400	2020/2021
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900	2020/2021
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600	2020/2021
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	750	2020/2021
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200	2020/2021
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500	2020/2021

Em 31 de dezembro de 2020 **Bens segurados**	**Riscos cobertos**	**Cobertura**	**Vigência**
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	72.300	2019/2020
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400	2019/2020
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900	2019/2020
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	200	2019/2020
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	750	2019/2020
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200	2019/2020
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500	2019/2020

32 Eventos subsequentes

(a) Aumento de capital

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de outubro de 2021 o aumento de capital social das companhias ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. e NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A. nos montantes apresentados a seguir:

- ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. aumento de R$ 6.000;
- NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A. aumento de R$ 19.000.

O aumento de capital social será realizado mediante captalização de lucros acumulados das Companhias referente ao balanço contábil encerrado em 30 de setembro de 2021.

(b) Transferência de controle acionário para fins de IPO

No contexto da preparação da consolidação do Grupo Cantu Store para uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), em 19 de outubro de 2021, as empresas que fazem parte do Grupo Cantu Store assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a transferência de seu controle para a Cantu Store S.A., empresa criada com o objetivo de realizar a emissão pública de ações. Essa transação de venda de participação está condicionada, dentre outros fatores, à realização do IPO anteriormente citado.

* * *

ANEXO J FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6
3.2 - Medições Não Contábeis 7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 8
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 9
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 10
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 11
3.7 - Nível de Endividamento 12
3.8 - Obrigações 13
3.9 - Outras Informações Relevantes 14

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 71
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 73
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 75
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 77
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 79
4.7 - Outras Contingências Relevantes 81
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 88

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 89
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 100
5.3 - Descrição Dos Controles Internos 101
5.4 - Programa de Integridade 105
5.5 - Alterações significativas 111
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 112

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 115
6.3 - Breve Histórico 116
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 117
6.6 - Outras Informações Relevantes 118

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 120
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 121
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 122
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 123
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 124
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 125
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 126
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 127
7.8 - Políticas Socioambientais 128
7.9 - Outras Informações Relevantes 129

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 173
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 174
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 175

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 176

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 177

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 178

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 179

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 180

9.2 - Outras Informações Relevantes 181

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 214

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 217

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 218

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 219

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 220

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 221

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 222

10.8 - Plano de Negócios 223

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 227

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 260

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 261

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 262

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 268

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 271

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 273

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 274

12.7/8 - Composição Dos Comitês 277

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 279

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 280

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 281

12.12 - Outras informações relevantes 282

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 284

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 289

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 293

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 295

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 299

13.6 - Opções em Aberto 300

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 301

13.8 - Precificação Das Ações/opções 302

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 303

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 304

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 305

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 306

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 307

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 308

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 309

13.16 - Outras Informações Relevantes 310

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 313

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 314

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 315

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 317

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 318

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 322

15.3 - Distribuição de Capital 323

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 324

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 325

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 326

15.7 - Principais Operações Societárias 327

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 328

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 331

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 333

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 334

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 335

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 338

17.2 - Aumentos do Capital Social 339

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 340

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 341

17.5 - Outras Informações Relevantes 342

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 343

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 344

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 345

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 346

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 347

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 348

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 349

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 350

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 351

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 352

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 353

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 354

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 355

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 356

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 357

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 358

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 359

20.2 - Outras Informações Relevantes 360

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 361

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 363

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 365

21.4 - Outras Informações Relevantes 366

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Humberto Gabriel Cantu**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Vitor das Neves Leme**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

HUMBERTO GABRIEL CANTU, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 67967852 - SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 035.941.999-24, na qualidade de Diretor Presidente da **CANTU STORE S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.096.674/0001-19 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

HUMBERTO GABRIEL CANTU:03594199924

Assinado de forma digital por HUMBERTO GABRIEL CANTU:03594199924
Dados: 2021.10.18 15:15:02 -03'00'

HUMBERTO GABRIEL CANTU

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

VITOR DAS NEVES LEME, brasileiro, administrador, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4104277 SESP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 062.320.859-81, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **CANTU STORE S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547- 001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.096.674/0001-19 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

VITOR DAS NEVES LEME:06232085981

Assinado de forma digital por VITOR DAS NEVES LEME:06232085981
Dados: 2021.10.19 21:41:59 -03'00'

VITOR DAS NEVES LEME

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0002-01
Data Início	11/10/2021
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (a) Auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Cantu Store, que inclui, além das informações financeiras da própria Cantu Store S.A, também as informações financeiras da CP Comercial S.A., ITR Comércio de Pneus S.A., CPX Distribuidora S.A., CANSPE Participações S.A. e NEOSPE Participações S.A. preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e do periodo de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, (b) Revisão das informações financeiras intermediárias da Cantu Store S.A. dos trimestres e períodos findos em 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021 bem como a revisão das das informações financeiras intermediárias combinadas da Cantu Store S.A., incluindo as empresas citadas anteriormente, do período de 71 dias úteis findas em 30 de setembro de 2021 e do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, (c) Emissão de cartas conforto para a oferta pública inicial de ações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não houve pagamento aos auditores independentes realizado no último exercício social, considerando que foram contratados pela Companhia apenas no exercício social corrente.
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Leandro Sidney Camilo da Costa	11/10/2021	174.820.538-24	Avenida Rio Branco nº 847 , 4º andar, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, e-mail: leandro.camilo@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Para toda renovação de contrato/escopo relacionado aos serviços prestados pelos auditores independentes, é feita uma análise interna para avaliar a natureza dos trabalhos e possíveis impactos que possam afetar os trabalhos de auditoria, da mesma forma, os próprios auditores são requeridos a avaliar as questões de independência, conflito de interesse e objetividade, entre outros fatores que possam inviabilizar a aceitação dos trabalhos a serem prestados, de acordo com as normas aplicáveis. Em relação a transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, não há nada além dos honorários referentes aos trabalhos contratados.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	100.500,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Total	100.500,00	0,00	0,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	150.750.000	0	0	0
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,000667	0,000000	0,000000	0,000000

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Dessa forma, não houve medições não contábeis nos exercícios solicitados pelo referido item. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para informações sobre (i) as medições não contábeis do Grupo Cantu Store, vide item 3.9; e (ii) a reorganização societária que resultará na aquisição do controle do Grupo Cantu Store pela Companhia ("Reorganização"), vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Ocorreram os seguintes eventos após as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, cuja emissão foi autorizada em 21 de outubro de 2021.

No contexto da preparação da consolidação do Grupo Cantu Store para uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), em 19 de outubro de 2021 a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital da empresas CP Comercial S.A, CPX Distribuidora S.A, ITR Comércio de Pneus e Peças S.A e Nesope Empreendimentos e Participações S.A. com o objetivo de consolidar suas atividades operacionais sob o controle de uma única entidade jurídica. Essa transação de compra de participação está condicionada, dentre outros fatores, à realização do IPO anteriormente citado.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
a. Regras sobre retenção de lucros	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.
a.i. Valores das retenções de lucros	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.	Não aplicável, visto que a Companhia não era constituída.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Dessa forma, não houve lucro ou distribuição de dividendos e juros sob capital próprio nos exercícios solicitados pelo referido item. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para informações sobre a destinação dos resultados do Grupo Cantu Store, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Dessa forma, não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas nos exercícios solicitados pelo referido item. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para informações sobre os dividendos declarados pelo Grupo Cantu Store, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possuía nível de endividamento no último exercício social e no exercício social corrente. Para informações sobre nível de endividamento do Grupo Cantu Store, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possuía qualquer obrigação financeira no último exercício social e no exercício social corrente. Para informações sobre obrigações do Grupo Cantu Store, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos abaixo as informações referentes ao Grupo Cantu Store, de forma consolidada.

Para mais informações sobre a reorganização societária que resultará na aquisição de controle do Grupo Cantu Store pela Companhia, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

As informações financeiras apresentadas abaixo decorrem das demonstrações financeiras combinadas auditadas do Grupo Cantu Store referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, tendo em vista que se tratam de empresas sob a mesma administração e sob controle comum, mas que não estão sob a estrutura de uma holding. Essas demonstrações combinadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras individuais das empresas nas mesmas datas-base e, quando aplicável, com os necessários ajustes para a adequação e uniformidade das práticas contábeis. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras combinadas não têm operado como uma única entidade e as demonstrações financeiras combinadas não necessariamente indicam os resultados que teriam sido apurados se o negócio tivesse sido operado por uma única entidade durante o exercício apresentado, e ainda não são um indicativo de resultados futuros do negócio. Portanto, as demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas e não devem ser tomadas como base de cálculo de dividendos, impostos ou quaisquer outros fins societários.

Informações adicionais ao item 3.1:

Apresentamos abaixo as informações financeiras do Grupo Cantu Store, de forma combinada, considerando a efetivação da reorganização societária descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência:

(Em Reais mil)	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	137.449	40.702	5.633	(47.801)
Ativo Total	745.423	337.480	293.031	172.568
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	930.736	766.950	579.513	520.522
Resultado Bruto	316.324	211.833	165.598	125.372
Resultado Líquido	118.123	41.843	55.560	(30.093)
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	81.028.608	81.028.608	81.028.608	31.028.608
Valor Patrimonial de Ações (Reais Unidade)	1,70	0,50	0,07	(1,54)
Resultado Básico por Ação	1,46	0,52	0,69	(0,97)
Resultado Diluído por Ação	N/A	N/A	N/A	N/A

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações adicionais ao item 3.2:

Apresentamos abaixo as medições não contábeis do Grupo Cantu Store:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

O Grupo Cantu Store está divulgando para os últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 as seguintes medições não contábeis:

(Em Reais mil)	30/09/2021	30/09/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	186.630	45.924	136.108	82.088	13.605
Margem EBITDA	20,1%	8,6%	17,7%	14,2%	2,6%
EBITDA Ajustado	118.405	45.924	86.848	70.007	11.137
Margem EBITDA Ajustado	12,7%	8,6%	11,3%	12,1%	2,1%
Dívida líquida	282.398	131.211	154.901	110.448	101.968
ROIC(1)	N/A	N/A	30,1%	41,1%	11,1%

(1) O cálculo do ROIC não é feito para os períodos findos em 30 de setembro por não ser base comparável ao anual histórico.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido subtraído pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Além das receitas e despesas não operacionais, o EBITDA Ajustado contempla também ajustes caracterizados por eventos não recorrentes, ou seja, pontuais que acontecem no resultado da Companhia, tais como reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas e ajuste de saldos de parcelamentos de impostos nos períodos findos em 30 de dezembro de 2018 a 30 de dezembro de 2020. No período findos em 30 de setembro de 2021 o efeito não recorrente é referente à crédito retroativo de ação judicial dos últimos 5 anos referente a créditos federais extemporâneos, reconhecido na linha de Outras receitas e (despesas) líquidas, e o crédito apurado no período de julho a setembro de 2021 impactando positivamente o resultado do Custo das vendas. Tais efeitos não fazem parte do resultado operacional e, portanto, a Companhia opta em realizar tais ajustes.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela

3.9 - Outras Informações Relevantes

Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras sociedades.

Dívida líquida

A Dívida Líquida é a resultante do somatório dos Empréstimos, Financiamento e Debêntures de curto e longo prazos presentes no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante da Companhia subtraídos de Caixa e Equivalentes de Caixa presentes no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante da Companhia.

A Dívida Líquida não é uma medida de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil . A Companhia utiliza a Dívida Líquida como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

ROIC

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é o lucro líquido operacional ajustado (*Net Operating Profit Less Adjusted Taxes* - NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do Capital de Giro e o Capital Fixo.

O ROIC não é medida contábil reconhecida pela prática contábil adotada no Brasil e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do ROIC é útil para a medição do resultado e do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional, de modo a embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

(Em mil de reais)	30/09/2021	30/09/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	118.123	6.084	41.843	55.560	(30.093)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	39.080	(1.431)	27.652	(21.367)	2.442
(+) Resultado financeiro líquido	23.613	35.479	60.337	42.544	39.183
(+) Depreciação e amortização	5.814	5.792	6.276	5.351	2.073
EBITDA	**186.630**	**45.924**	**136.108**	**82.088**	**13.605**
(-) Reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas (1)	-	-	(46.879)	(16.930)	-
(-) Ajuste de saldos de parcelamentos de impostos (2)	-	-	(2.381)	4.849	(2.468)
(-) Créditos federais extemporâneos (3)	(68.225)	-	-	-	-
EBITDA Ajustado	**118.405**	**45.924**	**86.848**	**70.007**	**11.137**
Margem EBITDA Ajustado	**12,7%**	**8,6%**	**11,3%**	**12,1%**	**2,1%**

(1) O Grupo manteve em seus registros contábeis adiantamentos concedidos a partes relacionadas cuja expectativa de realização foi considerada baixa, e por conta desta avaliação foram constituídas as provisões para perda com os referidos adiantamentos.

(2) Valor referete a multa e juros de parcelamentos de impostos de exercíos de 2018 e 2019

(3) Referente a créditos federais extemporâneos.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Dívida Líquida

(Em mil de reais)	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Dívida Bruta	**350.540**	**169.280**	**115.450**	**106.209**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(68.142)	(14.379)	(5.002)	(4.241)
Dívida Líquida	**282.398**	**154.901**	**110.448**	**101.968**

ROIC

(Em Reais mil)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA Ajustado	**86.848**	**70.007**	**11.137**
(-) Depreciação e amortização	(6.276)	(5.351)	(2.073)
Resultado Ajustado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	**80.572**	**64.656**	**9.064**
% Imposto de Renda e Contribuição Social	(34,0%)	(34,0%)	(34,0%)
Lucro Operacional Ajustado - NOPLAT	**53.178**	**42.673**	**5.982**
Contas a Receber	69.935	65.022	47.543
Contas a Pagar	(55.296)	(102.900)	(80.132)
Capital de Giro	**14.639**	**(37.878)**	**(32.589)**
Estoque	132.469	116.625	76.956
Propriedades para investimento	7.973	1.657	1.657
Imobilizado e Direito de uso de bens em arrendamento	20.653	22.266	5.812
Intangível	701	1.268	1.894
Capital Fixo	**161.796**	**141.816**	**86.319**
ROIC(1)	**30,1%**	**41,1%**	**11,1%**

(1) O cálculo do ROIC não é feito para os períodos findos em 30 de setembro por não ser base comparável ao anual histórico.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são medidas mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações. Acreditamos que essas medições não contábeis funcionam como ferramentas comparativas relevantes para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Por conta disso, essas medidas não contábeis são utilizadas, também, como meta da Companhia.

Essas medidas não contábeis não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos da Companhia. O EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, nos níveis de despesas de depreciação e amortização, sendo o EBITDA Ajustado não afetado, também, por despesas e/ou receitas julgadas como não operacionais e/ou extraordinárias pela Administração da Companhia.

3.9 - Outras Informações Relevantes

O EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderarem despesas e/ou receitas que, por sua vez, afetam o resultado da Companhia. Utiliza-se essas medições não contábeis como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

A Companhia entende que a Margem EBITDA é uma medição não contábil utilizada como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a Margem EBITDA possua um significado padrão, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão.

Dívida Líquida

A Companhia entende que a dívida líquida é o montante de dívida que mais se aproxima da realidade da Companhia, uma vez que considera ativos líquidos como caixa e valores mobiliários (aplicações financeiras) como recursos para possíveis amortizações da dívida bruta .

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade a outros negócios semelhantes ao da Companhia.

ROIC

A Companhia entende que o ROIC é um indicador que avalia a rentabilidade do investimento aplicado pelos acionistas e credores na Companhia, uma vez que essa métrica considera tanto o capital próprio da empresa, como empréstimos e de terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade a outros negócios semelhantes ao da Companhia.

Informações adicionais ao Item 3.3:

Apresentamos abaixo os eventos subsequentes relativos às demonstrações financeiras combinadas do Grupo Cantu Store:

Aumento de capital

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de outubro de 2021 o aumento de capital social das companhias ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. e NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A. nos montantes apresentados a seguir:

- ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. aumento de R$ 6.000;
- NEOSPE Empreendimentos e Participações S.A. aumento de R$ 19.000.

O aumento de capital social será realizado mediante captalização de lucros acumulados das Companhias referente ao balanço contábil encerrado em 30 de setembro de 2021.

Transferência de controle acionário para fins de IPO

No contexto da preparação da consolidação do Grupo Cantu Store para uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), em 19 de outubro de 2021, as empresas que fazem parte do Grupo Cantu Store assinaram Contrato de Compra e Vendas de Ações e Outras Avenças para a transferência de seu controle para a Cantu Store S.A., empresa criada com o objetivo de realizar a emissão pública de ações. Essa transação de venda de participação está condicionada, dentre outros fatores, à realização do IPO anteriormente citado.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações adicionais ao Item 3.4:

Abaixo segue as informações da Companhia na data deste Formulário de Referência:

Regras sobre retenção de lucros

Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.

Ademais, uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente, após as destinações da reserva legal e reserva para contingências, será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado às demais reservas de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Regras sobre distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

Periodicidade das distribuições de dividendos

A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Restrições à distribuição de dividendos

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

Informações adicionais ao Item 3.5:

Com vistas a possibilitar a melhor compreensão do investidor, apresentamos abaixo a tabela constante do item 3.5 para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, considerando as informações combinadas referentes ao Grupo Cantu Store.

(R$ milhões)	Exercício 31/12/2020	Social	Exercício 31/12/2019	Social	Exercício 31/12/2018	Social
Lucro líquido	41.843		55.560		(30.093)	
Dividendo distribuído	6.774		12.127		585	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido	16%		22%		(2%)	

3.9 - Outras Informações Relevantes

Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	16,6%	215,3%	(1,2%)
Dividendo distribuído total	6.774	12.127	585
Lucro líquido retido	35.069	43.433	(30.678)
Data de pagamento do dividendo	02/01/2020 a 30/12/2020	02/01/2019 a 30/12/2019	02/01/2018 a 30/12/2018
Data da aprovação da retenção	30/04/2021*	30/04/2020*	30/04/2019*

* Tendo em vista que trata-se de valores combinados, foi informada a data-limite de realização de assembleias gerais ordinárias para aprovação do balanço do exercício social anterior.

Dividendo Distribuído	**31/12/2020**		**31/12/2019**		**31/12/2018**	
Espécie/classe ação	Ordinária					
(em R$ milhões)	**Montante**	**Pagamento dividendo**	**Montante**	**Pagamento dividendo**	**Montante**	**Pagamento dividendo**
Juros Sobre Capital Próprio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dividendo Obrigatório	6.774	02/01/2020 a 30/12/2020	12.127	02/01/2019 a 30/12/2019	585	02/01/2018 a 30/12/2018
Dividendo prioritário	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Informações adicionais ao Item 3.6:

Informamos que não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos e reservas referentes ao Grupo Cantu Store nos três últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Informações adicionais ao Item 3.7:

Apresentamos abaixo as informações sobre o nível de endividamento referentes ao Grupo Cantu Store:

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	296.778.000,00	Índice de Endividamento	7,29148445	
30/09/2021	607.974.000,00	Índice de Endividamento	4,42326972	

Informações adicionais ao Item 3.8:

Apresentamos abaixo as informações sobre as obrigações referentes ao Grupo Cantu Store:

Ult. Inf. Contábil (30/09/2021) (em R$ milhões)							
Tipo de Obrigação	**Tipo de Garantia**	**Outras garantias ou privilégios**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Títulos de Dívida	**Outro tipo de garantia**		-	31.050	22.950	-	54.000
Empréstimo	**Outro tipo de garantia ou privilégio**		146.015	135.525	10.000	5.000	296.540
Total			146.015	166.575	32.950	5.000	350.540
Observação N/A							

Exercício social (31/12/2020) (em R$ milhões)							
Tipo de Obrigação	**Tipo de Garantia**	**Outras garantias ou privilégios**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Empréstimo	**Real**		77.201	69.840	-	-	147.041
Financiamento	**Real**		22.239	-	-	-	22.239
Total			99.440	69.840	-	-	169.280
Observação N/A							

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, patrimonial, resultado operacional, fluxo de caixa, negócios futuros, reputação, e/ou liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os acionistas, investidores ou potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que podem lhe afetar adversamente, imediatamente após a divulgação do anúncio de início de sua oferta pública de ações, quando passará a consolidar os resultados e assumirá os riscos do Grupo Cantu Store (abaixo definido). Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão lhe afetar adversamente.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e a ordem na qual os riscos são apresentados abaixo não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos nesse Formulário de Referência. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção. Ainda, destaca-se que os riscos desta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a divulgação do anúncio de início de sua oferta pública de ações, a Companhia passará a controlar a CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados e assumindo os riscos aos quais o Grupo Cantu Store estará sujeito na ocasião e em diante. Por essa razão, os riscos descritos a seguir abordam inclusive aqueles específicos do Grupo Cantu Store, mas devem ser considerados como aplicáveis à própria Companhia (*holding*), uma vez que a Companhia consolidará os resultados e riscos do Grupo Cantu Store imediatamente após a divulgação do anúncio de início de sua oferta pública de ações.

Para mais informações sobre a reorganização societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A Companhia poderá não ser capaz de implementar com sucesso sua estratégia de negócios, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia tem como estratégia a expansão de seus negócios por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas. A Companhia pode não conseguir implementar totalmente sua estratégia de crescimento e suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A capacidade da Companhia de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de sua estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais: (i) a gestão das marcas e a implementação de cultura corporativa da Companhia; (ii) a alavancagem de vendas e a manutenção da rentabilidade das operações da Companhia; e (iii) a identificação de potenciais alvos estratégicos para futuras aquisições.

A capacidade de a Companhia ampliar os negócios por meio de aquisições ou alianças depende de diversos fatores, inclusive da capacidade de identificar oportunidades de aquisição ou acessar mercados de capitais em termos aceitáveis.

Ainda, na qualidade de sucessora das companhias adquiridas, as aquisições também podem apresentar o risco de exposição da Companhia a responsabilidades relativas a processos pré-existentes envolvendo uma empresa adquirida ou demandas judiciais relativas a fatos ocorridos anteriormente à sua aquisição. Obrigações substânciais associadas a uma aquisição, inclusive relacionadas a assuntos trabalhistas ou ambientais, poderiam afetar de maneira adversa a reputação e o desempenho financeiro da Companhia, reduzindo os benefícios da aquisição.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode, também, enfrentar desafios na integração de empresas adquiridas, criação e implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes e eficazes, e pode incorrer em custos acrescidos para a integração de sistemas, incluindo ERPs e práticas contábeis, pessoas, métodos de distribuição ou procedimentos operacionais. Ainda, a Companhia pode não conseguir integrar funcionários, tecnologias de negócios adquiridos ou reter clientes, executivos e funcionários importantes dos negócios adquiridos.

As aquisições, ainda, podem estar sujeitas a aprovações regulatórias, incluindo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Brasil (CADE) ou de outras autoridades reguladoras, o que pode atrasar ou inviabilizar determinadas operações pretendidas pela Companhia e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia opera por meio de canais distintos (vendas físicas, filiais, marketplaces e e-commerce) e a eventual falha na integração desses canais poderá impactar negativamente seus negócios.

As operações da Companhia são realizadas por meio de formato físico e virtual, e sua estratégia de longo prazo é focada no aprofundamento da atuação *omnichannel*, com integração entre estes canais. A Companhia não pode garantir que a estratégia de aprofundamento da multicanalidade será bem-sucedida. A falta de agilidade ou incapacidade em aumentar a integração da plataforma digital com as filiais poderá afetar adversa e negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional. Além disso, o crescimento das suas vendas também está baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce e marketplace*. Se a Companhia não for capaz de atender adequadamente aos novos padrões e práticas da indústria, a plataforma digital e a própria tecnologia podem ficar desatualizadas e a Companhia pode ser materialmente e adversamente afetado.

A Companhia é vulnerável a pressões competitivas das atividades de *e-commerce* no mercado, uma vez que seus competidores podem, por exemplo, se utilizar de canais de divulgações (mídias sociais) mais eficientes que aqueles utilizados pela Companhia, ou por seus clientes que atuam nos *marketplaces*. Adicionalmente, a expansão dos canais digitais de vendas por meio do e-commerce e dos *marketplaces* pode aumentar a sua dependência por evoluções no sistema de rede nacional (internet), podendo impactar adversamente o seu ritmo de crescimento de vendas e resultado financeiro.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas omnichannel podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma omnichannel no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Quaisquer dos fatores acima poderão afetar de forma relevante a sua estratégia de crescimento e resultado operacional.

A Companhia pode não ser capaz de aumentar sua participação de mercado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O resultado da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de melhorar e expandir o seu portfólio, acrescentando novos produtos em categorias que ainda não atua. Além disso, os resultados futuros da Companhia também dependerão da sua capacidade de aumentar a participação de mercado nas categorias de produtos existentes. Caso a Companhia não consiga desenvolver novos fornecedores para categorias novas e existentes ou não consiga aumentar a participação de mercado nas categorias de produtos existentes, seu crescimento e rentabilidade poderão ser adversamente afetados.

Ainda, caso seus fornecedores não tenham disponibilidade suficiente de produtos, ou caso os produtos não atendam ao seu controle de qualidade, a Companhia pode não ser capaz de lançar novos produtos no tempo adequado, de modo que seu crescimento pode ser afetado adversamente. O lançamento de novos produtos pode ainda ser impactado caso a Companhia estime incorretamente a demanda de mercado ou, ainda, caso seus times de vendas não estejam devidamente treinados.

Ademais, a Companhia pode, eventualmente, buscar a aquisição e/ou desenvolvimento de novas marcas voltadas a nichos de mercado diferentes daqueles nos quais atua atualmente, cujo desenvolvimento e rentabilidade podem ser abaixo do esperado ou previsto, o que também pode vir a afetar seus resultados operacionais. Se qualquer dos fatores acima ocorrer, a Companhia pode ter seus negócios, resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

É possível também que os países de onde a Companhia importa parte dos produtos que vende tenham restrições de fornecimento, que podem variar desde gargalos ou restrições logísticas, passando por eventuais interrupções comerciais abruptas com o Brasil ou políticas protecionistas do país contra aqueles, até guerras, desastres naturais e outros fatores de força maior. Isto poderá acarretar direta ou indiretamente em restrição de compra e capacidade de estoque da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de manter e aprimorar suas marcas, não conseguir desenvolver novos produtos com sucesso ou pode receber reclamações desfavoráveis de clientes ou publicidade negativa, o que pode afetar adversamente suas marcas e suas vendas.

O resultado da Companhia depende, em grande parte, do valor de suas marcas. Os nomes "ITARO", "SPEEDMAX", marcas exclusivas de pneus da Companhia , e suas imagens são essenciais para os negócios e para a estratégia de crescimento da Companhia. Manter, promover e posicionar a marca depende significativamente do êxito dos esforços de *marketing* (incluindo sua presença nos canais digitais) e da capacidade de reconhecimento das marcas como marcas de alta qualidade entre os consumidores. As marcas da Companhia podem ser afetadas adversamente caso não consigam atingir esses objetivos, ou se a imagem da Companhia for prejudicada. Quaisquer desses eventos podem resultar na queda do volume de vendas e impactar adversamente os resultados operacionais e capacidade de crescimento futuro da Companhia. Adicionalmente, a introdução de novas linhas e o ingresso de novos segmentos de produtos, caso não sejam bem-sucedidos, pode afetar os resultados operacionais e, consequentemente, o valor da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Reclamações de clientes ou publicidade negativa sobre as ofertas de produtos ou serviços podem prejudicar a reputação e diminuir a confiança do consumidor na Companhia, podendo afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia celebra contratos de representação comercial, contratos de distribuição e contratos comerciais que podem ser rescindidos imotivadamente, o que pode impactar negativamente seus negócios.

A Companhia celebra contratos de representação comercial, contratos de distribuição e contratos comerciais para o desempenho de seu negócio. Em conjunto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tais contratos representaram 40% da receita da Companhia. Além disso, esses contratos são encontrados em todas as localidades em que a Companhia possui presença e todos os produtos estão aptos a serem vendidos por meio deles. Os contratos de representação comercial, contratos de distribuição e contratos comerciais relevantes trazem a possibilidade de rescisão imotivada por ambas as partes. Caso tais contratos sejam rescindidos imotivadamente pelo representante/distribuidor/fornecedor, os negócios da Companhia podem ser impactados, sendo um dos possíveis efeitos, por exemplo, a perda de alcance e capilaridade dos negócios da Companhia na região do representante comercial/distribuidor/fornecedor que rescindiu o contrato.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, a capacidade de continuar a operar os negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo Zika vírus, a provocada pelo vírus Ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que o Grupo Cantu Store opera, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, cyberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho do Grupo Cantu Store não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, as operações do Grupo podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar seus riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de cybersegurança e riscos trabalhistas, o que pode prejudicar a capacidade do Grupo Cantu Store de gerenciar e operar nossos negócios.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de sua emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A pandemia da COVID-19 traz impactos também na esfera trabalhista, por ser um risco epidemiológico e os empregados da Companhia podem ser contaminados, afetando, assim, as operações da Companhia. Ainda, autoridades governamentais podem impor medidas restritivas e imprevisíveis em resposta à pandemia da COVID-19, que podem vir a afetar, direta ou indiretamente, de forma adversa, as operações da Companhia ou as operações dos seus produtores integrados ou de seus clientes. Não há precedentes comparáveis que possam fornecer uma orientação ou previsão quanto às consequências da pandemia global do COVID-19. Dessa forma, a extensão em que o surto de COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus, como serão enfrentados os impactos por estes causados e a velocidade em que as condições econômicas serão retomadas.

A Companhia não pode garantir que suas unidades de distribuição não serão fechadas em razão do surto da COVID-19, incluindo em razão de uma possível intensificação de casos nas regiões do país onde possui suas unidades. Não é possível prever as consequências que isso pode gerar, nem se a Companhia poderá ser obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Após a diminuição do surto da COVID-19, a Companhia poderá continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer.

Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos descritos nesse item 4.1. Para mais informações sobre os impactos da pandemia de COVID-19, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

A incapacidade da Companhia de honrar as suas obrigações financeiras, observar cláusulas contratuais restritivas (covenants) e obter capital adicional necessário para seu crescimento futuro, poderá afetar adversamente os seus resultados e seus negócios.

Os contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários da Companhia contêm, ou podem vir a conter, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*covenants*) ou que limitem a sua capacidade de acessar o mercado, seja para contrair ou garantir renovação das dívidas que venham a vencer ou captar dívidas adicionais, seja para realizar emissões de valores mobiliários.

Tais restrições podem impor a observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre seus ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, alterar ou vender participações acionárias, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros – i.e., o inadimplemento de obrigações não pecuniárias ou o vencimento antecipado em um contrato pode causar o vencimento antecipado dos demais contratos financeiros da Companhia (*cross-default* e *cross-accelaration*).

Além disso, a Companhia poderá precisar captar recursos adicionais por meio de emissão de valores mobiliários e de títulos de dívida da Companhia ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que as condições e montantes de tais recursos serão satisfatórios, o que pode impactar negativamente sua liquidez e situação financeira. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos resultados da Companhia, prejudicar sua capacidade de implementar seu plano de investimento e sua estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e suas atividades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar as suas dívidas no futuro ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros, caso estas sejam descumpridas. Desta forma, caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar e caso haja descumprimento de determinadas obrigações poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, podendo impactar de forma relevante a capacidade da Companhia de honrar as suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa da Companhia poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar a capacidade da Companhia de investir em suas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando sua condição financeira e o resultado de suas operações. Para mais informações, ver Seção 10.9 deste Formulário de Referência.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger as atuais e futuras marcas da Companhia e defender seus direitos de propriedade intelectual considerados de extrema relevância às suas atividades. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o seu valor, bem como ocasionar um declínio de suas vendas.

A Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de seus direitos de propriedade intelectual ou que detenham ou desenvolvam, de maneira independente, direitos de propriedade intelectual equivalentes ou superiores aos da Companhia. Igualmente, a Companhia não pode assegurar que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros, tanto na esfera administrativa, quanto na esfera judicial. Também não há como garantir que os pedidos de registros que virão a ser depositados, no futuro serão deferidos em favor da Companhia, ou que o INPI garantirá direito de exclusividade quanto ao uso de determinadas expressões nos nomes e marcas dos produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A proteção dos direitos de propriedade intelectual da Companhia é de custo elevado e requer processos demorados que podem não ser bem-sucedidos. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de descobrir ou determinar a extensão de qualquer uso não autorizado de seus direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, parte das marcas da Companhia não está registrada em todas as classes nas quais opera ou pode vir a operar. Nesse cenário, a proteção da marca registrada é restrita ao segmento em que está registrada, não se estendendo a todas as classes nas quais opera ou pode vir a operar. Qualquer falha em proteger ou reforçar os direitos de propriedade intelectual da Companhia de forma adequada, ou custos significativos incorridos para fazê-lo, poderiam prejudicar materialmente seus negócios. Da mesma forma, qualquer infração ou alegação de violação de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia, pode resultar em um litígio demorado e oneroso, ocasionando falhas ou atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licença. Os custos relacionados à proteção da propriedade intelectual aumentam significativamente com a expansão da Companhia para outros países.

É possível que, de tempos em tempos, a Companhia tenha que entrar em litígio para determinar a validade e o alcance de seus direitos de propriedade intelectual.

A incapacidade de proteger a propriedade intelectual da Companhia e a falta de obtenção de licenças ou outros direitos necessários pode acarretar prejuízo a Companhia. Além disso, a participação em litígios decorrentes de assuntos de propriedade intelectual pode prejudicar os negócios da Companhia.

A interrupção das atividades ou perda de unidades operacionais da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados.

A interrupção da produção de forma temporária ou permanente, ou a destruição de matérias primas e estoques da Companhia podem o afetar adversamente. Ainda, acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora do controle da Companhia, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores naturais ou não, podem ocorrer a qualquer tempo em suas filiais, centros de distribuição ou outras de suas unidades. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível ocorra, a Companhia poderá resultar em perdas de estoque, danos a ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Se a Companhia não for capaz de estruturar em tempo hábil um plano de contingência a fim de conseguir substituir com facilidade a sua estrutura por outra, seus negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à administração de seu estoque.

A Companhia está sujeita a vários riscos relacionados à reposição e otimização de estoque. Por exemplo, riscos relacionados ao lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos, entre outros fatores. A demanda pelos produtos da Companhia pode mudar significativamente entre o momento da compra dos fornecedores e a venda para os clientes, o que pode reduzir a capacidade da Companhia de vender seus produtos mantidos em estoque.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode fornecer qualquer garantia de que selecionará corretamente produtos a serem adquiridos ou importados ou que sua estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. Os produtos que a Companhia compra podem exigir prazos de entrega mais longos e seus fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos. Por fim, a Companhia pode não conseguir comprar ou vender seus produtos em quantidades suficientes ou durante os períodos de pico de vendas, o que causaria ineficiência em seu volume de estoque. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode ter dificuldades em manter o volume de suas vendas, o que pode causar um efeito adverso.

Os principais fatores que podem impactar o volume de vendas da Companhia são, sem prejuízo de outros também relevantes: (i) a capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (ii) a concorrência; (iii) a manutenção da qualidade dos serviços prestados; (iv) a capacidade de compra de produtos; (v) a logística nacional e (vi) a logística internacional. A depender de tais variáveis, a performance das vendas da Companhia pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em períodos futuros, o que pode impactar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

Mudanças na alta administração da Companhia e a eventual impossibilidade de reter, atrair e recolocar pessoal qualificado podem afetar adversamente seus negócios e resultados.

Os negócios da Companhia dependem da capacidade, experiência e qualificação profissional da sua alta administração. A Companhia poderá não ser capaz de manter ou repor profissionais experientes e conhecedores do negócio da Companhia, tanto no aspecto de gestão, quanto técnico. A perda de membros da sua alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante seus resultados operacional e financeiro. Ainda, qualquer impossibilidade de atrair e repor tempestivamente profissionais qualificados pode causar efeito adverso sobre os negócios e resultados da Companhia.

Além disso, pode haver mudanças na gestão comercial de companhias ou sociedades adquiridas, o que poderá impactar os resultados de curto prazo da Companhia. O resultado da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio e, consequentemente, os seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e arbitrais, investigações e procedimentos administrativos poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, dentre outras, e poderá ser parte em demais processos administrativos, judiciais, arbitrais e/ou inquéritos envolvendo, sem limitação, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais. As decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetá-lo adversamente, inclusive em aspectos de reputação e imagem.

Da mesma forma, os membros da administração e acionistas da Companhia podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal e tributária, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia, o que poderia causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados, direta ou indiretamente.

A Companhia pode não constituir ou manter provisões em relação aos processos com provisão de risco "possível" ou "remoto" e, com relação aos processos em que a probabilidade de perda tenha sido classificada pelos seus advogados externos e departamento jurídico como "provável", a provisão feita pode não ser suficiente para cobrir o valor total. Caso sejam proferidas decisões judiciais, administrativas ou arbitrais desfavoráveis em ações em relação às quais a Companhia não tenha constituído provisão ou tenha constituído provisão com valor inferior ao montante da perda em questão, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios, reputação e valor de mercado de suas ações. Adicionalmente, em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado, bem como sofrer impactos adversos relevantes em razão de eventual responsabilidade solidária decorrentes de outras sociedades do Grupo.Para informações adicionais sobre os principais processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

Perdas não cobertas pelas apólices de seguro contratadas, ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

Não se pode assegurar que as coberturas contratadas pela Companhia sejam suficientes para garantir todas as perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios, o que poderá impactar adversamente os seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, em caso de ocorrência de sinistros que sejam cobertos por tais apólices de seguro, as indenizações das seguradoras podem não ser recebidas tempestivamente e/ou podem ser insuficientes ou inadequadas para cobrir todas as perdas e danos decorrentes de tais sinistros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de manter, contratar ou renovar apólices de seguro no futuro, o que também poderá gerar impactos negativos nos seus resultados. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizado judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas.

Se a Companhia não conseguir manter sua cultura e sua marca no processo de expansão, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia acredita que seu potencial de crescimento e o alcance de suas metas corporativas orientadas por resultados positivos financeiros e não financeiros estão diretamente relacionados à sua capacidade de atrair e manter os melhores colaboradores comprometidos com sua cultura e sua marca.

Na medida em que a Companhia expande seus negócios para diferentes naturezas e localidades e segmentos, pode ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando consigo um número suficiente de colaboradores alinhados à sua cultura corporativa. Tal incapacidade poderia resultar em uma piora em seu atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos seus colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da sua marca. Uma vez que sua cultura organizacional e a sua marca são cruciais para seus planos de negócio, o insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia, podem resultar em danos à sua reputação e financeiros.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetar material e adversamente a Companhia.

Nesse sentido, a eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais, dados de clientes ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações da Companhia pode afetar negativamente sua reputação e seus resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como, por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente sua imagem e confiabilidade junto ao mercado.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas não estão cobertas, uma vez que a Companhia não possui seguros desta natureza para seus ativos. Perdas não cobertas podem resultar em prejuízos o que poderá impactar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Por fim, vale destacar que a Companhia ainda não implementou, de forma efetiva, boas práticas de gestão de *firewall*, controles de integridade de informações gravadas nos bancos de dados e *phishing*, além de não possuir estrutura de segurança da informação, o que pode resultar em incidentes de segurança cibernética.

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, deverá ser pago aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os titulares de ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista, considerando inclusive a preocupação com arrecadação estatal em momento de crise econômica e sanitária causada pela COVID-19, e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode ser materialmente e adversamente afetada por falhas nos seus processos de governança, gestão de riscos e Compliance, bem como por violações à lei anticorrupção brasileira e leis similares.

A Companhia está sujeita, dentre outras, à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), conforme alterada e regulamentada, que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos contrários à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores ou terceiros que atuem em nome ou benefício da Companhia, à Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), à Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações) e à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) (coletivamente "Legislação Anticorrupção"). Dentre as sanções aplicáveis por violações à Legislação Anticorrupção estão: multas, ressarcimento de danos, perda de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e confisco de ativos, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados e reputação da Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa. Além disso, dirigentes, administradores e colaboradores da Companhia estão sujeitos ao Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal) e podem estar sujeitos a responsabilidade criminal por atos praticados em violação à Legislação Anticorrupção.

Os mecanismos e procedimentos de prevenção e combate à corrupção atuais da Companhia, implementados recentemente para fins da presente oferta, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem no interesse e benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento à Legislação Anticorrupção. A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Legislação Anticorrupção por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados; (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia; ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com seus princípios éticos. Falhas nos processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia poderão afetar negativamente a sua reputação, negócios, a situação financeira, capacidade de contratação com o Poder Público, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os seus negócios.

As políticas, procedimentos e estruturas da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos, descritos ao longo dos itens 5.1 ao 5.4 deste Formulário de Referência, foram implementados em outubro de 2021 com o início de suas operações para fins da presente oferta, e podem não ser eficazes, além de que seus controles internos podem se mostrar insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

Como resultado dos trabalhos de auditoria independente realizados nas empresas do grupo econômico da Companhia quanto ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes identificaram que determinados controles internos das atuais subsidiárias da Companhia apresentavam deficiências significativas. Para mais informações sobre as deficiências significativas mapeadas, bem como os comentários da administração do Grupo Cantu Store, vide itens 5.6(d) e 5.6(e) deste Formulário de Referência.

A Companhia, que recentemente estruturou seus mecanismos de controles internos, poderá identificar fraquezas e deficiências durante o curso de formulação, documentação e teste de seus procedimentos, inclusive no que diz respeito às suas subsidiárias. Caso deficiências sejam identificadas, não há garantias de que a Companhia ou suas subsidiárias conseguirão saná-las tempestivamente ou aplicar correções necessárias. Se a Companhia não for capaz de suprir tais deficiências ou manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar os seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios, imagem e reputação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas e estão em vigor desde o dia 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para os titulares de dados. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais. Para concretizar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a segurança da informação e proteção de dados pessoais, a Companhia deverá implementar um sistema de gestão e adotar uma estrutura de governança de segurança da informação, o que pode gerar custos ainda não previstos. Além disso, a Companhia ainda não possui um seguro cibernético contratado. Em virtude dos últimos acontecimentos relacionados a incidentes envolvendo dados pessoais no Brasil e no mundo, os valores das apólices podem ser elevados, também implicando em custos extraordinários para a Companhia.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do responsável pelo tratamento de dados; (iv) informações de contato do responsável pelo tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição da responsabilidade e da responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desde agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, e por não estar em total conformidade com a lei, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Ademais, a Companhia deverá observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, mas não pode garantir que cumprirá os requisitos de segurança, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação; imagem e os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A interrupção ou suspensão dos transportes, serviços de logística e centros de distribuição, ou investimentos insuficientes em infraestrutura pública, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo portos, armazéns, rodovias, aeroportos e todos os meios de transporte operados pela Companhia, seus provedores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessas instalações ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou a fornecedores ou clientes da Companhia, por qualquer razão, poderá afetar negativamente os resultados de operações e fluxos de caixa do Grupo.

A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta problemas que dificultam um funcionamento eficiente, incluindo o elevado custo da mão-de-obra especializada, a saturação e a falta de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura portuária e aeroportuária, a elevada carga tributária incidente sobre essas operações e o precário estado de conservação viária e da frota de transportes. Além disso, destacam-se como obstáculos as interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde a Companhia atua, resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes (a exemplo da paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de epidemias e pandemias (como, por exemplo, a pandemia de COVID-19) ou outras causas inesperadas que podem atrasar ou prejudicar sua capacidade de comercializar os seus produtos, bem como ocasionar queda em suas vendas e perda de clientes existentes, o que poderá impactar negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia possui dependência relevante de uma ampla estrutura logística internacional, utilizada para os processos de importação dos seus produtos, incluindo armadores, armazenagem portuária, entre outros.

Desse modo, qualquer evento adverso (greves, incêndios, problemas logísticos, enchentes, pandemias, roubos, dentre outros), qualquer interrupção ou redução significativa nos serviços prestados pelos Correios e/ou transportadoras em geral, ou reduções significativas nos serviços prestados no funcionamento das infraestruturas de transporte internacional, como redução da frota de armadores e escassez de contêineres, além de adversidades na infraestrutura de transporte ou em seu funcionamento ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou fornecedores, ou clientes, por qualquer razão, pode atrasar ou afetar a sua capacidade de distribuir produtos para filiais, bem como para os clientes varejistas e *marketplaces*.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística da Companhia ou de seus fornecedores podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos e afetar negativamente suas operações. Por exemplo, a sua rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, a disponibilidade de combustível e, por isso, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, caso normas para combater o trânsito de rua sejam promulgadas e imponham mais restrições na entrega de produtos em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que a Companhia atua, a sua capacidade de distribuir produtos em tempo hábil poderá ser afetada.

Ainda, aumentos significativos nos custos do transporte rodoviário, incluindo em tributos, fretes, pedágios, burocracias logísticas, entre outros, podem impactar clientes que utilizam os produtos da Companhia. Caso esses clientes optem por alternativas de transporte, como por exemplo, ferroviário, náutico ou aéreo, os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional poderão sofrer um impacto negativo adverso.

A Companhia depende de quatro centros de distribuição para abastecimento de suas unidades e qualquer interrupção ou falha na operação de seus centros poderá causar um efeito adverso.

Os canais de venda de mercadorias da Companhia, atualmente, dependem de quatro centros de distribuição, localizados em Itajaí/SC, Jaboatão dos Guararapes/PE, Barueri/SP e Serra/ES ("Centros de Distribuição"). Caso a operação desses Centros de Distribuição seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso os Centros de Distribuição sofram quaisquer danos substanciais, provocados inclusive, mas não se limitando, por desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, a Companhia pode enfrentar desabastecimento de produtos em suas filiais o que, por sua vez, afetará adversamente suas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição dos Centros de Distribuição.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A dependência do setor de varejo em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, bem como possíveis fraudes de cartões de crédito podem afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito. Aproximadamente 9% das vendas da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 são realizadas por cartão de crédito. Para executar as vendas com cartão de crédito, a Companhia depende das políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Cantu Store.

Ainda, o risco por operações fraudulentas por meio da utilização de cartão de crédito é inerente às vendas realizadas através deste meio de pagamento. Os pagamentos via cartão de crédito não são chancelados pela aplicação da assinatura do titular do cartão, além de ser possível que os clientes da Companhia realizem operações na modalidade cartão de crédito para compras em seu *e-commerce*, na modalidade não presencial, o que aumenta o risco das operações serem fraudulentas.

A falha em controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito poderá prejudicar sua reputação e marca, o que poderá afetar adversamente o seu negócio e os resultados das suas operações.

Além disso, a Companhia assume riscos atrelados aos pagamentos realizados em sua plataforma via cartão de crédito, visto que os pagamentos efetuados com cartão de crédito não possuem verificação de titularidade, por se tratar de transação *online*. Tais riscos podem ser originados, por exemplo, pelo uso não autorizado de cartão de crédito de terceiros, roubo de identidade, bem como invasões para aprovação de transações fraudulentas em perfis com histórico positivo de compras no site. Tais riscos podem acarretar a não conclusão dos serviços de compra, bem como em perdas devido a reclamações de clientes juntos às administradoras de cartões de crédito com a justificativa de que não autorizaram determinadas transações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação para operar seus negócios.

A Companhia depende em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional do data center e de vários sistemas (seus ou de terceiros), incluindo sistemas de comunicação, e diversos outros *softwares* usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial. Adicionalmente, sua plataforma *e-commerce* é um importante canal para apresentar seu negócio, e uma fonte de informação e meio de interação para os consumidores de seus produtos. Consequentemente, conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores. Os seus sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores que estão além do seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos seus sistemas de tecnologia da informação, pode perder dados, ficar sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixar de ganhar receitas de vendas, o que pode ocasionar um efeito adverso relevante.

Para atingir sua estratégia de crescimento, a Companhia pode precisar melhorar continuamente seus sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos seus resultados financeiros.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se não conseguir atualizá-los corretamente, as suas operações poderão ser prejudicadas, o que pode lhe causar efeito adverso.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia enfrenta riscos relacionados às autorizações, licenças e alvarás ("Licenças") para a instalação e a operação das suas unidades, bem como a construção de novas unidades.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo, dentre outros, (i) de instalação e funcionamento, (ii) do corpo de bombeiros, e (iii) de vigilância, controle e fiscalização sanitários, relacionados à operação e a localização das unidades produtivas e administrativas e os centros de distribuição, e deve obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Na hipótese de a Companhia não conseguir obter; manter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários, a Companhia pode vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas (que podem chegar até R$ 10 milhões de reais no caso de licenças ambientais) , resultar em autos de infração, a suspensão de suas atividades ou até a interdição das unidades produtivas e administrativas e/ou centros de distribuição, além de exposição a riscos adicionais, como a perda de cobertura de seguros no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, bem como sanções criminais, independentemente da obrigação de reparar eventuais danos ambientais causados, afetando também a sua imagem. A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento das unidades produtivas e administrativas e/ou centros de distribuição, poderá ter um efeito adverso seus resultados operacionais e negócios. Ademais, a não obtenção, cancelamento ou a não renovação das referidas licenças, registros, autorizações, licenças e alvarás de forma tempestiva das unidades produtivas e administrativas e/ou centros de distribuição poderá expor a Companhia a riscos adicionais relacionados ao pagamento de seguro em caso de acidente e/ou outros sinistros relacionados, ou evento similar que possa afetar o imóvel enquanto a licença estiver pendente.

Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, não é possível assegurar que a obtenção das licenças, registros, autorizações e alvarás necessários ocorrerá dentro do cronograma previsto. Eventual dificuldade ou lentidão não exime a Companhia da obrigação de obter todos os atos autorizativos necessários às suas operações. A Companhia também não pode assegurar que atualmente possui licenças para todos os imóveis ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação das licenças irão de fato obtê-las, o que poderá afetar adversamente a sua operação. Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar as atividades da Companhia a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para as atividades da Companhia.

Por fim, a construção de novas filiais e centros de distribuição está condicionada à obtenção de licenças, autorizações e alvarás exigidos pela legislação aplicável perante as autoridades governamentais competentes. A obtenção dessas licenças, autorizações e alvarás está sujeita à apreciação dos projetos pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais diversos, tais como o Ministério Público, órgãos ambientais e órgãos responsáveis pela infraestrutura de transportes e rodovias, no que se refere às faixas de domínio ocupadas pela Companhia em seus empreendimentos e projetos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode enfrentar dificuldades em abrir novas unidades e/ou operar nossas unidades, o que pode adversamente afetar suas vendas e resultados operacionais.

O crescimento da Companhia depende de sua habilidade de abrir, com êxito, novas unidades e operar suas unidades existentes, o que está sujeito a diversos riscos, incertezas e determinados fatores internos e externos, muito dos quais estão além do seu controle, incluindo, mas não se limitando (i) disponibilidade de recursos financeiros (próprios ou oriundos de financiamentos em termos aceitáveis); (ii) à disponibilidade de locais desejáveis para centros de distribuição e filiais e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como sua habilidade de determinar a demanda de seus produtos; (iii) satisfazer as preferências de seus clientes; (iv) obtenção das licenças e autorizações governamentais necessárias; (v) negociação de contratos de locação em condições razoáveis; (vi) construção e equipação eficientemente as novas unidades; (vii) fornecimento de níveis suficientes de estoques para atender às necessidades de suas unidades; (viii) integração com sucesso novas unidades em seus sistemas e operações existentes; (ix) acompanhamentos de novos e atuais concorrentes; (x) identificação de pontos estratégicos de vendas; (xi) atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado.

Eventual expansão, construção e remodelação de novas unidades ou unidades existentes, conforme o caso, podem deteriorar suas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, a Companhia pode não ser capazes de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro, o que pode afetar negativamente seus negócios, vendas e resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de locação de algumas de suas unidades

A receita líquida operacional da Companhia deriva de atividades desempenhadas em imóveis que aluga de terceiros. A localização estratégica e tamanho adequado dessas unidades e Centros de Distribuição são fundamentais para o desenvolvimento da sua estratégia de negócios e, como resultado, a Companhia pode ser afetado adversamente se não conseguir renovar um número significativo dos seus contratos de locação em termos aceitáveis.

A cada 3 anos, a Lei de Locações permite a revisão dos aluguéis a valor de mercado. O reajuste dos aluguéis a valor de mercado poderá resultar em impactos não esperados nos seus custos operacionais, podendo afetar negativamente seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não chegar a acordos com os locadores em relação à renovação dos prazos locatícios dos imóveis onde estão situados os seus centros de distribuições e filiais. Nesses cenários, nos termos da legislação brasileira, a Companhia pode exigir judicialmente a renovação de um contrato de locação com prazo determinado e superior ou igual a 5 anos, por um prazo adicional de 5 anos, desde que ingresse com a ação renovatória no prazo de no mínimo 6 meses e no máximo 1 ano de antecedência em relação à data de término do contrato. Assim, a Companhia pode não ser capazes de renovar seus contratos de locação se não entrar em acordo com os locadores ou, alternativamente, se não apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não forem cumpridos os requisitos legais. A perda de qualquer um dos seus centros de distribuição pode afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

A localização estratégica dos imóveis alugados pela Companhia é fundamental para o desenvolvimento de seus negócios e, como resultado, a Companhia poderá ser afetada adversamente, caso: (i) um número significativo de seus contratos de locação seja rescindido, ou não seja renovado em termos de mercado favoráveis à Companhia; ou (ii) não consiga celebrar os contratos de locação para novos imóveis em localidades estratégicas ou tais contratos de locação não sejam celebrados em termos satisfatórios. A Companhia pode enfrentar, ainda, concorrência por espaços comerciais, e consequentemente, a perda de qualquer um dos locais estratégicos da Companhia pode afetar negativamente seus resultados operacionais e sua condição financeira.A maioria dos contratos dos seus imóveis contém cláusula de vigência, porém, não é política da Companhia registrá-los/averbá-los junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, hipótese em que, caso os respectivos proprietários decidam vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados e não observância do direito de preferência, a Companhia não terá o direito de adjudicar judicialmente o imóvel, mas tão somente pleitear perdas e danos. Em ambos os casos, os compradores não estariam legalmente vinculados aos termos do contrato de locação e poderiam requerer a desocupação do imóvel.

Além disso, se a Companhia decidir fechar qualquer uma de suas unidades locadas antes do fim do prazo locatício, pode ser obrigado a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. O valor total da multa poderá afetar adversamente a Companhia principalmente se a decisão de rescisão se aplicar a mais de uma unidade. Finalmente, no caso de rescisão dos contratos de locação, existe o risco de que as benfeitorias efetuadas pela Companhia em suas unidades e Centros de Distribuição não sejam indenizadas pelo proprietário. Por fim, não há garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada. Assim, devido ao fato de a localização dos imóveis representar um fator importante na estratégia comercial da Companhia, se não for possível celebrar novos contratos de locação com condições satisfatórias, a Companhia pode ter seus negócios afetados substancialmente e negativamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os imóveis ocupados pela Companhia podem ser desapropriados, o que poderá impactar adversamente seu resultado operacional.

Os imóveis ocupados pela Companhia, estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os negócios, bem como os resultados operacionais e financeiros da Companhia, uma vez que pode vir a ter que desocupar tais imóveis. Deve-se levar em consideração, ainda, que o valor a ser apurado em sede de perícia para pagamento de indenização decorrente da expropriação para os imóveis de propriedade da Companhia pode ser inferior ao valor de mercado do imóvel e pode não considerar eventuais benfeitorias instaladas nos imóveis pela Companhia.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os negócios, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas atividades, situação financeira e resultados, bem como a acionistas da Companhia.

A Companhia não pode garantir que a Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência) seja eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes e que o acionista controlador ou os administradores por ele eleito prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, à observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionista o acionista controlador ou administradores.

Para informações adicionais a respeito de operações entre partes relacionadas, ver item 16 deste Formulário de Referência.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger as atuais e futuras marcas e defender seus direitos de propriedade intelectual considerados de extrema relevância às suas atividades. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o seu valor, bem como ocasionar um declínio de suas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de seus direitos de propriedade intelectual ou que detenham ou desenvolvam, de maneira independente, direitos de propriedade intelectual equivalentes ou superiores aos da Companhia. Igualmente, a Companhia não pode assegurar que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros, tanto na esfera administrativa, quanto na esfera judicial. Também não há como garantir que os pedidos de registros que virão a ser depositados, no futuro, serão deferidos em favor da Companhia, ou que o INPI garantirá direito de exclusividade quanto ao uso de determinadas expressões nos nomes e marcas dos produtos.

A proteção dos direitos de propriedade intelectual da Companhia é de custo elevado e requer processos demorados que podem não ser bem-sucedidos. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de descobrir ou determinar a extensão de qualquer uso não autorizado de seus direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, parte das marcas da Companhia não está registrada em todas as classes nas quais opera ou pode vir a operar. Nesse cenário, a proteção da marca registrada é restrita ao segmento em que está registrada, não se estendendo a todas as classes nas quais opera ou pode vir a operar. Qualquer falha em proteger ou reforçar os direitos de propriedade intelectual da Companhia de forma adequada, ou custos significativos incorridos para fazê-lo, poderiam prejudicar materialmente seus negócios. Da mesma forma, qualquer infração ou alegação de violação de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia, pode resultar em um litígio demorado e oneroso, ocasionando falhas ou atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licença.

A incapacidade de proteger a propriedade intelectual da Companhia e a falta de obtenção de licenças ou outros direitos necessários pode acarretar prejuízo. Além disso, a participação em litígios decorrentes de assuntos de propriedade intelectual pode prejudicar os negócios da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia, podem resultar em danos à sua reputação e financeiros.

Incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou das informações de seus clientes ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, o que pode afetar material e adversamente a Companhia.

Nesse sentido, a eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais, dados de clientes ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações da Companhia pode afetar negativamente sua reputação e seus resultados financeiros.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como, por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente sua imagem e confiabilidade junto ao mercado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas não estão cobertas, uma vez que a Companhia não possui seguros desta natureza para seus ativos. Perdas não cobertas podem resultar em prejuízos o que poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia e seus resultados operacionais.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Imediatamente após a realização de sua oferta pública inicial, a Companhia continuará sendo controlada por seu atual acionista controlador.Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

O acionista controlador da Companhia tem o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o acionista controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

(c) Riscos relacionados a seus acionistas

A Companhia acredita que não está exposta, atualmente, a quaisquer riscos relevantes cuja fonte sejam seus acionistas, além dos riscos relacionados ao acionista controlador que já foram tratados no item anterior.

(d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

A Companhia é uma sociedade holding e dependerá dos resultados de suas controladas.

A Companhia é uma sociedade de participação (holding) e dependerá dos resultados de suas controladas, quando da conclusão de sua oferta pública inicial de ações. Os resultados da Companhia e a sua capacidade de distribuir dividendos aos seus acionistas dependem das operações, do fluxo de caixa e dos lucros das sociedades controladas, sendo que essas sociedades podem estar sujeitas a obrigações decorrentes de contratos de financiamento ou empréstimos que limitem a transferência de dividendos para a Companhia. Dessa forma, não é possível assegurar que os lucros das controladas da Companhia estarão disponíveis para distribuição, o que poderá causar um efeito adverso relevante ao resultado financeiro da Companhia, prejudicando a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados a seus fornecedores

A Companhia depende de terceiros para fabricar os produtos que comercializa.

A Companhia depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar os produtos que comercializa. Ao usar terceiros para fabricar tais produtos, a Companhia está sujeito a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não tem-se controle, o que pode afetar adversamente seus negócios, suas vendas e resultados operacionais.

Ainda, alguns dos seus fornecedores são empresas de pequeno e médio porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica, inclusive em razão da pandemia do COVID-19.Alguns fatores macroeconômicos, assim como a pandemia do COVID-19, podem fazer com que seus fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e a Companhia não pode prever se conseguirá aumentar os preços de venda para seus consumidores. Um aumento nos custos de seus produtos pode refletir negativamente em seus negócios, resultados operacionais e valor de suas ações.

A Companhia pode ser responsável por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizado solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem afetá-la de maneira material e adversa, inclusive a sua imagem. Tal circunstância se estende a eventuais danos ambientais ocasionados pelos fornecedores e terceiros contratados, em razão da natureza objetiva e solidária da responsabilidade civil ambiental (vide item 7.9 deste Formulário de Referência). Nesse sentido, o fato de terem sido causados por terceiros, não exime a Companhia de eventualmente vir a ser considerado solidariamente responsável pelos referidos danos ambientais, bem como ser incluído no pólo passivo de ações que objetivem a reparação/indenização por danos ambientais. A Companhia também pode ser responsabilizado por lesões corporais ou morte de empregados de terceiros dentro de instalações da Companhia, o que pode afetar adversamente sua reputação e negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia não tem como garantir que seus fornecedores, prestadores de serviços e parceiros, atuais e futuros, bem como seus eventuais subcontratados, não terão problemas relacionados às condições de trabalho, bem como no tocante ao respeito e observância às normas previdenciárias, ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao de escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto. Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia poderá ser considerado solidária ou subsidiariamente responsável por tais práticas irregulares ou violação às leis aplicáveis, podendo, assim, ser incluído no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigado a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades. Neste caso, a imagem, os negócios e resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode enfrentar riscos relacionados ao transporte e logística, pois depende dos fornecedores terceirizados que garantem as entregas dos seus produtos, do sistema de transportes e infraestrutura das cidades em que estão localizados os seus centros de distribuição para a entrega das suas mercadorias.

A Companhia conta com serviços de transporte e logística prestados por terceiros para a entrega de produtos.

Qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante nos negócios, atividades e resultados operacionais da Companhia, a exemplo do locaute nacional de caminhoneiros que ocorreu em maio de 2018 por conta do aumento no preço dos combustíveis, que interrompeu materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias no Brasil, incluindo a cadeia de fornecimento e distribuição do Grupo. A Companhia não pode garantir que novos locautes ou eventuais greves não ocorrerão, nem que o Governo Federal ou qualquer outra parte relevante poderão atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória, tampouco que paralisações trabalhistas não serão prejudiciais à cadeia de suprimentos ou à operação de suas unidades de produção e distribuição.

Qualquer outra redução na disponibilidade de serviços logísticos ou um aumento significativo nos custos de serviço de transporte, bem como incêndios em armazéns ou greves de trabalhadores, poderão prejudicar a cadeia de suprimentos da Companhia e a entrega dos produtos que ela vende aos seus clientes.

Ademais, o sistema de transporte e infraestrutura no Brasil está em desenvolvimento e necessita de melhorias para que possa funcionar de maneira eficiente e atender aos negócios da Companhia. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes, logística e/ou em suas operações nas cidades onde os centros de distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas humanas ou em sistemas , greves (tais como a paralisação de caminhoneiros de maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a pandemia da COVID-19) ou outras causas inesperadas podem atrasar ou prejudicar a capacidade da Companhia de distribuir mercadorias e ocasionar queda em suas vendas, o que poderá impactar negativamente os seus resultados financeiros e operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode ter tanto a sua produção como as suas receitas prejudicadas em razão de atrasos e descumprimentos de seus fornecedores.

A sua atividade se caracteriza pela manutenção de um nível de estoque adequado para suprir as demandas dos seus clientes. Eventuais atrasos ou descumprimentos por parte dos fornecedores poderão afetar o desempenho em sua produção, vendas e receitas, uma vez que a Companhia poderá não conseguir obter o fornecimento de seus produtos em tempo hábil. A dependência de fornecedores poderá lhe causar um efeito adverso em seus negócios e resultados operacionais e financeiros em caso de eventuais atrasos ou descumprimentos. Adicionalmente, eventuais atrasos na entrega dos produtos adquiridos de seus fornecedores (dos quais parte é proveniente de países estrangeiros), devido a problemas de logística, poderão afetar a sua capacidade produtiva, o que causaria um efeito adverso relevante nos seus resultados operacionais e em sua capacidade financeira.

Flutuações cambiais nos países dos quais o Grupo Store Cantu importa mercadorias podem afetar adversamente seus negócios.

A Companhia importa, segundo estimativas internas, aproximadamente 63% dos seus produtos em 30 de setembro 2021. Atualmente, a Companhia importa seus produtos de países como: China, Vietnã, Índia, México, Tailândia, Coréia do Sul, entre outros, sendo o seu maior percentual oriundo da China. Toda negociação de preços é realizada por meio de dólar norte americano.

Dessa forma, o preço dos seus produtos depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos países de que adquir mercadorias, sendo limitada, a sua capacidade de repassar aos seus clientes eventuais aumentos de preço decorrentes de flutuações cambiais**.**

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação ao dólar dos Estados Unidos da América, ou das moedas correntes de tais países em relação ao dólar norteamericano, seus produtos poderão ser menos atrativos para seus clientes ou a Companhia poderá ter de diminuir suas margens ou descontinuar a venda de certas mercadorias importadas, resultando em impacto adverso nos seus resultados operacionais.

A interrupção das atividades ou perda de unidades operacionais dos fornecedores da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados.

A interrupção da produção de forma temporária ou permanente, ou a destruição de matérias primas e estoques dos fornecedores da Companhia podem afetar adversamente a Companhia. Ainda, acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora do controle da Companhia e de seus fornecedores, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores naturais ou não, podem ocorrer a qualquer tempo em suas fábricas, filiais, centros de distribuição ou outras de suas unidades, o que pode afetar a entrega de produtos aa Companhia. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível ocorra, a Companhia poderá resultar em perdas de estoque.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(f) Riscos relacionados a seus clientes

A Companhia está sujeita a reclamações de clientes e a recall de produtos, o que poderia afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto adverso relevante em seus custos, negócios e resultados.

Caso a Companhia venha a ser envolvido em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum *recall* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos de *recall,* de informações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações. A publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e potenciais consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para seus negócios e resultados.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

O segmento de varejo é altamente competitivo no Brasil, inclusive no comércio eletrônico, o que pode afetar adversamente a participação de mercado da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo é baseada principalmente na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade e promoção, conveniência ou local de armazenamento, segurança e suporte e atendimento ao cliente. Alguns dos concorrentes da Companhia, incluindo varejistas locais e redes multinacionais de varejo, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos e menores despesas operacionais do que a Companhia. Seus concorrentes podem usar descontos, políticas de preços agressivas e publicidade para aumentar as vendas. Seu negócio é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos consumidores. Caso não consiga competir com seus concorrentes, suas vendas podem cair, e a Companhia pode decidir ou ser obrigados a oferecer descontos maiores a seus clientes, o que pode reduzir seus lucros e afetar sua situação financeira.

Ademais, há forte concorrência no comércio eletrônico. Outras empresas do ramo de varejo e comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. As empresas dos mais diversos segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que a Companhia opera, à medida que a sua carteira de clientes cresce e a recorrência às suas plataformas aumenta. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo *online* e esse aumento na concorrência pode reduzir as vendas e lucros operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

É possível, também, que os concorrentes da Companhia, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, tenham ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que a Companhia. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços *online*, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais relevantes, que podem ter mais recursos financeiros do que a Companhia, o que poderia afeta-lo adversamente.

O mercado de varejo é sensível a quedas do poder de compra dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o mercado de varejo sofreu períodos de desaceleração econômica, em virtude da queda dos gastos dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao cliente, da tributação, da confiança do cliente nas condições econômicas futuras, dos níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da COVID-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado dos clientes varejistas). Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo, refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo (principalmente das classes com menor poder aquisitivo), tornar as condições de refinanciamento de dívida mais restritas e causar aumentos na taxa de desemprego. Historicamente, o setor de varejo foi afetado negativamente e de forma relevante em virtude de períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução do consumo. Assim, a redução do poder aquisitivo dos clientes e condições econômicas adversas podem afetar o resultado operacional e a situação financeira da Companhia de forma negativa e relevante.

A Companhia está sujeita a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal.

Parte significativa dos seus produtos e/ou de seus componentes são importados, possíveis greves na Receita Federal, nas alfândegas e nos portos de todo o País podem afetar a entrega desses materiais pelos seus fornecedores, o que poderá gerar atraso na entrega dos produtos aos consumidores, com a consequente diminuição do seu volume de vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou em suas interpretações, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão, cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais e/ou incentivos fiscais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia, uma vez que podem impactar a demanda do consumidor pelos produtos da Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária, o que pode aumentar os preços que a Companhia cobra por seus produtos, restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, a mesma poderá ser adversamente afetada, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, ou em eventual questionamento quanto à utilização de créditos já utilizados, acrescidos de encargos e penalidades.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia. Além disso, a pandemia causada pela COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Atualmente há no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança integral no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS bem como o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota única de 12%. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Mais recentemente, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pelo Congresso Nacional, tais como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre o capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia, as quais passariam a ter vigência no ano seguinte ao da conversão de tais projetos em lei.

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Adicionalmente, a Companhia usufrui de tratamentos tributários diferenciados com base em decisões proferidas em ações judiciais, não apenas ajuizadas pela Companhia, mas por entidades de classe. Caso essas decisões venham a ser revistas pelos tribunais, seja em decorrência de mudança legislativa ou de posicionamento jurisprudencial, que resulte na reversão do posicionamento atual e/ou mesmo limitação da possibilidade de aplicação às operações da Companhia, a tributação aplicada pela Companhia poderá ser adversamente afetada. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia e/ou reversão de decisões judiciais pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

A CP Comercial S.A. e a CPX Distribuidora S.A., sociedades operacionais que passarão a ser controlada pela Companhia, atualmente possuem benefícios fiscais e regimes especiais vigentes nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina. Para maiores detalhes, vide item "7.9. - Outras informações relevantes – "Informações adicionais ao Item 7.3 - (c) Características dos mercados de atuação - Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia - Benefícios Fiscais, Incentivos Fiscais, Regimes Especiais ou Subsídios".

Não é possível afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos regimes fiscais relativos ao ICMS, no caso da legislação estadual que embasa sua concessão não tenha sido aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017 ("Convênio 190/2017"), que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

Eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

A Companhia está sujeita a um rígido controle e extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar um aumento de seus custos, provocando um efeito adverso relevante para suas atividades.

As atividades da Companhia estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental. Além disso, a Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais referente ao processo de fabricação, higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte de seus produtos.

As unidades que compõem a Companhia estão sujeitas a licenciamento ambiental, com base no seu potencial poluidor e uso dos recursos naturais. Se uma das unidades for construída ou expandida sem licença ambiental emitida pelo órgão competente ou se as licenças ambientais expirarem e não forem renovadas no prazo ou sua renovação for indeferida pelo órgão ambiental competente, a Companhia poderá sofrer responsabilidades ambientais (administrativa, criminal e cível), o que poderá afetar suas atividades, resultados e imagem. A Lei Complementar nº 140/2011 estabelece que a renovação de licenças ambientais deve ser solicitada com pelo menos 120 dias de antecedência do final, de modo que caso este prazo não seja observado, é possível que a licença ambiental expire antes da emissão da nova licença ou da respectiva manifestação do órgão ambiental. Para mais informações a esse respeito, ver item 7.9 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia estará sujeita a multas e outras sanções administrativas, como suspensão de operações ou fechamento das unidades de produção e distribuição da Companhia, além de sanções criminais e eventual obrigação de reparar os danos ambientais causados na esfera civil. Essas mesmas sanções também podem ser aplicadas em caso de falta de cumprimento das condições de validade previstas nas licenças ambientais que a Companhia já detêm. Nesse sentido, a Licença de Operação n. 04/2020 da CP Comercial S.A. estabelece dentre as suas condicionantes a obrigação de implantação de tubulação de coleta de água pluvial e sistema de reaproveitamento de água da chuva, mediante firmamento de Termo de Compromisso. O referido termo foi firmado (TC n. 007/2020) e possui previsão de regularização integral no ano de 2022.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais e sanitárias pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de, por exemplo, (i) sanções de natureza penal e administrativa, (ii) multa no valor de até R$50 milhões em caso de poluição ambiental, (iii) suspensão parcial ou total das atividades, (iv) perda ou restrição de incentivos fiscais, (v) lavratura de autos de infração, e instauração de processos administrativos e/ou judiciais; (vi) penalidade de interdição ou fechamento das unidades; (vii) cassação ou suspensão da eficácia de registros, autorizações e licenças, (viii) cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, (ix) bem como a proibição de contratar com o Poder Público. A imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da legislação ambiental ou da regulamentação sanitária poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades, bem como para a sua imagem.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações ambientais e sanitárias poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, bem como implicar o desvio de recursos para atender às exigências trazidas pelas mudanças ou alterações na legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia.

As leis e as regulamentações ambientais exigem cada vez mais investimento de recursos financeiros para seu cumprimento.

A Companhia está sujeita a abrangentes leis, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais no Brasil, relativos à interferência em áreas protegidas (unidades de conservação, áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal), interferência em recursos hídricos, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas, barulho e limpeza de contaminações, entre outros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A gestão da água é especialmente importante e apresenta muitos desafios com relação a este ramo de atividade. No Brasil, a legislação e a regulamentação sobre o uso da água impacta as operações agrícolas, a produção industrial e a produção de energia hidrelétrica. Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos, incluindo a não obtenção de autorizações ou licenças, como outorgas de uso de recursos hídricos, ou mesmo o desatendimento aos parâmetros e obrigações vinculadas a estas autorizações e licenças, poderão sujeitar a Companhia a sanções administrativas e penais, responsabilidade civil com a determinação de reparação ou compensação de eventuais danos ambientais, além de impactos adversos à sua imagem. As sanções administrativas decorrentes de tal descumprimento podem incluir intimações, multas, embargos temporários ou permanentes, suspensão de subsídios por órgãos públicos e suspensão temporária ou encerramento permanente das atividades. Já as sanções penais decorrentes de tal descumprimento podem incluir: multas; interdição temporária de direitos e reclusão, no caso de pessoas físicas; liquidação; e serviços comunitários, no caso de pessoas jurídicas. Adicionalmente, de acordo com as leis ambientais brasileiras, poderá haver a desconsideração da personalidade jurídica na esfera de responsabilidade civil ambiental (de forma que seus proprietários responderão pelas dívidas da Companhia), caso seja necessário garantir o pagamento de custos relativos à reparação de danos ambientais, sempre que o juízo competente entenda que a personalidade jurídica representa um obstáculo ao pagamento de indenização pelos danos ambientais.

Devido a medidas regulatórias imprevistas ou ao endurecimento de leis ambientais no Brasil, o valor e a periodicidade de despesas futuras relacionadas à observância dessas leis podem aumentar e afetar de forma negativa a disponibilidade de recursos da Companhia para investimentos e outros fins. O cumprimento das leis e regulamentos ambientais atuais ou futuros, bem como de obrigações derivadas de acordos firmados com entes públicos, podem resultar em aumento de seus custos e despesas.

Além disso, caso tenham ocorrido alterações regulatórias nas normas ambientais que devem estar em cumprimento pela planta desde o início do processo de renovação da licença, o órgão ambiental pode condicionar a renovação à readequação das instalações, o que pode resultar em aumento de gastos, atrasos ou interrupções das atividades da Companhia em conexão com tal unidade ou em indeferimento da licença, o que poderá afetar de maneira significativa e adversa seus resultados operacionais. A Companhia está sujeita a regulações e restrições ambientais similares em todas as jurisdições em que atua.

A Companhia pode sofrer multas e restrições relacionadas à legislação consumerista brasileira ou ao Código de Defesa do Consumidor.

A legislação de defesa do consumidor do Brasil imputa ao fornecedor o ônus da prova na demanda de um cliente (consumidor). Diante desse contexto, autoridades judiciais podem adotar posturas favoráveis aos pleitos formulados por consumidores. Caso posturas favoráveis sejam adotadas, colocarão o prestador de serviço ou fornecedor de produtos em desvantagem em processos judiciais envolvendo relações de consumo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. As decisões contrárias aos interesses da Companhia em processos judiciais envolvendo relações de consumo que eventualmente alcancem valores substanciais poderão afetá-lo adversamente, inclusive em aspectos de reputação e imagem. Adicionalmente, em processos judiciais envolvendo relações de consumo, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia acredita que não está exposta, atualmente, a quaisquer riscos relevantes cuja fonte sejam países estrangeiros, tendo em vista que não atua em países estrangeiros.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.

O segmento de atuação da Companhia pode causar prejuízos ao meio ambiente, especialmente caso não lhes seja dado um descarte adequado. Tais riscos envolvem a poluição/contaminação da água e do solo em razão dos resíduos químicos que compõem os pneus; a poluição do ar quando queimados irregularmente a céu aberto e a potencial contribuição para a disseminação de doenças como dengue, malária e febre amarela decorrentes do acúmulo de água nos pneus, servindo de criadouro para insetos transmissores de doenças.

A não observância das leis e regulamentos ambientais pela Companhia ou por terceiros contratados pode resultar na obrigação da Companhia reparar danos ambientais, na imposição de sanções de natureza penal e administrativa, bem como na obrigação de responder por prejuízos causados a terceiros, incluindo eventuais comunidades localizadas no entorno dessas áreas, o que resultará em aumento de despesas, investimentos inesperados e risco à sua reputação.

Considerando que a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, a Companhia pode incorrer em despesas adicionais relevantes de *compliance* ambiental. Ademais, as demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças poderão afetar seus resultados operacionais de forma negativa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, as suas atividades podem causar impactos e danos ao meio ambiente, podendo haver responsabilização em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e/ou (iii) criminal. Na esfera da responsabilidade civil àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental, deve reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independente de dolo ou culpa. Além da condenação na esfera civil, a Companhia pode ser responsabilizado na esfera criminal, a qual pode implicar em penas pecuniárias e restritivas de direitos, e na esfera administrativa, com a imposição de multas e outras penalidades, como suspensão total ou parcial de atividades, advertência, cancelamento da licença ambiental e outros. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir ou levar a Companhia a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre o fluxo de caixa, a imagem e investimentos.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja por meio de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos, líquidos ou gasosos gerados pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados e transportados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, ao solo, à água subterrânea e ao ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar e/ou compensar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, ainda que devidamente licenciados e autorizados pelos órgãos competentes, não nos isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos seus resíduos ou rejeitos por esses terceiros uma vez que a Companhia é responsável por seus resíduos e rejeitos até a sua destinação e disposição final ambientalmente adequadas.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser eficiente no tratamento adequado dos resíduos líquidos ou gasosos gerados em decorrência das suas atividades, que podem vir a causar danos ao meio ambiente e a terceiros.

Sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros podem ser aplicadas se a Companhia e/ou seus prestadores de serviços deixarem de cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros, imagem e reputação.

As leis e regulamentos ambientais podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente a Companhia incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

As atividades da Companhia podem estar sujeitas a determinadas regulamentações relativas à proteção do meio ambiente. Eventual descumprimento desses regulamentos, bem como a ausência de licenças e autorizações, quando obrigatórias, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nos do Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade civil pela reparação de eventuais danos ambientais.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Para o cumprimento de novas regras ambientais, poderá ser necessário dispêndio não programado em investimentos para adequação a tais regras, o que, consequentemente, pode impactar nos resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(k) Riscos macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso as operações. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios dependem de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.

A OMS declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do COVID-19. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbações significativas em escala mundial. Em resposta a tal disseminação, a partir de março de 2020, autoridades em muitos países em todo o mundo implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como fechamentos temporários de um grande número de escritórios corporativos, lojas de varejo e instalações e fábricas, a restrição à circulação de bens e pessoas, assim como o isolamento social, e essas medidas estão atualmente em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento dos clientes da Companhia e da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo os setores de atuação dos principais clientes da Companhia. Consequentemente, as receitas das operações da Companhia podem ser negativamente impactadas enquanto durarem as restrições de circulação impostas nas jurisdições em que operamos. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo as localidades em que os principais clientes atuam, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Limitações e ações adicionais tomadas pelo governo brasileiro ou por outros governos podem ter um efeito adverso em suas operações e resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a pandemia segue causando recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) aumento do nível de inadimplência dos clientes; (ii) redução do número de clientes em razão de falências ou redução de suas capacidades financeiras; (iii) mudanças significativas nos processos internos dos clientes, que podem levar à redução ou à descontinuação do relacionamento comercial junto à Companhia. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda junto à Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos e/ou acordos comerciais com clientes em termos desfavoráveis e, consequentemente, afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Não é possível prever se as autoridades governamentais colocarão em prática mais medidas restritivas que, se implementadas, podem levar a mudanças significativas e potencialmente ao encerramento das operações dos seus clientes.

É possível que a Companhia venha a enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras, renegociação de contratos existentes ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer, dificultar e/ou impossibilitar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita. Uma eventual restrição de caixa ou um vencimento antecipado de contratos financeiros pode afetar de forma relevante os negócios, resultados e operações da Companhia, bem como gerar a excussão de garantias contratuais, as quais incluem, dentre outras, alienação fiduciária sobre parte relevante de suas ações. À medida em que a COVID-19 venha a afetar seus negócios, resultados das suas operações e sua situação financeira dependerão de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo, entre outros, a duração e a propagação do surto, eventuais novas ondas nos países onde atuamos, inclusive decorrente de novas cepas e variantes, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, cronograma de aplicação de vacinas e eficácia delas, e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo depois que o surto de COVID-19 estiver sob controle, é possível que a Companhia continue a sofrer impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico global, incluindo qualquer recessão que ocorra ou possa ocorrer no futuro.

Em março de 2021, novas regulamentações governamentais foram impostas em várias cidades em todo o Brasil exigindo medidas de distanciamento social e outros fechamentos à medida que o número de casos de COVID-19 e mortes relacionadas com COVID-19 continuaram a aumentar, com o acompanhamento de estresses nos sistemas hospitalares em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, uma proporção relativamente baixa da população brasileira recebeu vacinas devido à escassez de suprimentos e atrasos na aprovação regulatória brasileira de certas vacinas.

É importante ressaltar que a imunização da população contra a COVID-19 ainda está incompleta, com aproximadamente 49% da população tendo recebido as duas doses, em 17 de outubro de 2021. A incerteza quanto à eficácia das vacinas e o fato de poderem surgir novas cepas ou mutações do vírus que tornem a vacinação insuficiente ou ineficiente podem dificultar ou impossibilitar o controle da pandemia e contribuir para que novas restrições surjam, afetando de forma negativa os negócios e operações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário e de capitais. Consequentemente, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Dessa forma, as ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os investidores de maneira negativa.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco". Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os resultados financeiros da Companhia, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia pode vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, os seus resultados operacionais, podendo afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Na data deste Formulário de Referência, diversos procedimentos de impeachment foram protocolados contra o atual Presidente da República. Ademais, receios de eventuais posturas intervencionistas futuras podem trazer impactos diretos ou indiretos ao mercado.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

Quaisquer consequências dessas investigações, incluindo potenciais procedimentos de impeachment, podem afetar material e adversamente o ambiente de negócios no Brasil e as atividades da Companhia, em razão de poderem causar uma recessão econômica no país e, como resultado, reduzir a demanda por seus serviços.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou as condenações criminais relacionadas à Operação Lava Jato e restaurou os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podem permitir sua participação como candidato na próxima eleição presidencial. Nesse sentido, há atualmente no país um cenário de grande insegurança jurídica e instabilidade política.

Ademais, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países latino-americanos e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Esses eventos podem dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Além disso, na medida em que disputas comerciais entre países, em especial a atual disputa entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia do COVID-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram negativamente o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia.

Ainda, a eleição presidencial nos Estados Unidos ocorreu em 3 de novembro de 2020. Campanhas políticas, eleições e transição presidencial nos Estados Unidos podem gerar incertezas políticas e econômicas em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos e também no Brasil. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode garantir que o novo governo manterá políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos títulos de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, afetar a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 17,69%, fechando o exercício em R$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$3,31, aumentou para R$4,03 ao final de 2019, o que correspondeu a uma variação cambial positiva de 16,92% no ano de 2018 e de 3,50% no ano de 2019. Já em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio Real/Dólar atingiu R$5,20, especialmente devido à crise gerada pela pandemia da COVID-19. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a Companhia ganha receitas, paga despesas, ativos próprios e incorre em passivos em países que não usam a moeda oficial brasileira. Como suas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, deve converter receitas e despesas, bem como ativos e passivos em reais às taxas de câmbio em vigor durante ou no final de cada período do relatório. Portanto, aumentos ou diminuições no valor do Real em relação a outras moedas nos países em que opera afetarão seus resultados operacionais e o valor dos itens do balanço denominados em moedas estrangeiras. A Companhia pode não conseguir reduzir os riscos inerentes às exposições a flutuações de moeda estrangeira, o que poderá afetatá-la de maneira adversa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária - COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos dos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que aumentará os custos da Companhia no Brasil e reduzirá suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro poderá optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros afetará não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo da dívida atual da Companhia, bem como em o caixa da Companhia e seus equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão afetar adversamente a Companhia.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável. A Standard & Poor's subsequentemente, em abril de 2020, manteve a nota de crédito soberano do Brasil para BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa em maio de 2020. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para BA2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável. Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19. Na data de apresentação deste Formulário, a nota de crédito soberano do Brasil era BB-estável, BA2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Como resultado desses rebaixamentos, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira pode levar a novos rebaixamentos.

A Companhia não pode garantir que as agências de crédito manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das suas ações ordinárias.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente, de modo que não estava sujeita a riscos de mercado.

No entanto, imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Por essa razão, apresentamos abaixo os principais riscos de mercado do Grupo Cantu Store ("Grupo").

As atividades do Grupo expõem a diversos riscos financeiros, incluindo riscos de mercado, os quais compreendem, especialmente, o risco cambial, conforme descrito abaixo. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo e dos demais insumos, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Risco cambial

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. O Grupo está sujeito ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional do Grupo. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. As despesas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos do Grupo, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pelo Grupo. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com fornecedores no exterior

	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Fornecedores a pagar no exterior	1.563	-	408	508
	1.563	-	408	508

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Operações com aplicações financeiras

	Saldo em 30/09/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	4.058	345	431	258
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	931	23	29	18
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2019	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	1.385	42	52	31
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2018	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	304	20	25	15
Impacto no resultado				

(*) Considera aumento da Selic em 25%.
(**) Considera redução da Selic em 25%.
A taxa de fechamento da Selic em 30 de setembro de 2021 foi 6,25% (em 2020 2,0% em 2019 4,5% em 2018 6,5%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 30 de setembro de 2021 foi de 8,5% a.a. (em 2020 2,5% em 2019 3,0% em 2018 6,5%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

Operações com financiamentos e empréstimos

	Saldo em 30/09/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	350.540	29.796	37.245	22.347
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	169.280	4.232	5.290	3.174
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2019	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	115.450	3.464	4.329	2.598
Impacto no resultado				

	Saldo em 31/12/2018	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	106.209	6.904	8.629	5.178
Impacto no resultado				

(*) Considera aumento da Selic em 25%.
(**) Considera redução da Selic em 25%.
A taxa de fechamento da Selic em 30 de setembro de 2021 foi 6,25% (em 2020 2,0% em 2019 4,5% em 2018 6,5%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 30 de setembro de 2021 foi de 8,5% a.a. (em 2020 2,5% em 2019 3,0% em 2018 6,5%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente. Desta forma, a data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte em nenhum processo de qualquer natureza.

A CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais que passarão a ser controlada pela Companhia imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, por outro lado, são parte em processos judiciais, administrativos e arbitral, de natureza fiscal, cível, trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões são registradas conforme as normas contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos e pela Administração, sendo constituídas provisões para processos avaliados pela Companhia e pelo Grupo Cantu Store como processos com chance de perda provável. Para mais informações sobre os processos não sigilosos do Grupo Cantu Store, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não aplicável, considerando que não há processos individualmente relevantes em que a Companhia figure como parte, conforme descrito no item 4.3.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia seja parte e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

Para mais informações sobre os processos nao sigilosos do Grupo Cantu Store, vide item 4.7 deste Formulário de Referência

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

Para informações sobre processos sigilosos relevantes do Grupo Cantu Store, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.5

Não aplicável.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e o Grupo Cantu Store não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao Item 4.3:

Apresentamos abaixo os processos judiciais não sigilosos envolvendo o Grupo Cantu Store.

Para os fins deste item, foram considerados como individualmente relevantes processos em que empresas do Grupo Cantu Store figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios do Grupo Cantu Store; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem do Grupo Cantu Store.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que o Grupo Cantu Store estava sujeito em 30 de setembro de 2021, segregados conforme sua natureza.

Contingências Fiscais

Execução Fiscal nº 1500009-45.2020.8.26.0014 e Ação Anulatória nº 1013583-41.2021.8.26.0053	
a. Juízo	Vara das Execuções Fiscais Estaduais do Tribunal de Justiça de São Paulo
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	30/01/2020
d. Partes no processo	Exequente: Fazenda do Estado de São Paulo Executada: CP Comercial S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.596.236,95, em 31/01/2020
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada contra a CP Comercial S.A. para a cobrança de débitos de ICMS, objeto da CDA nº 1.271.989.516, originária do auto de infração 4.079.151-8 lavrado contra a CP Comercial S.A. por (i) falta de pagamento do imposto, resultante de erro na aplicação de alíquota e de transporte incorreto de saldo credor do mês anterior; (ii) ao crédito indevido por escrituração de valores nas rubricas "outros créditos" ou "estorno de débitos" e, (iii) escrituração de nota fiscal - na qual não há destaque do ICMS – com crédito no Livro Registro de Entradas; à elaboração e entrega de Guias de Informação e Apuração do ICMS com indicação incorreta de saldo credor do mês anterior. Diante do encerramento da fase administrativa de forma desfavorável à CP Comercial S.A., a Delegacia Regional Tributária da Capital-DRTC-III expediu, em 28/09/2020, um ofício à Central de Inquéritos Policiais e Processos do Ministério Público, para encaminhamento de

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Execução Fiscal nº 1500009-45.2020.8.26.0014 e Ação Anulatória nº 1013583-41.2021.8.26.0053	
	notícia relativa às infrações as quais poderia, em tese, configurar crime contra a ordem tributária. A CP Comercial S.A. opôs exceção de pré-executividade. A exceção de pré-executividade foi parcial provida, para afastar a incidência de juros em valores que excedessem a SELIC. Após o recálculo, a CP Comercial S.A. informou ao juízo, em 14/12/2020, o parcelamento do débito, conforme descrito no item 4.7 do presente Formulário de Referência, tendo sido determinado o sobrestamento da execução fiscal em despacho proferido em 17/12/2020. Em 08/03/2021 a CP Comercial S.A. ajuizou ação anulatória para questionar referido débito em juízo, a qual está em fase de produção de provas, e posteriormente será julgada em primeira instância judicial. Em razão do ofício expedido pela Delegacia Regional Tributária da Capital-DRTC-III, o Ministério Público instaurou o Procedimento Investigatório Criminal nº 0027688-49.2021.8.26.0050 para averiguar o possível caráter criminoso das condutas tomadas pelos representantes da Companhia em relação aos débitos de ICMS, porém em 06/10/2021 foi proferida decisão pelo juiz da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital determinando o arquivamento em face do parcelamento do débito na esfera fiscal.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	A CP Comercial S.A. pode vir a ter que apresentar garantia em juízo. O impacto para a CP Comercial S.A. seria a necessidade de pagamento do débito discutido em eventual ação judicial, em valor correspondente ao informado no campo "e", com os acréscimos legais.

Auto de infração nº 4.094.263-6	
a. Juízo	Tribunal de Impostos e Taxas - São Paulo
b. Instância	3ª instância administrativa
c. Data de instauração	19/06/2017
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Executada: CP Comercial S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.377.178,08, em 19/06/2017

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Auto de infração nº 4.094.263-6	
f. Principais fatos	Trata-se de Trata-se de auto de infração lavrado em razão da alegação da prática indevida de creditamento no montante de R$1.087.862,37, no período de 04/2013 a 05/2013, por ter escriturado no livro fiscal Registro de Entradas, notas fiscais eletrônicas, no valor total de R$ 6.043.679,80, nas quais constavam como emitente Multioleos Óleos e Farelos Ltda, CNPJ 06.247.827/0001-80, inscrição estadual 148.238.666.119, empresa que teve sua inscrição estadual cassada, consoante o Processo SEFAZ nº 1000015-700185/2013, por simulação de existência. Após decisões desfavoráveis de primeira e segunda instância administrativa, a CP Comercial S.A. interposo recurso especial, o qual teve o seu processamento negado. Atualmente, a CP Comercial S.A. estuda a propositura de ação judicial para discutir o caso.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	A CP Comercial S.A. pode vir a ter que apresentar garantia em juízo. O impacto para a CP Comercial S.A. seria a necessidade de pagamento do débito discutido em eventual ação judicial, em valor correspondente ao informado no campo "e", com os acréscimos legais.

Execução Fiscal nº 5029145-72.2019.8.13.0079	
a. Juízo	1ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	30/08/2019
d. Partes no processo	Exequente: Fazenda do Estado de Minas Gerais Executada: CPX Distribuidora Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.439.364,23, em 30/09/2019

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Execução Fiscal nº 5029145-72.2019.8.13.0079	
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada contra a CPX Distribuidora Ltda. para a cobrança de débitos de ICMS-ST, objeto da CDA nº 03.000483940-03. A CPX Distribuidora Ltda. apresentou Exceção de Pré-Executividade comunicando o lançamento incorreto referente aos meses de abril e maio/2019 e que foi impedida de retificar os lançamentos pelo sistema em razão do ajuizamento da Execução Fiscal. A Fazenda do Estado confirmou a extinção do crédito tributário e o cancelamento do protesto, requerendo a extinção do caso. Foi proferida sentença julgando extinta a ação, e atualmente aguarda-se o arquivamento do processo.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Não haverá impacto para a Companhia, tendo em vista que o débito já foi extinto, e atualmente aguarda-se o arquivamento do processo.

Mandado de Segurança nº 5032149-20.2019.8.13.0079	
a. Juízo	1ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	24/09/2019
d. Partes no processo	Impetrante: CPX Distribuidora Ltda. Impetrada: Estado de Minas Gerais e Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.439.364,23, em 30/09/2019
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela CPX Distribuidora Ltda. em razão do protesto da CDA 03.000483940-03, objeto da Execução Fiscal nº 5029145-72.2019.8.13.0079, descrita no quadro acima, com o objetivo de viabilizar a retificação dos lançamentos de ICMS-ST relativos aos meses de abril e maio/2019 e o cancelamento do protesto. A liminar foi concedida. O Estado de Minas Gerais informou que autorizou a retificação do lançamento do tributo. Foi expedido ofício ao

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Mandado de Segurança nº 5032149-20.2019.8.13.0079	
	Tabelionato para cancelamento do protesto e atualmente, aguarda-se a extinção do processo.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Não haverá impacto para a Companhia, tendo em vista que o débito já foi extinto, e atualmente aguarda-se o arquivamento do processo.

Mandado de Segurança nº 5030812-43.2021.8.21.0001	
a. Juízo	21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
b. Instância	2ª instância judicial
c. Data de instauração	26/03/2021
d. Partes no processo	Impetrante: CPX Distribuidora S.A. Impetrada: Secretário Estadual da Fazenda e Estado do Rio Grande do Sul
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$5.577.586,39, em 30/09/2021
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela CPX Distribuidora S.A. para questionar cobrança de débito de ICMS nas saídas de mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária, dos períodos de 07/2015 a 01/2017, exigidos por meio do Auto de Lançamento nº 0038823101. A decisão de primeira instância foi favorável para reconhecer a ilegalidade da cobrança realizada por meio do Auto de Lançamento nº 0038823101 e determinar a desconstituição do crédito tributário correspondente. Atualmente, aguarda-se julgamento do reexame necessário e da apelação interposta pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto para a CPX Distribuidora S.A. seria a necessidade de pagamento do débito discutido na ação, em valor correspondente ao informado no campo "e", com os acréscimos legais.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Execução Fiscal nº 0200406-82.2017.8.21.0001 (001/1.17.0131586-7)	
a. Juízo	14ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
b. Instância	1ª instância judicial
c. Data de instauração	17/11/2017
d. Partes no processo	Exequente: Estado do Rio Grande do Sul Executada: CPX Distribuidora Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$7.058.807,91, em 30/06/2021
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul contra a CPX Distribuidora S.A. para a cobrança de débito de ICMS nas saídas de mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária exigidos originariamente por meio do Auto de Lançamento nº 0033634114. A CPX Distribuidora Ltda apresentou exceção de pré-executividade a qual foi julgada improcedente. A CPX Distribuidora Ltda firmou acordo com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para pagamento do débito. Em 06/07/2021 foi proferido despacho homologando o acordo entre a CPX Distribuidora Ltda e a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, sendo determinada a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto para a CPX Distribuidora S.A. seria a necessidade de pagar antecipadamente o saldo da dívida não amortizada nos termos do acordo, na eventualidade de o acordo ser rescindido.

Não foram constituídas provisões para os processos descritos acima.

Informações adicionais ao Item 4.4:

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que o Grupo Cantu Store seja parte e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Informações adicionais ao Item 4.5:

Não aplicável, pois o Grupo Cantu Store não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça.

Informações adicionais ao item 4.6

Processos judiciais de natureza tributária	
A Companhia figura no polo ativo em 62 Mandados de Segurança preventivos com pedidos liminar impetrados em 21 Estados com base na tese de que o DIFAL e FECP não podem ser exigidos enquanto não for editada lei complementar nacional regulamentando essa nova hipótese de incidência do ICMS prevista pela Emenda Constitucional nº 87/2015 ("EC 87/2015"), e regulamentada pelo Convênio ICMS nº 93/2015, do CONFAZ ("Convênio 93/2015"), sob pena de ofensa aos arts.146, I, III, alínea "a", e 155, §2º, XII, alíneas "a", "c", "d" e "i, da Constituição Federal de 1988 ("CF/88"). Em adição aos Mandados de Segurança preventivos, já foram instauradas cobranças por meio de autos de infração ou execuções fiscais, totalizando 7 casos, com valor total envolvido de R$10.467.168,43. Os assessores da Companhia classificam a chance de perda desses casos como remota.	
a. Valores, bens ou direitos envolvidos	RR40.871.371,00, em 30/09/2021, no que se refere aos processos nos quais a Companhia vem realizando o depósito judicial do valor sob discussão; R$49.314.053,00, no que se refere aos processos nos quais a Companhia obteve as liminares autorizando a suspensão do recolhimento do DIFAL, os quais vêm sendo integralmente provisionados pela Companhia até que obtenha trânsito em julgado favorável.
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Não há prática extraordinária/recorrente que, sabidamente, originou as demandas judiciais referentes aos valores descritos acima, tendo se originado em razão da ausência de Lei complementar regulamentar.

Informações adicionais ao item 4.7

A CP Comercial S.A. é parte em 6 execuções fiscai ajuizadas pela Fazenda do Estado de São Paulo para a cobrança de débitos de ICMS no valor total de R$16.940.438,28. Contudo, a CP Comercial S.A. negociou referidos débitos perante a Fazenda do Estado de São Paulo e incluiu os débitos exigidos nas execuções fiscais nº 1503791-02.2016.8.26.0014, 1513921-51.2016.8.26.0014, 1510861-36.2017.8.26.0014, 1501966-86.2017.8.26.0014, 1504795-06-2018.8.26.0014 e 1500009-45.2020.8.26.0014, esta última descrita individualmente no item 4.3, vinculada à ação anulatória 1013583-41.2021.8.26.0053, em programas de parcelamentos, cujos saldos atualizados até 30/09/2021 eram de R$9.821.208,37

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota, desde outubro de 2021 uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aprovada nessa data pelo Conselho de Administração. A aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos é monitorada pela Área de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos e supervisionada pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Considerando que a Companhia não possuía atividades operacionais até a efetivação da reorganização societária descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência, as estruturas previstas na Política de Gerenciamento de Riscos somente entraram em pleno funcionamento quando da reunião do Conselho de Administração que formalizou sua aprovação, em 20 de outubro de 2021, em preparação para a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia objetiva primariamente, com sua Política de Gerenciamento de Riscos, estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no seu processo de gestão de Riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de Riscos relevantes para suas atividades.

A Companhia tem como objetivo também prevenir e tratar riscos que possam impactar, de forma negativa, suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Pretende-se, assim, fortalecer o modelo de governança corporativa da Companhia e evitar a assunção de riscos que possam vir a comprometer a continuidade de seus negócios.

Para a consecução dos objetivos descritos acima, a Companhia adota as estratégias descritas neste item 5.1.b, incluindo a elaboração e revisão periódica de uma matriz de risco, a implementação e constante aprimoramento dos instrumentos de gerenciamento descritos no item 5.1.b.ii deste Formulário de Referência e a disseminação de uma cultura de gestão de riscos sustentável.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem como referências (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as normas aplicáveis emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (iii) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; (iv) as diretrizes e princípios descritos no Código de Conduta e Ética da Companhia; (v) o *benchmarking* do mercado, principalmente com relação ao setor de atuação da Companhia; e (v) o modelo do COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* ("COSO ERM").

Na condução de seus negócios, a Companhia assume incertezas a que está exposta e que podem impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo ("Riscos"). Se não identificados e tratados de forma adequada, os Riscos podem comprometer a competitividade e perenidade dos negócios.

Toda e qualquer decisão envolve determinado grau de Risco. Deve-se destacar que os Riscos jamais serão eliminados. O objetivo é entendê-los, avaliar e definir ações de resposta para que as perdas sejam reduzidas e previstas. A análise de Riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos diversos níveis. Para todos os efeitos, os Riscos com limites aprovados devem ser levados em consideração na elaboração de projeções, adequando as metas se necessário, aos limites de Riscos aprovados. Eventualmente, planos de ação podem ser necessários à adequação de Riscos aos limites.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Anualmente, a matriz de Riscos deverá ser atualizada pela Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, conforme percepção de impacto e probabilidade pelo Comitê de Auditoria e posteriormente validada pelo Conselho de Administração da Companhia, possibilitando a consolidação a fim de ter uma ordem de prioridade de desenvolvimento de cada Risco.

A assunção de Riscos que possam comprometer a continuidade do negócio, e/ou a inobservância/extrapolação deliberada dos limites, no exercício de suas funções, estará sujeita às sanções previstas no Código de Conduta e Ética Companhia.

É fundamental o entendimento e disseminação, entre os órgãos e executivos envolvidos, da correta diferenciação de impactos causados por eventos e situações como: (i) falhas de controles internos em processos; (ii) decisões estratégicas malsucedidas; ou (iii) falha na governança. Este entendimento visa aperfeiçoar e fortalecer o modelo de governança corporativa da Companhia.

Todos os Riscos desenvolvidos, com limites aprovados, deverão ser refletidos no mapa de Riscos da Companhia e formalizados em relatórios, com planos de ação, se for o caso, incluindo designação de responsáveis e prazos de conclusão. Os relatórios deverão ser assinados pelo Proprietário do Risco e pelo Comitê de Auditoria.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia busca proteção para riscos divididos nas seguintes principais macro-categorias, a serem consideradas e incluídas em seu mapa de Riscos:

Riscos Estratégicos: São aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor – e incluem os Riscos concorrenciais, políticos e de imagem/reputacionais. Referem-se a decisões estratégicas na persecução de objetivos de negócios e/ou à capacidade ou habilidade para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente externo – tais como político e econômico, de mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

Riscos Operacionais: São aqueles que envolvem operação, sistemas, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos ou atividades da Companhia que podem implicar perdas, danos e declínio quanto aos resultados da Companhia. Decorrem de inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, que possam dificultar ou impedir a devida execução das atividades e/ou o alcance de objetivos. Dentre eles, podemos citar: inviabilidade do produto, não aderência do produto, clientes e mercado (baixo volume de vendas, perdas para concorrência, preço não condizente, produto não compatível, momento indevido de lançamento), dentre outros.

Riscos Financeiros: São aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros ou câmbio, na inflação, em financiamentos ou investimentos financeiros, entre outros. Dentre eles, podemos citar: perda financeira por cadastramento incorreto de índice de correção dos contratos, perda financeira devido a aplicações financeiras equivocadas, perdas financeiras decorrentes de ações ocasionadas por distratos, possibilidade de inadimplemento de obrigações financeiras, entre outros.

Riscos de Conformidade e Regulatórios: São aqueles causados por eventual falha no cumprimento de leis, normas, regulamentos e políticas internas, ou pela existência de processos jurídicos em aberto ou futuros, que possam resultar em perda financeira e/ou prejudicar a imagem, a credibilidade e a reputação da Companhia. Dentre eles, podemos citar: atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Companhia ou com a legislação e regulamentação aplicável, falhas no monitoramento da adesão à alteração/criação de leis e regulamentações, entre outros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos Tecnológicos: São aqueles que podem ser causados pelo vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas (envio de arquivos confidenciais), acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros, que impactam na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações detidas pela Companhia.

Riscos Socioambientais: São os riscos relacionados a questões ambientais e de direitos humanos, como a contaminação de água e solo, descarte indevido de resíduos sólidos e quaisquer outras questões socioambientais, como riscos de perdas decorrentes de efeitos negativos das atividades e operações da Companhia sobre a comunidade do entorno e a sociedade em geral.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia identifica, avalia, trata e monitora todos os Riscos a que está exposta – de forma a garantir o cumprimento das metas estabelecidas em seu planejamento estratégico.

O processo de gerenciamento de Riscos da Companhia é baseado (mas não se limita), no COSO-ERM – e é composto pelas seguintes etapas:

A. *Identificação dos Riscos*: identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados, através dos seguintes instrumentos:

(i) Entrevistas e reuniões com colaboradores chave da Companhia e Proprietários de Riscos;

(ii) Monitoramento contínuo pela área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos;

(iii) Auditorias independentes nos processos internos da Companhia;

(iv) Reportes e denúncias recebidos por meio do Canal Íntegro, disciplinado pelo Código de Conduta e Ética.

B. *Avaliação*: cálculo do impacto e da probabilidade de ocorrência dos Riscos sobre os resultados projetados.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(i) *Nível de Impacto*: de acordo com a percepção e análise do avaliador quanto ao nível do provável impacto:

Categoria	Baixo	Moderado	Significativo	Alto
Estratégico	Pequeno ajuste de rota sem mudança estratégica	Pode afetar o marketshare mas sem prejudicar a posição	Compromete o retorno esperado de um investimento	Compromete relevantemente o resultado ou perda de posição de mercado
Operacional	Não trava o processo, mas infere morosidade no mesmo	Trava o processo mas há contorno	Trava o processo e há possibilidade de contornar com analise	Trava o processo e não conhecimento de contorno. Precisa-se da contratação de especialistas
Financeiro	Não compromete as entradas e saídas de dinheiro	Baixo comprometimento das entradas e saídas de dinheiro, mas há contorno	Compromete as entradas e saídas de dinheiro e exige interferencia imediata de gestão	Compromete as entradas e saídas de dinheiro e não há contorno
Conformidade e Regulatórios	Possibilidade de Autuação	Pequena possibilidade de Condenação	Possibilidade real de Condenação	Qualquer possibilidade de responsabilidade penal de sócios ou diretores ou Condenação Certa
Tecnológicos	Compromete execução dos processos sem afetar prazos	Compromete o cumprimento de prazos	Compromete a qualidade do processo	Compromete a entrega de produtos ou serviços dos processos
Socioambiental	Possibilidade de Autuação	Pequena possibilidade de Condenação	Possibilidade real de Condenação	Qualquer possibilidade de responsabilidade penal de sócios ou diretores ou Condenação Certa

Figura 1. Avaliação do Nível de Impacto do Risco

(ii) *Probabilidade*: classificação de probabilidade deve ocorrer de acordo com a percepção e análise do avaliador quanto a ocorrência dos riscos:

Probabilidade		Descrição
4	**Muito Alta**	Esperado ocorrer na maioria das circunstâncias.
3	**Alta**	Provavelmente ocorrerá.
2	**Média**	Pode ocorrer no futuro.
1	**Baixa**	Pode ocorrer, mas pouco provável.

Figura 2. Avaliação da Probabilidade do Risco

C. *Limite de Risco:* priorização e definição do Limite de cada Risco que a Companhia está disposta a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os Riscos de acordo com as definições abaixo:

(i) *Risco Alto*: representa ameaça potencial aos negócios da Companhia. Demanda ação gerencial prioritária para eliminar o componente de Risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) *Risco Significativo:* com alto impacto e baixa frequência, deve ser quantificado e monitorado regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é o de estar preparado caso o evento venha a acontecer.

(iii) *Risco Moderado*: de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor dos negócios; foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto se eleve ao longo do tempo.

(iv) *Risco Baixo*: de menor criticidade, devido ao menor potencial e nível de impacto no valor dos negócios, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los; foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto se eleve ao longo do tempo.

A definição do Limite do Risco consiste em classificar os resultados do cálculo de avaliação e analisar se os valores apresentados estão dentro do nível aceitável ou não – fornecendo, assim, base para que uma decisão sobre a implementação de tratamento, controles e ações de resposta seja efetuada. A Tabela abaixo fornece valores dos intervalos para comparação dos resultados e enquadramento:

Muito Alto	Risco Inaceitável. Tratamento imprescindível deve ter alta prioridade.
Alto	Risco Grave. Tratamento mandatório deve ter prioridade.
Médio	Risco Moderado. Tratamento recomendado.
Baixo	Risco Aceitável. Tratamento opcional.

Figura 3. Classificação para Limite do Risco

Após as classificações em níveis e probabilidade e conforme os níveis das categorias, os riscos serão classificados em matriz de Riscos:

IMPACTO				
Alto	Médio	Alto	Crítico	Crítico
Significativo	Médio	Médio	Alto	Crítico
Médio	Baixo	Médio	Médio	Alto
Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
	Baixa	Média	Significativo	Alta
	PROBABILIDADE			

Figura 4. Modelo da Matriz de Riscos

D. *Tratamento:* a partir da identificação e avaliação dos Riscos, são implementadas ações de respostas, que consistem no tratamento e mitigação dos Riscos. As ações de respostas aos Riscos consideram os seguintes critérios:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(i) *Rejeitar:* eliminar totalmente a fonte do Risco. Esta resposta é aplicável na situação em que Companhia não encontrou alternativas para mitigação do Risco até um nível aceitável, em conformidade com seu Limite de Riscos;

(ii) *Transferir e/ou Compartilhar:* transferir a responsabilidade do Risco para terceiros, como por meio de terceirização de operações e atividades;

(iii) *Mitigar:* reduzir a probabilidade e/ou impacto de um Risco para um Limite aceitável a Companhia;

(iv) *Aceitar/Reter:* nenhuma ação direta é tomada para alterar o nível de impacto ou a probabilidade do Risco. Esta resposta é aplicável quando o Risco está abrangido no Limite de Riscos da Companhia.

E. *Planos de Ação*: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo Proprietário do Risco a fim de adequar as exposições aos Limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico ou contínuo).

F. *Monitoramento*: verificação periódica ou contínua da eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos, em conjunto com a obtenção de informações que possam proporcionar melhorias no processo de gerenciamento de Riscos. Aplicável enquanto o Risco estiver tratado, respondido e/ou dentro do limite de Riscos da Companhia, já que nesse caso nenhuma ação direta é tomada para alterar o nível de impacto ou probabilidade do Risco.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia define e comunica os papeis e responsabilidade dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de Riscos, desenhados na busca pela construção e implantação de um modelo que capture as experiências, as percepções e os melhores conjuntos de informações disponíveis para a tomada de decisão.

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, e é realizada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. As linhas de defesa consistem em um conceito que define os papeis e responsabilidades no gerenciamento de Riscos e fortalecimento da governança, bem como a interação desses papeis em todos os níveis da Companhia, conforme indicado abaixo:

1ª Linha de Defesa: é representada pelos Proprietários de Riscos, responsáveis diretos pela execução de seus processos, detecção dos Riscos respectivos e implementação das ações de respostas.

2ª Linha de Defesa: é representada pelas funções de gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance – exercidas pela Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Companhia –, que atua na garantia do apropriado funcionamento da primeira linha, por meio do estabelecimento de controles, identificação de falhas de performance de controles e identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos se reporta ao Comitê de Auditoria, e pode contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, tais como controladoria, jurídico, recursos humanos e auditoria interna, para o desempenho de suas atividades.

3ª Linha de Defesa: é representada pela função de Auditoria Interna – exercida por auditor independente registrado na CVM, contratado pela Companhia –, que atua no fornecimento de avaliações independentes à administração, especialmente pela realização de testes substantivos de controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas, deficiências e/ou fraudes.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Neste sentido, o processo de gerenciamento de Riscos da Companhia está estruturado conforme organograma e descrições abaixo:

Figura 5. Estrutura de Gerenciamento de Riscos da Companhia

O *Conselho de Administração* tem competência para monitorar o funcionamento do processo de gestão, acompanhar o perfil de Riscos da Companhia e os planos de ação definidos em resposta aos Riscos. Nesse contexto, compete ao Conselho de Administração da Companhia:

(i) Definir os objetivos estratégicos, as diretrizes, o perfil e o limite de Riscos da Companhia, adequados e aderentes aos seus negócios;

(ii) Aprovar políticas, diretrizes, o mapa e a matriz de Risco, limites de Riscos e impactos propostos;

(iii) Fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a Riscos a que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;

(iv) Assegurar ao Comitê de Auditoria plena autonomia operacional, aprovando-lhe orçamento próprio destinado e adequado a cobrir despesas com seu funcionamento;

(v) Aprovar a contratação ou destituição dos serviços de auditoria independente, com o suporte do Comitê de Auditoria; e

(vi) Receber, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades de auditoria interna exercidas por auditores independentes registrados na CVM.

Compete ao *Comitê de Auditoria* da Companhia, órgão autônomo de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, entre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno:

(i) Aprovar e/ou sugerir melhorias no planejamento de auditoria interna;

(ii) Avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia, para desenvolvimento de ações que promovam redução de Riscos e ameaças;

(iii) Recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a avaliação de políticas, Limites

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

e planos de ação;

(iv) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

(v) Monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Risocs e avaliar a sua aplicabilidade frente aos Limites de Risco aprovados;

(vi) Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(vii) Avaliar a efetividade do modelo de gestão de Riscos e sugerir aprimoramentos ao processo, apontando as causas e responsabilidades;

(viii) Acompanhar as atividades da auditoria independente e da área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Companhia, reportando-as ao Conselho de Administração; e

(ix) Receber reportes da área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos e supervisionar o tratamento às denúncias de potencial descumprimento de dispositivos legais, regulamentos ou normativos internos, submetidas ao Canal Íntegro da Companhia ou apuradas por qualquer meio.

Compete à *Diretoria* da Companhia, enquanto órgão colegiado:

(i) Atualizar o mapa de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de Risco emergentes;

(ii) Estabelecer a priorização dos Riscos a partir do impacto e probabilidade, visando a definir uma comparação individual dos Riscos para fins de priorização e gestão;

(iii) Avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos Riscos (impacto e probabilidade) e aos Limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos, recomendando ações de respostas;

(iv) Acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos Riscos, considerando os Limites aprovados pelo Conselho de Administração;

(v) Adotar Riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e

(vi) Disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia, inclusive por meio de incentivos.

Compete à função de *Auditoria Interna*, exercida por auditores independentes registrados na CVM e contratados pela Companhia – que reporta suas atividades ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

(i) Aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva; e

(ii) Fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que os processos e a estrutura de gerenciamento de Riscos estejam sendo devidamente obedecidos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compete à *Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos* exercer as funções de compliance, riscos corporativos e controles internos da Companhia, e os seus colaboradores não acumulam funções nem possuem relação de subordinação com áreas operacionais. No que diz respeito ao gerenciamento de riscos e controles internos, a Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos tem competência para, entre outras atividades:

(i) Implementar os controles de gestão de Riscos definidos pelo Conselho de Administração;

(ii) Estabelecer procedimentos de gerenciamento de Riscos, coordenando e definindo padrões a serem seguidos quanto a ferramentas, metodologias, sistemas e formas de suporte;

(iii) Fornecer apoio metodológico a Proprietários dos Riscos e responsáveis pelos processos da Companhia, por meio de ferramentas e serviços sob demanda, liderando e direcionando os esforços e objetivos com as diversas áreas da Companhia;

(iv) Monitorar continuamente o sistema de gestão de Riscos, reportando as atividades de gestão de Riscos ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria, e buscando melhorias para processos de gestão de Riscos e controles internos;

(v) Atualizar a Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico, ou quando do surgimento de novos fatores de Risco;

(vi) Auxiliar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria na análise qualitativa e quantitativa de Riscos corporativos;

(vii) Elaborar relatórios de reporte ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, consolidando a avaliação de Riscos da Companhia;

(viii) Zelar pela aplicação e elaborar o plano de implantação para procedimentos e diretrizes do Código de Conduta e Ética, bem como das demais políticas de integridade e controles internos, mitigando Riscos de conformidade e regulatórios;

(ix) Reportar ao Comitê de Auditoria o recebimento e o tratamento de denúncias de potencial descumprimento de dispositivos legais, regulamentos ou normativos internos, reportadas ao Canal Íntegro da Companhia ou identificadas por qualquer meio;

(x) Acompanhar a implementação de ações de respostas e planos de ação;

(xi) Desenvolver normas, políticas e procedimentos a fim de mitigar riscos e impactos relacionados a controles internos em todas as áreas da Companhia;

(xii) Monitorar e mapear os processos e procedimentos relacionados a controles internos;

(xiii) Atualizar os processos e procedimentos relacionados a controles internos; e

(xiv) Reportar-se ao Comitê de Auditoria da Companhia quanto a questões estratégicas relacionadas a controles internos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

No que diz respeito a Compliance e integridade corporativa, a Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos tem competência para, entre outras atividades:

(i) Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Conduta e Ética da Companhia e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;

(ii) Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade da Companhia ou a revisão das já existentes;

(iii) Orientar colaboradores frente a situações de conflito de interesse;

(iv) Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta e Ética, mantendo instrumentos adequados de controle de frequência, participação e retenção de informações;

(v) Definir e acompanhar os procedimentos de contratação e monitoramento de parceiros;

(vi) Receber e tratar as comunicações recebidas através do Canal Íntegro, sendo facultado o auxílio de outras áreas da Companhia (como Jurídico, Recursos Humanos, dentre outras) e/ou de assessores externos, conforme aplicável, garantindo a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação;

(vii) Reportar-se ao Comitê de Auditoria quanto às suas atividades relacionadas à apuração de denúncias de violação às leis, regulamentos e normas internas da Companhia, encaminhando-lhe diretamente os casos mais graves;

(viii) Decidir, com o auxílio de gestores e/ou de outras áreas da Companhia (como Jurídico, Recursos Humanos, dentre outras) e/ou de assessores externos, conforme aplicável, a respeito de sanções e medidas disciplinares aplicáveis, submetendo casos mais graves ao Comitê de Auditoria;

(ix) Analisar a oferta e recebimento de brindes, cortesias, hospitalidade e ressarcimento de viagens, de modo que adiram aos termos do Código de Conduta e Ética; e

(x) Aprovar a realização de doações, patrocínios e eventos que atendam ao disposto no Código de Conduta e Ética.

Compete aos *Proprietários dos Riscos* da Companhia:

(i) Identificar os fatores de Riscos e os indicadores para a mensuração e monitoramento dos Riscos;

(ii) Fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análises;

(iii) Apresentar percepção quanto à exposição ao Risco sob sua responsabilidade, se possível, pautada também em indicadores de mercado;

(iv) Sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco sob sua responsabilidade;

(v) Cumprir os Limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(vi) Comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de Limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e

(vii) Dar cumprimento às ações de respostas e ao plano de ação.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A estrutura envolvida no gerenciamento de riscos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de outubro de 2021, que aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos Para fins de adequação à presente Oferta e organização para o início de suas operação, a Companhia constituiu Comitê de Auditoria e Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, contratou empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna e reformulou as demais atribuições e estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos.

A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.1.b.iii já se encontrem plenamente funcionais.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada para sua realidade, considerando inclusive a reorganização societária descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência. Ademais, nos termos do art. 23, III, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração compreende que o orçamento destinado às atividades de Auditoria Interna é considerado suficiente ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada ao menos anualmente.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. Adicionalmente, a Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada em reunião do Conselho de Administração e sua aplicação é monitorada pela Área de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos e supervisionada pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Considerando que a Companhia não possui atividades operacionais até a efetivação da reorganização societária descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência, as estruturas previstas na Política de Gerenciamento de Riscos estarão em funcionamento uma vez que a Companhia realize sua oferta pública inicial de ações. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Para informações sobre o gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Cantu Store, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui política específica de gerenciamento de riscos de mercado. Ainda, considerando que a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente, na data deste Formulário de Referência, os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência abordam aqueles específicos do Grupo Cantu Store, visto que a Companhia não tem riscos de mercado próprios. Para informações sobre o item 5.2 (b) (i), relacionados aos riscos de mercado do Grupo Cantu Store, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui política específica de gerenciamento de riscos de mercado. Para informações sobre o item 5.2 (b) (i), relacionados aos riscos de mercado do Grupo Cantu Store, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, de modo a prevenir potencial impacto adverso em suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo estruturado liderado pelo Diretor Financeiro, assessorado pelo Comitê de Auditoria, as áreas de Contabilidade e Controladoria, a Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos e todos os demais colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas.

Todo o processo é avaliado pela Auditoria Interna que, por sua vez, é a estrutura responsável pela prestação de serviços de avaliação, monitoramento**,** auditorias e revisões de processos e operações em todas as áreas da Companhia, aferindo a qualidade e a efetividade dos seus processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Adicionalmente, com relação às práticas de controles internos: (i) na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (CPC); (ii) os procedimentos para registro de transações contábeis, seguem políticas internas de registro, revisão e aprovação; (iii) as informações financeiras da Companhia, para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras, são inseridas em um sistema integrado de informações automatizadas; (iv) os colaboradores envolvidos recebem os treinamentos necessários; e (v) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis.

Dentre as suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria supervisionar e acompanhar as atividades de auditoria interna e do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, assim como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance.

A atividade de Auditoria Interna dispõe de equipe e recursos suficientes para o desempenho do trabalho, com canais de comunicação definidos para reporte das avaliações decorrentes dos trabalhos executados na Companhia, sendo-lhe garantido o livre acesso às informações necessárias para o exercício de suas atribuições. As ações de auditoria planejadas pela Companhia objetivam o aprimoramento dos controles internos, com a avaliação do desempenho e da conformidade das atividades. A Auditoria Interna auxilia a Companhia a alcançar seus objetivos com uma abordagem sistemática e disciplinada, com foco em eficiência dos processos e mitigação de riscos, para controle e governança corporativa.

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

Considerando que a Companhia não possuía atividades operacionais até a efetivação da reorganização societária descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência, as estruturas previstas neste item 5.3 somente entraram em pleno funcionamento quando da reunião do Conselho de Administração que formalizou sua aprovação, em 20 de outubro de 2021, em preparação para a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente (a) a área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos; (b) a Auditoria Interna; (b) a área de Contabilidade; (d) a Controladoria e (e) as áreas de negócios, no que couber. Conforme descrito no item 5.3.c abaixo, a alta administração da Companhia (compreendida pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Diretoria Financeira) desempenha papel de supervisão.

Abaixo, um resumo das atribuições dos órgãos em referência no que diz respeito à elaboração de demonstrações financeiras e manutenção de controles internos adequados:

- **Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos:** No tocante aos controles internos, compete à Área de Gestão de Riscos e Controles Internos:

  a) desenvolver normas, políticas e procedimentos a fim de mitigar riscos e impactos relacionados a controles internos em todas as áreas da Companhia;

  b) monitorar e mapear os processos e procedimentos relacionados a controles internos;

  c) atualizar os processos e procedimentos relacionados a controles internos; e

  d) reportar-se ao Comitê de Auditoria da Companhia quanto a questões estratégicas relacionadas a controles internos.

- **Auditoria Interna:** responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da companhia, auditando os procedimentos de controles internos com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa. As atividades de Auditoria Interna são exercidas por auditores independentes, que se reportam ao Conselho de Administração através do Comitê de Auditoria.

- **Contabilidade:** responsável por todos os registros contábeis da Companhia estando sujeita a uma série de normas, procedimentos e políticas internas para assegurar os controles e qualidade necessários. A área de contabilidade conta com sistema de controle automatizado aplicado sobre os registros contábeis, que por sua vez são conciliados, revisados e aprovados seguindo rigorosamente os padrões e normas de contabilidade aplicáveis, incluindo legislações fiscais e societárias.

- **Controladoria:** É a área responsável pela consolidação de informações e elaboração das demonstrações financeiras.

- **Áreas de Negócios:** responsáveis pelo fornecimento tempestivo e preciso de informações à área de Contabilidade e à Controladoria e pela atenção aos procedimentos, processos e demais normas definidas pela administração da Companhia e pela Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

As demonstrações financeiras, por sua vez, são elaboradas pela Controladoria e revisadas pela Diretoria Financeira. Adicionalmente, as demonstrações financeiras são submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, que revisa os aspectos contábeis e financeiros mais significativos, assim como discute os pontos de atenção e ajustes mais relevantes.

Além disso, ao final de cada exercício social, os auditores externos emitem uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Posteriormente, a Companhia monitora os pontos identificados pelo auditor independente e implementa melhorias nos controles internos a fim de sanar eventuais falhas ou incorreções.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A estrutura de controles internos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de outubro de 2021. Para fins de adequação à presente Oferta e organização para o início de suas operações, a Companhia constituiu Comitê de Auditoria e Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, contratou empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna e reformulou as demais atribuições e estruturas organizacionais de controles internos.

A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas em atividades de controles internos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.3.b já se encontrem plenamente funcionais.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O monitoramento da eficiência dos controles internos da Companhia é realizado pela Administração principalmente por meio do Comitê de Auditoria, a quem compete assessorar o Conselho de Administração, dentre outras atribuições, na supervisão e acompanhamento das atividades de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos. Ademais, compete ao Diretor Financeiro a aprovação das Demonstrações Financeiras, de modo a garantir sua higidez.

A Companhia conta ainda com (i) Auditoria Interna responsável por verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis; e (ii) uma Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos responsável por monitorar e mapear os processos e procedimentos relacionados a controles internos, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria.

Em suma, a administração da Companhia desempenha os seguintes papeis na supervisão da eficiência dos controles internos:

- **Comitê de Auditoria:** No tocante aos controles internos, compete ao Comitê de Auditoria:

  a) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

  b) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

  c) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

  d) Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e

  e) Supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação das demonstrações financeiras, e pela fiscalização da atuação da Diretoria; e

- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Para informações sobre sobre deficiências e recomendações do Grupo Cantu Store, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Vide item 5.3.d acima.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

A Companhia adota como valor e princípio a manutenção de relacionamentos de confiança pautada na transparência e respeito mútuo, demandando de seus colaboradores e parceiros que atuem em conformidade com todas as leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis aos seus negócios.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Conduta e Ética, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos e políticas. O Código de Conduta e Ética estabelece os valores e princípios que devem guiar todas as condutas dos colaboradores e parceiros da Companhia, as quais devem estar sempre de acordo com a legislação vigente e com as boas práticas de mercado. Entre os principais temas tratados pelo Código de Conduta e Ética estão (i) o respeito à legislação vigente, em especial aquela relacionada à prevenção à corrupção; (ii) normas relativas à proteção do meio ambiente, promoção da saúde, segurança e respeito à comunidade; (iii) regras a respeito de conflitos de interesse; (iv) normas voltadas à segurança da informação e proteção de dados; (v) regras para preservação do patrimônio da Companhia; (vi) compromisso com a diversidade e igualdade; (vii) normas de prevenção à corrupção; (viii) normas de comunicação institucional; (ix) normas de relacionamento; (x) regras a respeito de doações, patrocínios, brindes e presentes; e (xi) normas relacionadas a processos de fusão, aquisição e reestruturação societária.

Ao adotar os mecanismos de integridade supracitados, a Companhia objetiva: (i) promover a cultura da transparência, ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; e (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores e parceiros.

As normas internas da Companhia são reavaliadas ao menos anualmente ou conforme necessário, o que ocorrer primeiro, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida.

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Considerando que a Companhia não possuía atividades operacionais até a efetivação da reorganização societária descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência, as estruturas previstas neste item 5.4 somente entraram em pleno funcionamento quando da reunião do Conselho de Administração que formalizou sua aprovação, em 20 de outubro de 2021, em preparação para a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de compliance e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos: A Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, estrutura autônoma que se reporta a Comitê de Auditoria, é responsável por, no que diz respeito a compliance e integridade corporativa, dentre outras matérias:

- Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Conduta e Ética da Companhia e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;

- Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade da Companhia ou a revisão das já existentes;

- Orientar colaboradores frente a situações de conflito de interesse;

- Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta e Ética, mantendo instrumentos adequados de controle de frequência, participação e retenção de informações;

- Definir e acompanhar os procedimentos de contratação e monitoramento de parceiros;

- Receber e tratar as comunicações recebidas através do Canal Íntegro, sendo facultado o auxílio de outras áreas da Companhia (como Jurídico, Recursos Humanos, dentre outras) e/ou de assessores externos, conforme aplicável, garantindo a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação;

- Reportar-se ao Comitê de Auditoria quanto às suas atividades relacionadas à apuração de denúncias de violação às leis, regulamentos e normas internas da Companhia, encaminhando-lhe diretamente os casos mais graves;

- Decidir, com o auxílio de gestores e/ou de outras áreas da Companhia (como Jurídico, Recursos Humanos, dentre outras) e/ou de assessores externos, conforme aplicável, a respeito de sanções e medidas disciplinares aplicáveis, submetendo casos mais graves ao Comitê de Auditoria;

- Analisar a oferta e recebimento de brindes, cortesias, hospitalidade e ressarcimento de viagens, de modo que adiram aos termos do Código de Conduta e Ética; e

- Aprovar a realização de doações, patrocínios e eventos que atendam ao disposto no Código de Conduta e Ética.

É assegurado à Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições, para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário. A independência do desempenho de suas funções é garantida pelo não desempenho, por parte de seus integrantes, de funções operacionais, bem como pela vinculação ao Comitê de Auditoria e reporte direto no que diz respeito a suas atividades relativas à apuração de denúncias de violações à legislação, regulamentos e normas internas.

5.4 - Programa de Integridade

Auditoria Interna: responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da companhia, auditando os procedimentos de controles internos com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa. A empresa terceirizada registrada na CVM responsável pelo desempenho da atividade de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração através od Comitê de Auditoria, de modo a preservar a independência do desempenho de suas funções enquanto representante da terceira linha de defesa da Companhia.

Conselho de Administração: responsável por disseminar a importância de uma cultura de ética e integridade que possa contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão periódica e aprovação do Código de Conduta e Ética.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, instituído em 20 de outubro de 2021, regido por Regimento Interno próprio e com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. A ele cabe, no tocante à integridade corporativa, dentre outras funções:

- Receber da Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos e tratar, de forma confidencial, informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos;

- Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Companhia; e

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

A estrutura de compliance e integridade da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de outubro de 2021. Para fins de adequação à presente Oferta e organização para o início de suas operações, a Companhia constituiu Comitê de Auditoria e Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, contratou empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna e reformulou as demais atribuições e estruturas organizacionais de controles internos.

A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas em atividades de controles internos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.4.a.ii já se encontrem plenamente funcionais.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

A Companhia adota desde outubro de 2021 um Código de Conduta e Ética, cuja última atualização foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração. O Código de Conduta e Ética define a missão, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores e parceiros, bem como diretrizes de relacionamento com terceiros e clientes. O Código de Conduta e Ética é aplicável indistintamente a todos os colaboradores da Companhia, e seu teor deve, sempre que possível, ser comunicado também aos parceiros de negócios, clientes, investidores, representantes e quaisquer terceiros com quem a Companhia se relaciona.

5.4 - Programa de Integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

A Companhia promove treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores (incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes, indistintamente e independentemente do nível hierárquico) para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta e Ética e demais temas específicos ligados à integridade corporativa. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório e a presença será controlada através dos meios adequados pela Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

É responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes e orientações expressas no Código de Conduta e Ética da Companhia. Qualquer violação a essas diretrizes e orientações resultará na aplicação das medidas disciplinares apropriadas, listadas no próprio Código de Conduta e Ética, que poderão incluir:

- Advertência oral e/ou por escrito;
- Suspensão;
- Rompimento do contrato de trabalho (com ou sem justa causa);
- Adoção de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e
- Quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

No caso de parceiros e terceiros em geral, o desrespeito ao Código de Conduta e Ética poderá resultar em rescisão imediata do contrato e, conforme o caso, na adoção de medidas legais para reparação ou ressarcimento.

Todos os colaboradores têm o dever de relatar imediatamente qualquer violação ao Código de Conduta e Ética. A omissão diante de possíveis violações será igualmente considerada conduta antiética e poderá ensejar a aplicação das mesmas sanções aplicáveis às violações, por comprometer a integridade e a lealdade das relações para com a Companhia.

Medidas disciplinares serão deliberadas pela Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, com o apoio de outras áreas como Jurídico e Recursos Humanos, conforme aplicável, devendo ser aplicadas de acordo com os critérios de proporcionalidade, gradatividade e imediatidade. O Comitê de Auditoria será informado periodicamente da aplicação de medidas disciplinares, e casos considerados mais graves serão deliberados pelo próprio Comitê de Auditoria.

Em nenhuma hipótese o colaborador infrator participará de deliberações acerca da imposição de medidas disciplinares a si próprio: por exemplo, se a deliberação envolver um membro da Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, o caso será levado diretamente ao Comitê de Auditoria para apuração. O Conselho de Administração decidirá a respeito da aplicação de medidas disciplinares à Alta Administração da Companhia, incluindo membros do Comitê de Auditoria e Diretoria.

5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Código de Conduta e Ética da Companhia foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de outubro de 2021, estando disponível para consulta em seu website: ri.cantustore.com.br**.**

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia possui canal de denúncias administrado por empresa terceirizada e cuja finalidade é o recebimento de denúncias ou relatos de descumprimento às leis, regulamentos ou normativos internos aplicáveis à Companhia ("Canal Íntegro"). O Canal Íntegro pode ser acessado diretamente pela plataforma web (www.canalintegro.com.br/cantustore) ou por atendimento telefônico (0800 878 9048) 24h do Canal.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal Íntegro da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

A Companhia garante o anonimato do denunciante e repudia veementemente em seu Código de Conduta e Ética qualquer tipo de retaliação e/ou constrangimento contra aqueles que comunicam de boa-fé suas preocupações ou dúvidas sobre má conduta ou que forneçam assistência ou informações em um processo investigativo. Todas as comunicações com os denunciantes são realizadas unicamente através do Canal Íntegro.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Cumpre à Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal Íntegro, bem como conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade (no que poderá contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, como o Jurídico, Recursos Humanos, dentre outras, e/ou de assessores externos, conforme aplicável, ou recomendar a contratação de investigação independente).

A Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos preza pela observância da confidencialidade das informações tratadas, visando à preservação dos direitos dos denunciantes e a imparcialidade de suas decisões. A Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos poderá, no curso da apreciação e investigação das denúncias recebidas, delegar funções investigativas e recomendar ao Comitê de Auditoria a contratação de terceiros para tal finalidade.

Havendo indícios de envolvimento de qualquer membro da Área de Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos em fatos objeto de denúncias, a apuração será realizada diretamente pelo Comitê de Auditoria, sem o envolvimento dos indivíduos citados. Em tais casos, caberá ao próprio Comitê de Auditoria a aplicação de medidas disciplinares.

Havendo indícios de que algum membro do Comitê de Auditoria (ou da Alta Administração da Companhia, incluindo a presidência ou membros da Diretoria) está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado diretamente ao Conselho de Administração para apuração. Em tais casos, caberá ao próprio Conselho de Administração a aplicação de medidas disciplinares.

5.4 - Programa de Integridade

Havendo indício de que algum membro do Conselho de Administração está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado ao próprio Conselho, a quem caberá apreciá-lo de forma imparcial e autônoma e determinar eventuais medidas para assegurar a higidez de sua apuração (como a contratação de assessores externos especializados), excluindo de qualquer ato ou deliberação o membro alegadamente envolvido.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme disposto no Código de Conduta e Ética da Companhia, para aquisição ou fusão de qualquer empresa será necessária a realização de *due diligence* por profissionais qualificados, para avaliação pelo Conselho de Administração de conformidade e detecção de eventuais vulnerabilidades, ou histórico de prática de atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e outros ilícitos relacionados a corrupção e fraude a licitações e contratos administrativos.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta em relação ao exercício anterior, considerando que a Companhia não possuía atividades operacionais até a efetivação da reorganização societária descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao Item 5.2(b):

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

O Grupo Cantu Store busca proteção para os principais riscos decorrentes do mercado financeiro que está sujeita, os quais se encontram descritos no item 4.7 deste Formulário de Referência.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, pois a Companhia não utiliza instrumentos financeiros de proteção patrimonial.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, pois a Companhia não utiliza instrumentos financeiros de proteção patrimonial.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, considerando o disposto no item (iii) acima.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não há uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Cantu Store. A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações do Grupo Cantu Store. A administração do Grupo Cantu Store monitora e avalia, por meios considerados por ele adequados, se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas por ele adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos do Grupo Cantu Store.

Informações adicionais ao Item 5.3 (d) e (e):

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos do Grupo Cantu Store, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas das empresas do grupo referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Como resultado dessa avaliação, foram apresentadas sugestões de aprimoramento dos controles, sendo que as seguintes deficiências foram apontadas como significativas:

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Deficiência	Recomendação
1) Inexistência de aprovação de lançamentos manuais ou automáticos Observou-se, com relação às empresas ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., CPX Distribuidora S.A. e CP Comercial S.A, que não é necessária a aprovação prévia para lançamentos contábeis, sejam manuais ou automáticos.	Estabelecer política com critérios referentes a necessidade de revisão e aprovação prévia ao lançamento contábil, por parte de gestor ou gerente qualificado para tanto. Tal recomendação é especialmente importante em relação a lançamentos referentes a transações não usuais, transações referentes a estimativas, lançamentos manuais , lançamentos de ajuste, transações entre partes relacionadas e lançamentos eventualmente contabilizados por profissionais não integrantes da equipe contábil.
2) Inexistência de manual de procedimentos internos Verificou-se, quanto às empresas ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., CPX Distribuidora S.A. e CP Comercial S.A, que não há políticas/manuais formais quanto aos procedimentos e rotinas contábeis, financeiro de contas a receber.	Padronização dos procedimentos internos através de formalização de Manuais.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração do Grupo Cantu Store tomou ciência do relatório circunstanciado do auditor independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria das empresas do Grupo Cantu Store, relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A respeito das deficiências significativas identificadas, foram tecidos os seguintes comentários:

Deficiência	Comentário e plano de ação da administração
1) Inexistência de aprovação de lançamentos manuais ou automáticos Observou-se, com relação às empresas ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., CPX Distribuidora S.A. e CP Comercial S.A, que não é necessária a aprovação prévia para lançamentos contábeis, sejam manuais ou automáticos.	*O volume de registros manuais no sistema SAP, implantado em Março 2021 é restrito a algumas contas contábeis específicas e para todos os registros manuais é possível identificar o usuário que realizou. Não temos previsto mudanças em nosso processo para que seja exigida a aprovação dos lançamentos manuais.*

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

2) Inexistência de manual de procedimentos internos Verificou-se, quanto às empresas ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., CPX Distribuidora S.A. e CP Comercial S.A, que não há políticas/manuais formais quanto aos procedimentos e rotinas contábeis, financeiro de contas a receber.	*Buscaremos aprimorar nossos controles e formalizar nossos procedimentos até o final do ano de 2021.*

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	28/09/2020
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, como uma holding pura, sob a denominação social O.A.T.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("O.A.T.S.P.E."). Em 22 de setembro de 2021, Humberto Gabriel Cantu adquiriu 100% da participação da O.A.T.S.P.E., antes detida por dois acionistas pessoas físicas. Após tal aquisição, a O.A.T.S.P.E. teve sua razão social alterada para Cantu Store S.A. em 22 de setembro de 2021 ("Companhia").

Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, cujo histórico está descrito no item 6.6 deste Formulário de Referência.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao Item 6.1:

Apresentamos abaixo o histórico do Grupo Cantu:

No ano de 2006, o Sr. Humberto Gabriel Cantu deixou a carreira de executivo e ingressou no então Grupo Cantu, atuando no segmento de transportes do Grupo, pertencente à sua família, a convite de familiares, através de uma oportunidade de reestruturação de uma das unidades de negócios de tal grupo familiar que atuava no segmento de transportes. Analisando o mercado nacional de pneus, viu que era um mercado bastante concentrado no ponto de vista de fornecedores e muito fragmentado na demanda. Então começou a realizar as primeiras importações pelas empresas do Grupo Cantu para testar o mercado.

No ano de 2007, o Sr. Humberto fundou a Cantu Pneus (representada na época pela empresa Cantu Comércio de Pneumáticos e atualmente CP Comercial S.A.), caracterizada como importadora de pneus para o mercado nacional, importando pneus de carga, focado em atendimento para empresas de logística.

A expansão dos negócios, ao longo dos anos, resultou na abertura de novas oportunidades no mercado de pneumáticos, quando em 2009 passou então a realizar a importação de veículos leves e utilitários.

Com a expansão do portfólio de produtos, a Cantu Pneus começa a expandir sua região de atendimento no mercado, com foco nas regiões Sul e Sudeste. Em 2012 fundou-se a Pneustore, e-commerce destinado a atender potenciais consumidores de pneus pessoas física ao redor do país, e em 2013, iniciou-se as vendas de pneus em *marketplaces,* sendo o percursor Loja Extra da Via Varejo, onde e 2013 possuía o nome de Cnova.

A partir de 2014, a Cantu Pneus e a Pneustore concentram a área corporativa de sua operação em Itajaí - SC, para aumentar o foco no desenvolvimento da plataforma de tecnologia e o foco na expansão logística das empresas.

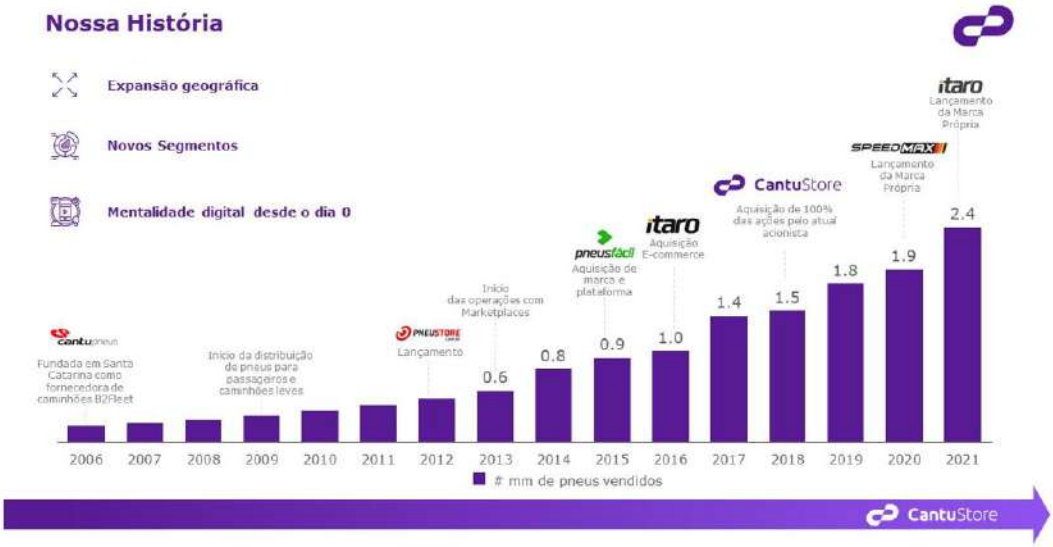
Focando na expansão dos negócios digitais, em 2015 foi adquirida a marca Pneusfácil, e em 2016 a Itaro Comércio de Pneus e Peças Automotivas S.A. (atualmente ITR Comércio de Pneus S.A.), ambos pequenos e-commerces no mercado de pneumáticos. Com essas aquisições, todo o volume de acessos e compras de ambos os sites foram transferidos para a PneuStore, a qual passou a ter grande representatividade no mercado nacional no segmento. Os canais de e-commerce sempre fizeram parte do plano de expansão da Companhia, pois a maior preocupação sempre foi a de proporcionar a melhor experiência de compra ao cliente, independente de quem ele seja e onde ele esteja. No mesmo período, iniciou a expansão do portfólio de produtos OTR (off the Road) e AGRO (agrícola), colocando a Cantu Pneus e a Pneustore como um dos mix mais completos em pneus em todo o país, observando a diversificação de produtos oferecida pelos principais concorrentes da Companhia.

Já em 2018, com a aquisição pelo Sr. Humberto dos 68% das ações da sua família, fundou-se o Grupo Level, continuação dos negócios do antigo Grupo Cantu, composto por Cantu Pneus, PneuStore, Pneusfácil e Itaro. Esse novo grupo vem com o objetivo de promover diferentes negócios de forma que todos fossem atendidos pelo mesmo CSC (Centro de Serviço Compartilhado), e dentro desses negócios, incluíam-se a Cantu Pneus e a Pneustore.

A partir desse momento, com todo o foco de investimentos na Cantu e na Pneustore, surgiram diversos outros projetos que foram agregando valor à empresa e a consolidando ainda mais a Companhia no mercado em que atua, fornecendo soluções em tecnologia e logística que possibilitaram taxas de crescimento em faturamento acima dos 30% anuais entre 2019 e 2021. Dentre esses projetos, os principais foram a criação da Pneustore Móvel, van responsável por entregar os pedidos e realizar serviços para os clientes da Pneustore, o *Marketplace* de Serviços, o qual consiste na venda dos serviços de autocenters parceiros dentro do site da Pneustore no momento em que o cliente estiver comprando pneus, criação do Portal Cantu Pneus, o qual é um e-commerce totalmente destinado a vendas para CNPJs.

6.6 - Outras Informações Relevantes

No ano de 2020 houve a criação da Speedmax, que é a primeira marca própria em pneus do Grupo Cantu Store. Além disso, expandiu-se de 15 para 22 filias, desde o início de 2018, ao redor de todo o país, o aprimoramento das células de atendimento ao cliente, que resultaram em diversas premiações sendo entre elas o selo RA1000 do Reclame Aqui, e dentre outros projetos que seguiram sustentando o crescimento e desenvolvimento da Companhia.



No ano de 2021, um passo importante foi dado: o projeto de branding foi concluído o qual transformou a marca Grupo Level em Cantu Store. Criando uma nova identidade visual e promovendo ainda mais aspectos positivos culturais já provenientes dos negócios em pneus, a Cantu Store passa a ser a nova holding responsável pela Cantu Pneus e Pneustore, buscando unificar cada vez mais esses canais. Atualmente, a Cantu Store conta com 26 filiais - em 17 unidades federativas - com estoque a pronta entrega, sendo que 4 são Centros de Distribuições e estão localizados nas regiões Sul, Sudeste e o recém inaugurado, no Nordeste. Além disso, a PneuStore lançou a marca exclusiva pro canal B2C (Business to Consumer), Itaro Pneus, fabricada no Brasil e em diversas fábricas no exterior.

A Cantu Store continua promovendo projetos cada vez mais focados em trazer soluções eficazes para os clientes, sendo uma empresa brasileira de tecnologia e logística que viabiliza soluções completas em pneus, guiando quem compra e apoiando quem vende.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020 como uma *holding* pura, não tendo desempenhado, até a data deste Formulário, qualquer atividade operacional.

Não obstante, considerando que (i) o seu objeto social inclui, dentre outras, a participação no capital social de sociedades; e (ii) imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de distribuição de ações, a Companhia passará a controlar o Grupo Cantu Store, conforme detalhado nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência, e, consequentemente, consolidar suas atividades e resultados operacionais, apresentamos no item 7.9 detalhes a respeito das principais atividades por ela desempenhadas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possuía atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não tendo auferido receita ou lucro.

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente, não tendo desempenhado, até a data deste Formulário de Referência, qualquer atividade operacional.

Não obstante, considerando que (i) o seu objeto social inclui, dentre outras, a participação no capital social de sociedades; e (ii) imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de distribuição de ações, a Companhia passará a controlar o Grupo Cantu Store, conforme detalhado nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência, e, consequentemente, consolidar suas atividades e resultados operacionais, apresentamos no item 7.9 detalhes a respeito das informações deste item, relacionadas aos segumentos operacionais do Grupo Cantu Store.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, não tendo desempenhado, até a data deste Formulário, qualquer atividade operacional.

Não obstante, considerando que (i) o seu objeto social inclui, dentre outras, a participação no capital social de sociedades; e (ii) imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de distribuição de ações, a Companhia passará a controlar o Grupo Cantu Store, conforme detalhado nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência, e, consequentemente, consolidar suas atividades e resultados operacionais, apresentamos no item 7.9 detalhes a respeito das informações deste item, relacionadas a produtos e serviços relativos aos segumentos operacionais do Grupo Cantu Store.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não auferiu receita no último exercício social e no exercício social corrente.

Para informações sobre eventuais clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida do Grupo Cantu Store, o qual imediatamente após a precificação da oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia passará a ser controlado pela mesma, conforme detalhado nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência, vide seção 7.9 deste Formulário de Referência.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída o exercício social corrente. Dessa forma, não há qualquer efeito relevante da regulação estatal em suas atividades.

Para informações sobre efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades do Grupo Cantu Store, o qual imediatamente após a precificação da oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia passará a ser controlado pela mesma, conforme detalhado nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência, vide seção 7.9 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não auferia no último exercício social e no exercício social corrente qualquer receita relevante proveniente do exterior.

Para informações sobre receitas relevantes provenientes do exterior do Grupo Cantu Store, o qual imediatamente após a precificação da oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia passará a ser controlado pela mesma, conforme detalhado nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência, vide seção 7.9 deste Formulário de Referência.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

Para informações sobre efeitos da regulação estrangeira nas atividades do Grupo Cantu Store, o qual imediatamente após a precificação da oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia passará a ser controlado pela mesma, conforme detalhado nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência, vide seção 7.9 deste Formulário de Referência.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(a) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(b) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(e) se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

A Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para as suas atividades. Apesar de a Companhia não divulgar relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, o Grupo Cantu pratica outras práticas de sustentabilidade que estão descritas no item 7.9 deste Formulário de Referência.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao Item 7.1:

Apresentamos abaixo as informações sobre as principais atividades referentes ao Grupo Cantu Store, também referido abaixo somente como "Grupo".

Visão geral

O Grupo Cantu Store é uma plataforma de tecnologia e logística que oferece soluções completas para pneus, guiando compradores e dando suporte a vendedores. Conforme informações do site Similar Web (ferramenta de análise de dados que monitora tráfego em mais de 80 milhões de sites), o Grupo Cantu Store está entre os principais *players* de *e-commerce* especializado em pneus do Brasil[1], e acredita ser um dos maiores distribuidores de pneus do país. Com uma plataforma *omnichannel*, que conta com *e-commerce* próprio, atuação em *Marketplaces* diversos, vendas diretas por representantes comerciais e vendedores externos e televendas, o Grupo Cantu Store atingiu mais de 300 mil clientes em todo o país entre os meses de março e setembro de 2021.[2] O Grupo Cantu Store está entre os maiores vendedores de pneus de todos os *marketplaces* nos quais está presente[3], e também está posicionado entre os maiores vendedores em geral de alguns *marketplaces*[4].

Ao longo de sua história, que começou em 2007 no estado do Paraná, com foco no fornecimento de pneus de caminhões comerciais para frotas ("B2Fleet"), O Grupo Cantu Store expandiu suas operações e conquistou uma posição relevante no segmento de pneus do país. Em 30 de setembro de 2021, o Grupo conta com 26 filiais em 17 unidades federativas, sendo 4 Centros de Distribuição, localizados em Itajaí/SC, Jaboatão dos Guararapes/PE, Barueri/SP e Serra/ES, que ajudam a consolidar sua posição no território nacional. O Grupo é um dos pioneiros da venda *online* de pneus, tendo iniciado suas operações junto aos *marketplaces* em 2013[5]. O Grupo está entre os principais distribuidores de algumas marcas internacionais no país, sendo estas: DRC, ATLAS, AEOLUS, CEAT, CHALLENGER, TORNEL, JK, KUMHO, APTANY, FARROAD, IRIS, KUMHO, AOSEN e CEAT. Já para compras nacionais, se caracterizam pelas marcas: Michelin, Pirelli, Goodyear, Bridgestone, Firestone e Continental, tendo recentemente sido lançada suas marcas próprias de pneus para os canais B2B e B2Fleet, SpeedMax e para o canal B2C, Itaro. Assim, o Grupo Cantu Store busca oferecer um portfólio cada vez mais completo para os seus clientes. Abaixo, apresenta-se alguns destaques sobre a história do Grupo Cantu Store:

[1] Informações com base em julho de 2021 no site: https://www.similarweb.com/website/pneustore.com.br/, ranking com base em tráfego.

[2] Informações coletadas com base na plataforma Power BI (Power Business Inteligence) do Grupo no período de vendas de março de 2021 a setembro de 2021.

[3] Disposição dos marketplaces: B2W - o Grupo Cantu Store está em top 5 com crescimento acumulado de 249%; Carrefour - o Grupo Cantu Store está em top 3 de vendedores de pneus; Magazine Luiza - o Grupo Cantu Store está em top 10 do ramo automotivo; Via Varejo – o Grupo Cantu Store está em primeiro lugar do ramo automotivo. Data base utilizada: 30 de setembro de 2021.

[4] O Grupo é a maior vendedor de pneus no site Mercado Livre em 30 de setembro 2021. Além disso, o Grupo ganhou a premiação da Via Varejo de maior *seller* automotivo em 2019.

[5] Iniciada as operações com a Cnova, atualmente loja Extra dentro do *marketplace* da Via Varejo.

7.9 - Outras Informações Relevantes

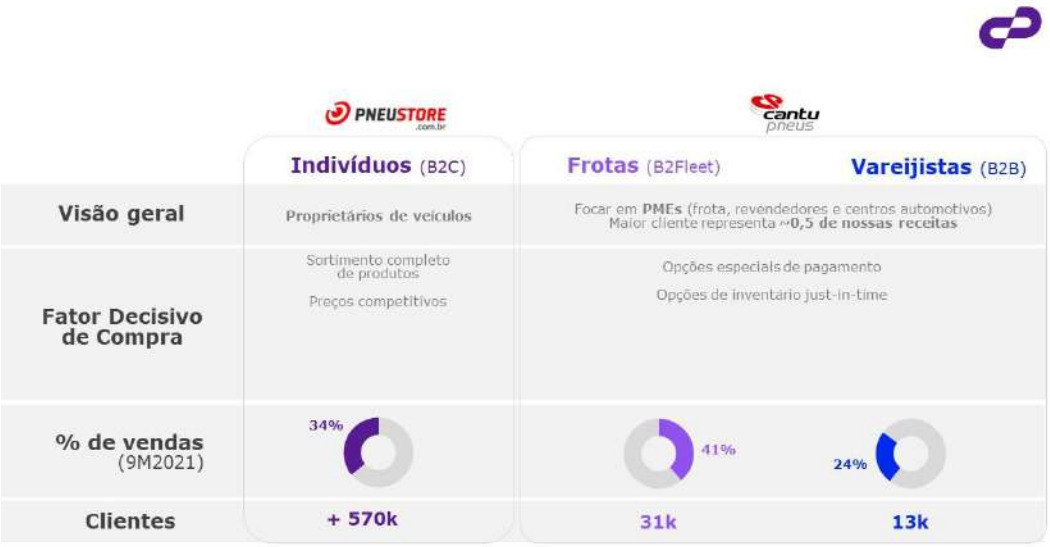
Com mais de 3400 SKUs[6] vendidos de março a setembro de 2021 em todos os segmentos que atua, e mais de 34% das vendas através do varejo *online* B2C em 30 de setembro de 2021, o Grupo Cantu Store acredita estar entre os maiores players de venda de pneus *omnichannel* no Brasil, observando os concorrentes no mercado atual. Nos últimos 12 meses o Grupo vendeu mais de 2,4 milhões de pneus, o que o faz acreditar ser um dos mais importantes grupos no mercado de pneus brasileiro. Em 30 de setembro de 2021, seu portfólio de produtos atende aos nichos mais diversos de clientes, conforme a imagem abaixo:

O Grupo atua em duas frentes de negócio por meio de duas marcas de oferta: a PneuStore, varejista online B2C (34% da receita total no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021), e a CantuPneus, marca de oferta com foco em distribuição B2Fleet (41% da receita total período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021) e B2B (24% da receita total período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021) através de uma estratégia *omnichannel*. Em 30 de setembro de 2021,

[6] *Stock Keeping Unit*: código de identificação única de produto

7.9 - Outras Informações Relevantes

o Grupo Cantu Store não tinha nenhum cliente que representasse mais de 1% da receita do Grupo. Algumas das principais características de cada segmento abaixo:



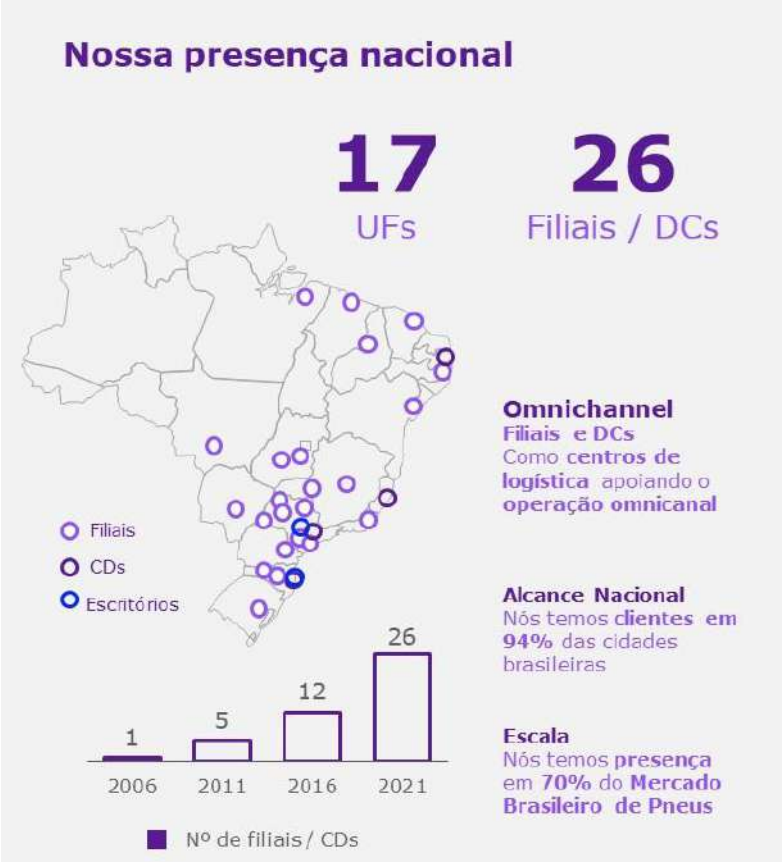
O Grupo possui forte presença nacional, conquistada ao longo dos mais de 15 anos de história, com um total de 26 filiais, sendo 4 centros de distribuição. Presente em 17 unidades federativas, com capacidade de alcançar 100% das cidades do Brasil, tendo efetuado vendas em 5.181 municípios, totalizando 93% do total dos municípios brasileiros até 30 de setembro de 2021. Assim, por estar presente em mais de 50%[9] dos estados brasileiros, é capaz de efetuar a entrega ao cliente no prazo de até 24 horas após o faturamento do pedido, caso o produto adquirido esteja disponível no estoque de uma das filiais que esteja até 500km de distância do cliente.

O Grupo Cantu Store conta com uma força de venda especializada, representada por 300 pessoas (até 30 de setembro de 2021), incluindo representantes comerciais e vendedores internos e externos, que permitem que seus produtos sejam ofertados aos seus clientes. A equipe de representantes atual integralmente de forma externa, garantindo proximidade do Grupo junto a seus clientes, e flexibilidade na estratégias de venda. Os vendedores possuem jornada mista, atuando tanto de forma presencial com base nas filiais de todo o Brasil, como de forma remota. Toda a equipe tem acesso ao sistema CRM (Customer Relationship Management) de vendas, que é o Salesforce, atua em toda a jornada de venda, desde o lançamento do pedido, até a conclusão da venda, enviando as informações aos demais sistemas que a finalizam. O CRM funciona como uma plataforma para captura de *Leads* (futuros clientes). Nele é possível encontrar informações importantes sobre o perfil do cliente, ao qual a equipe comercial entrará em contato com o intuíto de converter a cliente efetivo da empresa. Na plataforma é possível armarzenar todo o histórico de pedidos dos clientes, tornando a oferta de produto objetiva e rápida. É permitido ao vendedor, gestor, diretoria e a quem possa interessar, a emissão de relatórios de vendas por produto, região, cliente e outros indicadores, verificando a desempenho próprio ou da equipe. Ainda é possível rastrear a visitação dos clientes. Neste caso o vendedor insere informações dos clientes visitados por dia e o que foi apresentado ao mesmo. O gestor, com essa informação, consegue analisar se toda a sua região de vendas está sendo atendida e o que está sendo apresentado. Por fim, o sistema integra com o ERP da Companhia (SAP)

7.9 - Outras Informações Relevantes

compartilhando todos os pedidos, separando estoque e encerrando o pedido de venda ao final de todo o processo.

A capilaridade e dimensão dos negócios do Grupo em todo o país é respaldada por um sistema logístico robusto e com base tecnológica, de modo que o transporte de produtos, feito por mais de 130 companhias 100% terceirizadas em todo o Brasil, possibilita que, havendo disponibilidade do produto na filial de referência, regiões localizadas em um raio de até 1.500km das filiais recebam seus produtos em 72 horas, regiões localizadas em um raio de 1.000km recebam em 48 horas e regiões localizadas em um raio de 500km recebam seus produtos em 24 horas.



Os 4 Centros de Distribuição abastecem as demais filiais, que por sua vez realizam as entregas para os clientes. Os produtos importados que chegam das fábricas no Brasil e nos portos de SC (Itajaí e Navegantes), ES (Vitória) e PE (Suape), são enviados diretamente para os Centros de Distribuição, que fracionam e separam a mercadoria recebida e distribuem constantemente para as filiais, direcionando para cada filial produtos que têm maior demanda na região em que se encontram. Dessa forma, maximiza-se a eficiência de distribuição e colabora para que as filiais estejam sempre abastecidas dos produtos de maior volume de vendas. Os 4 Centros de Distribuição somam mais de 45.000m², em 4 Estados diferentes, com capacidade de estocar cerca de 610 mil pneus. Os Centros de Distribuição abastecem frequentemente as filiais, que têm um estoque para atender a demanda estimada para entre 15 e 45 dias, atuando para que o cliente encontre o produto que busca em estoque próximo, resultando em entregas rápidas.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Abaixo, apresenta-se alguns destaques financeiros e operacionais consolidados do Grupo:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhões de reais, exceto se de outra forma indicado)	**2021**	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita líquida de vendas	**930,7**	**533,9**	**767,0**	**579,5**	**520,5**
Lucro Bruto	**316,3**	**138,7**	**211,8**	**165,6**	**125,4**
Margem Bruta (%)	34,0%	26,0%	27,6%	28,6%	24,1%
EBITDA Ajustado (1)	**118,4**	**45,9**	**86,8**	**70,0**	**11,1**
Margem EBITDA Ajustada (%)	12,7%	8,6%	11,3%	12,1%	2,1%
ROIC (2)	**N/A**	**N/A**	**30,1%**	**41,1%**	**11,1%**

(1) EBITDA Ajustado contempla também ajustes caracterizados por eventos não recorrentes, ou seja, pontuais que acontecem no resultado da Companhia – vide a reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA Ajustado no item 3.9 informações adicionais ao item 3.2(b) do Formulário de Referência da Companhia.

(2) O ROIC (Return on Invested Capital) é o lucro líquido operacional (Net Operating Profit Less Adjusted Taxes - NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do Capital de Giro e o Capital Fixo – vide a racional de cálculo no item 3.9 informações adicionais ao item 3.2(b) do Formulário de Referência da Companhia. O cálculo do ROIC não é feito para o período findos em 30 de setembro por não ser base comparável ao anual histórico.

Segmentos de atuação

As operações estão divididas nas seguintes marcas de oferta, por meio dos seguintes segmentos de negócios:

PneuStore (B2C):

É o braço de vendas para pessoas físicas, tendo a PneuStore teve suas operações iniciadas em 2012.

A PneuStore, marca de varejo *online* para proprietários de veículos, tem como diferenciais a disponibilidade de produtos, portfólio completo, entrega rápida, condições de pagamento facilitadas, usabilidade da plataforma e experiência do cliente e preços competitivos. Por meio da marca, atende

7.9 - Outras Informações Relevantes

mais de 810 mil clientes (jan/2018 a set/2021), tanto através do site próprio (www.pneustore.com.br) quanto através dos principais *marketplaces* do país. É possível, assim, capturar clientes com hábitos diferentes de compra, que buscam produtos de diversos posicionamentos de qualidade e preço, e que encontram, na PneuStore, os produtos desejados disponíveis a pronta entrega. A presença em diversos *marketplaces* proporciona ao cliente a liberdade de escolha, possibilitando que ele compre seu pneu na plataforma desejada.

CantuPneus (B2B e B2Fleet):

Pontos fortes

A CantuPneus é a marca de distribuição que tem como alvo os frotistas, que são clientes finais pessoa jurídica, que adquirem o pneu para utiliza-lo em suas operações, através do canal B2Fleet, bem como revendedores de pneus, como lojas, autocenters, borracharias e varejistas em geral, através do segmento B2B. A CantuPneus atua principalmente no segmento de PMEs (empresas de pequeno e médio porte), com mais de 17 mil clientes no segmento B2Fleet e mais de 6 mil no segmento B2B em 7 meses (clientes que compraram de março a setembro de 2021). O Grupo Cantu Store possibilita a redução da necessidade de estoque por parte de seus clientes, visto que possui os produtos que necessitam em estoque, a pronta-entrega, e com entrega rápida, e também apoia seus clientes através de formas de pagamento especiais. Nestes dois segmentos, nenhum cliente representa mais de 1% das vendas, sendo que a pulverização é uma das principais características da CantuPneus, reduzindo riscos inerentes à consolidação em poucos clientes.

O Grupo acredita que os seguintes pontos fortes a diferenciam dos seus concorrentes e contribuem para o seu crescimento e sucesso:

Liderança nacional alavancada por um modelo de negócios digital único

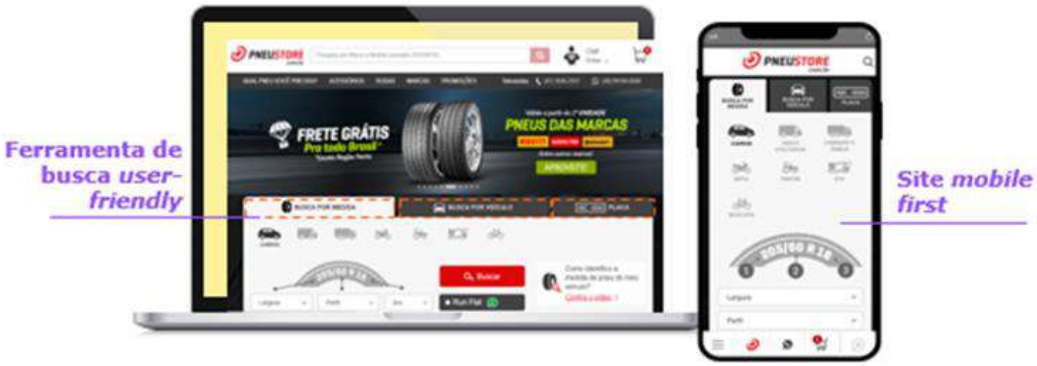
Com sua plataforma digital abrangente, acredita ser o maior *player* do *e-commerce* especializado em pneus do Brasil, bem como acredita ser e o maior importador e distribuidor de pneus do país. Seus canais de venda contam com *e-commerce,* via canal próprio e *marketplaces*, vendas diretas por vendedores, representantes e televendas, que atingem mais de 810 mil clientes em todo o Brasil em 30 de setembro de 2021.

Toda a sua história foi construída com um *mindset* digital, tendo sido um dos pioneiros nas vendas de pneus por canais digitais e sendo dos principais precursores do setor em tecnologia e digitalização dos seus processos internos. A plataforma própria da PneuStore foi desenvolvida *mobile first,* visando oferecer a melhor experiência aos consumidores pessoas físicasde qualquer lugar do Brasil. O intuito do desenvolvimento *mobile first* é que, os clientes, ao se depararem com a necessidade de troca de pneus ainda estando fora de suas casas, tenham a melhor usabilidade possível e se sintam motivados a concluir a compra pela PneuStore através do celular.

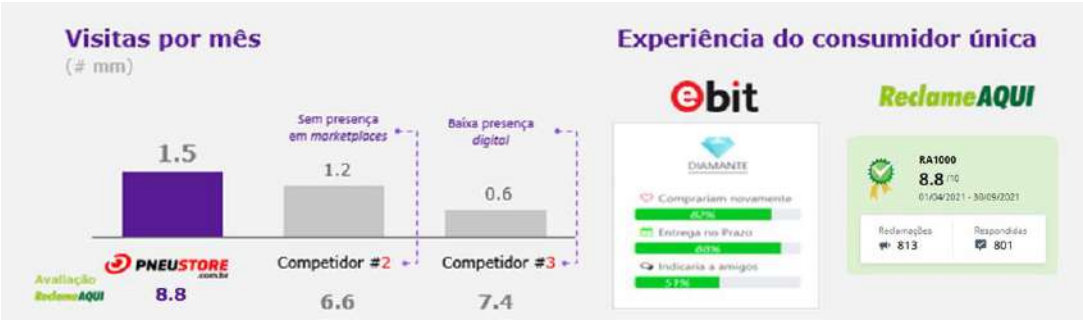
Ainda como forma de facilitar a experiência do cliente, a plataforma própria da PneuStore disponibiliza 3 formas de encontrar o pneu correto em sua plataforma: (i) pela medida do pneu, que pode ser encontrada no pneu que será substituído; (ii) pela marca, modelo e ano do veículo; e (iii) pela placa do veículo cujos pneus serão substituídos.

Assim, a PneuStore oferece maior praticidade, com uma tecnologia de fácil interface e acesso fácil aos clientes, o que proporciona uma experiência diferenciada aos consumidores e uma grande alavanca de crescimento para a plataforma

7.9 - Outras Informações Relevantes



Devido a todos os investimentos que são feitos para uma melhor experiência do usuário, a PneuStore é o e-commerce de pneus mais bem avaliado do Brasil. No ReclameAqui possui nota 8.8, a maior nota de lojas online especializadas em pneus e além disso, possui os selos RA1000, do próprio ReclameAqui, e Diamante, do Ebit.



Baixa concentração de clientes e diferentes alternativas de fornecedores

Os negócios do Grupo são estruturados de forma que não existe concentração em nenhum cliente ou fornecedor, sendo a pulverização uma forte característica do Grupo Cantu Store.

Nos segmentos B2B e B2Fleet, o cliente mais significativo representa menos de 0,5% das vendas, o que significa uma baixíssima dependência de clientes específicos e um alto controle do risco de inadimplência nestes dois segmentos em que existe concessão de crédito (pagamento à prazo, em parcelas).

Quanto aos produtos que compõem seu estoque, também existe uma grande diversificação de fornecedores. Atualmente O Grupo conta com mais de 40 fabricantes, cerca de 25 internacionais e 15 nacionais. O Brasil é o país com a maior relevância para o fornecimento dos seus pneus, com 32% do custo de mercadorias vendidas no ano de 2020. Os outros 68% dos CMV foram adquiridos de mais de 10 países, de modo que consegue também minimizar sua exposição a riscos específicos de cada fornecedor de cada país. No Brasil, onde políticas protecionistas podem vir a ser implementadas, um *sourcing* diversificado representa proteção e capacidade de adaptação frente a essas eventuais políticas. Esta diversificação também se mostra importante em momentos como os atuais, em que a logística internacional apresenta desafios e restrições.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Atuação em grande parte do território nacional, com sistema logístico de qualidade respaldado por soluções omnichannel

O Grupo Cantu Store possui forte presença nacional, estando presentes em 17 unidades federativas. Por meio da sua robusta plataforma logística, é capaz de alcançar 100% das cidades do Brasil, com entrega em 24 horas em no locais que representam cerca de 70% da geração do PIB do país.

A capilaridade e dimensão dos seus negócios são respaldadas por um sistema logístico de qualidade, de modo que o transporte de produtos, feito em totalidade por mais de 130 companhias parceiras, possibilita que regiões em um raio de até 1.500km de suas filiais recebam seus produtos, na média, em 72 horas.

Os 4 Centros de Distribuição, com localização estratégica em Estados espalhados pelo Brasil funcionam como *hubs*, recebendo os produtos diretamente das fábricas nacionais ou dos portos por onde chegam os produtos importados, fazendo a separação e fracionamento das mercadorias e abastecendo constantemente as 22 filiais.

Em complemento aos Centros de Distribuição, conta com filiais com estrutura mais enxuta do que aquelas dos Centros de Distribuição, que, com um *smart mix* e estoque reduzidos, de 15 a 45 dias, funcionam como plataformas para entrega rápida para clientes locais. As filiais têm atuação regional, sendo a via pela qual muitos dos produtos são enviados. Existe também um volume considerável de clientes que buscam os pneus diretamente nas filiais, suprindo suas demandas mais urgentes por pneus.

O sistema logístico integrado, suportado por tecnologia e inteligência artificial, garante que os clientes tenham excelentes prazos na entrega, minimizando atrasos e problemas relacionados à logística e estoque. O Grupo Cantu Store possui a visão de que o cliente deve ser sempre o centro de todas as suas iniciativas e são sua prioridade, portanto, faz tudo pensando em como maximizar a experiência do cliente e a qualidade no seu processo de compra.

Governança sólida com equipe de gestão altamente qualificada e experiente, em um ambiente com cultura organizacional forte

O Grupo Cantu Store é gerenciado por um time e gestão qualificado e experiente, em um ambiente corporativo positivo, com cultura organizacional forte, sendo diferencial para sua posição de liderança no mercado de pneus no Brasil.

7.9 - Outras Informações Relevantes

C-levels e *Heads* das áreas têm mais de 10 anos de experiência, com históricos diversificados, criando um ambiente rico e multidisciplinar, ideal para a manutenção de um ecossistema de negócios que incentiva a criação e a evolução constantes.

Além disso, o Grupo Cantu Store tem uma cultura organizacional extremamente forte, que preza pelo desenvolvimento constante e pelo aperfeiçoamento dosprodutos e serviços oferecidos. O Grupo busca criar o melhor ambiente de negócios possível para alavancar seu crescimento, e a cultura organizacional tem papel fundamental nisso. O Grupo resume sua cultura em um acrônimo: RODA. Realizadores, obcecados pelos seus clientes, Desafiados pelo futuro e Atentos uns aos outros.

A cultura organizacional reflete também no modo como os os clientes enxergam o Grupo. O *brand awareness* é relevante, alavancado por uma série de iniciativas e eventos organizados para aumentar a exposição para o cliente, como: *lives* para engajamento dos consumidores (envolvendo artistas como Fernando e Sorocaba e o time de *drif* patrocinado pela PneuStore); eventos nacionais do segmento; vídeos e campanhas (vídeo institucional para o ReclameAqui, por exemplo); e atividades constantes nas redes sociais, tanto das marcas de oferta, como da marca corporativa. O Grupo acredita realizar uma das maiores Black Friday do setor de pneus do Brasil, que reflete em um volume de vendas relevante em novembro. Além disso, uma série de convenções de vendas e feiras feitas pelo Grupo ajudam a expor e promover sua marca para o mercado.

Performance consistente ao longo dos diferentes ciclos econômicos

Desde a criação do Grupo Cantu Store em 2006, o Brasil apresentou cenários econômicos desafiadores que colocaram à prova a capacidade do Grupo de se reinventar para entregar resultados sólidos e consistentes. Os resultados do trabalho da gestão são percebidos na evolução da performance tanto comercial quanto financeira que o Grupo apurou nos últimos anos.

O modelo de negócio do Grupo Cantu Store é único e se prova resiliente ao longo dos mais de 15 anos de história. É o único do setor que atua simultaneamente de forma relevante em 3 segmentos distintos dentro do mercado de reposição de pneus: revendas, frotas e varejo *online*. Este tripé permite que o Grupo Cantu Store se adapte quando desafios ou oportunidades se apresentam, voltando seus recursos para um determinado segmento quando necessário. Adicionalmente ao tripé de segmentos, o Grupo Cantu Store atua no mercado de reposição de pneus, um mercado extremamente resiliente, fragmentado, que apresenta crescimento constante nos últimos anos e uma clara oportunidade de consolidação e expansão de *marketshare*.

Além disso, é muito importante destacar a capacidade digital do Grupo em todos os segmentos. Mesmo quando suas vendas são feitas *off-line*, elas ainda percorrem um grande caminho digital. Isto porque o Grupo Cantu Store tem um ecossistema tecnológico robusto, se apoiando nas melhores ferramentas disponíveis no mercado para cada atividade, desde o pedido da venda, que é feito utilizando o Salesforce, até a entrega que é gerenciada pelo Lincros, plataforma de soluções logísticas de transporte, passando pela análise de crédito, pela conciliação de pagamento e de recebimento automatizadas.

O Grupo tem conseguido se consolidar tanto na frente de crescimento quanto de lucratividade perante os diferentes ciclos econômicos. Desde 2018, seus negócios cresceram a uma Taxa Composta de Crescimento Anual de 21,4% na Receita líquida de vendas e 179,3% no EBITDA Ajustado. Nesse período, a margem EBITDA Ajustada aumentou 10,6 pontos percentuais, de 2,1% em 2018 para

7.9 - Outras Informações Relevantes

12,7% no período de nove meses findo em setembro de 2021. Os retornos apresentados sobre o capital investido também são consistentes e significativos, uma vez que foi registrado ROIC de 11,1%, 41,1% e 30,1% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 respectivamente.

A resiliência do modelo de negócio e capacidade de gestão do time tem se provado também na mitigação da crise gerada pelos impactos das medidas de isolamento adotadas ao redor do país para combater a pandemia de COVID-19 no consumo e no comércio. Diante de uma das piores crises da história do varejo, a gestão do Grupo tomou medidas ágeis e precisas para ajustar as operações da empresa à nova realidade. Dentre outras medidas, destacam-se aquelas para preservação da liquidez, reprogramação de compras e foco no *sourcing* nacional nos períodos de maior volatilidade cambial e de restrição de logística, acompanhamento e apoio aos clientes, principalmente aqueles que tiveram suas atividades interrompidas, como os do B2B, gestão ativa de recebíveis que permitiram a manutenção da alta liquidez e baixíssimo índice de perda, aceleração do desenvolvimento dos canais digitais e de ferramentas alternativas de vendas. Com isso, o Grupo garantiu a manutenção de sua saúde financeira e operacional durante o período mais agudo da crise, se posicionando de forma proeminente com ótimo posicionamento para aproveitar a rápida retomada de demanda do consumo e das vendas, ganhando *marketshare* em um ano que se apresentou desafiador.

Grupo com cultura alinhada nos princípios ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança), com iniciativas voltadas para as três frentes

A preocupação com os princípios ESG está presente no dia-a-dia do Grupo, que busca trazer diferentes iniciativas e movimentos para agir em cada uma dessas frentes (ambiental, social e de governança).

Na frente Ambiental, possui grande atuação com iniciativas de reciclagem – cumprindo com as exigências do órgão regulamentadores[7]. Para cada pneu importado, outro é reciclado, de modo que é criado um ciclo de uso sustentável dos materiais e compensando o que é inserido no meido ambiente. Estas operações de reciclagem são apoiadas por 6 parceiros, com mais de 100 pontos de coleta de material reciclável ao redor do Brasil, em 30 de junho de 2021. Em 06 meses, o Grupo reciclou mais de 13 toneladas entre plástico e papelão, sendo 7.800kg de plástico e 5.300 kg de papelão. Cerca de um milhão de dólares são investidos em reciclagem todos os anos. Além das iniciativas de reciclagem, o Grupo Cantu Store busca focar em equipamentos elétricos e a gás nos Centros de Distribuição e filiais, para minimizar o impacto, e focar a distribuição em pneus ecológicos, sempre que possível.

No que diz respeito às iniciativas com cunho Social, o Grupo Cantu Store realizou uma série de programas e eventos voltados para a formação e educação de seus colaboradores.

O Grupo possui um programa de apoio à educação de seu time, auxiliando financeiramente na formação superior, executiva e especialização dos seus colaboradores, sendo que hoje 32 pessoas estão tendo sua formação financiada pelo Grupo. Ela também disponibiliza treinamentos para formação complementar do seu time, tendo oferecido mais de 4.200 horas-aula para colaboradores no ano, até julho de 2021. Além disso, oferece aulas de inglês *in-company* para todos os colaboradores, de todas as unidades e filiais, possuindo hoje aderência de um grupo de 65

[7] Resolução nº 416, de 30 de setembro de 2009 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

7.9 - Outras Informações Relevantes

funcionários. Além das iniciativas educacionais, existe uma forte preocupação com o bem-estar dos colaboradores e suas famílias, que contam com o programa "Fale Comigo", por meio do qual possuem suporte psicológico que já prestou assistência para 63 funcionários e familiares. Ao longo dos anos também são organizados eventos pontuais, que vão desde aulas e treinamentos até campanhas de doação de sangue, alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza.

Por fim, com foco nos princípios de Governança, O Grupo Cantu Store é auditado por companhias "Big 4" desde 2012, mostrando seu comprometimento com práticas éticas e transparente. Além disso, busca manter um ambiente diverso ao redor de toda a organização, contando atualmente com um time de 47% de mulheres. O Grupo criou grupos de discussão para tratar de temas como: Financeiro, de *Compliance*, de Governança, de Crédito e de Impostos, visando melhores práticas para cada segmento – para garantir que essas frentes sejam discutidas com frequência e com propriedade, mostrando comprometimento com a manutenção de um ambiente correto e ético. Todas as iniciativas na frente de Governança são refletidas nos resultados, com obrigações tributárias e trabalhistas mínimas, e tendo resolvido a maioria dos processos nos quais são envolvidos.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças aos negócios e condição financeira do Grupo Cantu Store estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações veja os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*4.2 Riscos de Mercado*" deste Formulário de Referência.

Estratégia

Com o objetivo de continuar expandindo e consolidar a atuação no varejo de pneus, são prioritárias as seguintes iniciativas:

Expansão do número de filiais e Centros de Distribuição como meio de consolidar a presença nacional do Grupo Cantu Store, reduzir tempo de entrega e aumentar a satisfação do cliente

Atualmente, o Grupo Cantu Store está presente em 17 Estados brasileiros, mais o Distrito Federal, por meio de 26 filiais e centros de distribuição. Com esse posicionamento geográfico estratégico, alcança cerca de 70% do mercado brasileiro de pneus, com entrega em até 24 horas.

O Grupo Cantu Store enxerga a oportunidade de expandir sua presença, reduzir o tempo de entrega e aumentar a experiência do cliente por meio da abertura de novas filiais e centros de distribuição. O Grupo Cantu Store acredita que é possível dobrar o número de filiais ao longo dos próximos anos sem prejudicar resultados das filiais já existentes.

Ampliação do sortimento para novos produtos e categorias e desenvolvimento das marcas próprias

O Grupo Cantu Store tem como um dos fundamentos de negócio, estar presente em todo o ecossistema de pneus. Com isso, o Grupo acredita que ainda tem espaço para expandir a abrangência do portfólio para novas categorias e melhorar a penetração em outras. Nesse sentido, há oportunidades atrativas nos segmentos de motocicletas, bicicletas, ATV, aviação, golfe, jardinagem, pneus multiuso, e pneus florestais.

Um mercado relevante para o Brasil é a categoria de pneu de motos e bicicletas que o Grupo começou a atuar apenas em 2020, dado a falta de recursos para alocar em um portfólio completo de produtos.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Em 2021, foi contratado um especialista que irá desenvolver essa categoria dentro da plataforma. Dado a facilidade de vender pneus de moto e bicicleta online vs. as demais categorias, o Grupo acredita que essa categoria possa representar uma parte significativa das vendas e aumentar ainda mais o mercado endereçável.

Desenvolvimento da plataforma omnichannel para maximizar a experiência do cliente

As plataformas de vendas foram estruturadas de modo a oferecer a melhor experiência de compra possível para o cliente, contando com um site de fácil acesso, com ferramenta de busca humanizada para atender a necessidade de cada consumidor, guiado pelo modelo e ano do carro, placa ou medida do pneu. De acordo com a preferência do consumidor, o grupo oferece seu portfólio completo através dos principais *Marketplaces* do país. Com o crescimento do Grupo, além do aumento da oferta de produtos e a expansão para outras linhas de negócios, o Grupo enxerga a oportunidade de investir e fomentar cada vez mais sua plataforma *omnichannel* e no diferencial de experiência do usuário durante o processo de compra.

A primeira iniciativa em relação a isso, é a PneuStore Móvel. Esse serviço se baseia no uso de vans que vão até a casa dos clientes para fazer a instalação, balanceamento e geometria dos pneus adquiridos.

Também já foi implementado o Marketplace de serviços dentro da própria plataforma. Atualmente já é possível adquirir um pneu na PneuStore e adicionar o serviço de montagem, balanceamento, alinhamento e geometria de um dos parceiros na mesma ordem de compra. Os pneus são enviados diretamente ao *autocenter* parceiro, o cliente é avisado sobre a entrega dos produtos, um horário é agendado para a troca do pneu e no final é cobrado um *take rate* sobre os serviços dos parceiros que foram adquiridos no site. Já são mais de 1.300 sellers cadastrados na plataforma e o Grupo acredita que já conseguiu escalar esse serviço, dado a base de clientes B2B.

Além disso, também está em desenvolvimento uma parceria com uma grande rede de postos de gasolina, para a criação de lojas-contêineres que servirão como ponto avançado de venda e de

7.9 - Outras Informações Relevantes

atendimento, e *hub* de coleta de mercadorias. O Grupo busca, assim, aumentar a proximidade com os clientes, e oferecer soluções além da venda de pneus.

Investimento em marcas próprias (private label)

A Companhia possui hoje 2 marcas próprias: Speedmax, dedicada aos canais de Revendas (B2B) e Frotas (B2Fleet), e Itaro, dedicada ao canal on-line B2C. Visando uma maior racionalização do porfolio, aumento da recorrência e posicionamento diferenciado de preço frente aos produtos atualmente disponíveis no mercado, a companhia seguirá investindo na ampliação do mix de cada uma das marcas, com fabricação de novas medidas, criando brand equity em segmentos budget em que as marcas presentes no mercado não costumam ter força.

Adicionalmente, o Grupo Cantu Store avalia o futuro lançamento de uma terceira marca, com posicionamento superior ao das marcas atuais.

Com esta ampliação, a companhia também conseguirá dirimir eventuais riscos de mudanças governamentasis que venham a modificar as tarifas e tratados de comércio internacional, visto que terá maior flexibilidade para transferir a produção das marcas próprias para diferentes fábricas, em diferentes origens, inclusive produção nacional.

Ampliação dos serviços oferecidos aos clientes

Recentemente a marca on-line do Grupo Cantu Store, a PneuStore, lançou duas soluções que oferecem serviços aos seus clientes: PneuStore Móvel e Market Place de Serviços.

A PneuStore Móvel consiste em um mobile tire service, ou seja, uma van adaptada que pode ser contratada no momento da compra dos pneus, e que faz a entrega, montagem e demais seviços de adequação dos pneus, em domicílio. Este seviço posicionado como premium, atende o cliente conforme sua disponibilidade, com um tempo bastante interessante após a conclusão da compra. O modelo piloto foi validado com vans no estado de Santa Catarina e na cidade de São Paulo, e tem um potencial de grande expasão em todos os grandes centros urbanos do país.

O Market Place de Serviços aproveita a omnicanalidade que o modelo de negócio da companhia apresenta, e insere os clientes que são atendidos pelo segmento B2B, no universo B2C on-line da Companhia. As lojas de pneus que são clientes da CantuPneus, passam a ser prestadores de serviço de montagem para os clientes que fazem as compras na PneuStore. Quando o cliente faz a compra do pneu, é oferecida a montagem em um parceiro, para onde os pneus são enviados, e que irá prestar os serviços de montagem e demais contratados. A transação financeira referente aos serviços é feita no próprio site, sem que o cliente necessite transacionar na própria loja. Os parceiros lojistas ganham, com isso, fluxo de serviços em suas lojas, e a Companhia recebe um take rate por estar vendendo serviços destes parceiros em seu ¬e-commerce.

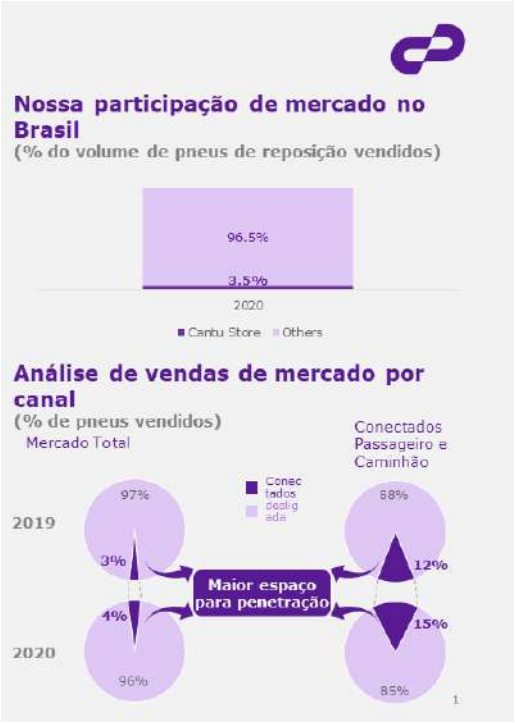
Estas frentes, hoje, são foco de user experience. Porém, poderão ser fontes consideráveis de receitas à medida que ganharem escala e relevância.

Oportunidades de expansão inorgânica em diferentes segmentos

O Grupo Cantu Store também considera a via inorgânica como opção para o crescimento em diferentes segmentos. O Grupo tem mapeado potenciais investimentos, que operam em indústrias

7.9 - Outras Informações Relevantes

diversas relacionadas a pneus. Atuando em um mercado altamente fragmentado, é um dos principais *players* com apenas 3,5% de *market share* no mercado nacional. Sendo assim, as oportunidades de crescimento e expansão inorgânicas são latentes para o Grupo se tornar o player consolidador do mercado. Atualmente, o Grupo Cantu Store têm empresas mapeadas dos setores de distribuição e importação de pneus, empresas de atuação em categorias específicas de pneus, plataformas de produção de conteúdo online, sistemas para revendedores de pneus (ERP), *marketplace* de autopeças e aplicativos para gestão de pneus, entre outros.



A estratégia de expansão inorgânica é complementar à visão de longo prazo, com aumento da gama de produtos e serviços oferecidos, e o Grupo Cantu Store enxerga, nesta rota, uma oportunidade de alavancar e acelerar seu crescimento.

<u>Informações adicionais ao Item 7.2:</u>

Produtos e serviços comercializados

Abaixo seguem as informações dos itens (a), (b) e (c) referentes ao Grupo Cantu Store.

As atividades do Grupo Cantu Store são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

- E-commerce
- Frota

7.9 - Outras Informações Relevantes

- Revenda

Receita líquida proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de nove meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/09/2021		2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
E-commerce	337.616	34,2%	267.660	33,4%	174.442	27,0%	131.679	25,5%
Frota	408.466	41,4%	309.387	38,6%	258.249	40,0%	210.158	40,6%
Revenda	241.386	24,4%	223.769	27,9%	212.304	32,9%	175.282	33,9%
Receita operacional líquida	**987.468**	**100%**	**800.816**	**100%**	**644.995**	**100%**	**517.119**	**100%**

Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Período de nove meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/09/2021		2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Lucro líquido do período	**118.123**	**100%**	**41.843**	**100%**	**55.560**	**100%**	**(30.093)**	**100%**

Informações adicionais ao Item 7.3:

Apresenta-se abaixo detalhes a respeito das informações deste item, relacionadas a produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais do Grupo Cantu Store.

(a) Características do processo de produção

Não aplicável, tendo em vista que o Grupo Cantu Store não possui processo de produção próprio.

(b) Características do processo de distribuição

O processo executado para a distribuição dos produtos abrange os setores de S&OP (sales & operation planning), supply chain e logística, para que o cliente possa adquirir seu produto da melhor forma possível.

Iniciando pelo processo de compra, o mesmo funciona de forma pulverizada sendo executado por cerca de 25 fornecedores nacionais 15 fornecedores internacionais. O portfólio de produtos é formado conforme as necessidades de manutenção do estoque, executado pela equipe de compras nacionais e internacionais. A equipe de vendas internacionais negocia os valores com fornecedores e planeja o envio dos pneus em fases, pois é necessário o envio coordenado de cada remessa comprada. Outro fator que justifica essa necessidade de envio parcial é a entrada dos itens no estoque da empresa, bem como conferência de qualidade e armazenagem.

Os produtos são transportados em navios de carga e chegam nos portos de SC, PE e ES, sendo observada a maior volumetria em Santa Catarina. Após a chegada nos portos, o time de logística e distribuição inicia o processo de envio da carga para o respectivo Centro de Distribuição ("CD"). Recebendo a mercadoria no CD, o time de logística já executou todo o processo documental de envio

7.9 - Outras Informações Relevantes

dessas mercadorias as filiais, atendendo a demanda de cada uma delas. As demandas são baseadas em análise de bases históricas de venda, garantindo que cada perfil de cliente seja atendido naquela região. Esse processo é extremamente necessário pois garante a movimentação de estoque, não permitindo que produtos não adequados para aquela região sejam enviados.

Tratando os pedidos de compras com fornecedores nacionais, o mesmo é realizado pela equipe responsável por esse segmento, onde as compras são realizadas através dos CDs. Esse fator se justifica pela necessidade de manter a concentração nesses locais para a distribuição ordenada as filiais. A compra dos produtos por cada filial causaria transtornos de preço médio e de procedimentos de estocagem.

Os Centros de Distribuição possuem regras de abastecimento, sendo estas: (i) o CD de Santa Catarina é responsável por abastecer todas as filiais e libera 8 carregamentos por dia; (ii) CD de Pernambuco é responsável por abastecer todo o Nordeste e recebe 3 carregamentos por semana; (iii) CD de Espírito Santo é responsável por abastecer filiais e principalmente o e-commerce, recebendo carregamento conforme necessidade; e (iv) o CD de Barueri é responsável por filiais e casos pontuais, recebendo carregamento conforme necessidade.

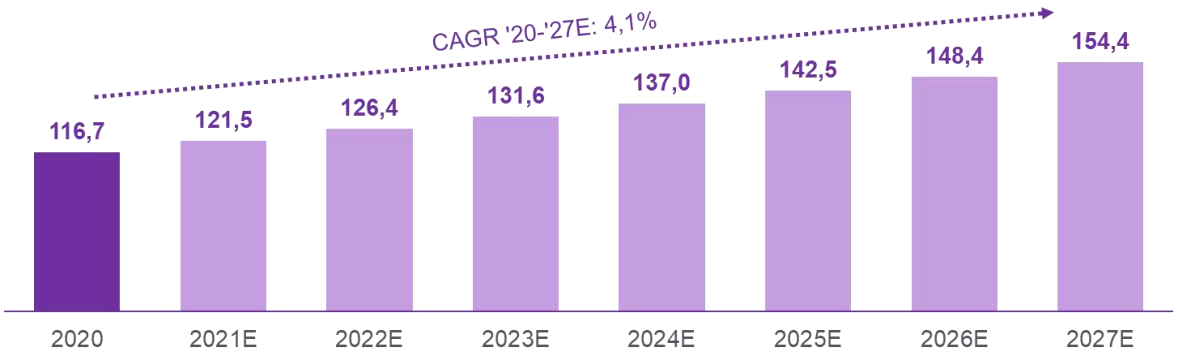
Após a saída de cada carga todo o processo de distribuição é acompanhado. Quando a carga chega nas filiais o time de logística acompanha o processo de liberação do estoque no ERP para que nenhum item fique fora desta liberação.

(c) Características dos mercados de atuação

O mercado global de pneus e comparação com o Brasil

Em 2020, o mercado mundial de pneus automotivos totalizou US$116,7 bilhões em vendas totais, de acordo com estudo publicado pela Statista. Estima-se ainda que as vendas no mercado mundial devam se aproximar de US$154,4 em 2027, representando um crescimento médio anual de 4,1% durante o período (2020-2027). O gráfico abaixo ilustra a projeções de vendas no mercado mundial de pneus entre 2020 e 2027.

Vendas globais e crescimento do mercado de pneus automotivos (bilhões de USD)

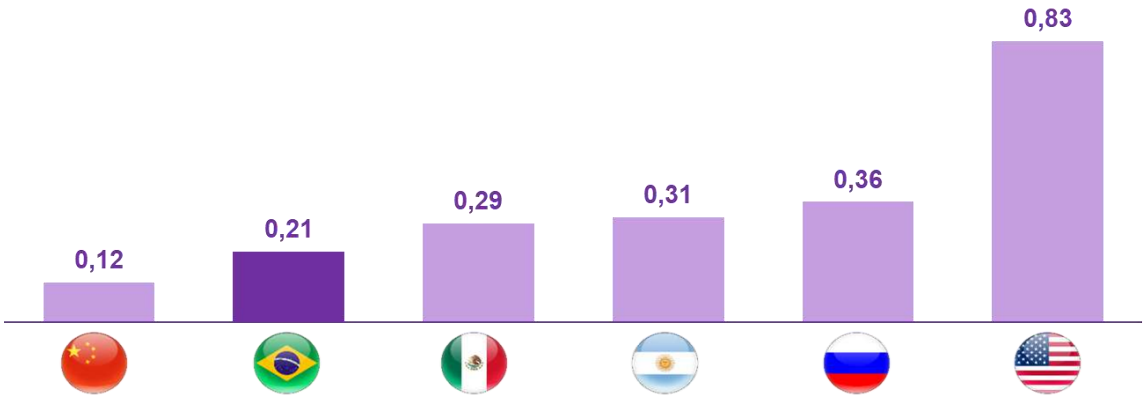


Fonte: Statista

O mercado de pneus no Brasil tem grande potencial para crescimento, o que pode ser observado pela razão de veículos por habitantes quase 4x menor do que nos Estados Unidos, e também pelas projeções de vendas futuras no país. O gráfico abaixo mostra a penetração de veículos mencionada acima:

7.9 - Outras Informações Relevantes

Penetração de veículos no Brasil e em países selecionados (veículos por habitante)

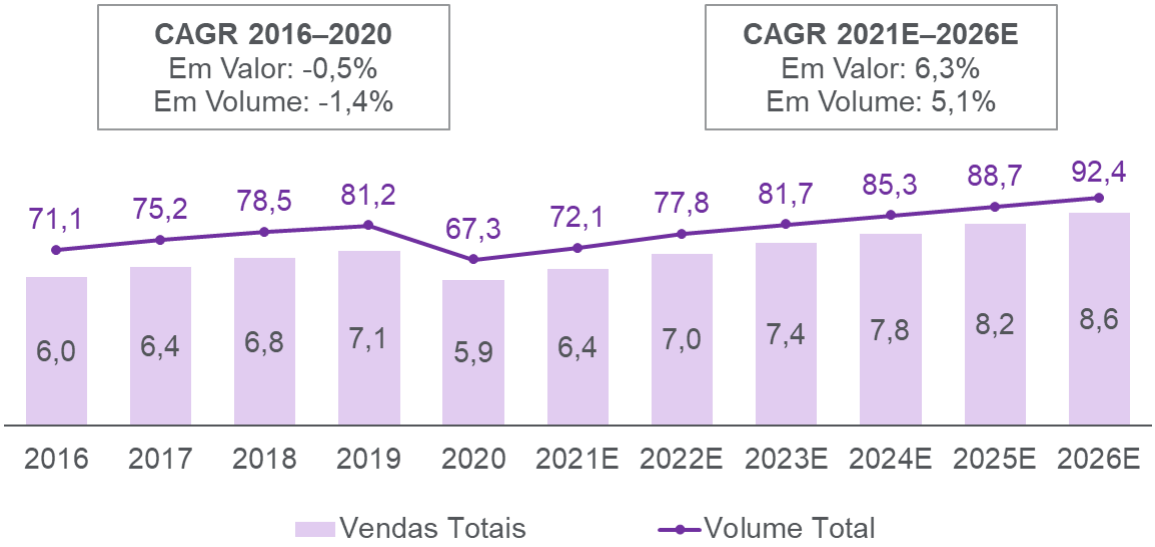


Fonte: Sindipeças

Evolução, tamanho e tendências do mercado de substituição de pneus no Brasil

De acordo com dados do TechSci Research, o mercado brasileiro de pneus deve crescer 5,4% por ano entre 2020 e 2026. Esse mercado movimentou cerca de US$6 bilhões em 2020 e é esperado alcançar cerca de US$9 bilhões em 2026.

Vendas totais do mercado brasileiro de pneus (bilhões de USD; milhões de unidades)



Fonte: TechSci Research

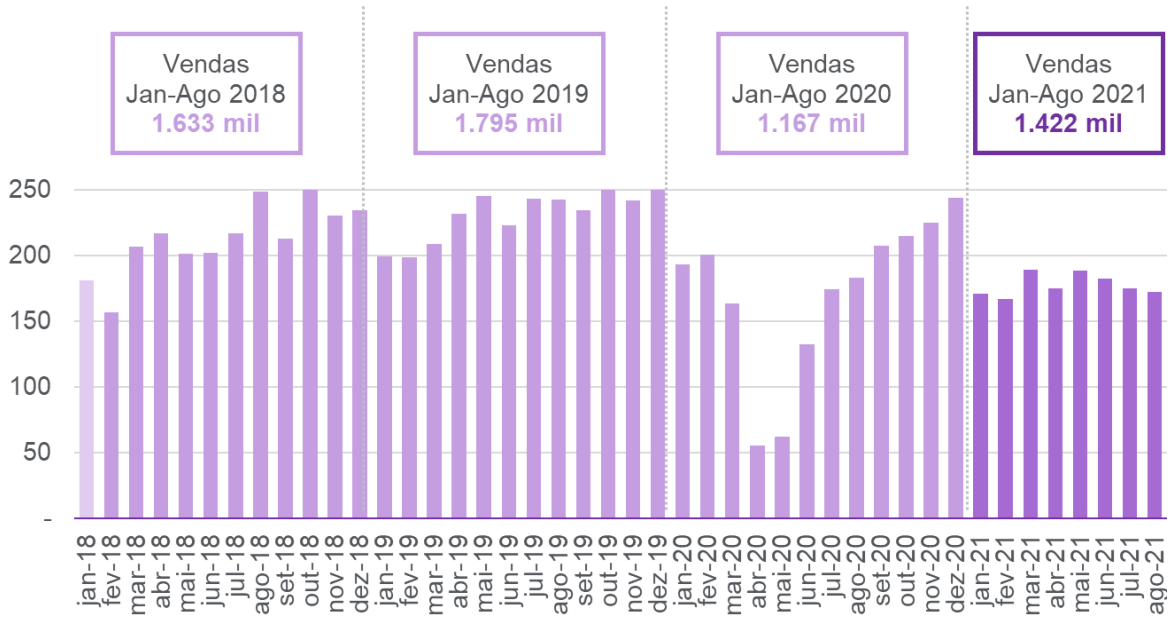
7.9 - Outras Informações Relevantes

O ano de 2020 foi marcado por uma retração de 17% nas vendas (em dólares) de pneus no mercado Brasileiro quando comparado ao ano anterior, principalmente gerado pelos impactos que a pandemia de COVID-19 teve no país.

De acordo com dados de 20 de setembro de 2021 da World Health Organization, o Brasil foi o 3º país mais impactado pela pandemia, reportando 590,5 mil de mortes e 21,2 milhões de casos confirmados. A contração de Produto Interno Bruto de 4,1% em 2020 devido ao *lockdown* imposto pelo governo impactaram significativamente a economia do país, infraestrutura e condições sociais. Adicionalmente, segundo a International Organization of Motor Vehicle Manufacturers (OICA) as vendas de veículos de passageiros e comerciais declinaram, respectivamente, 28,6% e 15,8% comparado a 2019.

De acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as vendas de automóveis no Brasil – incluindo veículos leves, caminhões e ônibus – entre janeiro e agosto de 2021 superaram as vendas no mesmo período de 2020 em aproximadamente 22%. Este fato demonstra perspectivas positivas para a Companhia, uma vez que quanto maior é a quantidade de veículos em circulação, maior é o mercado endereçável para a reposição de pneus.

Vendas mensais de automóveis no Brasil (milhares de unidades)

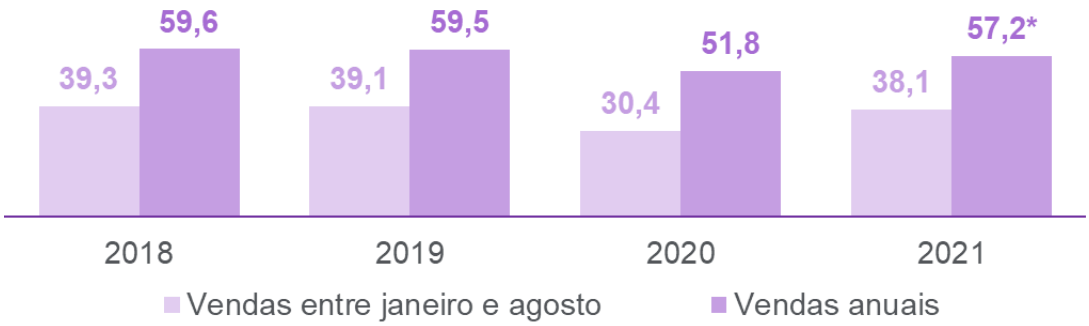


Fonte: ANFAVEA

Nesse sentido, as vendas de pneus vêm mostrando sinais fortes de recuperação. De acordo com dados da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP), entre janeiro e agosto de 2021 as vendas de pneus no Brasil totalizaram 38,1 milhões de unidades, representando 25,6% de aumento no comparativo com o mesmo período de 2020. Considerando a mesma média mensal de vendas registrada entre janeiro e agosto de 2021, é esperado que as vendas anuais de pneus totalizem cerca de 57,2 milhões de unidades em 2021, indicando um aumento de 10,5% em relação a 2020 e uma recuperação do setor a níveis próximos do período anterior a pandemia de COVID-19.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Total de vendas de pneus no Brasil (milhões de unidades)

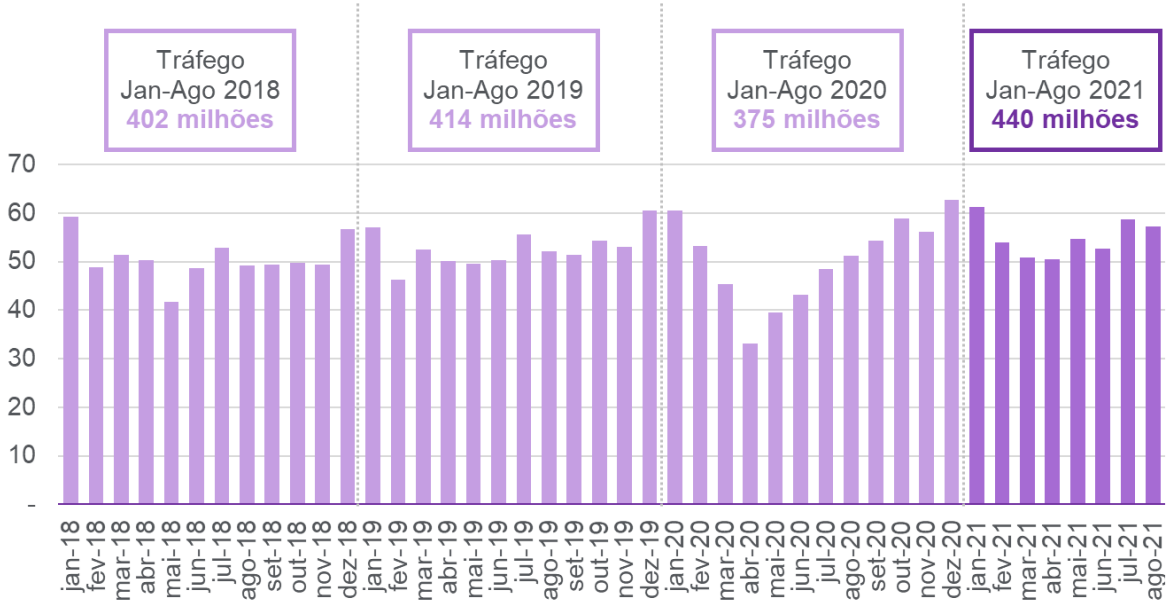


(*) Projeção considerando a mesma média mensal de vendas entre janeiro e agosto de 2021.

Fonte: ANIP

O crescimento de tráfego nas praças de pedágio do Brasil também é um importante fator para impulsionar as vendas de pneus para automóveis, já que tal estatística está diretamente relacionada ao maior uso e desgaste dos pneus. De acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), entre janeiro e agosto de 2021, as praças de pedágio do Brasil registraram um tráfego de 439,5 milhões de veículos, o que representa um aumento de 17,4% em relação ao mesmo período de 2020.

Tráfego de veículos nas praças de pedágio do Brasil (milhões de veículos)



Fonte: ANTT

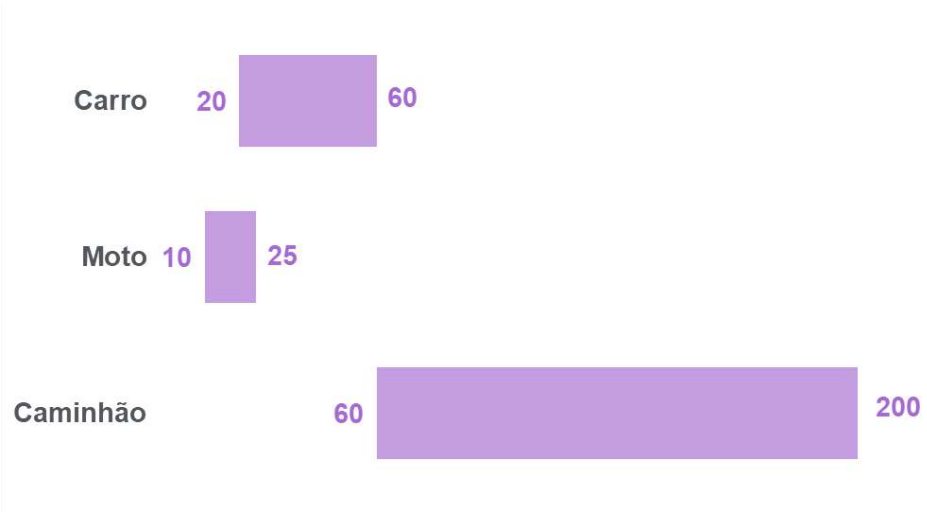
7.9 - Outras Informações Relevantes

Um fator importante que justifica uma certa recorrência no mercado de reposição de pneus está relacionado à vida útil de um pneu. Essa vida útil pode ser influenciada por vários fatores, desde a qualidade dos pneus até o estilo de direção do condutor.

De acordo com a Azul Seguros, em média, pneus originais de carros de passeio devem durar de 40 a 60 mil quilômetros até a primeira troca. Porém, alguns fatores podem reduzir pela metade essa expectativa, tais como baixa qualidade dos materiais, direção imprudente, excesso de frenagens bruscas, condução frequente em estradas de terra ou terrenos acidentados, ausência de manutenção e calibragem adequada.

Além disso, em média, pneus para motos que rodam regularmente em asfalto têm vida útil de 15 mil quilômetros. Alguns fabricantes comercializam itens de alta performance, podendo chegar a até 25 mil quilômetros rodados. Para motos que circulam em terrenos mais acidentados, a vida útil média é de 10 mil quilômetros. Pneus para caminhões também devem levar em consideração questões como peso de carga, temperatura, tipos de estradas, quantidade de eixos, etc. Estima-se que o tempo mínimo de durabilidade seja 60 mil quilômetros, para aplicações mais severas, com uma média de 120 mil quilômetros e podendo chegar aos 200 mil quilômetros rodados.

Vida útil média de pneus de carro, moto e caminhão (mil quilômetros)



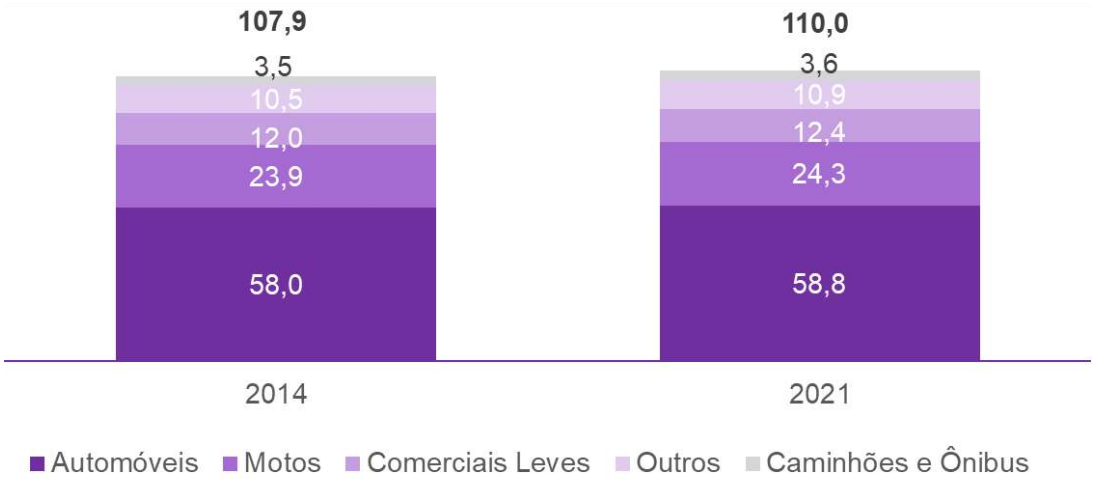
Fonte: Azul Seguros

Principais características da frota automotiva do Brasil

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a frota brasileira de veículos totalizou 110 milhões de unidades em julho de 2021, o que representa um aumento de aproximadamente 2% em relação a 2014. Desse total, cerca de 53% são veículos de passeio, 22% são motocicletas, 11% são veículos comerciais leves (camionetes e camionetas), 3% são caminhões e ônibus e 10% são outros veículos (bondes, caminhões trator, chassis plataforma, ciclomotores, micro-ônibus, motonetas, quadriciclos, reboques, semirreboques, *side-cars*, tratores de esteira, tratores de rodas, triciclos e utilitários).

7.9 - Outras Informações Relevantes

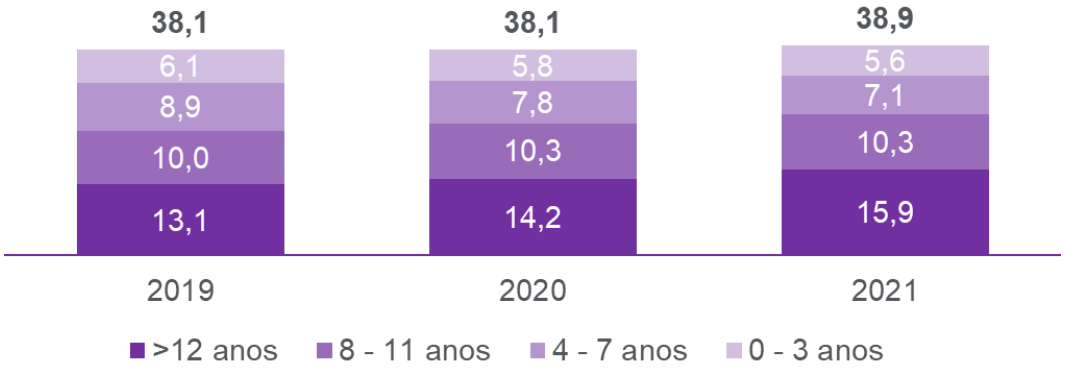
Frota de veículos no Brasil (milhões de unidades)



Fonte: Denatran

De acordo com estudos da McKinsey, a frota reparável de veículos no Brasil se manteve relativamente constante nos últimos 3 anos em aproximadamente 38 milhões de unidades, sendo um forte indicador da importância do mercado automotivo e de pneus para o Brasil – apesar de condições econômicas adversas. Adicionalmente, a idade média dos veículos aumentou quase 1,5 ano de 2014 a 2019, alavancando o mercado de troca de pneus.

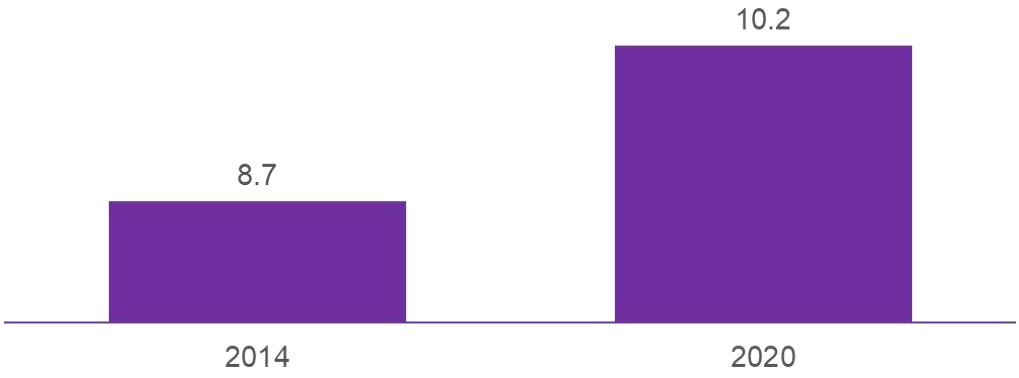
Evolução de frota reparável no Brasil – veículos de passeio (milhões de unidades)



Fonte: McKinsey Center for Future Mobility

7.9 - Outras Informações Relevantes

Idade média dos veículos de passeio no Brasil (anos)

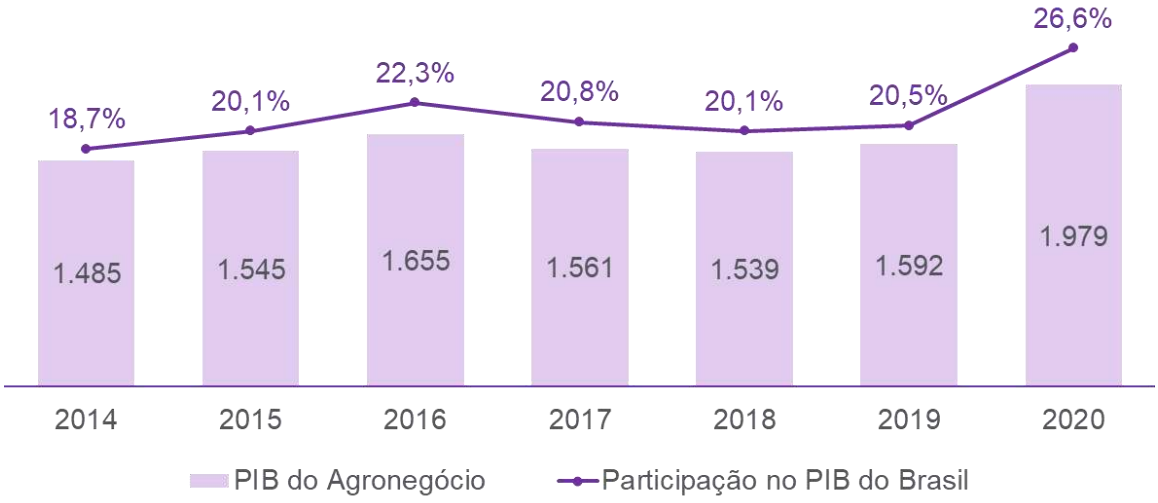


Fonte: Sindipeças

Crescimento do mercado de pneus no Brasil e a Agricultura

Devido a constante modernização e uso crescente de técnicas agrícolas com maior tecnologia agregada, o setor do Agronegócio tem testemunhado grande crescimento no Brasil. Em 2020, o PIB do Agronegócio brasileiro totalizou aproximadamente R$2 trilhões, correspondendo a 26,6% do PIB brasileiro.

Evolução do PIB do Agronegócio no Brasil e participação no PIB total (bilhões de BRL; %)



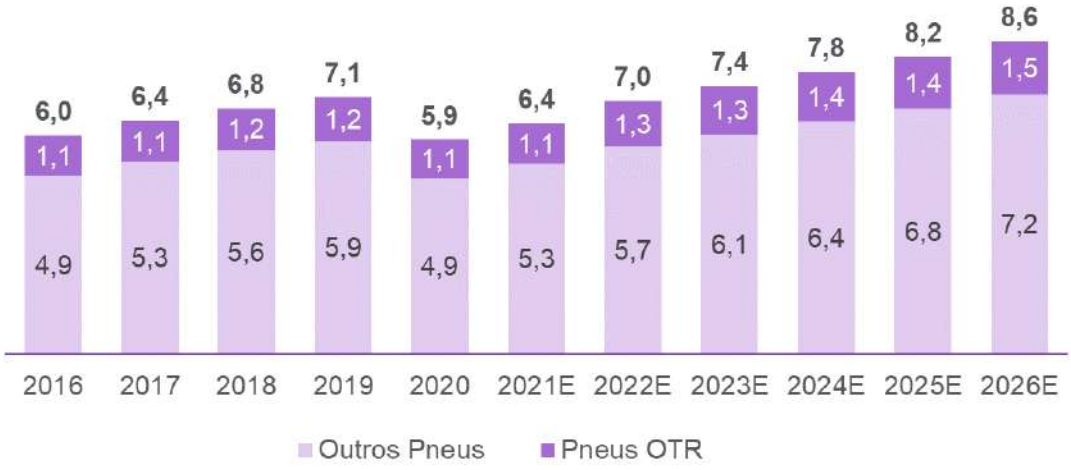
Fonte: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-USP)

Nesse contexto, vários tipos de veículos *off-the-road* (OTR) avançados estão sendo introduzidos ao cenário do Agronegócio brasileiro, contribuindo para a obtenção de maior produtividade a partir da superação das ineficiências associadas ao trabalho manual.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O mercado brasileiro de pneus OTR é caracterizado principalmente pelos pneus utilizados por tratores e outros veículos agrícolas. Segundo dados da TechSci Research, em 2020, os pneus OTR representaram cerca de 18% do mercado total de pneus no Brasil. Essa categoria de pneus deve crescer a uma taxa de aproximadamente 5,4% ao ano entre 2020 e 2026.

Abertura do total de vendas no mercado brasileiro de pneus: OTR x Outros (bilhões de USD)

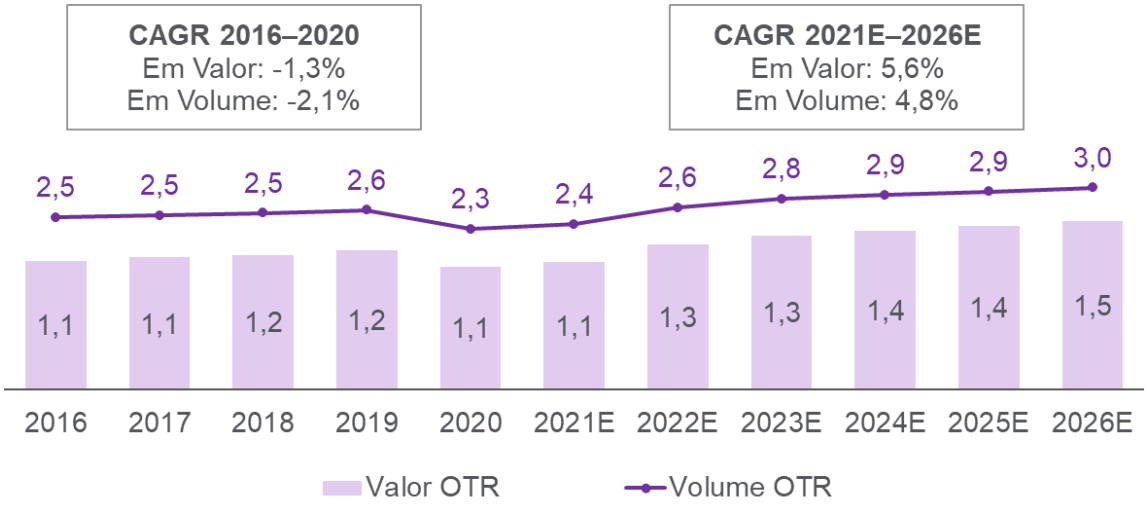


Fonte: TechSci Research

Em 2020, a demanda por pneus OTR foi liderada pela categoria de veículos agrícolas, com uma participação de aproximadamente 61% no volume total. O mercado de pneus OTR totalizou US$1,1 bilhão em 2020 e deve chegar a US$1,5 bilhão em 2026, implicando em um crescimento de 37% no período.

7.9 - Outras Informações Relevantes

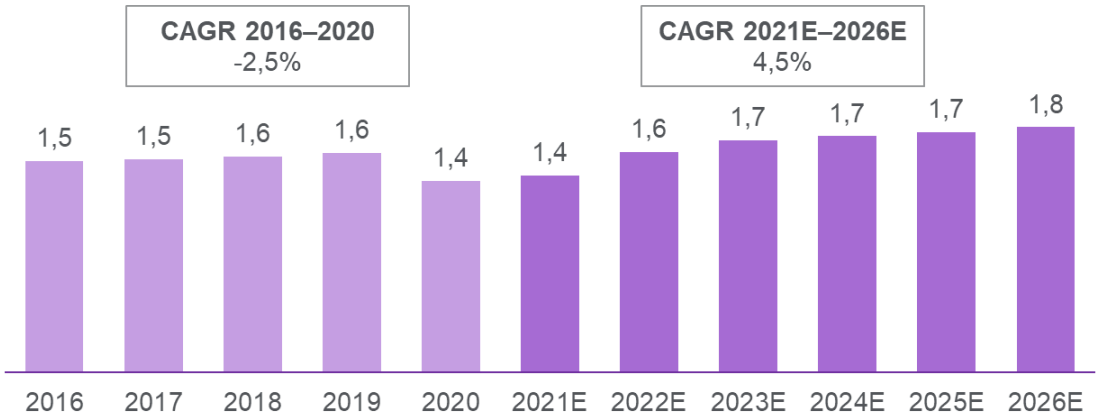
Vendas totais do mercado brasileiro de pneus OTR (bilhões de USD; milhões de unidades)



Fonte: TechSci Research

No Agronegócio brasileiro, as vendas de pneus OTR em 2020 declinaram 12,7% no comparativo a 2019, totalizando 1,4 milhão de unidades vendidas. A TechSci Research estima que as vendas de pneus OTR destinadas a veículos agrícolas cheguem a 1,8 milhão de unidades em 2026, representando um crescimento anual médio de 4,5% entre 2021 e 2026.

Evolução das vendas de pneus OTR destinados ao Agronegócio no Brasil (milhões de unidades)



Fonte: TechSci Research

7.9 - Outras Informações Relevantes

Potencial de consolidação do mercado

A Cantu Pneus apresentou vendas totais de aproximadamente 2 milhões de pneus em 2020, enquanto o mercado brasileiro total de pneus de reposição totalizou aproximadamente 55 milhões de unidades no mesmo ano. Além disso, é esperado que o mercado total de pneus de reposição totalize 72 milhões de unidades em 2026. Dessa forma, a Cantu Pneus tem uma participação de mercado de menos de 4% sobre o total dos pneus de reposição vendidos no país, o que representa um enorme potencial de crescimento e consolidação da Companhia nos segmentos em que atua.

Potencial de crescimento e consolidação no mercado de pneus de reposição no Brasil (unidades/ano)

Fonte: Companhia e TechSci Research.

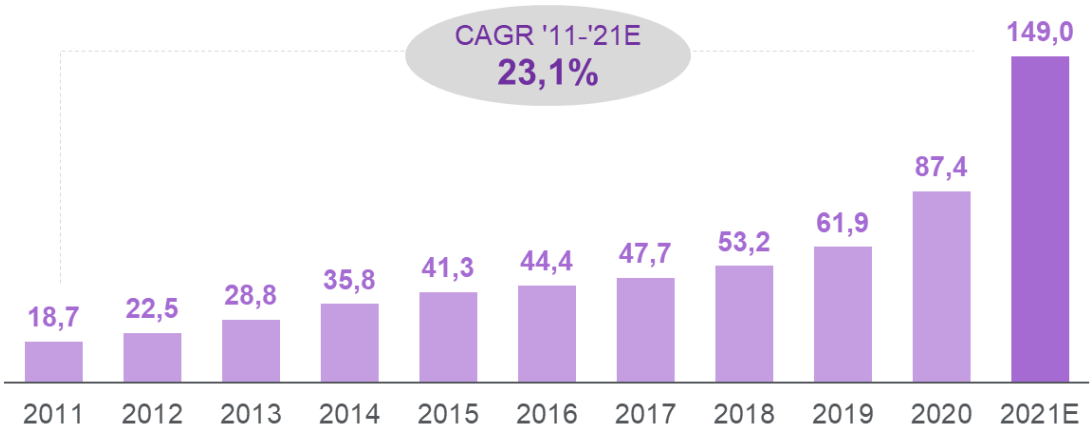
E-commerce vem aumentando consistentemente sua relevância no segmento

Em 2016, A Cantu Pneus vendia 27% de seus produtos através de e-commerce, seja por meio da Pneustore.com ou através de *marketplaces* parceiros, e as vendas nesse canal vem crescendo significativamente nos últimos anos e devem continuar crescendo.

O mercado de e-commerce no Brasil vem crescendo em ritmo acelerado, sendo fortemente impulsionado em 2020 devido à pandemia de COVID-19. Em 2020, as vendas do e-commerce no Brasil totalizaram R$87,4 bilhões de acordo com estudo Webshoppers da Ebit Nielsen. Além disso, a Statista estima que as vendas online totalizem cerca de R$149 bilhões em 2021, indicando um crescimento anual médio de 23,1% entre 2011 e 2021.

7.9 - Outras Informações Relevantes

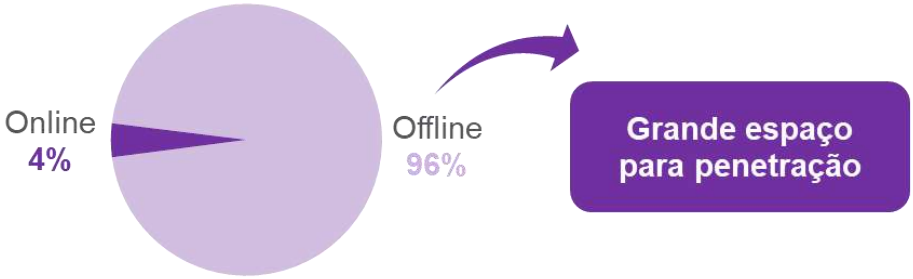
Vendas do e-commerce no Brasil (bilhões de BRL)



Fonte: Ebit Nielsen e Statista

Contudo, somente 4% das vendas de pneus em 2020 foram feitas através de canais online, demonstrando grande potencial de crescimento de penetração do e-commerce nesse segmento. A TechSci Research estima que as vendas de pneus no Brasil são um mercado de US$5,9 bilhões em 2020, com um total de unidades vendidas de 67,3 milhões. No segmento online, o volume de vendas de pneus deve crescer a uma taxa anual de 10,3% de 2016 a 2025 – o que deve impulsionar o crescimento do mercado de pneus como um todo.

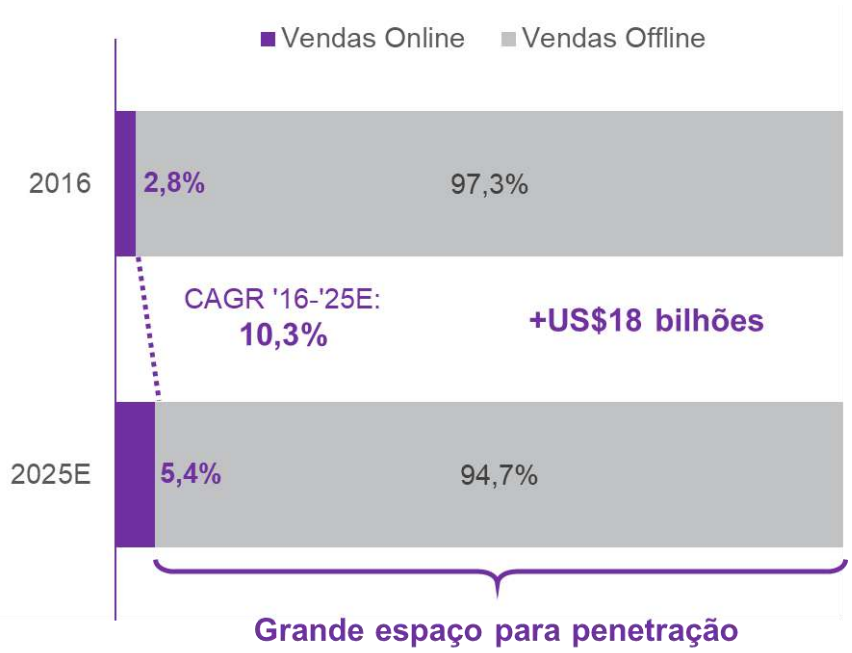
Vendas de pneus por canal no Brasil (% das unidades totais vendidas em 2020)



Fonte: TechSci Research

7.9 - Outras Informações Relevantes

Expansão das vendas de pneus nos canais online (% das vendas totais)

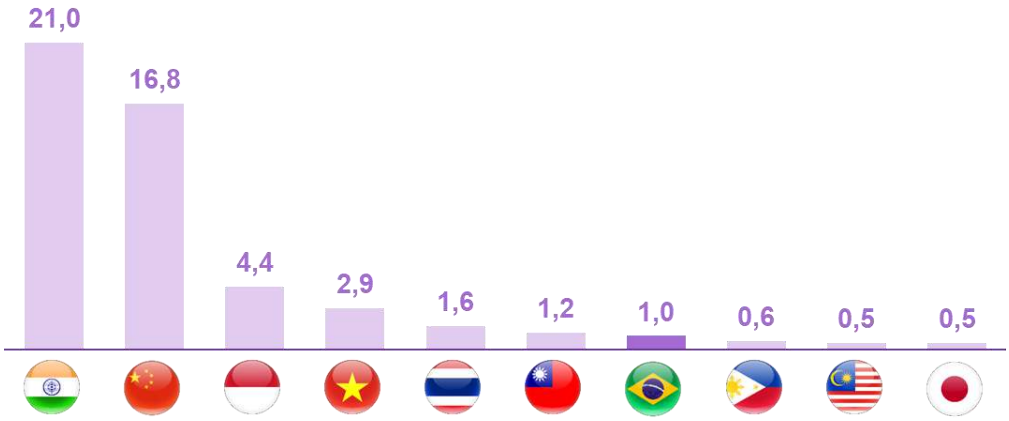


Fonte: TechSci Research

Mercado de pneus para motocicletas

De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), o Brasil é o 7º maior produtor mundial de bicicletas, estando atrás apenas de países asiáticos, como Índia, China, Indonésia, Vietnã, Tailândia e Taiwan.

Ranking dos 10 maiores produtores de motocicletas no mundo em 2020 (milhões de unidades)

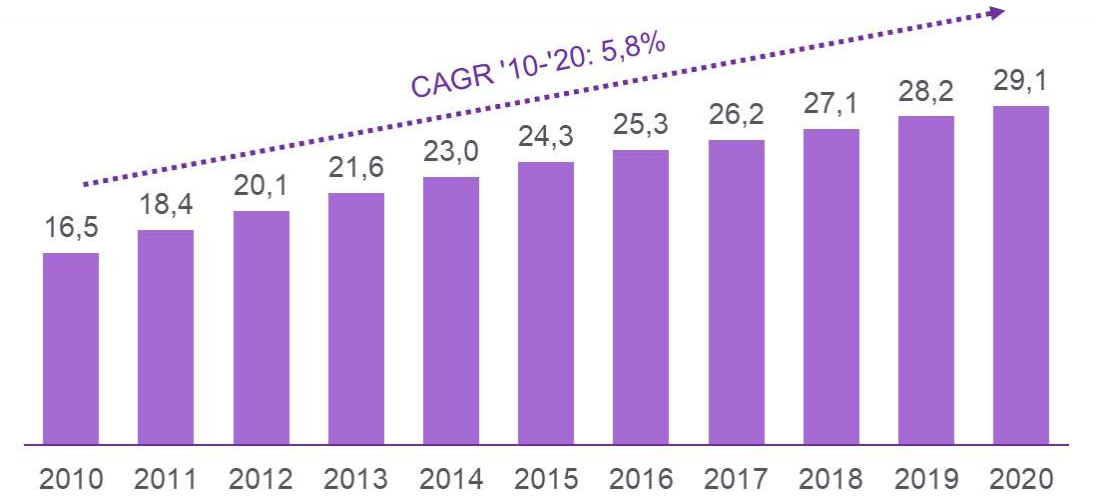


Fonte: Abraciclo

7.9 - Outras Informações Relevantes

A posição de destaque do Brasil no ranking mundial de produção de motocicletas tem como principal resultado uma frota expressiva de motocicletas no país. De acordo com dados da Abraciclo, a frota brasileira de motocicletas foi superior a 29 milhões de unidades em 2020, representando um crescimento de 3,2% em relação a 2019 e um crescimento de 76,3% em relação a 2010. Com isso, o crescimento anual médio da frota de motocicletas no Brasil foi de 5,8% entre 2010 e 2020.

Evolução da frota de motocicletas no Brasil (milhões de unidades)

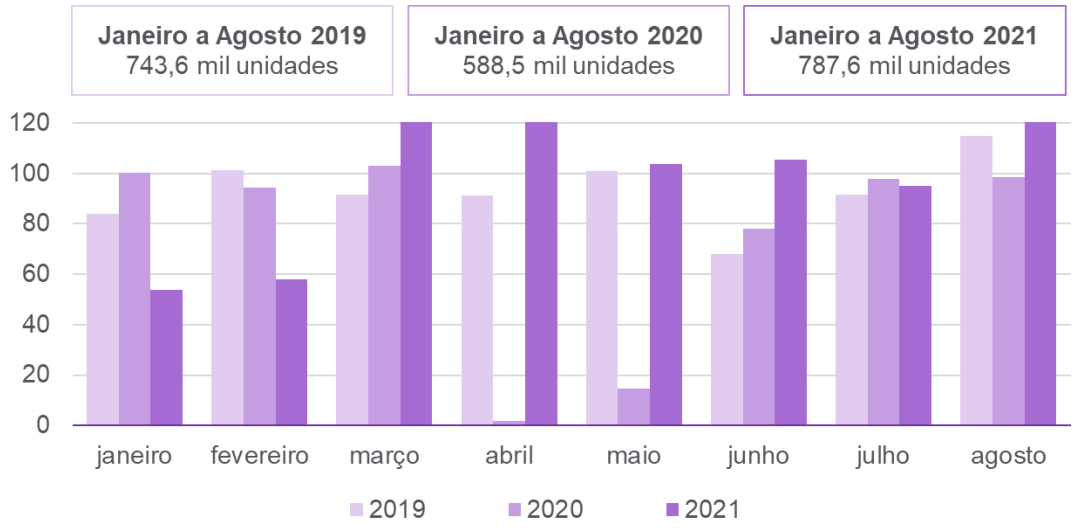


Fonte: Abraciclo

Ainda de acordo com a Abraciclo, a produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM) alcançou 787,6 mil unidades entre janeiro e agosto de 2021, representando um aumento de 33,8% em relação ao mesmo período de 2020. Com esse patamar, a produção de motocicletas no PIM superou a produção registrada em 2019 em cerca de 5,9%, indicando a rápida recuperação do setor produtivo nacional.

7.9 - Outras Informações Relevantes

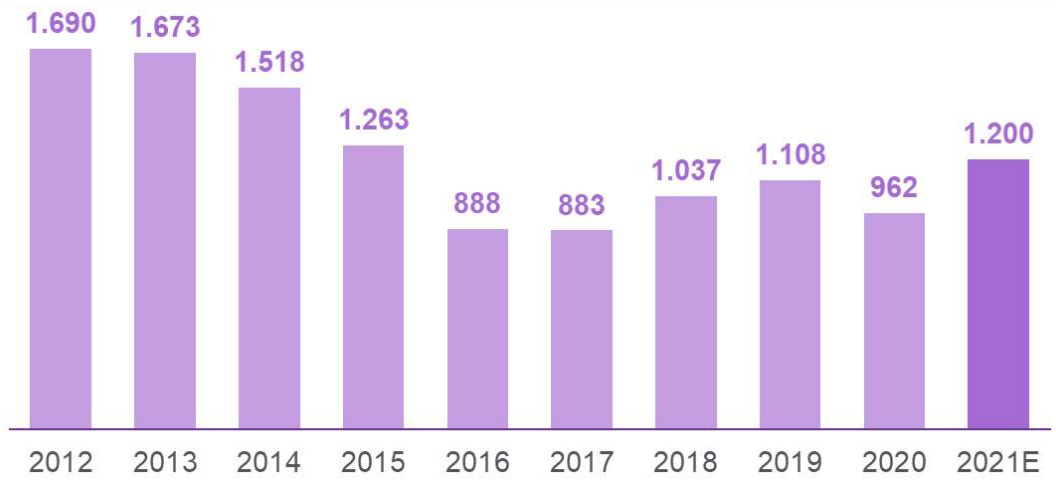
Produção mensal de motocicletas no PIM entre janeiro e agosto (milhares de unidades)



Fonte: Abraciclo

A Abraciclo também estima que a produção de motocicletas no PIM deva alcançar cerca de 1,2 milhão de unidades em 2021, indicando aumento de 24,7% em relação à produção de 2020 e posicionando a produção anual brasileira no maior patamar desde 2015.

Evolução da produção anual de motocicletas no PIM (milhares de unidades)



Fonte: Abraciclo

As vendas de motocicletas produzidas no PIM foram afetadas pela pandemia da COVID-19. O total de unidades vendidas em 2020 chegou a 1,9 milhão, representando queda de 14% em relação a 2019. Ainda assim, as vendas em 2020 foram superiores às vendas registradas em 2016 e 2017. Este

7.9 - Outras Informações Relevantes

fato, aliado ao aumento expressivo da produção esperado para 2021, fornecem perspectivas otimistas para o crescimento das vendas nos próximos anos.

Vendas anuais de motocicletas produzidas no PIM entre 2014 e 2020 (milhares de unidades)

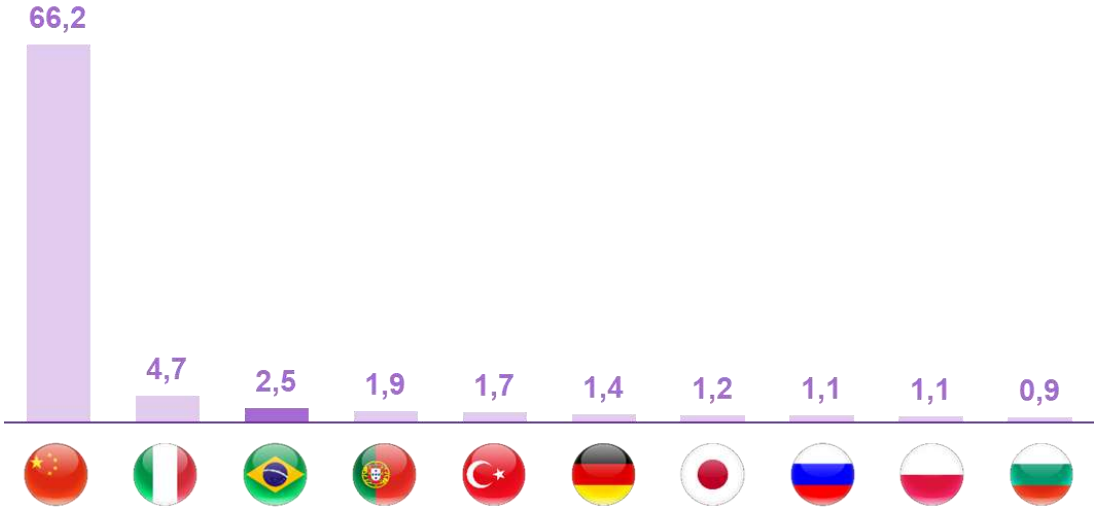
Fonte: Abraciclo

Mercado de pneus para bicicletas

De acordo com a Abraciclo, a frota de bicicletas no Brasil é de mais de 70 milhões de unidades. Com uma produção anual estimada em aproximadamente 2,5 milhões de unidades pela Abraciclo, o Brasil é o 3º maior produtor mundial de bicicletas, considerando dados da United Nations Statistics Division (UN Data).

7.9 - Outras Informações Relevantes

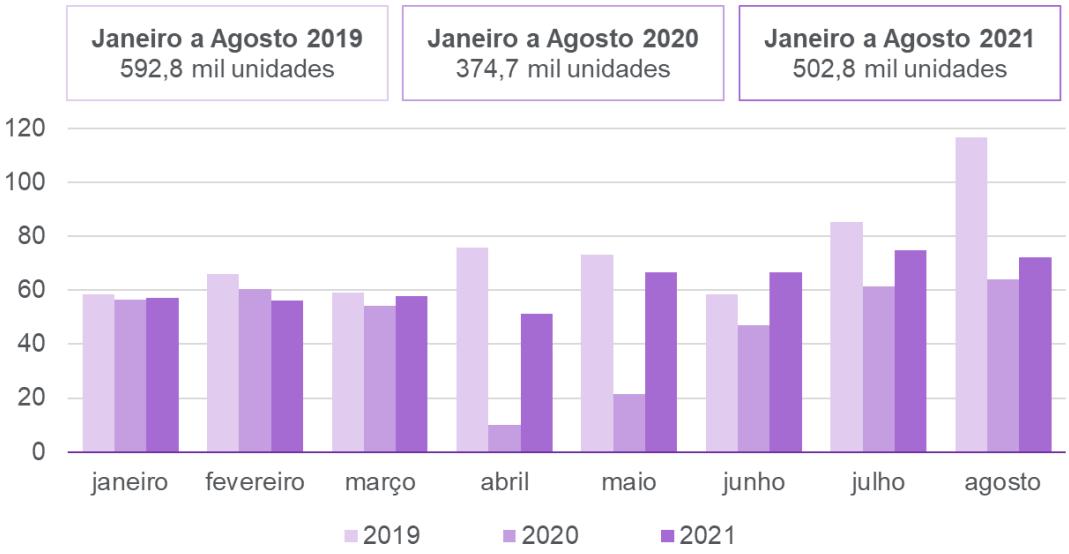
Ranking dos 10 maiores produtores de bicicletas no mundo em 2016 (milhões de unidades)



Fonte: Abraciclo e UN Data

De acordo com a Abraciclo, a produção de bicicletas no PIM alcançou 502,8 mil unidades entre janeiro e agosto de 2021, representando um aumento de 34,2% em relação ao mesmo período de 2020. Esse aumento reflete o reaquecimento do setor após a pandemia da COVID-19, que obrigou Estados e municípios a decretarem lockdown, impactando a mobilidade urbana e, consequentemente, as vendas de veículos de locomoção alternativos (como bicicletas) no país.

Produção mensal de bicicletas no PIM entre janeiro e agosto (milhares de unidades)

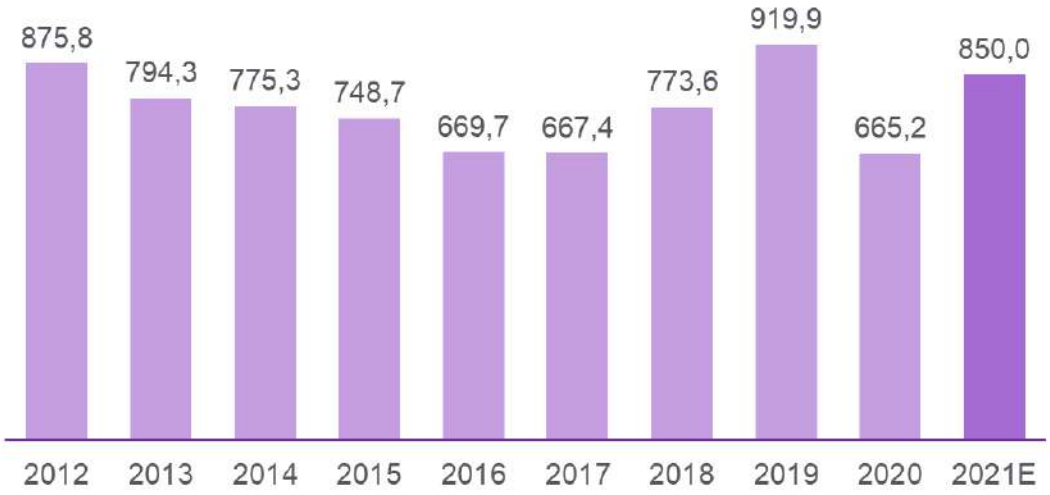


Fonte: Abraciclo

7.9 - Outras Informações Relevantes

A Abraciclo também estima que a produção de bicicletas no PIM deva alcançar 850 mil unidades em 2021, indicando aumento de 27,8% em relação à produção de 2020 e um posicionamento a patamares registrados em 2012 e 2019 no país.

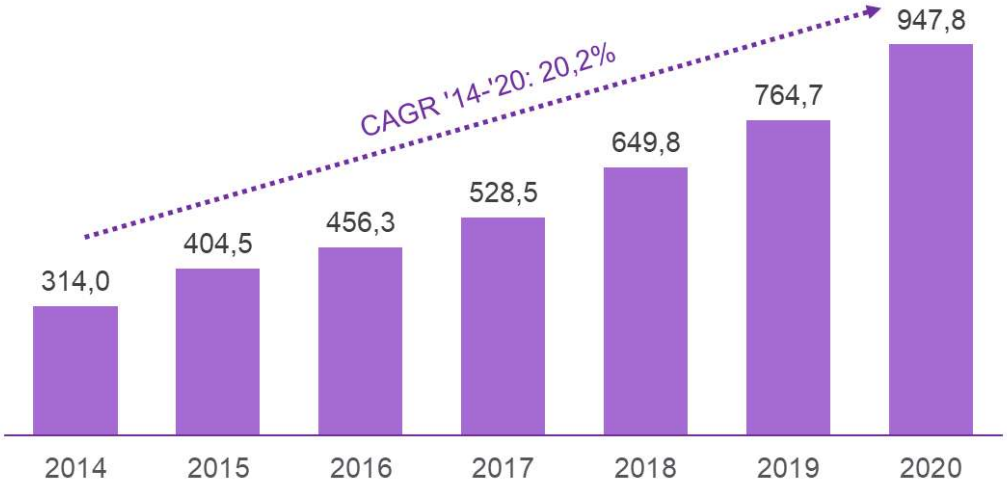
Evolução da produção anual de bicicletas no PIM (milhares de unidades)



Fonte: Abraciclo

Apesar da redução nos números de produção em 2020, o faturamento com bicicletas produzidas no PIM está em patamares de crescimento desde 2014, com um crescimento anual médio de 20,2%. Em 2020, o faturamento totalizou R$947,8 milhões, representando um aumento de 23,9% em relação a 2019 e um aumento de 201,9% em relação a 2014.

Vendas anuais de bicicletas produzidas no PIM entre 2014 e 2020 (milhões de BRL)



Fonte: Abraciclo

7.9 - Outras Informações Relevantes

Essas perspectivas são positivas para a Companhia, uma vez que o aumento na produção e venda de bicicletas no Brasil implica em um maior mercado endereçável de pneus.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios Fiscais, Incentivos Fiscais, Regimes Especiais ou Subsídios

A CP Comercial S.A. e a CPX Distribuidora S.A., sociedades operacionais que passarão a ser controlada pela Companhia, atualmente usufruem de benefícios fiscais e regimes especiais vigentes nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina, descritos abaixo:

Espírito Santo

A CP Comercial S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo (COMPETE), regulado atualmente pela Lei nº 10.568/2016 e nº 10.574/2016, e posteriores alterações. O COMPETE permite, em determinadas operações interestaduais, a redução da carga tributária efetiva do ICMS para o percentual de um inteiro e dez centésimos por cento, conforme disposições do art. 16 da Lei nº 10.568/16 e do art. 530-L-R-K do Regulamento do ICMS do Estado do Espírito Santo (Decreto nº 1.090-R/2002). Referido benefício fiscal entrou em vigor a partir de 01/01/2017 por prazo indeterminado, todavia, deverá observar o prazo das regras de convalidação, considerando a sua reinstituição conforme Portaria nº 040-R/201.

A CP Comercial S.A. e a CPX Distribuidora S.A. são credenciadas como contribuintes substitutos no Estado para fins de recolhimento do imposto devido nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, nos termos das Portaria SEFAZ/ES nsº 015-R/2018 e 044-R/2020 e do Ofício SEFAZ-ES/GEFIS/SUFIS-ESP nº 066/2020. Esse regime especial tem vigência até 31/12/2022 para ambas empresas.

A CPX Distribuidora S.A. é beneficiária do benefício previsto no art. 23 da Lei 10.658/2016 e no art. 530-L-R-I do RICMS/ES (Decreto nº 1.090-R/02), o qual prevê: (i) crédito presumido de ICMS para operações de vendas interestaduais para consumidor final realizadas de pela internet ou call center de forma que a carga tributária final seja de 1,1%, condicionado ao não aproveitamento de quaisquer outros créditos nas operações beneficiadas e a glosa dos créditos das entradas das mercadorias, e (ii) diferimento do ICMS-importação até o momento da saída das mercadorias. Referido benefício foi convalidado pelo Estado através da Portaria SEFA nº 9R de 02/03/2018 e tem por requisitos principais a manutenção de um CNAE principal de atacadista e a vedação ao uso de outros benefícios fiscais.

Minas Gerais

A CPX Distribuidora S.A. é beneficiária do benefício previsto no E-PTA-RE nº 45.000022975-40, o qual concede os seguintes benefícios: (i) diferimento parcial nas importações, com destaque inicial de 1,6% (art. 8º da parte geral do Decreto 43.080/2002 e art. 9ª da Lei nº 6.763/1975), (ii) diferimento parcial nas aquisições internas, com destaque de 12% ou 4%, a depender da mercadoria (art. 8º da parte geral do Decreto 43.080/2002 e art. 9ª da Lei nº 6.763/1975); (iii) não aplicação do adicional de alíquota do art. 12-A da Lei nº 6.763/1975, exceto para algumas mercadorias, (iv) crédito presumido de ICMS, de forma que a carga tributária seja fixada entre 1,3% e 21%, variando conforme o tipo de operação e alíquota.

Pernambuco

A Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda. (antiga denominação de CP Comercial S/A) é benefíciária do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE (Decreto nº 39 892/2013 e Lei nº 11.675/1999), cujo benefício consiste em crédito presumido de ICMS no percentual de 3% incidente sobre o valor total das saídas promovidas pela central de distribuição nas operações interestaduais, com vigência de 15 anos contados a partir do mês subsequente ao da publicação do

7.9 - Outras Informações Relevantes

ato que se deu em outubro de 2013. Os benefícios fiscais relativos ao PRODEPE foram reinstituídos pelo Decreto nº 46.957/2018, editado nos termos da LC 160/2017 e do Convênio 190/2017.

Nos termos do Decreto nº 21.959/1999 (art. 11-A), a Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda. (antiga denominação de CP Comercial S/A) por se enquadrar como central de distribuição para fins de fruição do PRODEPE, é beneficiária de regime especial de tributação para a não aplicação da antecipação tributária relativa às respectivas aquisições e da responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido por substituição tributária pelas saídas de mercadorias que promover.

A CP Comercial S.A. é beneficiária do Programa de Estímulo à Atividade Portuária (PEAP), o qual foi criado pela Lei nº 13.942/2009, regulamentado pelo Decreto nº 34.560/2010 e reinstituído pelo Decreto nº 46.957/2018, nos termos da LC 160/2017 e do Convênio 190/2017. Dentre os benefícios concedidos pelo programa, tem-se: (i) a redução de base de cálculo do ICMS incidente na importação de mercadorias; (ii) o crédito presumido em montante equivalente ao valor do ICMS relativo à operação de saída da mercadoria importada; e (iii) a redução de base de cálculo do ICMS na operação interna com mercadoria importada, destinada a comércio atacadista ou a indústria que adquira a mercadoria para revenda. Para além desses benefícios, a CP Comercial S.A. pode optar por se credenciar na SEFAZ/ES para utilizar de benefícios adicionais de ICMS ligados ao PEAP, mais especificamente: (i) diferimento do ICMS-importação; e (ii) redução de base de cálculo ou crédito presumido nas operações internas com a mercadoria importada destinada a estabelecimento comercial atacadista, nos percentuais previstos no art. 2º-A, do Decreto nº 34.560/2010. Os benefícios fiscais relativos ao PEAP foram reinstituídos pelo Decreto nº 46.957/2018, editado nos termos da LC 160/2017 e do Convênio 190/2017. O credenciamento da CP Comercial S/A no benefício foi prorrogado por meio do Edital DBF Nº 110/2021 pelo período de 1 ano, de modo que o benefício está vigente e findará em 30/07/2022.

Por meio do Edital DPC nº 70/2020, a CPX Distribuidora S.A. é credenciada para usurfruir, a partir de 1º de junho de 2020, do crédito presumido para contribuintes que realizem vendas exclusivamente pela Internet e telemarketing, nos termos do Decreto nº 43.901/2016. Esse benefício fiscal foi reinstituído pelo Decreto nº 46.957/2018, nos termos da LC 160/2017 e do Convênio 190/2017, devendo obbservar os prazos para fruição conforme referidas regras de convalidação.

Santa Catarina

Por meio do Tratamento Tributário Diferenciado nº 105000001656261, a CP Comercial S.A. teve concedido regime especial que lhe atribui a condição de substituto tributário na importação de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária por conta e ordem de terceiros ou por encomenda. Esse regime especial entrou em vigor em outubro de 2010.

Por meio do Tratamento Tributário Diferenciado nº 195000001097255, a CP Comercial S.A. teve concedido regime especial que lhe atribui a condição de substituto tributário nas operações com mercadorias relacionadas nas seções VI, XXXV, XXXVIII e XXXIX do Capítulo VI do Anexo 3, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina (Decreto nº 2.870/2001) desde que preponderantemente destinadas a órgãos públicos ou a contribuintes localizados em outros estados. Esse regime especial entrou em vigor em maio de 2019.

Por meio do Tratamento Tributário Diferenciado nº 125000001664964, a CP Comercial S.A. teve concedido (i) diferimento do ICMS devido por ocasião do desembaraço aduaneiro de mercadoria importada pelo próprio estabelecimento, para fins de comercialização, para a etapa seguinte a da entrada no estabelecimento importador; e (ii) crédito presumido, por ocasião da saída subsequente à entrada da mercadoria importada pelo próprio estabelecimento, para fins de comercialização Fica facultado ao estabelecimento importador, em substituição à apropriação de crédito presumido relativo à saída subsequente à entrada da mercadoria importada pelo próprio estabelecimento, o lançamento de estorno de débito. Esse benefício fiscal entrou em vigor em outubro de 2018 e, com fundamento no Convênio 190/2017, foi reinstituído pela Lei nº 17.763/2019, Anexo II, art. 1º.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Por meio do Tratamento Tributário Diferenciado Nº 165000000279941, a CPX Distribuidora S.A. teve concedido regime especial que lhe atribui a condição de substituto tributário, nas aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, desde que promova operações interestaduais de venda direta a consumidor de forma não presencial. Este Tratamento Tributário Diferenciado tem prazo de vigência por tempo indeterminado.

Salientamos que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição de benefício fiscal, das regras de convalidação, reforma das legislações ou alteração do quadro societário, podem impactar na fruição do benefício fiscal e, consequentemente, na atividade da Companhia, conforme descrito no item 4.1.

Tratamentos tributários diferenciados fundados em ações judiciais

A Companhia é associada ao SINDITRADE – Sindicato das Empresas de Comércio Exterior do Estado de Santa Catarina, que ajuizou ação coletiva nº 5011472-48.2012.4.04.7208/SC, na qual restou reconhecida a não incidência do IPI quando da saída de produtos importados e/ou comercializados. A decisão favorável ao SINDITRADE, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.427.246, transitou em julgado no dia 15 de abril de 2015.

Entretanto, em face dessa decisão favorável ao SINDITRADE, em 2017 a União ajuizou Ação Rescisória nº 6.015 (0074449-76.2017.3.00.0000), que atualmente aguarda julgamento pela Primeira Seção do STJ, previsto para ser realizado no dia 27/10/2021.

Com base nessa decisão judicial, atualmente a Companhia não recolhe o IPI na saída de produtos importados. Dessa forma, eventual modificação da decisão poderá afetar a Companhia, conforme apontado na letra "h", do item *4.1 - Descrição dos fatores de risco* deste Formulário.

(d) Eventual sazonalidade

Alguns dos produtos vendidos pela Companhia estão sujeitos a sazonalidade, conforme descrito abaixo:

1 – Pneu de passeio no atacado: Nos meses que antecedem as férias escolares, dezembro e junho, é observada maior compra de pneus, visto que as revendedoras abastecem seus estoques para atender seus clientes durante os meses de férias.

2- Pneu de passeio e-commerce: Aumento das vendas nos meses de julho, dezembro e janeiro também justificado pelas férias escolares. Outro momento de grande aumento das vendas é no mês de novembro durante o período da *Black Friday*.

3 – Pneu de frota (carga) – É observada uma redução nas vendas de dezembro devido a baixa de circulação de caminhões de carga durante o período das datas comemorativas. Muitas empresas do ramo de logística também fornecem férias coletivas aos seus funcionários, justificando a baixa circulação de caminhões e consequentemente a baixa na demanda para troca dos pneus.

4 – Pneu OTR – Essa categoria segue o calendário de colheita e plantio do setor agrícola, tais como milho, soja, algodão, cana-de-açúcar e café. É necessário observar que para cada processo existe um tipo de pneu específico, bem como para cada tipo de plantio. Esses pneus precisam estar nos clientes e revendedores antes do início da temporada, onde comumente é utilizado o prazo de um mês de antecedência.

7.9 - Outras Informações Relevantes

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades do Grupo Cantu Store não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O Grupo Cantu Store não possui dependência de poucos fornecedores.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável.

Informações adicionais ao Item 7.4:

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total do Grupo Cantu Store no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável. Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total do Grupo Cantu Store no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável. Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total do Grupo Cantu Store no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Informações adicionais ao Item 7.5:

Apresentamos abaixo as informações referentes ao Grupo Cantu Store:

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades do Grupo Cantu Store estão sujeitas à regulamentação abaixo:

Privacidade e Proteção de Dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações. Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor ("Lei nº 8.078/90"), na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei nº 12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para

7.9 - Outras Informações Relevantes

determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais.

A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. A referida Lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas por meio de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), órgão da administração pública que será responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Com a entrada em vigor da LGPD, poderão ser ajuizadas ações individuais ou coletivas em caso de descumprimento da lei. Além disso, os direitos dos titulares poderão ser exercidos perante órgãos de defesa do consumidor e Ministérios Públicos, além da própria ANPD.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD ainda tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

A Companhia reconhece o tratamento e utilização de Dados Pessoais em seus processos de negócios, seja na oferta de produtos e serviços, seja em sua administração interna. Em linhas de adequar-se à Lei Geral de Proteção de Dados, demais leis e normas técnicas correlatas, voltadas à segurança do tratamento de Dados Pessoais, a Companhia estabelece políticas como:

(i) Política Geral de Proteção de Dados Pessoais: destinada a estabelecer as diretrizes iniciais que integram a sua governança corporativa, em respeito à regulação de proteção de dados nacional e às boas práticas;

(ii) Política de Segurança da informação: designada a estabelecer regras sobre como todos os ativos de informação, em meio físico e digital, devem ser tratadas, atendendo às boas práticas de segurança e à Lei Geral de Proteção de Dados;

7.9 - Outras Informações Relevantes

(iii) Política de Compartilhamento de Dados Pessoais: que tem como propósito instituir diretrizes para os processos de compartilhamento de Ativos de Dados Pessoais, visando proporcionar às informações transmitidas pela Companhia a pessoas físicas ou jurídicas externas ("Receptores"), níveis de segurança, no mínimo, equivalentes aos adotados pela organização; e

(iv) Política de Privacidade Interna: visa fomentar a cultura de privacidade e proteção de dados, de modo a conceder transparência e livre acesso aos colaboradores acerca do tratamento de dados pessoais realizados no âmbito das atividades da organização.

Em complemento e operacionalizando o tratamento de Dado Pessoais, foi estabelecido pela Companhia o Comitê Encarregado de Dados que tem como objetivo: (i) Recepcionar e prestar os devidos esclarecimentos e adotar as providências necessárias ao exercício dos direitos que a LGPD lhes confere; (ii) Realizar a gestão e atualização do mapeamento dos dados; (iii) Enviar e receber quaisquer comunicados e demandas de autoridades públicas referentes à proteção de dados e adotar as providências necessárias ao seu cumprimento, comunicando imediatamente demais áreas envolvidas; (iv) Realizar, sempre que necessário, as avaliações de impacto, redigindo os respectivos relatórios de impacto à proteção de dados, e transmitindo o documento às autoridades públicas; e (v) Prestar orientações aos colaboradores, terceiros, fornecedores e todas as demais partes e unidades de negócio da Companhia sobre as melhores práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais.

Regulamentação Ambiental Brasileira

Licenciamento ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente, delineada na Lei Federal nº 6.938/1981, determina que a instalação, operação, modificação ou ampliação de empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que se utilizem de recursos naturais ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental.

As referidas atividades podem estar sujeitas a regulamentos e exigências de licenciamento e controle ambiental federais, estaduais e municipais. O procedimento de obtenção de licenciamento ambiental faz-se necessário tanto para as fases de localização, implantação inicial e operação do empreendimento como nas ampliações nele procedidas, sendo que as licenças concedidas precisam ser periodicamente renovadas. De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a renovação das licenças deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que a vigência do documento fique automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente acerca do pedido de renovação.

O processo de licenciamento ambiental compreende, em regra, um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente: (i) Licença Prévia – (LP), concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza a efetiva operação do empreendimento. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

Conforme o previsto no Art. 225, §1º, IV da CFRB/88, para atividades que tenham o potencial de causar significativa degradação ambiental, exige-se a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo relatório (RIMA). O EIA/RIMA configura instrumento de prevenção de danos ao meio ambiente, viabilizando a quantificação e qualificação antecipada dos impactos ambientais da atividade econômica em questão. Além disso, para as atividades sujeitas à EIA/RIMA, é obrigatório o

7.9 - Outras Informações Relevantes

pagamento de compensação ambiental, que será convertido para o apoio de unidades de conservação, nos moldes do previsto no art. 36 da Lei 9.985/2000.

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas em caso de inobservância da legislação aplicável. As sanções administrativas vão desde simples advertência até multas, embargos ou paralisação parcial ou total das atividades.

Por expressa disposição constitucional, a competência para a condução do licenciamento é comum, de modo que a União, os Estados ou os Municípios podem ser aptos a licenciar. A Lei Complementar nº 140/2011 estabelece regras e tipologias para o exercício da competência comum para a proteção ao meio ambiente. Há tipologias específicas com listagem de atividades para a definição do ente federativo competente para a condução de determinado licenciamento.

Os Municípios serão competentes quando o impacto ambiental for local e desde que haja definição de tipologia nos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerando os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as normas legais e regulamentares e condicionantes técnicas de validade, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de infração ambiental e a ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as normas legais e regulamentares caracteriza a prática de crime ambiental, sujeitando o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, as multas, no âmbito federal, podem chegar a R$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência).

Além disso, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos, como a construção ou disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Outras autorizações ambientais

Além do licenciamento, a legislação brasileira exige outras autorizações, licenças, permissões emitidas por autoridades governamentais de natureza ambiental a depender do tipo de atividade (e.g., uso de recursos hídricos, gestão de efluentes e gestão de resíduos sólidos, autorização para supressão de vegetação, autorização para uso de produtos controlados etc.).

Também podem ser obrigatórias consultas e manifestações por parte de outros órgãos de controle (e.g., FUNAI, IPHAN, INCRA) no caso de intervenção em áreas ocupadas por comunidades tradicionais (como povos indígenas e quilombolas) e em áreas com valor arqueológico, histórico e/ou cultural.

No mesmo sentido, a supressão de vegetação nativa requer prévia obtenção de autorização do órgão ambiental licenciador. Na hipótese de supressão vegetal sem referida autorização, o infrator estará sujeito a, dentre outras sanções, aplicação de multas de até R$ 1.000,00 por hectare ou fração, se a supressão tiver ocorrido em área não protegida, e até R$ 50.000,00 por hectare ou fração, se ocorrida em área protegida. Se constatados quaisquer danos ambientais ocasionados em razão dessa irregularidade, o infrator poderá ser responsabilizado na esfera cível.

Recursos Hídricos

A Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à outorga pelo Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo público, seja para o lançamento num corpo d'água de esgotos e de demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os

7.9 - Outras Informações Relevantes

usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

A Política Nacional de Recursos Hídricos dispõe que a captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R$100,00 (cem reais) até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Resíduos Sólidos

De acordo com a legislação brasileira (Lei Federal nº 12.305/2010), os resíduos sólidos gerados pelas atividades da Companhia devem ser gerenciados de forma adequada para prevenir danos ao meio ambiente. Descartar os resíduos sem as autorizações exigidas ou em descumprimento das leis aplicáveis, por exemplo, poderá nos sujeitar às penalidades administrativas (com multas de até R$ 50 milhões) e à responsabilidade penal. Se quaisquer danos ao meio ambiente forem causados em virtude de qualquer disposição dos resíduos, a Companhia poderá ser considerada responsabilizada na esfera civil para remediação dos danos e/ou pagamento de indenização, mesmo se essa disposição tiver sido realizada por uma empresa terceirizada devidamente licenciada pelas autoridades ambientais.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas geradoras dos resíduos da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

Os empreendimentos, especialmente aqueles que sejam considerados grandes geradores de resíduos sólidos, devem elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), que estabelecerá os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados. O PGRS deve dispor sobre os métodos adotados nas fases de coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos.

Cumpre destacar a instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (artigo 30 da PNRS), por meio de ações individualizadas e encadeadas, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, os consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Por fim, é importante ressaltar o sistema de logística reversa, também instituído pela PNRS, o qual se apresenta como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Em caso de descumprimento, o empreendedor estará sujeito às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação, como a suspensão das licenças de operação, advertência, multa (de até R$ 50 milhões, conforme já mencionado) e embargo. Especialmente, a Companhia está sujeita às previsões da Resolução CONAMA n. 416/2009, inclusive no que diz respeito à necessidade de elaboração de um plano de gerenciamento de coleta, armazenamento e destinação de pneus inservíveis (PGP). No estado de Santa Catarina (SC), A Companhia está sujeita ainda às disposições da Lei n. 12.375/2002 e do Decreto estadual n. 6.215/2002. Nesse sentido, há obrigação de destinação de no mínimo 80% dos pneus à pavimentação asfáltica, bem de que fabricantes e importadores de pneumáticos mantenham depósito licenciado pela vigilância sanitária, estadual ou municipal. A Companhia deverá ainda manter cadastro dos depósitos de armazenamento temporário existentes junto ao órgão estadual licenciador e fiscalizador (Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA). Com relação ao processo de decomposição de pneus descartáveis, qualquer que seja o método utilizado, é obrigatório o prévio e específico licenciamento junto à IMA. Além disso, aplicam-se as previsões do art. 70 do Decreto Federal nº 6.514/2008, que estabelece multa de R$ 400 (quatrocentos reais) por unidade de pneu importado

7.9 - Outras Informações Relevantes

usado ou reformado em desacordo com a legislação. Conforme o previsto no §1º do mesmo artigo, incorre na mesma multa quem comercializa, transporta, armazena, guarda ou mantém em depósito pneu usado ou reformado, importado nessas condições.

Responsabilidade Ambiental

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, e eventual inobservância das normas pode sujeitar a sanções administrativas, sanções criminais, além da obrigação de reparar os danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente.

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem aplicadas às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas de até R$ 50 milhões, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Na esfera criminal, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). A Lei de Crimes Ambientais também prevê a responsabilidade das empresas se a infração for cometida: (i) por decisão de seus representantes legais, procuradores ou conselho de administração; ou (ii) no interesse ou em benefício da pessoa jurídica que representam.

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, resultando na extensão da responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

Em relação às pessoas jurídicas, a Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades, de forma isolada, cumulativa ou alternativa: multa; restritivas de direitos (tais como: suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações); e/ou prestação de serviços à comunidade (tais como: custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas).

Na esfera civil, a legislação ambiental, delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, adota o regime da responsabilidade objetiva, ou seja, o poluidor será responsável pela reparação ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente da existência de culpa. A responsabilidade civil por danos ao meio ambiente poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que venhamos a contratar poderão dar ensejo à obrigação da Companhia de repará-los.Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado. Além disso, o artigo 4º da Lei 9.605/98 prevê a desconsideração da personalidade jurídica sempre que houver obstáculo para a indenização dos danos ambientais. Nesse caso, os sócios das empresas podem tornar-se

7.9 - Outras Informações Relevantes

pessoalmente responsáveis pela reparação de danos ambientais. Ainda, em razão de recente precedente do Supremo Tribunal Federal, não há prazo prescricional para o ajuizamento de ações objetivando a reparação de danos ambientais.

Licenças Imobiliárias

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. No âmbito municipal, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício das atividades, deve-se obter e renovar periodicamente determinadas licenças e autorizações, tais como o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) . Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, que não cumpram com suas respectivas condições, ou cujas licenças não englobem a área total ocupada, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

(b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tendo em vista a natureza de suas atividades, o Grupo Cantu Store ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e concessão de patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Atualmente, as marcas nacionais que o Grupo Cantu Store utiliza estão registradas ou depositadas perante o INPI e estão em seus respectivos nomes. O Grupo Cantu Store possui aproximadamente 14 marcas registradas e 15 em processo de registro.

O Grupo Cantu, além de ser titular de diversas marcas no Brasil, também é titular de marcas e de pedidos de registro de marcas no exterior, entre os quais, "SPEEDMAX", "ITARO", na Bolívia, Chile, Estados Unidos, Peru, Uruguai, Reino Unido e União Europeia.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Adicionalmente, o Grupo Cantu Store é titular de nomes de domínio associados a tais marcas, os quais são relevantes para suas atividades, entre os quais: "cantustore.com.br", "cantupneus.com.br", "pneustore.com.br", "cantu-store.com.br", entre outros.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes da Companhia ou do Grupo Cantu Store, registrados ou licenciados em nome da Companhia ou do Grupo Cantu Store, dirija-se, respectivamente, ao item 9.1 (b) e 9.2 deste Formulário de Referência.

Informações adicionais ao Item 7.6:

Apresentamos abaixo as informações referentes ao Grupo Cantu Store:

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois o Grupo Cantu Store não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois o Grupo Cantu Store não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois o Grupo Cantu Store não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Informações adicionais ao Item 7.7:

O Grupo Cantu Store não está sujeito a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

Informações adicionais ao Item 7.8 – Políticas Socioambientais:

Apresentamos abaixo as informações sobre iniciativas socioambientais referentes ao Grupo Cantu Store.

O Grupo Cantu Store adota como princípios: (i) a reciclagem de pneus e resíduos; (ii) assistência educacional aos colaboradores; (iii) introdução a língua estrangeira; (iv) eventos e doações sociais; e (v) assistência psicológica a colaboradores.

O Grupo Cantu Store estabelece critérios de reciclagem conforme a quantidade importada de pneus para a revenda em território brasileiro. O princípio de quantidade a ser reciclada segue a regra de a cada pneu importado, recicla-se a mesma quantidade. Ou seja, 1 (um) por 1 (um).

Atualmente o Grupo Cantu Store realiza o gerenciamento de resíduos sólidos gerados internamente, somente no ano de 2021 já foram reciclados mais de 13 (treze) toneladas de resíduos.

Referente a assitencia educacional para colaboradores, a disponibilidade aos mesmos pode variar de acordo com diretrizes estratégicas do Grupo Cantu Store, necessidades das áreas e disponibilidade orçamentária.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Para a introdução de língua estrangeira, o colaborador pode solicitar o benefício após 03 (três) meses de contratação, ou antes sob solicitação da gestão da área.

O Grupo Cantu Store realiza anualmente participações para com a sociedade a qual está inserida, como gincanas para arrecadação e distribuição alimentos, entre outros.

Além disto, o Grupo Cantu Store disponibiliza gratuitamente para todos os colaboradores independente do período contratado, consultas psicológicas por profissionais parceiros independentes do Grupo Cantu Store.

Ainda, ressalta-se que o Grupo Cantu Store está licenciado de acordo com as normas, regulamentos e leis da sociedade à qual está inserida.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para mais informações sobre (i) as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo Cantu Store, vide item 3.9 e 10.9 e (ii) a reorganização societária que resultará na aquisição do controle ao Grupo Cantu Store pela Companhia, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Grupo Cantu Store e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para mais informações sobre (i) as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo Cantu Store, vide item 3.9 e 10.9 e (ii) a reorganização societária que resultará na aquisição do controle ao Grupo Cantu Store pela Companhia, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do Grupo Cantu Store.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para mais informações sobre (i) as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo Cantu Store, vide item 3.9 e 10.9 e (ii) a reorganização societária que resultará na aquisição do controle ao Grupo Cantu Store pela Companhia, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante pelo Grupo Cantu Store que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevante.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída 28 de setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. (“Grupo Cantu Store”), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos no item 9.2 as informações dos ativos imobilizados referentes ao Grupo Cantu Store.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. (“Grupo Cantu Store”), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos no item 9.2 as informações dos ativos imobilizados referentes ao Grupo Cantu Store.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. (“Grupo Cantu Store”), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos no item 9.2 as informações dos ativos imobilizados referentes ao Grupo Cantu Store.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Com a conclusão da abertura de capital e a reorganização societária descrita no item 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia passará a deter participação acionária no Grupo Cantu Store, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo Sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	**Valor contábil – variação (%)**	**Valor mercado – variação (%)**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
CP COMERCIAL S.A.	08.888.040/0001-23	N/A	S.A.	Brasil	Santa Catarina	Itajaí	Comércio atacadista e varejista de pneumáticos	N/A
30/09/2021	589,0%	N/A	N/A	**Valor mercado**	30/09/2021	N/A		
31/12/2020	113,7%	N/A	N/A	**Valor contábil**	30/09/2021	23.757.000,00		
31/12/2019	67,3%	N/A	N/A					
31/12/2018	(103,8%)	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa atua no segmento específico de comércio de pneus de caminhão, ônibus máquinas agrícolas e OTR								

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo Sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	**Valor contábil – variação (%)**	**Valor mercado – variação (%)**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
CPX DISTRIBUIDORA S.A.	10.158.356/0001-01	N/A	S.A.	Brasil	Santa Catarina	Itajaí	Comércio varejista de pneumáticos	N/A
30/09/2021	227,5%	N/A	N/A	**Valor mercado**	30/09/2021	N/A		
31/12/2020	35,6%	N/A	N/A	**Valor contábil**	30/09/2021	94.448.000,00		
31/12/2019	(21,6%)	N/A	N/A					
31/12/2018	11,6%	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa atua no segmento específico de comércio de pneus nos canais eletrônicos próprios e de terceiros (Marketplace)								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo Sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	**Valor contábil – variação (%)**	**Valor mercado – variação (%)**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
ITR COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS S.A.	15.426.874/0001-82	N/A	S.A.	Brasil	São Paulo	Barueri	Comércio atacadista de pneumáticos	N/A
30/09/2021	128,8%	N/A	N/A	**Valor mercado**	30/09/2021	N/A		
31/12/2020	(12,0%)	N/A	N/A	**Valor contábil**	30/09/2021	19.245.000,00		
31/12/2019	345,7%	N/A	N/A					
31/12/2018	454,3%	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa atua no segmento específico de comércio no atacado de pneus para automóveis e caminhonetas.								

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo Sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	**Valor contábil – variação (%)**	**Valor mercado – variação (%)**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
NEOSPE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	27.390.705/0001-19	N/A	S.A.	Brasil	São Paulo	São Paulo	Comércio atacadista de pneumáticos	N/A
30/09/2021	128,8%	N/A	N/A	**Valor mercado**	30/09/2021	N/A		
31/12/2020	(12,0%)	N/A	N/A	**Valor contábil**	30/09/2021	19.207.000,00		
31/12/2019	345,7%	N/A	N/A					
31/12/2018	454,7%	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa tem por objeto social a participação societária em outras companhias								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo Sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	**Valor contábil – variação (%)**	**Valor mercado – variação (%)**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
CANSPE PARTICIPAÇÕES S.A.	40.374.430/0001-98	N/A	S.A.	Brasil	São Paulo	São Paulo	Comércio atacadista de pneumáticos	N/A
30/09/2021	100,0%	N/A	N/A	**Valor mercado**	30/09/2021	N/A		
31/12/2020	N/A	N/A	N/A	**Valor contábil**	30/09/2021	100.500,00		
31/12/2019	N/A	N/A	N/A					
31/12/2018	N/A	N/A	N/A					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa tem por objeto social a participação societária em outras companhias								

Informações adicionais ao Item 9.1(a):

Apresentamos abaixo informação relacionadas ao Grupo Cantu Store:

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Itaipava (Depósito de Pneus e Escritório Central)	Brasil	SC	Itajaí	Alugada
Rodovia BR 101 Sul, S/N, Km 79 70, Jardim Jordão (Depósito de Pneus)	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
Avenida João de Goes, nº 1400, Jardim Itaquiti (Depósito de Pneus)	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Rua Francisco Souza dos Santos, n° 456 (Depósito de Pneus)	Brasil	ES	Serra	Alugada
Avenida Francisco Silveira Bittencourt, n° 1359 (Depósito de Pneus)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Estrada do Ganchinho, nº 957 (Depósito de Pneus)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Rua Dois, nº 88, Do Comércio (Depósito de Pneus)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Rua Doutor Altino Teixeira, n° 302 (Depósito de Pneus)	Brasil	MG	Salvador	Alugada

9.2 - Outras Informações Relevantes

Informações adicionais ao Item 9.1 (b):

Apresentamos abaixo informação relacionadas ao Grupo Cantu Store:

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Status	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Registro nº 907134505, para a marca "ITARO", marca mista, na Classe NCL (10) 35.	Registrado até 09/08/2026 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Registro nº 919347894, para a marca "ITARO", marca mista, na Classe NCL (11) 12.	Registrado até 29/12/2030 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Registro nº 910221480, para a marca "TIRE MONDAY", marca nominativa, na Classe NCL (10) 35.	Registrado até 02/01/2028 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Registro nº 901231266, para a marca "SPEED MAX", marca mista, na Classe NCL (9) 12.	Registrado até 23/06/2025 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Registro nº 904020932, para a marca "CP CANTUPNEUS", marca mista, na Classe NCL (9) 12.	Registrado até 21/01/2025 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Registro nº 906782627, para a marca "ITÁLIA PNEUS", marca mista, na Classe NCL (10) 35.	Registrado até 21/01/2025 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Registro nº 913992950, para a marca "FURADA NO FERIADO", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	Registrado até 26/03/2029 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Registro nº 913992950, para a marca "FURADA NO FERIADO", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	Registrado até 26/03/2029 (passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 921379226, para a marca "CANTU PNEUSTORE", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 921380259, para a marca "CANTU", marca nominativa, na Classe NCL (11) 12.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 921379498, para a marca "CANTU MÓVEL", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 921379340, para a marca "PNEUSTORE BY CANTU", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 921380321, para a marca "CANTU", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 921380321, para a marca "CANTU", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 921380194, para a marca "CANTU PNEUS MÓVEL", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 921379420, para a marca "CANTU STORE", marca nominativa, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 923706143, para a marca "CANTUSTORE", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 923706259, para a marca "PNEUSTORE", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 923706259, para a marca "CANTUPNEUS", marca mista, na Classe NCL (11) 35.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 2018073093, para a marca mista "SPEEDMAX", na Classe 12, na Bolívia	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 90865020, para a marca nominativa "ITARO", na Classe 12, nos Estados Unidos.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 90865025, para a marca nominativa "CANTU", na Classe 12, nos Estados Unidos.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Pedido de Registro nº 18535278, para a marca nominativa "ITARO", na Classe 12, NA União Europeia.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Pedido de Registro nº 18535279, para a marca nominativa "CANTU", na Classe 12, na União Europeia.	N.A.	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Registro nº 16464661, para a marca mista "SPEEDMAX", na Classe 12, na União Europeia.	Registrado até 07/07/2027	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Registro nº UK00916464 661, para a marca mista "SPEEDMAX", na Classe 12, na União Europeia.	Registrado até 07/07/2027	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Registro nº 482,074, para a marca mista "SPEEDMAX", na Classe 12, no Uruguai.	Registrado até 28/03/2029	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Registro nº 254271, para a marca mista "SPEEDMAX", na Classe 12, no Peru.	Registrado até 31/08/2027	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marca	Registro nº 1261331, para a marca mista "SPEEDMAX", na Classe 12, no Chile.	Registrado até 17/10/2027	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marca	Registro nº 5536378, para a marca mista "SPEEDMAX", na Classe 12, nos Estados Unidos.	Registrado até 07/08/2028	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo órgão competente, de acordo com a legislação local. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio	4x4mud.com.br	17/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	aeoluspneu.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	amazontire.com.br	22/01/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	blogcantupneus.com .br	20/01/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	cantu-pneus.com.br	30/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	cantu-store.com.br	27/11/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	cantupneu.com.br	07/04/2025	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	cantupneus.com.br	04/06/2024	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	cantustore.com.br	27/11/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	cantutech.com.br	19/01/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	cantutecnologia.inf.br	12/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	cantutransportadora.com.br	23/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	cpxdistribuidora.com.br	22/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	cpxpneus.com.br	20/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	generalpneu.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	generalpneus.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	grupocantu.com.br	08/10/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	grupolevel.com.br	09/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	grupolevelinfra.com.br	28/10/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	kumhopneu.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	maxxispneu.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	melhorautocenter.com.br	23/04/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	melhormecanica.com .br	01/01/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	melhorpneu.com.br	03/06/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	myrodas.com.br	26/03/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	opiniaosobrecarros.com.br	14/11/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	outletpneu.com.br	12/09/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneuaeolus.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	pneubf.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneucash.com.br	04/06/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneucontinental.com .br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	pneudunlop.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneukumho.com.br	03/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneuotr.com.br	21/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	pneuoutlet.com.br	12/09/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneusfacil.com.br	13/09/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneusotr.com.br	21/07/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	pneusrunflat.com.br	12/05/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneustore.com.br	10/05/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	pneustorepro.com.br	19/04/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	roadcash.com.br	04/06/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	saopaulopneu.com.br	15/11/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	tireamazon.com.br	22/01/2023	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Nome de domínio	tiremonday.com.br	29/09/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.
Nome de domínio	tyremonday.com.br	29/09/2022	Podem ocasionar a perda dos direitos sobre os ativos: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do domínio, a Companhia deverá cessar a sua utilização, podendo sofrer perdas financeiras e/ou operacionais diretamente relacionadas com a perda de clientes, bem como impactos operacionais pela diminuição do número de canais de atendimento, além de impactos relacionados com a imagem e reputação da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar a CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados, os quais são apresentados no item 10.9 deste Formulário de Referência. Dessa forma, a despeito das informações deste item se referirem à Companhia, elas devem ser lidas em conjunto com as informações apresentadas no item 10.9 deste Formulário de Referência para que seja possível ter um panorama geral da situação do Grupo Cantu Store e, consequentemente, da Companhia após a consolidação.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial da Companhia.

Devido à data de constituição da Companhia, não são apresentadas informações financeiras comparativas com 2019 e 2018.

Para mais informações sobre a reorganização societária que resultará na aquisição do controle do Grupo Cantu Store pela Companhia, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia serão suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo no futuro. A geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, será suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de setembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 0,0% (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 100.500 mil.

(b) Estrutura de capital

A Companhia, desde sua constituição, possuía exclusivamente as ações que compõem o seu capital social, conforme demonstrado abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 30 de setembro de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	0	N/A	N/A	N/A
Capital próprio (patrimônio líquido)	100,5	N/A	N/A	N/A
Capital total (terceiros + próprio)	**100,5**	N/A	N/A	N/A
Parcela de capital de terceiros	0%	N/A	N/A	N/A
Parcela de capital próprio	100%	N/A	N/A	N/A

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Item não aplicável, haja vista que a Companhia nao possui qualquer compromisso financeiro assumido.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não desempenhou nos três últimos exercícios sociais e não desempenha no exercício social corrente qualquer atividade, não tendo sido necessário financiar investimentos e capital de giro.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Apesar de não possuir qualquer financiamento em aberto, a Companhia acredita possuir uma boa relação com instituições financeiras de primeira linha, especialmente considerando sua oferta pública inicial de ações e os relacionamentos existentes com o Grupo Cantu Store. Dessa forma, caso seja necessário investimentos para cobertura de deficiências de liquidez, a Companhia poderá contratar financiamentos junto a tais instituições financeiras, bem como acessar o mercado de capitais nacional e internacional.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui endividamento.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui qualquer contrato de empréstimo.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Considerando que a Companhia não possuía atividades operacionais próprias no período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021, não houve resultado no período, tampouco variação no resultado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R$, exceto %)	30/09/21
ATIVO	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	100.500,00
Total do ativo circulante	100.500,00
Total do ativo	100.500,00
PASSIVO	
Patrimônio Líquido	
Capital social	100.500,00
Total do patrimônio líquido	100.500.00
Total do passivo e do patrimônio líquido	100.500.00

O capital social da Companhia, totalmente e integralizado, era de R$100.500,00 (cem mil e quinhentos reais) representado por 150.750.000 (cento e cinquenta milhões e setecentos e cinquenta mil) ações no valor de R$0,00066667 por ação nas datas indicadas. Dessa forma, não houve variação nas linhas que compõem o balanço patrimonial.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

Item não aplicável, haja vista que a Companhia nao auferiu receita nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Item não aplicável, haja vista que a Companhia nao auferiu receita nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Item não aplicável, haja vista que a Companhia nao auferiu receita nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item não aplicável, haja vista que a Companhia nao auferiu receita nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Item não aplicável, haja vista que a Companhia nao auferiu receita nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía atividades próprias nos três últimos exercícios sociais, bem como não possui atividades no exercício social corrente.

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de 71 dias meses findo em 30 de setembro de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia já foram disponibilizadas nos itens 15.7 e 15.8 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de segmento operacional.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Item não aplicável, haja vista que não houve alterações significativas em práticas contábeis aplicáveis a Companhia no exercício social corrente desde sua constituição.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Item não aplicável, haja vista que não houve alterações significativas em práticas contábeis aplicáveis a Companhia no exercício social corrente desde sua constituição.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021 foi emitido sem ressalvas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, haja vista que não há políticas contábeis críticas aplicáveis a Companhia no exercício social corrente desde sua constiuição.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminadas não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de 71 dias findo em 30 de setembro de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Cantu Store investiu R$ 10.412 milhões em: (i) abertura de 2 (duas) filias sendo elas em Ananindeua/PA e Várzea Grande/MT; (ii) estruturação de refeitório para os colaboradores na Matriz em Itajaí/SC, bem como reforma dos escritórios; (iii) verticalização do estoque nas unidades Matriz em Itajaí/SC e Jaboatão dos Guararapes/PA; (iv) ínicio dos investimento na implantação do novo ERP SAP/S4hana; e (v) investimento para adequação a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia ainda não possuía atividades, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência.

A Companhia irá utilizar os recursos provenientes da oferta primária inicial de ações em curso para: (i) Capital de Giro, a Companhia utilizará os recursos para investimento em expansão, sendo que tais recursos não serão destinados ao pagamento de dívidas financeiras; (ii) Investimentos em *Private Label* (marcas próprias), a Companhia utilizará os recursos para investir em oferta de novas marcas de pneus em diferentes segmentos agregando mais opções no portfólio atual; (iii) Projetos e Novos Negócios, a Companhia utilizará os recursos para o crescimento orgânico, incluindo a abertura de novas filiais e centros de distribuição que integrarão os canais físicos e digitais; estabelecimento de novos serviços e desenvolvimento *in-company* que consiste em desenvolvimento e capacitação de pessoas, *branding* em marketing e atualizações tecnológicas e em segurança; e (iv) Reorganização Societária, a Companhia irá liquidar suas obrigações perante o seu único acionista, o Sr. Humberto Gabriel Cantu, considerando a aquisição das sociedades operacionais do Grupo Cantu Store, operação na qual se tornou a respectiva controladora. Para mais informações sobre a reorganização societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

A Companhia investirá uma parcela dos recursos da oferta primária de ações ordinárias em sua expansão. Uma das principais frentes de investimento e crescimento do Grupo Cantu Store é a aceleração da estratégia de abertura de novas filiais, transformação de filiais atuais em novos centros de distribuição e reestruturação das filiais existentes, tornando-as acessíveis aos clientes e integrando sua presença nacional à estratégia *omnichannel,* conectando as unidades físicas cada vez mais ao *online*.

Ainda, o Grupo Cantu Store possui presença relevante nos segmentos em que atua há mais de 5 anos, como pneus de passeio, caminhões e OTR. Segmentos em que atua há menos tempo, como agro e moto, são grandes avenidas de crescimento e oportunidades de ganho de *market share* para o Grupo Cantu Store . Além disso, a Companhia visa à entrada em segmentos em que ainda não atua será uma forte frente de investimento, como bicicleta, aviação, florestal, golfe, jardinagem, ATV (*All-Terrain Vehicle*)/UTV (*Utility Task Vehicle*), entre outros segmentos de pneus.

Com um *e-commerce* relevante e forte presença nos *marketplaces*, o Grupo Cantu Store identifica uma oportunidade grande consolidar também seu canal B2B e B2Fleet, o Portal do Cliente. Além disso, existem investimentos já mapeados para que os canais *online* (PneuStore e Portal do Cliente) sejam integrados e que componham um ecossistema com o ambiente *off-line*, como as filiais de presença nacional. Em questões de suporte ao departamento comercial serão investidos em automações, tecnologias e estruturas de vendas.

As duas marcas próprias, Speedmax e Itaro, estão ganhando espaço nas vendas do Grupo Cantu Store. Investimentos em aumento do número de SKUs em cada uma das marcas é uma das prioridades do Grupo Cantu Store.

10.8 - Plano de Negócios

O Grupo Cantu Store irá investir em ampliar a PneuStore Móvel, disponibilizando este serviço nos principais municípios do Brasil, seguirá investindo no *Marketplace* de Serviços, que incluirá cada vez mais a camada de serviços (instalação, geometria e balanceamento) nas experiências *online*, o Posto avançado de vendas – container, além de fomentar novos negócios como a MegaStore.

No que diz respeito à marca do Grupo Cantu Store*,* haverá investimento na divulgação em *Branding*, fortalecendo a marca, via trade marketing nos parceiros B2B, e principalmente na internet e mídias sociais.

Por último, investimentos em *cyber security*, à medida que a plataforma de *e-commerce* ganha notoriedade, passam a ser maiores e mais prioritários, bem como investimentos para manutenção da aderência às leis de LGPD. Também com relação a segurança será investido no aumento de controles de acesso e monitoramento nas estruturas físicas já estabelecidas e nas que irão pertencer ao Grupo Cantu Store. Para acompanhar o crescimento do Grupo Cantu Store, serão investidos também em gestão de clima organizacional, gestão da saúde dos colaboradores, programas de formação, programas de base como estágio, jovem aprendiz e trainee, estruturação da área de recrutamento, remuneração e gestão de resultado. Estes serão os investimentos visando ampliar e aumentar a robustez da área de recursos humanos e formação do time que irá liderar o crescimento da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

O Grupo Cantu Store financia suas atividades atualmente parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via alavancagem financeira.

As fontes de financiamento para os investimentos futuros serão, inicialmente, feitas com os recursos da oferta primária inicial de ações da Companhia em curso. Novos investimentos, em valores que superem o da Oferta, serão determinados de acordo com a necessidade e condições de financiamento à época, podendo ser via novas operações de dívidas estruturadas, ou da emissão de novas ações via *follow-on*, dependendo das condições do mercado de capitais e da economia local e internacional.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Existem terrenos não-operacionais, que não têm ligação alguma com a receita e/ou despesa operacional da Companhia, sendo apenas imóveis patrimoniais do atual acionista. Os terrenos localizados na cidade de Piçarras e de Nova Trento, ambos em Santa Catarina, e o terreno localizado à cidade de Vitorino, no Paraná, serão desinvestidos pelo Grupo Cantu Store.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Além dos segmentos atuais no portfólio de pneus da empresa, o Grupo Cantu Store está desenvolvendo fornecedores para incluir novas categorias de pneus como: bicicleta, aviação, florestal, golfe, jardinagem, ATV/UTV, e ampliação na categoria motocicletas.

O Grupo Cantu Store irá também reforçar e dar velocidade aos investimentos em suas duas marcas próprias: Speedmax, cujo foco é para clientes B2B e B2Fleet, e que hoje possui cerca de 150 SKUs, principalmente em agro, OTR, caminhões, rodas, câmaras de ar, e que irá expandir sua fabricação em pneus leves de passeio e seu número de SKUs nos segmentos que já atua; e Itaro, cujo foco é em vendas *online*, tanto no site próprio quanto nos *marketplaces* que atua, possuindo cerca de 80 SKUs,

10.8 - Plano de Negócios

principalmente em pneus de passeio, e com investimentos a serem feitos para ampliar seu número de SKUs dentro do universo de pneus de passeio, caminhonete e caminhões.

Está em andamento, também, o franqueamento da PneuStore Móvel, que consiste em um *Mobile Tire Service* com veículo utilitário (van) equipado com toda a estrutura para montagem, verificação e serviços de segurança relacionados ao serviço de montagem pneus. O veículo vai até o cliente, o que dispensa a necessidade de recebimento dos pneus em sua casa e de sua ida até um auto center, oficina ou borracharia. Esse serviço tem impacto direto na experiência de compras na Cantu Store. O franquiado terá baixo investimento, visto que as vans são alugadas, reduzindo sua necessidade de CAPEX *(Capital Expenditure)* inicial, e este receberá informações completas sobre os serviços e recursos tecnológicos para apoiar o negócio, otimizar seu trabalho e potencializar os ganhos com a operação.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Para o desenvolvimento do novo serviço da PneuStore Móvel, foram investidos de janeiro a julho de 2021 mais de R$ 300 mil. Em relação a abertura de franquias do mesmo estima-se investir cerca de R$ 250 mil em consultoria para auxiliar na pesquisa e desenvolvimento.

Para desenvolvimento e introdução em novos segmentos no portfólio da Companhia, foram investidos cerca de R$ 25 milhões, distribuídos em compra e manutenção de estoque dos mesmos e marketing para divulgação;

A Companhia investiu também em desenvolvimento de suas *private labels* cerca de R$ 5 milhões, sendo o montante divido em moldes e também em marketing de divulgação;

(i) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Atualmente, a Cantu Store possui uma estrutura comercial multicanal (*omnichannel*), com forte estrutura *off-line*; liderança nas vendas online; equipe de telemarketing; *call center* ativo e receptivo; e equipe de CRM.

Omnichannel é uma estratégia de uso simultâneo e interligado de diferentes canais de comunicação e vendas, com o objetivo de estreitar a relação entre *online e off-line*, aprimorando, assim, a experiência do cliente. Dessa forma, os canais de comunicação e seus recursos de suporte são projetados e orquestrados para atuar em parceria e compartilhar informações e recursos. Essa tendência do varejo permite a convergência do virtual e do físico. Diferente de um sistema "multicanal", na estratégia *omnichannel* todos os canais estão conectados e podem atuar em conjunto para atender as necessidades do cliente. Um dos propósitos da estratégia é fazer um canal ajudar o outro a oferecer uma experiência de compra cada vez melhor e a estreitar ainda mais as relações *online e off-line*.

No presente projeto, o foco estará em duas entregas prioritárias: *Marketplace* de serviços e desenvolvimento de portal B2B orientados para oferecer uma experiência superior aos clientes e parceiros da Cantu. Tais iniciativas serão apoiadas, adicionalmente, por forte estrutura tecnológica de comunicação, que manterá registros integradas entre diferentes sistemas de gestão, atendimento telefônico, *WhatsApp* e atendimento via *chat*.

Visando o aumento de abrangência da PneuStore Móvel, além das 3 (três) vans já instaladas nos estados de Santa Catarina e São Paulo até o final do ano de 2021 a Companhia disponibilizará mais 10 (dez) vans para prestarem serviços em estados como: Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. Contudo, para os próximos anos a intenção é de ampliação para 200 (duzentas) vans rodando os estados do Brasil e simultaneamente, abrir micro franquias para a prestação dos serviços PneuStore Móvel em várias localidades levando a marca e cultura da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

Contextualizando a PneuStore móvel, trata-se de um veículo utilitário equipado com toda a estrutura para montagem, verificação e serviços de segurança relacionados a pneus. O veículo direciona-se até o cliente, o que dispensa a necessidade da sua ida até um auto center, oficina ou borracharia e esse conforto tem impacto na avaliação sobre a experiência de compras na Cantu. O franquiado receberá informações completas sobre os serviços e recursos tecnológicos para apoiar o negócio, otimizar seu trabalho e potencializar os ganhos com a operação.

O desenvolvimento do novo negócio implica em desafios muito relevantes sob vários aspectos, principalmente técnicos, comerciais e culturais.

Do ponto de vista técnico, sobressaem os desafios de integração das novas soluções àquelas já existentes, automação e otimização dos veículos para o pleno funcionamento em campo e a capacitação dos parceiros para utilização dos equipamentos e dos sistemas. É essencial que a comunicação entre todos os sistemas aconteça de forma rápida, eficiente e confiável.

Do ponto de vista comercial, trata-se de área de prestação de serviços cujas práticas ainda não são dominadas pela Cantu, com necessidade de desenvolver conhecimento e competências que permitam a abordagem adequada, mantendo o padrão da marca.

Os desafios culturais estão relacionados à integração de cultura de diferentes organizações, com estruturas, processos, propósitos e objetivos próprios.

O Grupo Cantu Store atualmente disponibiliza serviços automotivos através de parcerias com Auto Centers via *Marketplace* próprio. Hoje tem-se uma rede de 1300 estabelecimentos parceiros, a projeção é que até o ano 2025 esse número aumente para mais de 5000. Com isto, busca-se aumentar o nível de serviço estabelecido e aumentar o ticket médio dos serviços e produtos.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em relação ao serviço denominado *omnichannel* que está em desenvolvimento, já foram investidos desde o inicio do desenvolvimento até o compilado em setembro/21 cerca de R$ 3 milhões de reais em mão de obra especializada para estruturar o mesmo.

No que tange o desenvolvimento do serviço PneuStore Móvel ver item 10.8 (c)(ii);

Referente a disponibilização do serviço de *Marketplace*, estima-se ter investido cerca de R$ 1 milhão com desenvolvimento e mão de obra especializada.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos abaixo as informações referentes ao Grupo Cantu Store, de forma consolidada.

Para mais informações sobre a reorganização societária que resultará na aquisição de controle do Grupo Cantu Store pela Companhia, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

A informações abaixo derivam das demonstrações financeiras combinadas auditadas do Grupo Cantu Store referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, tendo em vista que se tratam de empresas sob a mesma administração e sob controle comum, mas que não estão sob a estrutura de uma holding. Essas demonstrações combinadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras individuais das empresas nas mesmas datas-base e, quando aplicável, com os necessários ajustes para a adequação e uniformidade das práticas contábeis. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras combinadas não têm operado como uma única entidade e as demonstrações financeiras combinadas não necessariamente indicam os resultados que teriam sido apurados se o negócio tivesse sido operado por uma única entidade durante o exercício apresentado, e ainda não são um indicativo de resultados futuros do negócio. Portanto, as demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas e não devem ser tomadas como base de cálculo de dividendos, impostos ou quaisquer outros fins societários.

CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS DO GRUPO CANTU STORE

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais do Grupo Cantu Store são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de setembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 0,82 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo passivo total). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 68.142 mil e a dívida líquida bancária totalizava R$ 350.540 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 2,05.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 0,88. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 14.379 mil e a dívida líquida bancária totalizava R$ 169.280 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 3,81.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 0,98. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 5.002 mil e a dívida líquida bancária totalizava R$ 110.448 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 19,61.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total foi de 1,28. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 4.241 mil e a dívida líquida bancária totalizava R$ 101.968 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de -2,13.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que o Grupo Cantu Store apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 30 de setembro de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	607.974	296.778	287.398	220.369
Capital próprio (patrimônio líquido)	137.449	40.702	5.633	(47.801)
Capital total (terceiros + próprio)	**745.423**	**337.480**	**293.031**	**172.568**
Parcela de capital de terceiros	82%	88%	98%	128%
Parcela de capital próprio	18%	12%	2%	(28%)

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que o Grupo Cantu Store apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente do Grupo Cantu Store em 30 de setembro de 2021 eram de 1,23 e 1,79, respectivamente. Em 30 de setembro de 2021, o Grupo Cantu Store possuía R$ 350.540 de empréstimos tomados. Nesta data, o Grupo Cantu Store não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as principais fontes de financiamento do Grupo Cantu Store foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pelo Grupo Cantu Store são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.9(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de setembro de 2021, o saldo total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R$ 350.540 mil, enquanto a posição de caixa, e equivalentes de caixa era de R$ 68.142 mil. Em 30 de setembro de 2021, 58,3% da Dívida da Companhia tinha perfil de longo prazo. Abaixo demonstrado evolutivo do endividamento:

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 30 de setembro de 2021:

(em milhares de reais)	**set/21**	**2020**	**2019**	**2018**
Capital de giro	213.528	147.041	72.745	67.817
Capital de giro – FGI	17.972	-	-	-
Finame	25.000	-	-	2
Debêntures	54.000	-	-	0
Leasing	0	-	-	24
Fundo de recebíveis	40.040	22.239	42.705	38.366
Subtotal	**350.540**	**169.280**	**115.450**	**106.209**
Circulante	146.015	99.440	81.297	79.245
Não circulante	204.525	69.840	34.153	26.964

A Administração julga que o perfil da dívida da Companhia é adequado face aos seus compromissos e geração de caixa, assim como possui capacidade de obter novos recursos no mercado se necessário.

A tabela abaixo evidencia a composição do vencimento da Dívida Bruta da Companhia em 31 de setembro de 2021:

(em milhões de reais)

Ano Vencimento	**Saldo**	%
2021	66.873	19,1%
2022	107.252	30,6%
2023	78.593	22,4%
2024	43.275	12,3%
2025	25.677	7,3%
2026	20.120	5,7%
2027	5.000	1,4%
2028	3.750	1,1%
	350.540	**100,0%**

Capital de Giro

Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro totalizam o montante de R$ 231.500 mil em 31 de setembro de 2021. Esses contratos foram celebrados com Banco Safra S.A., Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco Sofisa S.A., Banco BOCOM BBM S.A., Banco Luso Brasileiro S.A., Banco Paulista S.A., Banco Inter S.A., Banco Alfa S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Indusval S.A., Banco BMG S.A., Banco Guanabara S.A., Banco Daycoval S.A., Banco Fibra S.A, Banco da Amazonia S.A. e Banco C6 S.A. com vencimento entre 2022 a 2025, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros pré-

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

fixadas variam de 9,72% a 13,08% ao ano. As taxas de juros pós fixadas variam de 3,10% a 8,08% ao ano, mais CDI ou IPCA. As garantias desses contratos são diversas e compostas por, garantia real, cessão fiduciária de recebíveis, aval cruzado das empresas do grupo e dos acionistas.

Finame

Operações de financiamento por meio de linha de crédito FINAME do BNDES totalizam o montante desembolsado de R$ 25.000 mil em 30 de setembro de 2021. O contrato foi celebrado em 2021 com o valor total de R$ 30.000 mil e com vencimento entre 2023 a 2028, com carência de dois anos, prevendo pagamentos trimestrais de juros ao longo do período de carência e principal mais juros até o fim do contrato. A taxa de juros é de 2% ao ano, mais CDI, e têm como garantia fiança bancária o qual contem o custo de 2,1% ao ano.

Fundos de Recebíveis

Operações atreladas à fundos de recebíveis totalizam o montante de R$ 40.040 mil em 30 de setembro de 2021. Se tratam de antecipação de recebíveis e foram celebradas em 2021, com prazo médio de 180 dias. As garantias são compostas por avais cruzados das empresas do grupo.

Debêntures

A ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. celebrou, em 21 de setembro de 2021, o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, e com Garantial Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da ITR Comércio de Pneus e Peças S.A.", com a CP Comercial S.A., a CPX Distribuidora S.A., a N.E.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. e a N.H.A.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. como fiadores. Foram emitidas 120.000.000 debêntures no valor de R$ 120.000.000,00. O prazo é de 1.913 dias, com vencimento em 17 de dezembro de 2026. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de 4,8% ao ano.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Grupo Cantu Store mantém excelente relação com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro, que ao longo do últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades especialmente por meio de empréstimos e financiamentos. O Grupo Cantu Store não possui relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 10.1(f) acima.

O Grupo Cantu Store esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio do Grupo Cantu Store. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias do Grupo Cantu Store.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com os contratos das dívidas existentes em 30 de setembro de 2021, não há precedência de qualquer dívida com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) créditos quirografários; e (vi) créditos subordinados.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciadas no item 10.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, exemplificadamente:

(i) Distribuição de dividendos superior à 50% do Lucro Líquido[1];

(ii) Razão entre Dívida Liquida e o EBITDA inferior ou igual a 2,3;

(iii) Liquidez Corrente maior ou igual a 1,10

(iv) Caixa e equivalentes de caixa maior ou igual à R$20.000.000

(v) Razão entre EBITDA / Despesas Financeiras: maior ou igual a 1,25 para o exercício findo em 2021; maior ou igual a 1,50 para o exercício findo em 2022; maior ou igual a 1,75 para o exercício findo em 2023; e maior ou igual a 2,00 para o exercicio findo em 2024 e seguintes;

(vi) Redução do capital social

(vii) Sofrer alteração do controle, direto ou indireto;

(viii) Alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de sua propriedade com valor superior a R$5.000.000

(ix) Razão entre o EBITDA e o Resultado Financeiro seja inferior a 2,0

Na data deste Formulário de Referência, o Grupo Cantu Store cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no item (i) acima.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 30 de setembro de 2021, a ITR Comércio de Pneus e Peças S.A, sociedade do Grupo Cantu Store, realizou sua primeira emissão de debêntures que somaram o montante de R$ 120.000 mil. Nesta data, já haviam distribuídos R$ 84.000 mil com desembolsos previstos em duas tranches, a primeira foi desembolsada em setembro de 2021 no valor de R$ 54.000 mil. A segunda tranche acontecerá durante o quarto trimestre de 2021 no valor de R$ 30.000 mil. Ficaram ainda R$ 36.000 mil a serem distribuídos.

Em 30 de setembro de 2021, a CP Comercial S.A., sociedade do Grupo Cantu Store, efetuou uma operação com o BNDES no montante de R$ 30.000 mil. Nesta data havia desembolsado R$ 25.000 mil. O saldo remanescente deverá desembolsar de Outubro à Novembro de 2021.

[1] Exceto (1) em relação à distribuição do montante apurado no exercício fiscal com início em 01 de janeiro de 2020 e encerramento em 31 de dezembro de 2021, com base nas DFs, que não será computado para fins do instrumento; e (2) na hipótese de reorganização societária da Emissora e/ou dos Fiadores, desde que, cumilativamente, em virtude da reorganização societária da Emissora e/ou dos Fiadores, um novo acionista passe a integrar a nova estruturara de capital dessas sociedades, com participação acima de 10% de seu capital social, não sendo permitido, em qualquer hipótese, distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou proventos de qualquer natureza, caso a Emissora e/ou quaisquer dos Fiadores esteham em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias e/ou não pecuniárias prevista na escritura de emissão, nos instrumentos de garantia e/ou em qualquer outro documento no âmbito das debêntures.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras combinadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R$ mil, exceto %)	30/09/2021	AV	30/09/2020	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	30/09/21 x 30/09/2020	2020 x 2019	2019 x 2018
Receita líquida de vendas	930.736	100%	533.881	100%	766.950	100%	579.513	100%	520.522	100%	74,3%	32,3%	11,3%
Custos das vendas	(614.412)	(66,0%)	(395.205)	(74,0%)	(555.117)	(72,4%)	(413.915)	(71,4%)	(395.150)	(75,9%)	55,5%	34,1%	4,7%
Lucro bruto	316.324	34,0%	138.676	26,0%	211.833	27,6%	165.598	28,6%	125.372	24,1%	128,1%	27,9%	32,1%
Despesas administrativas e gerais	(84.277)	(9,1%)	(45.859)	(8,6%)	(66.619)	(8,7%)	(44.352)	(7,7%)	(46.749)	(9,0%)	83,8%	50,2%	(5,1%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	49.132	5,3%	(466)	(0,1%)	52.044	6,8%	9.514	1,6%	2.703	0,5%	(10643,3%)	447,0%	252,0%
Despesas de vendas	(100.363)	(10,8%)	(52.219)	(9,8%)	(67.426)	(8,8%)	(54.023)	(9,3%)	(69.794)	(13,4%)	92,2%	24,8%	(22,6%)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	180.816	19,4%	40.132	7,5%	129.832	16,9%	76.737	13,2%	11.532	2,2%	350,6%	69,2%	565,4%
Despesas financeiras, líquidas	(23.613)	(2,5%)	(35.479)	(6,6%)	(60.337)	(7,9%)	(42.544)	(7,3%)	(39.183)	(7,5%)	(33,4%)	41,8%	8,6%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	157.203	16,9%	4.653	0,9%	69.495	9,1%	34.193	5,9%	(27.651)	(5,3%)	3278,5%	103,2%	(223,7%)
Imposto de renda e contribuição social	(39.080)	(4,2%)	1.431	0,3%	(27.652)	(3,6%)	21.367	3,7%	(2.442)	(0,5%)	(2831,0%)	(229,4%)	(975,0%)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	118.123	12,7%	6.084	1,1%	41.843	5,5%	55.560	9,6%	(30.093)	(5,8%)	1841,5%	(24,7%)	(284,6%)

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 930.736 mil comparativamente a R$ 533.881 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 396.855 mil ou 74,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a abertura de novas filiais em

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

São Luís-MA, Fortaleza-CE e Brasília-DF, além de aumento e diversificação do mix de produtos e investimentos nas plataformas de vendas digitais.

Custos das vendas

Custo das vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 614.412 mil negativos comparativamente a R$ 395.205 mil negativos no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 219.207 mil ou 55,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das vendas da Companhia no período.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 316.324 mil comparativamente a R$ 138.676 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 177.648 mil ou 128,1%. Lucro bruto representou 34,0% e 26,0% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a recuperação das margens de lucros que foram prejudicadas em 2020 por conta da pandemia do Covid 19, que teve impacto sobre as importações e fechamentos de câmbio, fazendo com que fosse migrado a compra de pneus para indústria nacional, cujo custo ainda não refletia as máximas do dólar e cujos prazos de pagamento permitiam maior previsibilidade de caixa, e melhora na negociação de preços com fornecedores.

Despesas administrativas e gerais

Despesas administrativas e gerais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 84.277 mil comparativamente a R$ 45.859 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 38.418 mil ou 83,8%. Despesas administrativas e gerais representou 9,1% e 8,6% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a investimentos feitos na área de informática para melhoria de dos processos, automações, desenvolvimentos de novas funcionalidades.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 49.132mil comparativamente a R$ 466 mil negativos no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 49.598 mil ou 10.643,3%. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representou 5,3% e -0,1% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente referente à créditos federais extemporâneos.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 100.363 mil comparativamente a R$ 52.219 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 48.144 mil ou 92,2%. Despesas de vendas representaram 10,8% e 9,8% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao forte crescimento das vendas de 80,1% em função da diversificação do mix de produtos e aumento nas vendas das plataformas digitais.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 180.816 mil comparativamente a R$ 40.132 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 140.684 mil ou 350,6%. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 19,4% e 7,5% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao forte

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

crescimento das vendas, recuperação das margens de lucratividade, abertura de novas filiais, ampliação do mix de produtos, investimentos nas plataformas de venda eletrônica.

Despesas financeiras, líquidas

Despesas financeiras, líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 23.613 mil comparativamente a R$ 35.479 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 11.866 mil ou 33,4%. Despesas financeiras, líquidas representou 2,5% e 6,6% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente pelo aumento da receita financeira em razão do rendimento Selic sobre créditos federais extemporâneos.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 39.080 mil comparativamente a R$ 1.431 mil, credor, em razão do imposto de renda e contribuição social diferido, no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 40.511 mil ou 2.831,0%. Imposto de renda e contribuição social representou 4,2% e 0,3% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a lucratividade do período.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Lucro (prejuízo) líquido do exercício no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R$ 118.123 mil comparativamente a R$ 6.084 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 112.039 mil ou 1.841,5%. Lucro (prejuízo) líquido do exercício representou 12,7% e 1,1% da Receita líquida de vendas nos períodos de nove meses findos em 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a capacidade de inovação da companhia, investimentos massivos na abertura de novas filiais no desenvolvimento e aprimoramento da plataforma de venda eletrônica da Companhia.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 766.950 mil comparativamente a R$ 579.513 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 187.437 milhões ou 32,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a abertura de duas novas filiais em Várzea Grande-MT e Ananindeua-PA, ampliação e diversificação do portifólio de produtos, e crescimento dos índices de visitação/acesso e conversão de vendas dos canais digitais tanto no portal próprio quanto nos portais dos *marketplaces* parceiros do Grupo Cantu Store Store.

Custos das vendas

Custo das vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 555.117 mil negativos comparativamente a R$ 413.915 mil negativos no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 141.202 mil ou 34,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das vendas.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 211.833 mil comparativamente a R$ 165.598 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 46.235 mil ou 27,9%. Lucro bruto representou 27,6% e 28,6% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

substancialmente ao forte crescimento das vendas de 28,8% em função de da falta de produto no mercado, e que a companhia dispunha de estoque para atender à demanda do mercado.

Despesas administrativas e gerais

Despesas administrativas e gerais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 66.619 mil comparativamente a R$ 44.352 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 22.267 mil ou 50,2%. Despesas administrativas e gerais representou 8,7% e 7,7% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às provisões constituídas de perdas com adiantamento concedidos a partes relacionadas que não se efetivaram.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 52.044 mil comparativamente a R$ 9.514 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 42.530 mil ou 447,0%. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representou 6,8% e 1,6% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas que não se realizaram.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 67.426 mil comparativamente a R$ 54.023 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 13.403 mil ou 24,8%. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representou 8,8% e 9,3% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a ao aumento das vendas da companhia, em razão da falta de produto no mercado.

Resultado antes de despesas financeiras líquidas e impostos

Resultado antes de despesas financeiras líquidas e impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 129.832 mil comparativamente a R$ 76.737 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 53.095 mil ou 69,2%. Resultado antes de despesas financeiras líquidas e impostos representou 16,9% e 13,2% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas que não se realizaram.

Despesas financeiras, líquidas

Despesas financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 60.337 mil comparativamente a R$ 42.544 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 17.793 mil ou 41,8%. Despesas financeiras, líquidas representou 7,9% e 7,3% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao efeito da variação cambial.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 69.495 mil comparativamente a R$ 34.193 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 35.302 mil ou 103,2%. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 9,1% e 5,9% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas que não se realizaram.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 27.652 mil, comparativamente a R$ 21.367 mil, saldo credor, no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 49.019 mil ou 229,4%. Imposto de renda e contribuição social representou -3,6% e 3,7% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Lucro do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 41.843 mil comparativamente a R$ 55.560 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R$ 13.717 mil ou 24,7%. Lucro do exercício representou 5,5% e 9,6% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 579.513 mil comparativamente a R$ 520.522 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 58.991 mil ou 11,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a abertura de novas filiais, ampliação e diversificação do portifólio dos produtos.

Custos das vendas

Custo das vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 413.915 mil negativos comparativamente a R$ 395.150 mil negativos no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 18.765 mil ou 4,7%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das vendas em relação ao ano anterior.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 165.598 mil comparativamente a R$ 125.372 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 40.226 mil ou 32,1%. Lucro bruto representou 28,6% e 24,1% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao forte crescimento das vendas e melhora das margens de lucro.

Despesas administrativas e gerais

Despesas administrativas e gerais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 44.352 mil comparativamente a R$ 46.749 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ 2.397 mil ou 5,1%. Despesas administrativas e gerais representou 7,7% e 9,0% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução atribuída sobretudo a redução na contratação de serviços de terceiros comparado ao mesmo período do ano de 2018.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 9.514 mil comparativamente a R$ 2.703 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 6.811 mil ou 252,0%. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representou 1,6% e 0,5% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

2018, respectivamente. Esse aumento é atribuída substancialmente a reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas que não se realizaram.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 54.023 mil comparativamente a R$ 69.794 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 15.771 mil ou 22.6%. Despesas operacionais representou 9,3% e 13,4% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a reversão de provisão para perdas com clientes, constituída no ano de 2018, mas que não se efetivou e foi estornada em 2019.

Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos

Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 76.737 mil comparativamente a R$ 11.532 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 65.205 mil ou 565,4%. Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos representou 13,2% e 2,2% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a reversão de provisão para perda com adiantamentos a partes relacionadas que não se realizaram.

Despesas financeiras, líquidas

Despesas financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 42.544 mil comparativamente a R$ 39.183 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 3.361 mil ou 8,6%. Despesas financeiras, líquidas representou 7,3% e 7,5% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao registro de uma assunção de dívida bancária assumida pelo Grupo Cantu Store Store onde o Grupo figurava como avalista da mesma, e o devedor original não cumpriu com suas obrigações.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 34.193 mil comparativamente a prejuízo de R$ 27.651 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 61.844 mil ou 223,7%. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 5,9% e -5,3% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a melhora nas margens de contribuição das vendas realizadas e estorno de provisões para perdas com adiantamentos concedidos que não se efetivaram.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 21.367 mil, credor, em razão do imposto de renda e contribuição social diferido, comparativamente a R$ 2.442 mil, devedor, no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 23.809 mil ou 975,0%. Imposto de renda e contribuição social representou 3,7% e -0,5% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Lucro (prejuízo) líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 55.560 mil comparativamente a prejuízo de R$ 30.093 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 85.653 mil ou 284,6%. Lucro (prejuízo) líquido do exercício representou 9,6% e -5,8% da Receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a melhora significativa da margem de contribuição, aumento das vendas e estorno de provisões para perdas que não se efetivaram.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R$ mil, exceto %)	30/09/2021	AV	31/12/20	AV	31/12/19	AV	31/12/18	AV	30/09/21 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO											
Circulante	**649.326**	**87,1%**	**263.854**	**78,2%**	**222.105**	**75,8%**	**160.092**	**92,8%**	**146,1%**	**18,8%**	**38,7%**
Caixa e equivalentes	68.142	9,1%	14.379	4,3%	5.002	1,7%	4.241	2,5%	373,9%	187,5%	17,9%
Contas a receber de clientes	231.561	31,1%	65.018	19,3%	58.432	19,9%	46.740	27,1%	256,1%	11,3%	25,0%
Estoques	225.211	30,2%	132.469	39,3%	116.625	39,8%	76.956	44,6%	70,0%	13,6%	51,5%
Impostos a recuperar	81.293	10,9%	30.082	8,9%	23.010	7,9%	11.870	6,9%	170,2%	30,7%	93,9%
Outras contas a receber	43.119	5,8%	21.906	6,5%	19.036	6,5%	20.285	11,8%	96,8%	15,1%	(6,2%)
Não Circulante	**96.097**	**12,9%**	**73.626**	**21,8%**	**70.926**	**24,2%**	**12.476**	**7,2%**	**30,5%**	**3,8%**	**468,5%**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	5.330	1,6%	25.573	8,7%	-	-	(100,0%)	(79,2%)	-
Impostos a recuperar	39.316	5,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	22.145	3,0%	38.969	11,5%	20.162	6,9%	3.113	1,8%	(43,2%)	93,3%	547,7%
Propriedades para investimento	7.973	1,1%	7.973	2,4%	1.657	0,6%	1.657	1,0%	-	381,2%	-
Imobilizado	9.722	1,3%	6.748	2,0%	5.971	2,0%	5.812	3,4%	44,1%	13,0%	2,7%
Intangível	180	0,0%	701	0,2%	1.268	0,4%	1.894	1,1%	(74,3%)	(44,7%)	(33,1%)
Direito de uso de bens em arrendamento	16.761	2,2%	13.905	4,1%	16.295	5,6%	-	-	20,5%	(14,7%)	-
Total do Ativo	**745.423**	**100%**	**337.480**	**100%**	**293.031**	**100%**	**172.568**	**100%**	**120,9%**	**15,2%**	**69,8%**
PASSIVO											
Circulante	**362.964**	**48,7%**	**192.604**	**57,1%**	**219.801**	**75,0%**	**179.784**	**104,2%**	**88,5%**	**(12,4%)**	**22,3%**
Fornecedores	121.326	16,3%	55.268	16,4%	102.848	35,1%	80.096	46,4%	119,5%	(46,3%)	28,4%
Empréstimos e financiamentos	146.015	19,6%	99.440	29,5%	81.297	27,7%	79.245	45,9%	46,8%	22,3%	2,6%
Impostos e contribuições a recolher	60.907	8,2%	23.578	7,0%	19.957	6,8%	10.626	6,2%	158,3%	18,1%	87,8%
Adiantamento de clientes	6.983	0,9%	6.758	2,0%	10.285	3,5%	8.180	4,7%	3,3%	(34,3%)	25,7%
Outras contas a pagar	27.733	3,7%	7.560	2,2%	5.414	1,8%	1.637	0,9%	266,8%	39,6%	230,7%
Passivo não circulante	**245.010**	**32,9%**	**104.174**	**30,9%**	**67.597**	**23,1%**	**40.585**	**23,5%**	**135,2%**	**54,1%**	**66,6%**
Empréstimos e financiamentos	204.525	27,4%	69.840	20,7%	34.153	11,7%	26.964	15,6%	192,8%	104,5%	26,7%
Impostos e contribuições a recolher	10.812	1,5%	13.440	4,0%	18.373	6,3%	13.286	7,7%	(19,6%)	(26,8%)	38,3%
Provisão para contingências	8.174	1,1%	6.938	2,1%	2.594	0,9%	335	0,2%	17,8%	167,5%	674,3%
Outras contas a pagar	21.499	2,9%	13.956	4,1%	12.477	4,3%	-	-	54,0%	11,9%	-
Patrimônio líquido	137.449	18,4%	40.702	12,1%	5.633	1,9%	(47.801)	(27,7%)	237,7%	622,6%	(111,8%)
Total do passivo e patrimônio líquido	**745.423**	**100,0%**	**337.480**	**100,0%**	**293.031**	**100,0%**	**172.568**	**100,0%**	**120,9%**	**15,2%**	**69,8%**

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 30 de setembro de 2021, o ativo circulante era de R$ 649.326 mil, em comparação com R$ 263.854 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 87,1% em 30 de setembro de 2021 e 78,2% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 385.472 mil ou 146,1%, decorreu do aumento do nível de estoques por conta da apliação e disponibilização de um mix maior de produtos, aumento do contas a receber por conta do forte crescimento das vendas no período que alcançaram 70% de crescimento comparado com 2020 e reconhecimento de créditos federais extemporâneos.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2021, o ativo não circulante era de R$ 96.097 mil, em comparação com R$ 73.626 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 12,9% em 30 de setembro de 2021 e 21,8% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 22.471 mil ou 30,5%, decorreu dos valores depósitos em juízo referente a ação judicial do DIFAL de ICMS da empresa CPX Distribuidora S.A. que questiona na justiça a obrigatoriedade da cobrança deste tributo nas vendas realizadas pela internet.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2021, o passivo circulante era de R$ 362.964 mil, em comparação com R$ 192.604 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 48,7% em 30 de setembro de 2021 e 57,1% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 170.360 mil ou 88,5%, decorreu das captações de empréstimos realizadas para dar sustenção ao plano de crescimento dos negócios.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2021, o passivo não circulante era de R$ 245.010 mil, em comparação com R$ 104.174 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 32,9% em 30 de setembro de 2021 e 30,9% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 140.836 mil ou 135,2%, decorreu da provisão para contingência constituída sobre o processo judicial que questiona a cobrança do DIFAL de ICMS sobre as vendas realizadas pela internet, pela captação de empréstimos realizadas para dar sustentação ao plano de crescimento dos negócios e pelo reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos referente a exercícios anteriores.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2021, o patrimônio líquido era de R$ 137.449 mil, em comparação com R$ 40.702 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R$ 96.747 mil ou 237,7%, deu-se pelo resultado obtido no período de janeiro a setembro de 2021 assossiado ao forte crescimento das vendas, a melhora das margens de lucratividade e ao reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS por conta da decisão transitada em julgada em maio 2021.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 263.854 mil, em comparação com R$ 222.105 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 78,2% em 31 de dezembro de 2020 e 75,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$ 41.749 mil ou 18,8%, decorreu do aumento dos níveis de estoque da Compania e saldo em caixa.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 73.626 mil, em comparação com R$ 70.926 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 21,8% em 31 de dezembro de 2020 e 24,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$ 2.700 mil ou 3,8%, decorreu da elevação do saldo de depósitos judiciais realizados no período, referente ao processo de judicial movido pela CPX distribuidora onde questiona a legalidade da cobrança do DIFAL/ICMS sobre as vendas por meio eletrônico.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 192.604 mil, em comparação com R$ 219.801 mil milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 57,1% em 31 de dezembro de 2020 e 75,0% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R$ 27.197 mil ou -12,4%, decorreu principalmente devido à redução do contas a pagar à fornecedores.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 104.174 mil, em comparação com R$ 67.597 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 30,9% em 31 de dezembro de 2020 e 23,1% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 36.577 mil ou 54,1%, decorreu principalmente em razão do alongamento do prazo de pagamento dos contratos de dívida bancária.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 40.702 mil , em comparação com R$ 5.633 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta variação de R$ 35.069 mil ou 622,6% decorreu de lucro apurado no período acumulado de 31 de dezembro de 2020 mil e consequentemente redução dos prejuízos acumulados de anos anteriores.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 222.105 mil, em comparação com R$ 160.092 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 75,8% em 31 de dezembro de 2019 e 92,8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 62.013 mil ou 38,7%, decorreu pela elevação do saldo de clientes a receber.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 70.926 mil, em comparação com R$ 12.476 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 24,2% em 31 de dezembro de 2019 e 7,2% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 58.450 mil ou 468,5%, decorreu do reconhecimento inicial do direito de uso de bens em arrendamento e constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos em decorrência de prejuízos de anos anteriores.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 219.801 mil, em comparação com R$ 179.784 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 75,0% em 31 de dezembro de 2019 e 104,2% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 40.017 mil ou 22,3%, decorreu da elevação das obrigações com impostos a recolher e também com a elevação dos saldos a pagar com fornecedores.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 67.597 mil, em comparação com R$ 40.585 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 23,1% em 31 de dezembro de 2019 e 23,5% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 27.012 mil ou 66,6%, decorreu da constituição do saldo de arrendamentos a pagar e de provisão para contingências.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$ 5.633 mil, em comparação com patrimônio líquido negativo de R$ 47.801 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R$ 53.434 mil ou 111,8% decorreu do saldo referente ao aumento de capital social subtraído do resultado operacional acumulado do período.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado do Grupo Cantu Store para os períodos indicados:

(em R$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(76.196)	(7.901)	(22.420)	12.836	(4.792)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(11.123)	(6.157)	(10.412)	(5.297)	(942)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	141.082	15.299	42.209	(6.778)	4.667
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	53.763	1.241	9.377	761	(1.067)

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais totalizou R$ 76.196 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado com caixa líquido consumido de R$ 7.901 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Esse aumento de caixa consumido de R$ 68.295 mil, ou 864,4%, é justificada pelo investimento em estoques para dar sustentação ao plano de expansão dos negócios e ganho de participação no market share, além de aproveitamento de créditos tributários que serão monetizados nos exercícios seguintes.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 11.123 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a R$ 6.157 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Esse aumento de R$ 4.966 mil, ou 80,7%, é justificada pelo reconhecimento do direito de uso de bens em arrendamento contratados decorrente da abertura de novas filiais nas regiões Nordeste e Centro Oeste.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 141.082 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, comparado a R$ 15.299 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Esse aumento de R$ 125.783 mil, ou 822,2%, é justificada pelas captações de empréstimos e debêntures emitidas realizadas ao longo do ano de 2021 e que são fundamentais para sustentar o plano de crescimento da companhia.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais totalizou R$ 22.420 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 12.836 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R$ 35.256 mil, ou 274,7%, é justificada principalmente pelo lucro apurado no exercício de 2019 e o aumento do valor a pagar a fornecedores no mesmo período.

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$ 12.836 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com caixa líquido consumido nas atividades operacionais de R$ 4.792 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 17.628 mil, ou 367,9%, é justificada pelo lucro apurado no exercício de 2019 comparado com 2018 onde foi apurado prejuízo.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 10.412 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 5.297 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento no caixa líquido consumido de R$ 5.115 mil, ou 96,6%, é justificada pela aquisição de um terreno localizado no Estado do Paraná.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 5.297 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 942 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 4.355 mil, ou 462,3%, é justificada pelo reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento de acordo com a norma CPC 06.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 42.209 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a caixa líquido consumido de R$ 6.778 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R$ 48.987 mil, ou 722,7%, é justificada pelas captações de empréstimos que se intensificaram ao longo do ano de 2020.

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$ 6.778 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a caixa líquido gerado de R$ 4.667 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 11.445 mil ou 245,2%, é justificada pela amortização de endividamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em razão do aumento da amortização de empréstimos e distribuição de dividendos ao longo do ano de 2019.

RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO DO GRUPO CANTU STORE

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas do Grupo Cantu Store, consequentemente de suas operações, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi a comercialização de pneumáticos novos para automóveis, caminhões, ônibus e máquinas.

Receita líquida de vendas de vendas

A Receita líquida de vendas de vendas é proveniente da venda de pneus ao atacado e varejo, bem como em plataformas de e-commerce (site próprio e *marketplaces* de terceiros).

Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado e podem incluir itens que são limitados em número e claramente identificáveis tais como indenizações de Seguro e créditos extemporâneos.

Prestação de serviços

As receitas de prestações de serviços da Companhia são provenientes de: (i) PneuStore móvel, van utilizada para troca de pneu, balanceamento e geometria no local que o cliente desejar; (ii) Truck Center em Recife. No Truck Center é realizado serviços de troca de óleo, balanceamento, geometria, venda de pneu, dentro outros.

Impostos

Impostos sobre vendas. Os impostos sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultados, são: ICMS, PIS, COFINS, ISS e IPI.

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais do Grupo Cantu Store podem ser resumidos no subitem (ii) abaixo.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações do Grupo Cantu Store foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

Câmbio: A taxa de câmbio afeta diretamente o resultado operacional, sobretudo no custo de mercadoria vendida, formado em parte por produtos importados, 63% da receita bruta de produtos em 30 de setembro de 2021. Além disso, os fornecedores também são impactados pela taxa de câmbio, elevando os custos da Companhia indiretamente. Além disso, a variação cambial afeta no valor final da importação, nacionalização da carga e consequentemente nos impostos.

Mudanças econômicas do país: A oscilação do mercado, baseado em inflação e variação da tabela FIP, na compra de equipamentos/veículos novos afeta a venda dos pneus. Em momentos de baixa na compra de veículos novos aumenta o número de vendas de reposição de pneus, sendo o oposto verdadeiro.

Mudanças do comportamento do consumidor: Avaliando o público jovem, os mesmos possuem preferência em circular por meio de aplicativos de locomoção. Essa demanda gera uma alta na disponibilização destes serviços, onde o proprietário do veículo acaba realizando a troca dos seus pneus com maior frequência. Outro perfil deste mesmo público é a locação de veículos, gerando o mesmo impacto as locadoras.

Inflação: impactam diretamente nas despesas da Companhia, sendo exemplos: salários, contratos de aluguéis, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como INPC, IGP-M e IPCA. Esses valores afetam todos os custos operacionais e comerciais, seja direto ou indiretamente.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas estão relacionadas ao crescimento das atividades e expansão territorial, bem como de ajustes de preços face às condições de mercado. As variações na receita dos exercícios sociais foram impactadas principalmente pelo aumento da demanda no mercado em que a companhia atua, justificado pelo aquecimento do mercado OTR, carga e passeio.

Devido os produtos comercializados serem preponderantemente importados, a variação cambial se torna um fator relevante para definição do preço. Nos últimos 3 anos, a variação cambial foi de aproximadamente 47%, impactando assim os custos de aquisição de produto para revenda, havendo, portanto, o repasse de parte desta variação para o preço dos produtos revendidos.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Somos diretamente impactados pelas condições macroeconômicas e políticas do Brasil. A oferta de crédito, renda e o poder de compra do consumidor final são afetados pela inflação, taxa de juros, índice de desemprego e variação da tabela FIPE (acarretando no poder de compra de veículos), implicando em sua propensão de consumo, capacidade de pagamento e confiança no cenário econômico do país. O aumento da inflação também atinge as despesas fixas (prestação de serviço de transporte, contratos de locação, encargos trabalhistas, dentre outros), aumentando o custo da operação.

A política de preços da Companhia tem moderada sensibilidade às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. A atividade da Companhia está voltada para o mercado interno e possuímos produtos nacionais na cartela de oferta, o que permite a administração de oscilações de preços nos produtos importados, com alterações suaves no preço dos produtos. Ainda para garantir um bom preço de venda, é realizada a projeção de estoque com a equipe de S&OP (*Sales and Operation Planning*), ao qual analisam a projeção de alteração do dólar para realizar a compra dentro das margem de lucro esperados e dos prazos de entrega.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O custo de transporte internacional também é variável e compõe a definição do preço de venda dos produtos revendidos. Nos últimos anos o mercado de frete marítimo sofreu diversos reajustes sobretudo na rota Ásia-Brasil, principal origem das mercadorias adquiridas pela Companhia.

Outro fator com relação direta no preço praticado pela companhia é o custo das commodities, borracha natural e petróleo, cuja variação afeta não só o produto importado (cotado em dólar) como também os produtos nacionais.

EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional do Grupo Cantu Store que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo o Grupo Cantu Store já foram disponibilizadas no item 15 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pelo do Grupo Cantu Store encontram-se descritos no item 10.9(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação ao Grupo Cantu Store ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados do Grupo Cantu Store.

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - RESSALVAS E ÊNFASE NO PARECER DO AUDITOR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Cantu Store foram preparadas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos,as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

O Grupo Cantu Store adotou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as suas demonstrações financeiras. Além disso, o Grupo Cantu Store adotou o CPC 06 a partir de 1º de janeiro de 2019.

Devido ao método de transição escolhidos pelo Grupo Cantu Store na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram representadas para refletir os requerimentos das novas normas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

i. CPC 47 Receita de contrato com o cliente

CPC 47 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas e CPC 17 Contratos de Construção.

O CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receita de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços.

Como a transferência de riscos e benefícios geralmente coincide com a transferência de controle dos produtos fornecidos pelo Grupo, o momento do reconhecimento da receita de venda de produtos não foi impactado pela adoção dessa nova norma.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa do Grupo Cantu Store de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas.

Venda de mercadorias e serviços: operamos tanto em lojas físicas, como no e-commerce, a receita é reconhecida no resultado quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros e boletos.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

De forma prática a adoção do CPC 47 não trouxe nenhum impacto significativo para o Grupo Cantu Store, considerando que o Grupo Cantu Store cumpre a sua obrigação de desempenho na entrega dos seus produtos aos clientes, transferindo naquele momento o controle dos bens. Ainda, para esta conclusão, o Grupo Cantu Store também avaliou outros aspectos, como o baixo nível de cancelamentos e, portanto, a alta probabilidade que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada, a inexistência de outros componentes vendidos em conjunto com os produtos, a inexistência de programas de fidelidade ou similares e, ainda, a inexistência de programas de abatimento ("rebate").

ii. CPC 48 Instrumentos financeiros

O Grupo adotou o CPC 48 com aplicação a partir de 1º de abril de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

(ii) Novo modelo de impairment para ativos

No que se refere ao novo modelo de mensuração de expectativa de impairment para ativos financeiros, o CPC 48 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e outras contas a receber. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros do Grupo Cantu Store.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo Cantu Store relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O Grupo Cantu Store não adotou a contabilidade de hedge *(hedge accounting)* em nenhum dos períodos apresentados.

iii. CPC 06 Arrendamentos

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) que substituiu o CPC 06 (R1). A norma estabelece um modelo único de contabilização dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários, de modo que reconheçam os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo contemplados nos contratos de arrendamento mercantil e parcerias agrícolas, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo e/ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos referidos contratos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

Com a adoção da norma o Grupo reconheceu ativos e passivos para seus contratos relacionados a arrendamentos Os custos/despesas referentes a esses contratos foram substituídos de custos/despesas de arrendamentos operacionais e parcerias para custos/despesa de depreciação do direito de uso e atualização do valor presente dos passivos de arrendamentos.

Foi adotada a abordagem retrospectiva modificada, com base na qual o passivo foi reconhecido pelos saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados por meio de taxas de empréstimos incrementais.

Na data de adoção inicial, o direito de uso sobre os ativos arrendados foi reconhecido pelo mesmo valor do passivo de arrendamento, conforme método simplificado permitido pela norma.

Aproveitando a isenção que a norma permite de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores, as informações comparativas apresentadas.

As demais novas normas que também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Definição de material: alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 "Combinação de Negócios"
- Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros"
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos"

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registrados efeitos significativos para o Grupo Cantu Store nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do Grupo Cantu Store nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas, assim como no exercício social corrente.

POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS DO GRUPO CANTU STORE

O Grupo Cantu Store aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

(a) Base de transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intragrupos, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(c) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras combinadas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(d) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo Cantu Store.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

Os estoques são avaliados periodicamente pelo Grupo Cantu Store, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna.

(f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo Cantu Store e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

(g) Intangível

(iv) Reconhecimento e mensuração

Softwares
Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(vi) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos.

(vii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Cantu Store tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo Cantu Store não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

(h) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

O Grupo Cantu Store classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

O Grupo Cantu Store classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo Cantu Store se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

(j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(viii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros
O Grupo Cantu Store reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Contas a receber;

O Grupo Cantu Store mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo Cantu Store considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo Cantu Store, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo Cantu Store presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O Grupo Cantu Store considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

– É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

– O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

– O Grupo Cantu Store considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

– As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo Cantu Store espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo Cantu Store avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido o Grupo Cantu Store em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, o Grupo Cantu Store faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo Cantu Store não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo Cantu Store para a recuperação dos valores devidos.

(ix) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Cantu Store, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo Cantu Store tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(l) Receita de vendas

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

(m) Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(n) Subvenções e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que o Grupo Cantu Store irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo Cantu Store espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

Em relação ao ICPC 22, o Grupo Cantu Store não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

(p) Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados.

(q) Arrendamentos

O Grupo Cantu Store aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início do contrato, o Grupo Cantu Store determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo Cantu Store utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo Cantu Store reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cantu Store. Geralmente, o Grupo Cantu Store usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo Cantu Store optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo Cantu Store determina se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo e um dos seguintes itens fosse cumprido: (i) o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que o obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; (ii) o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou (iii) fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

No período comparativo, quando aplicável, como arrendatária, o Grupo Cantu Store classifica os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS DO GRUPO CANTU STORE

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Cantu Store referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Cantu Store referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Cantu Store referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Cantu Store referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais do Grupo Cantu Store referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Cantu Store relativas ao exercício social encerrado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONTÁBEIS DO GRUPO CANTU STORE

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Cantu Store relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Cantu Store relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Grupo Cantu Store relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

PANDEMIA DA COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia.

As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. Diante desse cenário, com o objetivo de tratar como prioridade máxima e imediata a segurança e saúde dos funcionários e clientes do Grupo Cantu Store, foi instituído Comitê que definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Nesse sentido, destacam-se as medidas tomadas pelo Grupo Cantu Store abaixo:

- realizamos home-office durante o ano de 2020, período mais crítico da pandemia, para mais de 70% do quadro de colaboradores;

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- realizamos ações internas de conscientização sobre a pandemia;
- instalamos o uso de álcool gel nas áreas da sede e das filiais do Grupo Cantu Store;
- instituímos o uso obrigatório de máscaras nas dependências da sede e das filiais do Grupo Cantu Store;
- disponibilizamos máscaras descartáveis e deixamos as janelas abertas, para maior circulação de ar, na sede e nas filiais do Grupo Cantu Store; e
- em 2021, com o retorno do trabalho presencial para todos os colaboradores, investimos em painéis acrílicos para dividir baias de trabalho nas mesas.

A crise causada pela pandemia de COVID-19 iniciou-se nas duas últimas semanas do trimestre findo em 31 de março de 2020, com isso o cenário atual do mercado de pneus cresceu, em especial no segmento online.

Devido à pandemia e às condições econômicas e políticas do país e do mundo, os consumidores passaram a trocar os pneus de veículos com maior frequência – ao invés de trocar de veículo, gerando um crescimento nas vendas do Grupo Cantu Store a partir de março de 2021.

O impacto do Covid no comércio eletrônico foi considerável pois as lojas físicas estavam fechadas. Com isso, os consumidores que já compravam em lojas online, aumentaram a sua frequência de compra e também novos compradores foram inseridos no comércio eletrônico.

O distanciamento social e o fechamento das lojas físicas por um período prolongado gerou um novo hábito de compra nos consumidores, que é comprar online e receber com conveniência e agilidade na sua casa. Assim, consumidores passaram a comprar com maior frequência online aumentando o número de vendas do comércio eletrônico.

Com isso no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, obteve-se considerável aumento de receita, acelerando o planejamento de crescimento da Companhia.

Considerando a eventualidade de permanência do cenário de pandemia e sua imprevisibilidade quanto aos efeitos econômicos, não é possível ainda afirmar que novos eventos possam ter efeito financeiro nas operações da Companhia.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária, cujas atribuições estão descritas nos itens abaixo. Adicionalmente, existe o Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, é composto, por, no mínimo 5 (cinco) membros, e no máximo 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

(a) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

(b) eleger e destituir os diretores da Companhia;

(c) indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas sociedades controladas, coligadas ou investidas, bem como deliberar sobre a sua destituição;

(d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;

(e) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Art. 10 do Estatuto Social;

(f) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme art. 6º do Estatuto Social;

(g) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(h) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(i) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(j) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(k) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(l) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 31, Parágrafo Terceiro do Estatuto Social;

(m) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(n) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

(o) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

(p) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, dentro do limite do capital autorizado previsto no Artigo 6º acima, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(q) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, quando os seus valores superem R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, observado o Artigo 10 acima;

(r) aprovar a venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, estipulando prazos e demais condições;

(s) contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato;

(t) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, contendo opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da OPA, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(u) opinar sobre a realização de OPA a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

(v) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(w) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

(x) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Conselho Fiscal

A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição, em caso de reinstalação.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Auditoria

A Companhia tem um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo: (a) ao menos, 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (b) ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários.

(i) De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem: Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) Supervisionar as atividades da auditoria independente;

(iii) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iv) Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(v) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

(vi) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas;

(vii) Receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

(viii) Aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Todos os regimentos internos próprios, mencionados neste item, quais sejam: (i) Conselho de Administracao; e (ii) Comite de Auditoria foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de outubro de 2021. Todos os referidos regimentos estão disponíveis para consulta no site da Companhia (ri.cantustore.com.br).

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui Comitê de Auditoria Estatutário. No entanto, conforme descrito no item "i" acima, a Companhia possui Comitê de Auditoria em cumprimento às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes e convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas acima.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria

A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, é constituída de 4 (quatro) membros, sendo Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Tecnologia da Informação e um Diretor de Relações com Investidores. Todos os diretores são residentes no país e tem mandato fixado em 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(a) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;

(b) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos do Estatuto Social;

(c) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(d) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, de valores entre R$10.000.000,00 (dez milhões) até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por ato, observado o Artigo 10 do Estatuto Social.

Adicionalmente, compete, especificamente:

Ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social:

a) Coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

b) Zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

d) Coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social; e

e) Definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas no Estatuto Social "*ad referendum*" do Conselho de Administração.

Ao Diretor Financeiro:

a) Coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

b) Planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; e

c) Gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Ao Diretor de Tecnologia da Informação:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) Analisar soluções de tecnologia da informação para controle e aperfeiçoamento dos negócios da Companhia;

b) Coordenar as atividades relacionada a sistemas, infraestrutura, suporte e telecomunicações; e

c) Dirigir as áreas de tecnologia da informação e de comércio eletrônico da Companhia.

Ao Diretor de Relações com Investidores:

a) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

b) Prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

c) Manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia não possui regimento interno do Conselho Fiscal, podendo aprovar um regimento quando de sua instalação.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo, uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho e dos Diretores da Companhia.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, dos membros da Diretoria e dos comitês de assessoramento enquanto órgãos colegiados.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês de assessoramento são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Já para os membros da Diretoria, são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de feedback individuais.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas para o ano subsequente.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com o processo de avaliação. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o Estatuto Social da Companhia e o artigo 124, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

I. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 6° do presente Estatuto Social;

II. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

III. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver;

IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

VII. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

VIII. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º do Estatuto Social;

IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

X. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

XI. aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

XII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado; e

XIII. deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: ri@cantustore.com.br

Endereço Físico: cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

Adicionalmente, a Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas e conflito de interesses, conforme descrita na seção 16 deste Formulário de Referência.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM 481, acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto à distância de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto à distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (a) na hipótese (i) acima, de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, (a.i) em sendo Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (a.ii) em sendo Assembleia Geral Extraordinária, entre o 1° (primeiro) dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; e (b) na hipótese (ii) acima, de inclusão de propostas de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: endereço Eletrônico: ri@cantustore.com.br e endereço Físico: cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@cantustore.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias úteis, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração.

No último exercício social, a Companhia não possuía Conselho de Administração instalado.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

A Companhia não possui Acordo de Acionistas arquivado em sua sede.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária", aprovada pelo Conselho de Administração em reunião. A Política pode ser consultada no *site* ri.cantustore.com.br.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Conselho de Administração é um órgão colegiado, cujo desempenho depende do respeito e da compreensão das características de cada um de seus membros, sem que isso implique ausência de debates de ideias. Deve ser composto considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Conduta e suas políticas internas;

(ii) integridade pessoal e reputação ilibada;

(iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

(iv) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;

(v) ser familiarizado em gestão financeira e demais áreas da administração de empresas, possuindo habilidades e experiências necessárias para o exercício do cargo;

(vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(vii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Vitor das Neves Leme	18/02/1988	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2021	2 anos	0
062.320.859-81	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/10/2021	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Julierme Arrais Ribeiro Alves	17/03/1976	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2021	2 anos	0
884.114.274-04	Administrador	19 - Outros Diretores	20/10/2021	Sim	0.00%
Não Aplicável		Diretor de Ternologia da Informação			
Glauco Guimarães Ferreira	03/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2021	2 anos	0
274.533.358-50	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/10/2021	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Ronaldo da Cunha Bueno Neto	16/08/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2021	2 anos	0
305.085.678-58	Publicitário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/10/2021	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Claudia da Rosa Cortes de Lacerda	27/01/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2021	2 anos	0
965.075.517-91	Advogada	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/10/2021	Sim	0.00%
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria					
Eduardo Rogatto Luque	06/07/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2021	2 anos	0
142.773.658-84	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/10/2021	Sim	0.00%
Membro Efetivo do Comitê de Auditoria					
Humberto Gabriel Cantu	27/02/1982	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	20/10/2021	2 anos	0
035.941.999-24	Empresário	39 - Outros Conselheiros / Diretores	20/10/2021	Sim	0.00%
Membro Efetivo do Conselho de Administração		Diretor Presidente			

Experiência profissional / Critérios de Independência

Vitor das Neves Leme - 062.320.859-81

Bacharel em administração e gerenciamento de empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina e com parte dos estudos feitos na Universite de La Rochelle. Pós-graduado em Finanças pela Universidade Federal do Paraná. Concluiu o curso FSE – Finance for Senior Executives na Harvard Business School. Atualmente é Diretor financeiro e diretor de relacionamento com o investidor, possuindo 3 anos de casa. Em sua jornada profissional de mais de 13 anos, iniciou sua carreira como Trainee da ALL - América Latina Logística, chegando a Gerente Comercial meses). Empreendeu e foi sócio da Domi Urbanismo por 4 anos, no setor imobiliário de urbanismo.
O Sr. Vitor não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Julierme Arrais Ribeiro Alves - 884.114.274-04

Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Pernambuco, pós-graduado em gestão de projetos e em finanças e investimentos, atua como diretor de tecnologia da Informação na empresa Cantu Store, ao qual possui 2 anos e 9 meses de casa. Em sua jornada profissional, de mais de 20 anos, passou por grandes empresas, como por exemplo Discover Technology (CTO – 1 ano e 5 meses; Head of e-commerce e innovation – 2 anos) e Grupo Netshoes (Gerente de desenvolvimento E-commerce – 1 ano).
O Sr. Julierme não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Glauco Guimarães Ferreira - 274.533.358-50

Mestre em Psicologia, MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios pela FGV, Pós Graduado em Gestão com foco em Finanças pela IESE Business School de Barcelona, cursos de Extensão como: Marketing pela ESPM, Liderança pela Fundação Dom Cabral, Developing Managerial Excellence pela SDA Bocconi de Milão, Innovation and People Agility pela IMD Business School da Suiça e Coaching pela Academy Institute da Alemanha. Diretor Comercial da Epson do Brasil nos últimos três anos, anterior a isso Diretor Comercial na Pirelli Pneus por 5 anos, desde 2012 professor na FGV para os cursos de Pós Graduação em Administração.
O Sr. Glauco não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
O Sr. Glauco é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Ronaldo da Cunha Bueno Neto - 305.085.678-58

Graduado em Marketing pela ESPM, atuou na área de Marketing Direto como sócio-diretor das agências DMKT e CRMachine, esteve cinco anos e meio à frente do Marketing da Netshoes.
Por duas vezes consecutivas recebeu o Prêmio E-commerce Brasil como melhor diretor de marketing e vendas (2011/2012) e ganhador do Prêmio Caboré na categoria Profissional de Marketing do Ano de 2012.
Chegou ao Terra no final de 2012, onde liderou projetos como o Planeta Terra Festival e o hoje, Roni Cunha Bueno é sócio-fundador da ORGANICA, aceleradora de negócios.
O Sr. Ronaldo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Claudia da Rosa Cortes de Lacerda - 965.075.517-91

Advogada, formada pela Faculdade Candido Mendes Ipanema em 1992 com certificação pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa para exercer o cargo de Conselheira de Administração, possui curso em Liderança na Inovação no MIT. Iniciou sua carreira no Banco Pactual em 1994, como advogada, e permaneceu por 10 anos, sendo que em 2001, passou a ser associada e responsável pela Área Jurídica. Ingressou na BR Malls Participações S.A. em janeiro de 2007 e permanece até hoje como diretora estatutária, responsável por estabelecer, gerir e coordenar a estratégica jurídica adotada pela Companhia e pela área de Governança, Riscos e Compliance.
A Sra. Claudia não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
A Sra. Cluadia é conselheira independente, eleita de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Eduardo Rogatto Luque - 142.773.658-84

Formado em contabilidade pela PUC SP e com MBA em controladoria pela USP. Eduardo é contador registrado na CVM e nos EUA, com carreira de 27 anos na PwC (1989 – 2016) incluindo 13 anos como sócio. Na PwC participou de Programa de Intercâmbio nos EUA por 3 anos. Liderou os segmentos de Real & Estate e o Japan Desk. Sócio responsável pelo Programa Global de Qualidade em Auditoria no Brasil e no Equador. Sócio Diretor da Irko Outsourcing desde 2016, líder das áreas de Recursos Humanos e Expansão Estratégica. Sócio Diretor da Irko Hirashima Auditores e Consultores e líder da área de Risk & Quality. Ampla experiência em auditoria e no atendimento de empresas de capital aberto e grupos multinacionais (Ambev, Kroton, Bayer, GP Investments, Tempo Participações, Alcoa, DuPont, Qualicorp, Sonae Sierra, Helbor, Gafisa, etc.) incluindo IPOs na CVM e na SEC. Especialista em IFRS e USGAAP para assuntos complexos.
O Sr. Eduardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
O Sr. Eduardo é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social e é membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela ICVM 308/99.

Humberto Gabriel Cantu - 035.941.999-24

Bacharel em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Pós-graduado por Harvard Business School no curso “Owner and President Management Program – OPM47”. Fundador e Presidente da Cantu Store.
O Sr. Humberto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Vitor das Neves Leme - 062.320.859-81	
N/A	
Julierme Arrais Ribeiro Alves - 884.114.274-04	
N/A	
Glauco Guimarães Ferreira - 274.533.358-50	
N/A	
Ronaldo da Cunha Bueno Neto - 305.085.678-58	
N/A	
Claudia da Rosa Cortes de Lacerda - 965.075.517-91	
N/A	
Eduardo Rogatto Luque - 142.773.658-84	
N/A	
Humberto Gabriel Cantu - 035.941.999-24	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Eduardo Rogatto Luque	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	06/07/1969	20/10/2021	2 anos
142.773.658-84		Contador	Coordenador e membro com experiência em contabilidade societário do Comitê.	20/10/2021	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração.						
Claudia da Rosa Cortes de Lacerda	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/01/1969	20/10/2021	2 anos
965.075.517-91		Advogada		20/10/2021	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Glauco Guimarães Ferreira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/02/1979	20/10/2021	2 anos
274.533.358-50		Administrador		20/10/2021	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Eduardo Rogatto Luque - 142.773.658-84

Formado em contabilidade pela PUC SP e com MBA em controladoria pela USP. Eduardo é contador registrado na CVM e nos EUA, com carreira de 27 anos na PwC (1989 – 2016) incluindo 13 anos como sócio. Na PwC participou de Programa de Intercâmbio nos EUA por 3 anos. Liderou os segmentos de Real & Estate e o Japan Desk. Sócio responsável pelo Programa Global de Qualidade em Auditoria no Brasil e no Equador. Sócio Diretor da Irko Outsourcing desde 2016, líder das áreas de Recursos Humanos e Expansão Estratégica. Sócio Diretor da Irko Hirashima Auditores e Consultores e líder da área de Risk & Quality. Ampla experiência em auditoria e no atendimento de empresas de capital aberto e grupos multinacionais (Ambev, Kroton, Bayer, GP Investments, Tempo Participações, Alcoa, DuPont, Qualicorp, Sonae Sierra, Helbor, Gafisa, etc.) incluindo IPOs na CVM e na SEC. Especialista em IFRS e USGAAP para assuntos complexos.
O Sr. Eduardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
O Sr. Eduardo é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social e é membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela ICVM 308/99.

Claudia da Rosa Cortes de Lacerda - 965.075.517-91

Advogada, formada pela Faculdade Candido Mendes Ipanema em 1992 com certificação pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa para exercer o cargo de Conselheira de Administração, possui curso em Liderança na Inovação no MIT. Iniciou sua carreira no Banco Pactual em 1994, como advogada, e permaneceu por 10 anos, sendo que em 2001, passou a ser associada e responsável pela Área Jurídica. Ingressou na BR Malls Participações S.A. em janeiro de 2007 e permanece até hoje como diretora estatutária, responsável por estabelecer, gerir e coordenar a estratégica jurídica adotada pela Companhia e pela área de Governança, Riscos e Compliance.
A Sra. Claudia não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
A Sra. Cluadia é conselheira independente, eleita de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Glauco Guimarães Ferreira - 274.533.358-50

Mestre em Psicologia, MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios pela FGV, Pós Graduado em Gestão com foco em Finanças pela IESE Business School de Barcelona, cursos de Extensão como: Marketing pela ESPM, Liderança pela Fundação Dom Cabral, Developing Managerial Excellence pela SDA Bocconi de Milão, Innovation and People Agility pela IMD Business School da Suiça e Coaching pela Academy Institute da Alemanha. Diretor Comercial da Epson do Brasil nos últimos três anos, anterior a isso Diretor Comercial na Pirelli Pneus por 5 anos, desde 2012 professor na FGV para os cursos de Pós Graduação em Administração.
O Sr. Glauco não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
O Sr. Glauco é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Eduardo Rogatto Luque - 142.773.658-84	
N/A	
Claudia da Rosa Cortes de Lacerda - 965.075.517-91	
N/A	
Glauco Guimarães Ferreira - 274.533.358-50	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia não contrata seguro de responsabilidade civil para seus diretores e administradores ("D&O"). Atualmente, a Companhia está em processo de contratação de D&O, a qual será concluída até a disponibilização do Aviso ao Mercado no âmbito da oferta pública de ações da Companhia.

Para informações sobre o Grupo Cantu Store, vide seção 12.12 deste Formulário de Referência.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral de Constituição	28/09/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	22/09/2021	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2021	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	19/10/2021	100%	NÃO

SEGMENTO DO NOVO MERCADO

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, (i) 25% do capital social; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

12.12 - Outras informações relevantes

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para a hipótese de instalação de um conselho fiscal, a critério da Companhia e nos casos previstos em lei, conforme deliberação em assembleia geral sobre a sua necessidade, entre outros.

Informações complementares ao item 12.11

Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores do Grupo Cantu Store

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos abaixo as informações referentes ao Grupo Cantu Store, de forma consolidada.

A futura controlada CPX Distribuidora S.A. manteve apólice de seguro D&O junto à HDI Global Seguros S.A. pelo período de vigência entre 24.02.2020 à 24.02.2021, com o limite máximo de garantia de R$ 10.000.000,00, para garantir as atividades de seus diretores e administradores, bem como dos diretores e administradores das co-tomadoras: Agile Distribuidora Ltda CP Comercial S.A, ITR Comercio de Pneus e Peças S.A., Level Importação, Exportação e Comercio S.A. N.H.A.S.P.E Participações S.A., RJU Companhia Trading S.A., Italia Comércio e Distribuidora Ltda. Apesar de expirada, a referida apólice continha prazo de vigência complementar de 36 meses contados a partir do fim de sua vigência.

Ainda, parte das futuras subsidiárias da Companhia possui apólices de seguro cuja cobertura inclui riscos para transportes nacionais e internacionais, bem como apólices de seguro prestamista e seguro-garantia. Neste sentido, a subsidiária CP Comercial S.A mantêm apólices vigentes na modalidade de seguro de transporte nacional e internacional, mantendo como cosseguradas as demais controladas da Companhia.

Ainda, as futuras controladas CP Comercial S.A, ITR Comercio de Pneus e Peças S.A e ITR Comercio de Pneus e Peças S.A são estipulantes de seguros prestamistas contratados junto à Safra Vida e Previdência S.A. para garantir o pagamento pelos sócios pessoas naturais que aderiram ao seguro das cédulas de crédito bancário (mútuo) firmadas com o Banco Safra S.A.

Adicionalmente, as futuras controladas CPX Distribuidora S.A. e CP Comercial S.A possuem apólices de seguro garantia judicial para garantir os seguintes processos: 1513921-51.2016.8.26.0014, 1504795-06.2018.8.26.0014, 1510861-36.2017.8.26.0014 e 1500366-25.2020.8.26.0014.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de outubro de 2021 e poderá ser encontrada na página de relação com investidores da Companhia (ri.cantustore.com.br) ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores da Companhia na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) o padrão de outros executivos e profissionais, e (c) o desempenho coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e de lucratividade.

Com a aprovação da Política de Remuneração, os administradores da Companhia passarão a ser remunerados diretamente pela Companhia, conforme remuneração global a ser aprovada em sede de assembleia geral de acionistas.

(b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, inclusive por meio de planos de incentivos de longo prazo baseado em ações da Companhia, conforme devidamente deliberado pelos órgãos competentes.

Diretor(es) Estatutário(s)

Remuneração Fixa

A remuneração fixa dos Diretores será baseada nas responsabilidades do cargo e experiência individuais. Para o estabelecimento de tal remuneração, o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada.

A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado, buscando como referência pesquisas salariais do setor de atuação da Companhia, ou atualizada monetariamente.

A remuneração fixa será composta da seguinte forma:

Pró-labore mensal fixo: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros da Companhia, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios: visam complementar a remuneração com benefícios da assistência social de forma a dar uma maior segurança e permitir foco no desempenho de suas funções. Os benefícios oferecidos podem ser: (i) seguro de vida; (ii) plano de assistência médica e odontológica; (iii) vale refeição e/ou alimentação; (iv) estacionamento; (v) Vale Combustível; (vi) treinamentos e cursos periódicos; e (vii) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, incluindo mas não se limintado a veículos para uso profissional e particular.

Remuneração Variável

Premiação (Bônus):

Os membros da Diretoria da Companhia poderão participar de um programa de premiação visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia.

Os montantes a serem atribuídos no âmbito deste programa deverá resultar de processo de avaliação discricionária que conclua pelo desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de atividades, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Conselheiro de Administração

Remuneração Fixa

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração será baseada nas responsabilidades do cargo e, em casos extraordinários que se justifiquem, experiência individuais. Para o estabelecimento de tal remuneração, o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada.

A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado, buscando como referência pesquisas salariais do setor de atuação da Companhia, ou atualizada monetariamente.

A remuneração fixa será composta da seguinte forma:

Pró-labore mensal fixo: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros da Companhia, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio.

Não há concessão de benefícios ao Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração não farão jus a remuneração variável.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos em lei.

Membros dos Comitês

Os membros dos Comitês de Auditoria e de eventuais outros comitês da Companhia são elegíveis a uma remuneração fixa mensal.

Os membros dos Comitês que forem membros do Conselho de Administração ou possuam outras funções na Companhia não farão jus ao recebimento de remuneração adicional por serem membros de tal Comitê.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Item não aplicável, haja vista que a Companhia foi constituída em setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente. Para informações a respeito da composição histórica da remuneração total do Grupo Cantu Store, vide item 13.16 deste Formulário de Referência.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de varejo ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo, alinhado com as práticas de mercado.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente, a Companhia não possuía Conselho de Administração ou Conselho Fiscal e, dessa forma, não havia membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia remunerados. Pelo mesmo motivo, a Companhia não remunerava seus Diretores.

A partir do registro de Companhia aberta e da oferta pública de ações da Companhia, todos os membros do Conselho de Administração e Diretores serão remunerados, sendo que o Diretor-Presidente que também possui um assento no Conselho de Administração receberá apenas por sua função como Diretor-Presidente.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho para a determinação da remuneração váriavel da Diretoria, são: EBTIDA, faturamento e indicadores operacionais das áreas sobre responsabilidade de cada uma das diretorias.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se instalado, não é impactada por indicadores de desempenho.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela significativa do valor total a ser pago aos administradores é na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta processo de avaliação discricionária que conclua pelo atingimento de metas objetivas alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia, conforme mencionado nos demais itens.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia procura incentivar os administradores da Companhia a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia. A Companhia busca tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado, bem como especialmente de remuneração variável que reforce o comprometimento do administrador no atendimento de metas e objetivos específicos atrelados diretamente ao desempenho da Companhia no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e planejamento estratégico.

Dessa forma, para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Para o médio prazo, a Companhia visa obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus anual aos Diretores, vinculado às metas da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração. Por fim, para o longo prazo, a Companhia buscará reter profissionais qualificados por meio da outorga de opção de compra de suas ações aos membros da administração conforme plano recém aprovado em assembleia geral, o qual aguarda a aprovação de programas pela Conselho de Administração.

Já com relação ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quando instalado, a Companhia adota apenas a remuneração fixa, considerando sua funções e responsabilidades na governança da Companhia.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou contradores diretos ou indiretos.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos administradores é definida em linha com o planejamento estratégico da Companhia provado pelo Conselho de Administração e, posteriormente, aprovada em Assembleia Geral.

Cabe ao Conselho de Administração, por sua vez, a fixação da remuneração individual dos administradores, observado o limite aprovado em assembleia.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando as responsabilidades dos cargos, o tempo dedicado às funções, a competência e as experiências individuais dos profissionais.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os estudos realizados pela Companhia para fixação da remuneração individual dos administradores baseiam-se em referências de mercado, levando-se em consideração práticas de empresas do mesmo setor, assim como de porte e características similares à Companhia e referências internas. Tal estratégia tem como objetivo garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estrutura de remuneração da Companhia.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Nos termos da Política de Remuneração, o alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente no Conselho de Administração, no âmbito da apreciação da proposta de orçamento e planejamento estratégico da Companhia. Dessa forma, anualmente, a remuneração deverá ser revista, o que será refletido na proposta da administração de remuneração para o ano a qual está sujeita à aprovação da assembleia geral ordinária.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 30/09/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	729.781,76	0,00	909.781,76
Benefícios direto e indireto	0,00	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Número de membros e número de membros remunerados foram indicados considerando a eleição, no exercício corrente, dos membros do Conselho de Administração e Diretoria, todos remunerados, os quais permanecem em seus cargos desde a posse em 19 de outubro de 2021, não havendo quaisquer substituições até a data deste Formulário de Referência.	Número de membros e número de membros remunerados foram indicados considerando a eleição, no exercício corrente, dos membros do Conselho de Administração e Diretoria, todos remunerados, os quais permanecem em seus cargos desde a posse em 19 de outubro de 2021, não havendo quaisquer substituições até a data deste Formulário de Referência.	N/A	
Total da remuneração	180.000,00	2.429.781,76	0,00	2.429.781,76

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				0,00
Nº de membros remunerados				0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00

Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				0,00
Observação				
Total da remuneração				0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				0,00
Nº de membros remunerados				0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00
Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00

Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				0,00
Observação				
Total da remuneração				0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				0,00
Nº de membros remunerados				0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore				0,00
Benefícios direto e indireto				0,00
Participações em comitês				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações (incluindo opções)				0,00

Observação				
Total da remuneração				0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	N/A	8
Nº de membros remunerados	4	3	N/A	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	600.000,00	N/A	600.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	600.000,00	N/A	600.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de outubro de 2021 o Plano de Outorga de Opção de Aquisição de Ações ("Plano") para os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre: (a) administradores da Companhia ou de controladas da Companhia; (b) executivos e colaboradores que exerçam função de gerência da Companhia ou de controladas da Companhia; (c) colaboradores, incluindo empregados que ocupem cargos estratégicos para os negócios da Companhia ou de controladas da Companhia; e (d) membros do Conselho Consultivo da Companhia, assim identificados pelo Conselho de Administração ou pelos administradores ("Participante").

(a) Termos e condições gerais

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração da Companhia, na capacidade de administrador do Plano, terá autonomia e todos os poderes necessários para:

(i) tomar todas e quaisquer providências relativas à administração e implementação do Plano, incluída sua liquidação em instrumentos patrimoniais ou em caixa, em situação específica, detalhamento e aplicação das normas gerais ora estabelecidas;

(ii) decidir quanto às datas em que serão outorgadas opções de aquisição de Ações ("Opções" ou, individualmente, "Opção"), bem como quanto à oportunidade de outorga das referidas opções em relação aos interesses da Companhia;

(iii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis para participar do Plano, aqueles que participarão efetivamente do Plano;

(iv) decidir sobre questões relacionadas ao período aquisitivo e preço de exercício das Opções;

(v) analisar casos excepcionais, incluída uma eventual liquidação em caixa, tudo para fins de preservar os objetivos almejados com o Plano;

(vi) modificar unilateralmente os termos e condições das opções outorgadas com o objetivo de adaptá-las a eventuais exigências que vierem a ser feitas por alteração legislativa pertinente, desde que tais alterações não prejudiquem os direitos dos Participantes; e

(vii) revogar quaisquer Opções outorgadas caso os Participantes não sigam os termos definidos no Plano e/ou do Termo de Adesão.

Caberá ao Conselho de Administração dirimir dúvidas acerca da interpretação e/ou implementação das normas gerais estabelecidas no Plano, sendo que no caso de conflito entre as disposições do Plano e as Opções, e/ou quaisquer outros instrumentos, prevalecerão as disposições do Plano.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração sujeitar-se-á apenas aos limites impostos por lei, pelo estatuto social da Companhia, pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia e pelo Plano.

As decisões do Conselho de Administração da Companhia terão caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, delas não cabendo qualquer recurso, desde que referidas decisões não conflitem com o estabelecido no Plano, no estatuto social ou na legislação pertinente.

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia aprovar a outorga das Opções aos Participantes.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Até a data deste Formulário de Referência não houve outorgas de opções no âmbito do Plano aos Participantes.

(b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de opções de aquisição de ações da Companhia aos Participantes, sujeito a determinadas condições, com vistas a: (a) possibilitar que os Participantes do Plano se tornem parceiros estratégicos de negócio, a quem será oferecida a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e forma previstos no Plano; e (b) alinhar os interesses dos Participantes do Plano com os interesses dos acionistas da Companhia.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

A outorga de opções de aquisição de ações no âmbito do Plano em benefício dos Participantes é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos Participantes com os dos acionistas da Companhia, na medida em que, assim como os acionistas, os Participantes do Plano se beneficiam com um aumento na cotação das ações no mercado.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano foi desenvolvido como mecanismo de retenção dos Participantes, bem como atrair talentos, criando, ainda, um alinhamento de interesses entre os Participantes, a Companhia e seus acionistas. Ao possibilitar que os Participantes se tornem acionistas da Companhia mediante o exercício das opções em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a alinhar seus interesses aos dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A outorga de opções de aquisição de ações, genericamente, alinha os interesses da Companhia de médio e longo prazo de incentivar a administração e/ou os empregados, conforme o caso, a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, na medida em que tanto os acionistas da Companhia quanto os Participantes se beneficiam de melhoras no resultado e aumentos na cotação das ações no mercado de valores mobiliários.

(f) Número máximo de ações abrangidas

O volume global inicial das Ações objeto do Plano será de ações representativas de até 2% (dois por cento) de ações de emissão da Companhia, em bases diluídas e imediatamente após a liquidação financeira da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, o qual poderá ser objeto de ajustes nos termos do Plano, em casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia conversão de ações de ações. Nestes casos, o Conselho de Administração da Companhia deverá realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano.

Os limites das Ações objeto do Plano, acima previstos, poderão ser alterados por deliberação da maioria das ações com direito a voto de emissão da Companhia em Assembleia Geral de Acionistas especialmente convocada para esse fim.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Nos termos do Plano, o número máximo de Opções que poderá ser efetivamente outorgada no âmbito do Plano não poderá exceder em emissão de novas Ações o limite de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(h) Condições de aquisição de ações

Após prévia aprovação em sede de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, este outorgará Opções mediante assinatura do competente Termo de Adesão ao Programa. Para cada Programa, o Conselho de Administração determinará as respectivas condições que o regerão, conforme são listadas a seguir. Estas características estarão sujeitas à discricionariedade do Conselho de Administração, desde que sempre sejam respeitadas as regras do Plano e os limites estabelecidos em Assembleia Geral de Acionistas.

As seguintes características do Termo de Adesão ao Programa deverão ser estabelecidas pelo Conselho de Administração:

(i) A lista dos Participantes elegíveis, que serão determinadas pelo Conselho de Administração, a seu único e exclusivo critério, bem como o número de Opções outorgadas para cada um deles;

(ii) O preço de exercício das opções, incluindo regras de atualização deste valor após a outorga das opções, bem como sua forma de pagamento pelo Participante;

(iii) Condições de aquisição de direito ao exercício das opções, incluindo prazos de carência (vesting) e outras possíveis condições de aquisição de direito que o Conselho de Administração entender relevantes;

(iv) Prazo de vencimento das opções;

(v) Regras de Lock-Up (impossibilidade de alienação ou transferência) das ações recebidas mediante o exercício das opções, se aplicável;

(vi) Caso o valor das ações não possa ser consultado diretamente na Bolsa de Valores, determinação dos critérios de avaliação do valor das ações; para fins de liquidação do Plano;

(vii) hipóteses de desligamento do Participante e seus efeitos no contrato de opções;

(viii) estabelecer a(s) forma(s) de liquidação do Plano; e

(ix) Eventuais penalidades.

O exercício da Opção estará condicionado à aceitação irrestrita, pelo Participante, dos documentos societários da Companhia, tais como seu estatuto social e acordo de acionistas vigente ou que venha a ser celebrado à época de exercício conforme cópia a ser fornecida ao Participante quando do exercício.

O Termo de Adesão estabelecerá o preço de exercício e a forma de seu pagamento, em parcelas antecipadas ou à vista, com recursos do próprio Participante.

Caberá à Companhia informar se as Ações adquiridas serão as detidas em tesouraria ou se serão novas Ações a serem emitidas dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Nenhuma Ação, ou valor a elas correspondente, será entregue ao Participante em decorrência do exercício de Opção(ões) a não ser que todas as exigências contratuais, legais, estatutárias e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Participante e devidamente verificadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Participante não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que as Opções sejam devidamente exercidas e as Ações objeto das Opções sejam de sua propriedade, por ter ocorrido o pagamento do respectivo preço de exercício, o que só ocorre no caso de liquidação do plano em Ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano prevê que caberá ao Conselho de Administração, quando da elaboração de cada Programa ou da celebração de cada Termo de Adesão com o Participante, fixar o preço de exercício das respectivas Opções.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O Plano prevê que o Conselho de Administração da Companhia decidirá, a seu exclusivo critério, para cada programa de outorga de opções de aquisição de ações, as datas em que as opções de aquisição de ações poderão ser exercidas, o prazo final para o exercício das opções de aquisição de ações, o preço de exercício e os demais termos e condições da outorga.

(k) Forma de liquidação

O Plano prevê que caberá ao Conselho de Administração, quando da elaboração de cada Programa ou da celebração de cada Termo de Adesão com o Participante, estabelecer a(s) forma(s) de liquidação do Plano.

(l) Restrições à transferência das ações

O Plano prevê que as Opções são outorgadas em caráter personalíssimo e não poderão ser alienadas ou exercidas por qualquer pessoa, jurídica ou física, que não seja o Participante. Qualquer tentativa de negociação ou alienação a terceiro, a qualquer título, autorizará o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, a revogar as Opções detidas pelo Participante em questão, sem que seja devida qualquer indenização ou compensação.

O Plano prevê que caberá ao Conselho de Administração, quando da elaboração de cada Programa ou da celebração de cada Termo de Adesão com o Participante, fixar regras de Lock-Up (impossibilidade de alienação ou transferência) das ações recebidas mediante o exercício das opções, conforme aplicável.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor imediatamente após sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão tomada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação societária ou aos efeitos fiscais de um plano de opção de aquisição de ações poderá levar à revisão integral do Plano.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

As condições específicas para o exercício das opções de aquisição de ações nas hipóteses de desligamento dos Participantes serão estabelecidas pelo Conselho de Administração em cada programa de opção de aquisição de ações no âmbito do Plano e no Termo de Adesão do Participante.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 31 de dezembro de 2020, não havia participações detidas por administradores e conselheiros fiscais em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, o Sr. Humberto Gabriel Cantu – membro do Conselho de Administração e Diretor-Presidente – possui a totalidade do capital social da Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, considerando que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e Diretores.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	A Companhia apesar de constituída, não possuía atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
31/12/2019	Companhia não era constituída.
31/12/2018	Companhia não era constituída.

Conselho de Administração	
31/12/2020	A Companhia apesar de constituída, não possuía atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
31/12/2019	Companhia não era constituída.
31/12/2018	Companhia não era constituída.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	A Companhia apesar de constituída, não possuía atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
31/12/2019	Companhia não era constituída.
31/12/2018	Companhia não era constituída.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Dessa forma, não possuía administradores e membros do conselho fiscal remunerados nos exercícios solicitados pelo referido item. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Dessa forma, não possuía administradores e membros do conselho fiscal remunerados nos exercícios solicitados pelo referido item. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Dessa forma, não possuía administradores e membros do conselho fiscal remunerados nos exercícios solicitados pelo referido item. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente, de modo que os membros de sua administração foram eleitos somente em 19 de outubro de 2021. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar as demais sociedades do Grupo Cantu Store, todas sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para mais informações sobre (i) as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo Cantu Store, vide itens 3.9 e 10.9 e (ii) a reorganização societária que resultará na aquisição do controle do Grupo Cantu Store pela Companhia, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Para uma visão mais detalhada sobre a remuneração paga pelo Grupo Cantu Store apresentamos abaixo um histórico das informações de remuneração das empresas operacionais do grupo somadas, quais sejam: CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A. e ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., as quais remuneravam seus administradores e se tornarão subsidiárias da Companhia (as demais empresas que serão consolidadas no âmbito da reroganização não remuneravam seus administradores e por isso não foram consideradas). Vale citar que as informações abaixo não são um reflexo sobre a remuneração da Companhia, bem como se davam em um contexto operacional diverso e sem uma entidade consolidadora para os respectivos períodos.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	N/A	6	N/A	6
Nº de membros remunerados	N/A	6	N/A	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	N/A	441.665,38	N/A	441.665,38
Benefícios direto e indireto	N/A	338.976,53	N/A	338.976,53
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	N/A	92.526,09	N/A	92.526,09
Participação de resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	N/A
Observação	Não havia Conselho de Adminitração instituído em nenhuma das três empresas	Número de membros somados: dois Diretores para cada uma das três empresas	N/A	

13.16 - Outras Informações Relevantes

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	consideradas neste exercício social.	consideradas, sendo todos eles remunerados e nennhum membro eleito para mais de uma empresa.		
Total da remuneração	N/A	873.168,00	N/A	873.168,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6	6	N/A	6
Nº de membros remunerados	0	6	N/A	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	N/A	978.550,42	N/A	978.550,42
Benefícios direto e indireto	N/A	338.593,73	N/A	338.593,73
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	N/A	77.580,58	N/A	77.580,58
Participação de resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	N/A
Observação	Duas das três empresas consideradas possuíam Conselho de Administração constituído com 3 membros eleitos, sendo nenhum deles remunerados.	Número de membros somados: dois Diretores para cada uma das três empresas consideradas, sendo todos eles remunerados e nennhum membro eleito para mais de uma empresa.	N/A	
Total da remuneração	N/A	1.444.724,73	N/A	1.444.724,73

13.16 - Outras Informações Relevantes

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6	6	N/A	6
Nº de membros remunerados	2	6	N/A	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	137.293,56	1.068.046,80	N/A	1.205.340,36
Benefícios direto e indireto	N/A	75.812,60	N/A	15.812,60
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	N/A	17.083,04	N/A	17.083,04
Participação de resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	N/A
Observação	Duas das três empresas consideradas possuíam Conselho de Administração constituído com 3 membros eleitos, sendo dois deles remunerados.	Número de membros somados: dois Diretores para cada uma das três empresas consideradas, sendo todos eles remunerados e nennhum membro eleito para mais de uma empresa.	N/A	
Total da remuneração	137.293,56	1.160.942,44	N/A	1.298.236,00

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020 e não possui atividades no exercício social corrente, de modo que nao possuía empregados próprios ou terceirizados, apenas os diretores indicados no item 13.2. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar as demais sociedades do Grupo Cantu Store, todas sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos no item 14.5 as informações referentes ao Grupo Cantu Store de forma combinada.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - recursos humanos

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente, de modo que nao possuía empregados próprios ou terceirizados, apenas os diretores indicados no item 13.2. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar as demais sociedades do Grupo Cantu Store, todas sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos no item 14.5 as informações referentes ao Grupo Cantu Store de forma combinada.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia, levando em consideração sua representatividade no mercado e seu constante crescimento, busca manter um pacote de remuneração e benefícios atrativos para contratar e reter talentos no mercado de trabalho, de acordo com os requisitos e responsabilidades de cada cargo. Tem-se como premissa principal manter uma equipe engajada, motivada e valorizada.

Ajustes salariais por mérito e promoção são concedidos buscando reconhecer o desempenho dos colaboradores, levando em consideração suas entregas individuais e/ou coletivas. A Companhia não possui política formalizada de salários e remuneração variável.

(b) política de benefícios

A companhia disponibiliza benefícios aos seus colaboradores, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso, e sempre em observância à legislação aplicável.

- Plano de saúde: todos os colaboradores possuem plano de saúde;
- Plano Odontológico: todos os colaboradores possuem plano odontológico;
- VA/VR: todos os colaboradores recebem vale-refeição ou vale-alimentação de acordo com as políticas regionais;
- VC/VT: todos os colaboradores recebem vale-combustível ou vale-transporte, exceto vendedores externos;
- Fretado: na unidade de Itajaí/SC, disponibilizamos um veículo fretado para realizar o transporte dos colaboradores que optem por utilizá-lo;
- Reembolso KM rodado: vendedores externos recebem R$0,67 para cada quilometro percorrido com seu respectivo veículo, a título de reembolso do valor gasto com combustível e depreciação do veículo;
- Seguro de vida: todos os colaboradores estão segurados;
- PPR: todos os colaboradores participam do programa anual de participação de resultados da companhia;
- Ginástica Laboral: as unidades de Itajaí/SC e Serra/ES dispõem de aulas de ginástica laboral, três vezes na semana;
- Programa "Fale comigo": apoio psicológico para todos os colaboradores;
- Auxílio Educação: incentivo ao desenvolvimento dos colaboradores da Companhia mediante auxílio financeiro para fins educacionais, seguindo as regras internas do programa;
- Inglês in-company: todos os colaboradores podem se inscrever nas turmas de inglês in-company, respeitando os critérios estipulados na política interna;
- Restaurante: disponibilizamos na unidade de Itajaí/SC um restaurante in loco e gratuito para que os colaboradores realizem suas refeições.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações nos exercícios sociais anteriores a 30 de setembro de 2021 e atualmente também não possui plano.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2020, e não possui atividades no exercício social corrente, de modo que nao possuía empregados próprios ou terceirizados, apenas os diretores indicados no item 13.2. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar as demais sociedades do Grupo Cantu Store, todas sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, apresentamos no item 14.5 as informações referentes ao Grupo Cantu Store de forma combinada.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao Item 14.1:

Apresentamos abaixo informações do Grupo Cantu Store, de forma consolidada:

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	30/09/2021					
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	Total
Administrativo	241	32	4	9	1	**287**
Diretoria/executivo	4	2	0	0	0	**6**
Especialista	3	2	0	0	0	**5**
Gerente	3	7	4	6	2	**22**
Operacional	60	25	7	15	2	**109**
Comercial	37	78	25	41	8	**189**
Coordenador/Líder	22	3	0	2	0	**27**
Técnico	3	3	0	0	0	**6**
Total	**373**	**152**	**40**	**73**	**13**	**651**

Atividade	31/12/2020					
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	Total
Administrativo	42	23	3	4	1	**73**
Diretoria/executivo	5	2	0	0	0	**7**
Especialista	0	0	0	0	0	**0**
Gerente	0	0	0	0	0	**0**
Operacional	3	19	5	7	1	**35**
Comercial	24	56	11	10	3	**104**
Coordenador/Líder	2	4	0	2	0	**8**
Técnico	0	1	0	0	0	**1**
Total	**76**	**105**	**19**	**23**	**5**	**228**

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Atividade	31/12/2019					
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	Total
Administrativo	44	24	2	4	0	**74**
Diretoria/executivo	4	2	0	0	0	**6**
Especialista	0	0	0	0	0	**0**
Gerente	0	0	0	0	0	**0**
Operacional	4	18	2	4	0	**28**
Comercial	27	49	8	9	0	**93**
Coordenador/Líder	2	3	0	1	0	**6**
Técnico	0	2	0	0	0	**2**
Total	**81**	**98**	**12**	**18**	**0**	**209**

Atividade	31/12/2018					
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	Total
Administrativo	25	23	2	3	0	**53**
Diretoria/executivo	2	1	0	0	0	**3**
Especialista	0	0	0	0	0	**0**
Gerente	0	3	0	0	0	**3**
Operacional	3	18	2	3	0	**26**
Comercial	26	49	5	10	0	**90**
Coordenador/Líder	4	3	0	2	0	**9**
Técnico	1	0	0	0	0	**1**
Total	**60**	**98**	**9**	**18**	**0**	**185**

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	30/09/2021				
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	Total
Manutenção e Conservação	3	11	3	6	23
Segurança Patrimonial	8	0	0	0	8
Representantes Comerciais	37	59	25	19	140
Prestadores de Serviço	24	14	1	3	42
Transportadoras	2095	0	0	0	2095
Total	**2167**	**84**	**29**	**28**	**2308**

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Atividade	31/12/2020				
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	Total
Manutenção e Conservação	3	11	3	4	21
Segurança Patrimonial	4	0	0	0	4
Representantes Comerciais	38	54	13	15	120
Prestadores de Serviço	11	7	0	1	19
Transportadoras	1715	0	0	0	1715
Total	**1771**	**72**	**16**	**20**	**1879**

Atividade	31/12/2019				
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	Total
Manutenção e Conservação	7	8	2	2	19
Segurança Patrimonial	4	0	0	0	4
Representantes Comerciais	30	36	6	9	81
Prestadores de Serviço	4	3	0	0	7
Transportadoras	-	-	-	-	-
Total	**48**	**58**	**12**	**11**	**111**

Atividade	31/12/2018				
	SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	Total
Manutenção e Conservação	7	8	2	2	19
Segurança Patrimonial	4	0	0	0	4
Representantes Comerciais	30	36	6	9	81
Prestadores de Serviço	4	3	0	0	7
Transportadoras	-	-	-	-	-
Total	**45**	**47**	**8**	**11**	**111**

(c) índice de rotatividade

30/09/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
37%	51%	49%	57%

Informações adicionais ao Item 14.2:

Em junho/2021 transferimos 260 colaboradores da empresa NHASPE Participações S.A. para a empresa CPX Distribuidora S.A., ambas do mesmo grupo econômico – Grupo Cantu Store.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Informações adicionais ao Item 14.4:

Não há qualquer relacionamento com as entidades sindicais, além do acompanhamento e execução das normas coletivas previstas nas Convenções Coletivas de Trabalho. Sem histórico de paralizações e greves.

SINDICATO LABORAL	ESTADO LABORAL
Sindicato do comércio atacadista no estado de Goiás	GO
Sindicato do comércio atacadista de Itajaí	SC
Sindicato do comércio de Uberlândia	MG
Sindicato do Comercio Atacadista e Distribuidor do Estado de Mato Grosso	MT
Sindicato dos Empregados no Comercio de Porto Velho	RO
Sindicato dos Empregados No Comercio de Fortaleza	CE
Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comercio no Estado de Sao Paulo	SP
Sindicato dos Empregados no Comercio do Recife	PE
Sindicato dos Trabalhadores no Comercio Varejista e Atacadista de Contagem	MG
Sindicato do Comercio Atacadista do Estado do Piaui	PI
Sindicato Empregados Comercio Jaboatao dos Guararapes	PE
Sindicato dos Empregados No Comercio Atacadista do Distrito Federal	DF
Federação dos Trab.na Mov.de Merc.em Geral e Aux.de Adm.de Aramz.gerais,Similares,Conexos e Assem.do Estado de Sc	SC
Sindicato dos Empregados no Comercio do Rio de Janeiro	RJ
Sindicato dos Empregados Comercio da Cidade do Salvador	BH
Sindicato dos Empregados no Comercio de Curitiba	PR
Sindicato dos Trabalhadores No Comercio e Servicos do Municipio de Ananindeua.	PA
Sindicato dos Empregados No Comercio de Campo Grande	MS
Sindicato do Comercio Atacadista, Importador, Exportador e Distribribuidor de Peças, Rolamentos, Acessorios e Componentes Para Industria e Para Veiculos	SP
Sindicato dos Empregados no Comercio de Osasco	SP
Sindicato do Comercio Atacadista do Estado do Rio Grande do Sul	RS
Sindicato dos Empregados No Comercio de Sao Luis	MA
Sindicato dos Empregados No Comercio Estado Tocantins	TO
Sindicato dos Empregados no Comercio no Estado do Espírito Santo	ES
Sindicato dos Empregados No Comercio de Chapeco	SC
Sindicato dos Empregados no Comercio de Bauru	SP
Sindicato dos Empregados no Comercio de Campinas	SP
Sindicato dos Empregados No Comercio de São Jose do Rio Preto	SP
Sindicato dos Empregados No Comercio de Presidente Prudente	SP
Sindicato dos Empregados no Comercio de Ribeirão Preto	SP

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Humberto Gabriel Cantu					
035.941.999-24	Brasileira	Não	Sim	30/09/2021	
Não					
150.750.000	100,000%	0	0,000%	150.750.000	100,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
150.750.000	100,000%	0	0,000%	150.750.000	100,000%

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/09/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O organograma abaixo reflete a estrutura societária atual da Companhia, sendo que a Companhia passará por uma reorganização societária imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações. Para mais informações sobre a reorganização societária e a estrutura societária pós-reorganização, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 22 de setembro de 2021, o Sr. Humberto Gabriel Cantu adquiriu a totalidade das ações da Companhia, então denominada O.A.E.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. e, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia passou a denominar-se Cantu Store S.A., bem como ocorreu, no mesmo ato, a reforma integral de seu Estatuto Social e a eleição de novos diretores (atuais diretores da Companhia). Assim, a Companhia passou a ter como único acionista o Sr. Humberto Gabriel Cantu, controlador do Grupo Cantu Store.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

Não aplicável, conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados.

Para informações sobre a reorganização societária vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

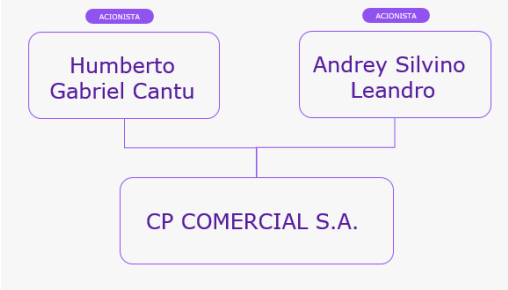
15.8 - Outras informações relevantes

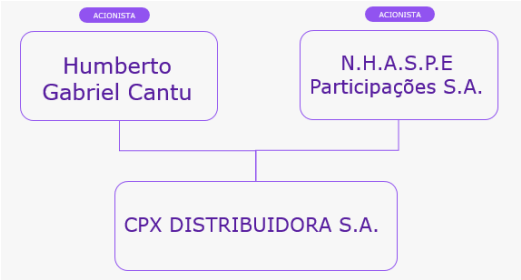
Reorganização Societária

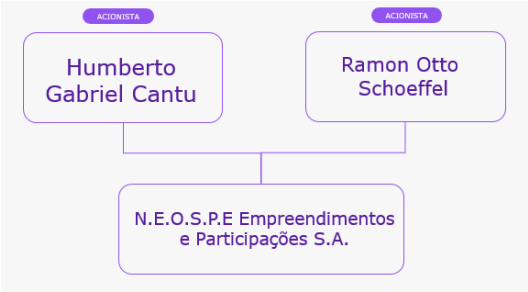
Em complemento às informações prestadas no item 15.7, no âmbito da preparação para a oferta pública primária de ações de sua emissão ("Oferta"), a Companhia está realizando uma reorganização societária, estruturada conforme abaixo.

(a) evento	**Celebração de Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças no âmbito da reorganização societária do Grupo Cantu Store**
(b) principais condições do negócio	Serão celebrados 3 (três) "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" ("Contratos"), tendo em vista à reorganização societária do Grupo Cantu Store e visando à consolidação das atividades do Grupo em uma só sociedade. Os Contratos se tratam, resumidamente, de: **(i)** compra e venda das ações da CPX Distribuidora S.A. ("CPX"), pelo qual Humberto Gabriel Cantu ("Sr. Humberto") e N.H.A.S.P.E Participações S.A. ("N.H.A.S.P.E") vendem a totalidade das ações da CPX de sua titularidade para a Cantu Store S.A. ("Companhia"), no valor de R$43.160.000,00 (quarenta e três milhões, cento e sessenta mil reais), estabelecido com base no custo de aquisição do vendedor; **(ii)** compra e venda das ações da CP Comercial S.A. ("CP"), pelo qual o Sr. Humberto e a CANSPE Participações S.A. ("CANSPE") vendem a totalidade das ações da CP de sua titularidade para a Companhia, no valor de R$13.200.000,00 (treze milhões e duzentos mil reais), estabelecido com base no custo de aquisição do vendedor; e **(iii)** compra e venda das ações da N.E.O.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. ("N.E.O.S.P.E"), pelo qual o Sr. Humberto e Ramon Otto Schoeffel ("Sr. Ramon") vendem a totalidade das ações da N.E.O.S.P.E de sua titularidade para a Companhia, no valor de R$19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), estabelecido com base no custo de aquisição do vendedor e considerando ainda capitalizações realizadas. A eficácia e a validade das obrigações dos Contratos estão condicionadas (i) à divulgação do anúncio de início no âmbito da Oferta; (ii) não deverá estar vigente na data de fechamento (inclusive) qualquer lei que proíba a aquisição e/ou tenha o efeito de tornar os atos do fechamento ilegais ou por outra forma vedar sua consumação; e (iii) as declarações e garantias das partes deverão permanecer verdadeiras, válidas, precisas e corretas desde a data de assinatura dos Contratos até a data de fechamento, em todos os seus aspectos. O fechamento será realizado na data em que for divulgado o anúncio de início da Oferta, desde que as demais condições tenham sido cumpridas, sendo que o pagamento será realizado pela Companhia com recursos provenientes da Oferta em até 3 dias úteis contados da data de fechamento.
(c) sociedades envolvidas	Sr. Humberto, Sr. Ramon, N.H.A.S.P.E, Companhia, CANSPE, CP, CPX e N.E.O.S.P.E.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo, permanecendo o controle do grupo com o Sr. Humberto.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

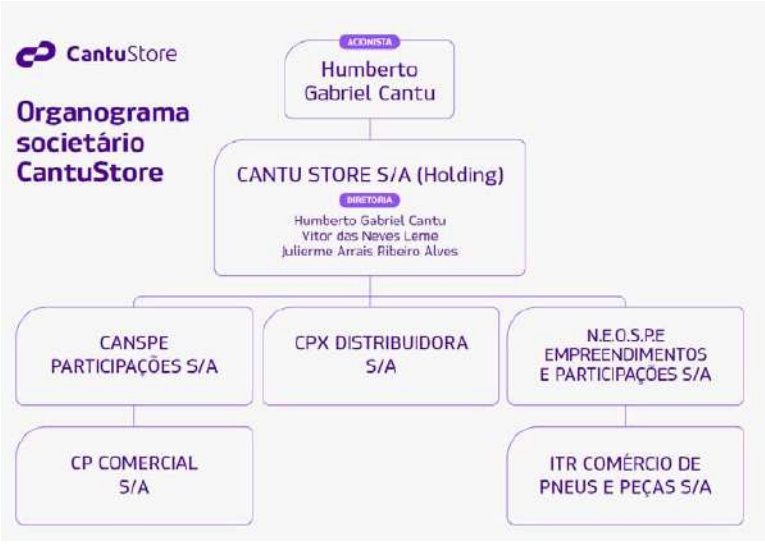






Quadro societário depois da operação:

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

	
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Os acionistas da CP, CPX e N.E.O.S.P.E eram todos partes dos contratos celebrados acima, sendo que os valores foram definidos com base no custo de aquisição dos vendedores e as vendas com o objetivo apenas de ser efetivada a Reorganização Societária especialmente para fins de consoloidação das atividades do Grupo Cantu Store em preparação para a Oferta.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Os acionistas da Companhia e o Pessoal Chave da Administração deverão informar Área de Compliance da Companhia sobre quaisquer transações entre elas (ou os respectivos Membros Próximos da Família) e a Companhia de que tenham ciência.

Caso a transação informada, conforme acima, constitua de fato uma transação com parte relacionada, de acordo com julgamento a ser realizado pela Área de Compliance da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. Quando assim solicitado pela Área de Compliance da Companhia, as transações informadas deverão vir instruídas com as informações necessárias à análise de seu enquadramento enquanto transações com partes relacionadas.

Área de Compliance da Companhia deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação.

Quando do recebimento de informações pela Área de Compliance da Companhia, caberá a ela informar o Conselho de Administração e/ou a Diretoria da Companhia sobre a referida transação, visto que toda e qualquer operação ou conjunto de operações envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada deverá ser previamente aprovada pela Área de Compliance da Companhia, ou Conselho de Administração ou Diretoria da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da Política de Partes Relacionadas: (i) todas as Transações com Partes Relacionadas de valores até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), excluídas as operações entre as subsidiárias que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, 100% do capital social, deverão ser previamente aprovadas pelo responsável da Área de Compliance; (ii) todas as Transações com Partes Relacionadas de valores acima de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria; e (iii) todas as Transações com Partes Relacionadas de valores superiores a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

Quando da análise das transações com partes relacionadas, a Área de Comliance da Companhia e/ou o Conselho de Administração e/ou a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, deverão verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observação às condições de mercado, sendo observados os seguintes pontos: (i) se há motivos claros que justifiquem a realização da Transação com a Parte Relacionada; (ii) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes; (iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver; (iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; (v) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e (vi) a observância aos princípios e regras da Política de Partes Relacionadas.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Área de Compliance da Companhia e/ou a Diretoria e/ou o Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável, somente poderão aprovar a transação com parte relacionada caso conclua ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério e em observância à Política de Partes Relacionadas, condicionar a aprovação da transação com parte relacionada às alterações que julgar necessárias.

Por meio da Área de Compliance da Companhia e/ou da Diretoria e/ou do Conselho de Administração da Companhia, conforme aplicável, a Companhia atua de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política de Partes Relacionadas da Companhia deverão ser integralmente observadas.

Por fim, são vedadas, em qualquer hipótese, as seguintes transações com partes relacionadas: (i) realizadas em condições que não sejam as condições de mercado; e (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança): (a) aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatuários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as); (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e (c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia (ri@cantustore.com.br).

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui transações entre partes relacionadas que tenham sido celebradas no último exercício social e/ou estejam em vigor no exercício social corrente.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não possui transações entre partes relacionadas que tenham sido celebradas no último exercício social e/ou estejam em vigor no exercício social corrente.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao Item 16.2:

Conforme descrito no item 6 deste Formulário de Referência, a Companhia teve seu ato constitutivo realizado em 28 de setembro de 2020 e registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de março de 2021, tendo sido publicado em jornal em 21 de julho de 2021, de tal maneira que, formalmente, seu registro e sua constituição se deram nesta data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e não possui atividades no exercício social corrente. Dessa forma, não possuía transações celebradas com partes relacionadas nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021. Imediatamente após a precificação de sua oferta pública inicial de ações, a Companhia passará a controlar CP Comercial S.A., CPX Distribuidora S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A., N.E.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e CANSPE Participações S.A. ("Grupo Cantu Store"), sociedades operacionais, consequentemente, passando a consolidar seus resultados. Dessa forma, abaixo sõa apresentadas as atransações celebradas com partes relacionadas pelo Grupo Cantu Store, de acordo com suas demonstrações financeiras combinadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Level Importação Exportação e Comércio S.A.	01/09/2020	220.918.262,40	24.018.000,00	N/A	Prazo indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	O acionista controlador da Companhia e do Grupo Cantu Store é o controlador da Level Importação Exportação e Comércio S.A. ("Level").						
Objeto contrato	O objeto dos contratos é a compra e venda de mercadorias importadas por encomendante pré-determinado, pelo qual a CP Comercial S.A. ("CP") e a CPX Distribuidora S.A. ("CPX"), sociedades do Grupo Cantu Store, contratam a Level para adquirir determinadas mercadorias importadas, mediante pagamento de custos de importação, de desembarque, de desembaraço, de comercialização, da garantia e financeiro. A data informada na "data da transação" é a data de celebração do contrato com a CP. O contrato com a CPX foi celebrado em 21/11/2019.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, mediante simples comunicação, na hipótese de (i) não cumprimento de obrigações assumidas no contrato; (ii) decretada a recuperação judicial, falência, dissolução ou liquidação; ou (iii) tenha título protestado de sua responsabilidade, cujo montante acumulado possa caracterizar sua insolvência. Em situações não elencadas acima, deverá ser enviada comunicação escrita com antecedência de 30 dias à parte contrária.						
Natureza e razão para a operação	A natureza da operação é a compra e venda de mercadorias importadas, adquiridas pela Level diretamente de fornecedores estrangeiros e vendida à CP e à CPX após a realização da importação, o desembaraço e nacionalização dos produtos.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar	N/A						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
RJU Comércio e Beneficiamento de Frutas e Verduras S.A.	23/10/2017	407.902.911,32	7.758.000,00	N/A	Prazo indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	O acionista controlador da Companhia e do Grupo Cantu Store é o controlador da RJU Comércio e Beneficiamento de Frutas e Verduras S.A. ("RJU").						
Objeto contrato	O objeto dos contratos é a compra e venda de mercadorias importadas por encomendante pré-determinado, pelo qual a CP Comercial S.A. ("CP"), sociedade do Grupo Cantu Store, contrata a RJU para adquirir determinadas mercadorias importadas, mediante pagamento de custos de importação, de desembarque, de desembaraço, de comercialização, da garantia e financeiro. A data informada na "data da transação" é a data de celebração do contrato com a CP. O contrato com a CPX foi celebrado em 21/11/2019.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, mediante simples comunicação, na hipótese de (i) não cumprimento de obrigações assumidas no contrato; (ii) decretada a recuperação judicial, falência, dissolução ou liquidação; ou (iii) tenha título protestado de sua responsabilidade, cujo montante acumulado possa caracterizar sua insolvência. Em situações não elencadas acima, deverá ser enviada comunicação escrita com antecedência de 30 dias à parte contrária.
Natureza e razão para a operação	A natureza da operação é a compra e venda de mercadorias importadas, adquiridas pela Level diretamente de fornecedores estrangeiros e vendida à CP e à CPX após a realização da importação, o desembaraço e nacionalização dos produtos.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	N/A

Informações adicionais ao Item 16.3:

Em relação às transações descritas acima:

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no subitem "Informações adicionais ao Item 16.2" deste Formulário de Referência, conforme acima, inexistiam procedimentos ou políticas formais por parte da Companhia que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações. A Companhia implementou a "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política"), conforme descrita no item 16.1, em outubro de 2021.

Com a implementação da Política, os acionistas da Companhia e o Pessoal Chave da Administração deverão informar Área de Compliance da Companhia sobre quaisquer transações entre elas (ou os respectivos Membros Próximos da Família) e a Companhia de que tenham ciência.

Não obstante a ausência de procedimentos ou políticas formais da Companhia para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas no momento da celebração dos contratos, as transações com partes relacionadas descritas no subitem "Informações adicionais ao Item 16.2" foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada, e priorizando agregar valores às operações da Companhia.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas descritos no subitem "Informações adicionais ao Item 16.2" do item 16.4 deste Formulário de Referência, acima descrito, anteriormente à abertura de capital da Companhia e à aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses. Não obstante, todas as transações com partes relacionadas descritas no subitem "Informações adicionais ao Item 16.2" do item 16.4 deste Formulário de Referência, acima, observam os padrões e condições de mercado aplicáveis, uma vez que foram celebradas considerando (i) os princípios e valores da Companhia que também norteiam sua Política de Transações com Partes Relacionadas; e (ii) os parâmetros, preços e condições de mercado.

Nesse sentido, o Grupo Cantu Store realiza procedimentos internos para a contratação de suas importadoras, sendo que as condições contratadas com partes relacionadas estão em condições de mercado no momento da celebração de tais contratos. O processo realizado pelo Grupo Cantu Store para contratação de seus prestadores de serviços é descrito abaixo:

1. O Grupo Cantu Store relaciona algumas das empresas mais conhecidas em território brasileiro no segmento de comércio exterior para realizar sua cotações;

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

2. Após a seleção, tais empresas passam por uma triagem do Departamento Jurídico do Grupo Cantu Store para verificação de autuações e integridade perante a órgãos anuentes relacionados ao segmento.
3. Na sequência do aval do Departamento Jurídico, o Grupo Cantu Store realiza o primeiro contato via telefone explicando a demanda e alguns pontos importantes relacionado às importações.
4. Posterior ao contato telefônico, o Grupo Cantu Storeformaliza a solicitação de proposta comercial para realização de trâmites envolvendo o comércio exterior com a empresa através de e-mail, informando alguns parametros já práticados pelo Grupo Cantu Storecomo: detalhe das mercadorias, origem e destino das mercadorias, frete internacional acordado com fornecedores, condições de pagamento de fornecedores e acordo financeiro com importador.
5. Com isto, após este contatos realizados com 2 (duas) ou mais empresas prestadoras de serviços de comércio exterior, o Grupo Cantu Storeaguarda o envio das propostas comerciais e as contata para realizar reuniões de acordos comerciais.
6. Posteriormente a estas negociações, é acordado com a empresa parceira que dispõe menor custo praticado em proposta comercial negociada.

Esse *biding* em mercado é realizado anualmente pelo Grupo Cantu Storecom o intuito de buscar parceiros confiáveis e com menor custo, tratando todos os prestadores de serviços de forma equitativa.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
30/09/2021	100.500,00	Não aplicável	150.750.000	0	150.750.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
30/09/2021	100.500,00	Não aplicável	150.750.000	0	150.750.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
30/09/2021	100.500,00		150.750.000	0	150.750.000
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
30/09/2021	0,00		75.375.000	0	75.375.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/09/2021	Assembléia Geral	30/09/2021	100.000,00	Subscrição particular	100.000	0	100.000	200,00000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão	As ações da Companhia possuíam valor nominal de R$ 1,00, valor esse previamente estabelecido no estatuto social.
Forma de integralização	Em moeda corrente nacional.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
30/09/2021	100.500	0	100.500	150.750.000	0	150.750.000

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito a dividendo obrigatório de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício (a) diminuído da importância destinada à reserva legal e (b) diminuído ou acrescido, respectivamente, dos valores alocados para reserva para contingências ou revertidos de tal reserva.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Deliberação da Assembleia Geral da Companhia que deverá determinar a fórmula de cálculo do valor de resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 10, “I” do Estatuto Social da Companhia.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Ainda, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. O registro da oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerido junto à CVM e à B3 e, uma vez concedido o registro, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no segmento do Novo Mercado de governança corporativa da B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**19/10/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Companhia, o Acionista Controlador, direto e indireto, os Administradores, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou ainda, os Associados com Acesso a Informação Privilegiada (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características e locais de consulta

O propósito da “Política de Negociação de Valores Mobiliários” (“Política de Negociação”) é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 (“Resolução CVM 44”).
A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, “Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante” e digitar “Cantu Store S.A.” no campo disponível; (ii) da Companhia (ri.cantustore.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	É vedada a utilização de Informação Privilegiada, por qualquer pessoa a que ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, mediante negociação de Valores Mobiliários. Ainda, no período de 15 (quinze) dias que anteceder a data de divulgação das ITR e das DFs, observado o previsto na regulação aplicável, a Companhia, os Acionistas Controladores, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam impedidos de efetuar qualquer negociação com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, independentemente do conhecimento, por tais pessoas, do conteúdo das ITR e das DFs. As Pessoas Vinculadas também não poderão negociar Valores Mobiliários em período a ser determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente, de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação") descrita no item 21.2 abaixo, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM 44 e a Instrução CVM 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações contábeis anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Resolução CVM 44 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (ri.cantustore.com.br), bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, Nº 1108, Conj. 144, 14º Andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-001.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Resolução CVM 44.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no *website* de Relações com Investidores da Companhia (ri.cantustore.com.br) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

As Pessoas Vinculadas serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço (ri@cantustore.com.br).

Caso as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 6 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As Pessoas Vinculadas deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@cantustore.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.